



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Florianópolis, março de 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Florianópolis, março de 2018



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

CONSELHO SUPERIOR

Maria Clara Kaschny Schneider
Presidente

Silvana Rosa Lisboa de Sá
Suplente

CONSELHEIROS

Representantes do Colégio de Dirigentes

Titulares

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Eduardo Nascimento Pires

Mirtes Lia Pereira Barbosa

Rosângela Gonçalves P. C. da Cruz

Saul Silva Caetano

Suplentes

Andréa Martins Andajur

Ilca Maria Ferrari Ghiggi

Jaison Vieira da Maia

Lucas Dominguni

Maria Bertília Oss Giacomelli

Representantes da Categoria dos Servidores Docentes

Titulares

Ailton Durigon

Benjamim Teixeira

Felipe Silveira de Souza

Maurício Gariba Júnior

Renata Waleska de Sousa Pimenta

Suplentes

Guilherme Babo Sedlacek

João Vítor Nunes Leal

Luis Carlos Martinhago Schlichting

Mathias Alberto Schramm

Representantes da Categoria dos Servidores Técnico-administrativos

Titulares

Andréia Willrich

Daniel Augustin Pereira

Délcio Vieira Neto

Diogo Melcher dos Santos

Fabrcio Spricigo

Raphael Vieira Gomes Costa

Suplentes

Danieli Arsego Oro

Rafael José Pitz

Representantes dos Discentes Egressos

Titulares

Júlio Machado Correia

Leticia Teixeira Correa

Suplentes

Nilton José Coelho Neto

Patrick Pirolo

Representantes dos Discentes

Titulares

Edemilson da Silva

Filipe Kuhnen

José Luiz Aquino

Lucas Xavier Neves

Suplentes

Claudio Neves Santos

Clóvis Kuhn

Representantes do Ministério da Educação

Titular

Daniel Ferraz de Godoy

Suplente

José Eli Santos dos Santos

Representantes da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Titular

Sérgio Luiz Gargioni

Suplente

Mário Ângelo Vidor

Representantes da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

Titular

Ramiro Marinho Costa

Suplente

Edna Corrêa Batistotti

Representantes das Federações Patronais

Titulares

Jefferson de Oliveira Gomes (FIESC)

Tarcísio Schmitz (FHORESC)

Suplentes

Maurício Cappra Pauletti (FIESC)

Estanislau Emilio Bresolin (FHORESC)

Representantes das Organizações dos Trabalhadores

Titulares

Fabício de Souza Albino (NCSTSC)

Paulo Henrique O. P. De Amorim (CSP)

Suplentes

Adauri Aduci Pereira (NCSTSC)

Marival Coan (CSP)**CONSELHO SUPERIOR**

Maria Clara Kaschny Schneider

Presidente

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Suplente

CONSELHEIROS

Representantes do Colégio de Dirigentes

Titulares

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Eduardo Nascimento Pires

Mirtes Lia Pereira Barbosa

Rosângela Gonçalves P. C. da Cruz

Saul Silva Caetano

Suplentes

Andréa Martins Andajur

Ilca Maria Ferrari Ghiggi

Jaison Vieira da Maia

Lucas Dominguni

Maria Bertília Oss Giacomelli

Representantes da Categoria dos Servidores Docentes

Titulares

Ailton Durigon

Benjamim Teixeira

Felipe Silveira de Souza

Maurício Gariba Júnior

Renata Waleska de Sousa Pimenta

Suplentes

Guilherme Babo Sedlacek

João Vítor Nunes Leal

Luis Carlos Martinhago Schlichting

Mathias Alberto Schramm

Representantes da Categoria dos Servidores Técnico-administrativos

Titulares

Andréia Willrich

Daniel Augustin Pereira

Délcio Vieira Neto

Diogo Melcher dos Santos

Fabrcio Spricigo

Raphael Vieira Gomes Costa

Suplentes

Danieli Arsego Oro

Rafael José Pitz

Representantes dos Discentes Egressos

Titulares

Júlio Machado Correia

Leticia Teixeira Correa

Suplentes

Nilton José Coelho Neto

Patrick Pirolo

Representantes dos Discentes

Titulares

Edemilson da Silva

Filipe Kuhnen

José Luiz Aquino

Lucas Xavier Neves

Suplentes

Claudio Neves Santos

Clóvis Kuhn

Representantes do Ministério da Educação

Titular

Daniel Ferraz de Godoy

Suplente

José Eli Santos dos Santos

Representantes da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Titular

Sérgio Luiz Gargioni

Suplente

Mário Ângelo Vidor

Representantes da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

Titular

Ramiro Marinho Costa

Suplente

Edna Corrêa Batistotti

Representantes das Federações Patronais

Titulares

Jefferson de Oliveira Gomes (FIESC)

Tarcísio Schmitz (FHORESC)

Suplentes

Maurício Capra Pauletti (FIESC)

Estanislau Emílio Bresolin (FHORESC)

Representantes das Organizações dos Trabalhadores

Titulares

Fabício de Souza Albino (NCSTSC)

Paulo Henrique O. P. De Amorim (CSP)

Suplentes

Adauri Aduci Pereira (NCSTSC)

Marival Coan (CSP)

**REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SANTA CATARINA
(IFSC)**

Reitora
Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva
Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-reitora de Administração
Aline Heinz Belo

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional
Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-reitor de Ensino
Luiz Otávio Cabral

Pró-reitor de Extensão e Relações Externas
Maria Cláudia de Almeida Castro

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Clodoaldo Machado

DIRETORES-GERAIS DOS CÂMPUS

Diretora-geral do Câmpus Araranguá
Mirtes Lia Pereira Barbosa

Diretor-geral do Câmpus Caçador
Eduardo Nascimento Pires

Diretora-geral do Câmpus Canoinhas
Maria Bertília Oss Giacomelli

Diretora-geral do Câmpus Chapecó
Ilca Maria Ferrari Ghiggi

Diretor-geral do Câmpus Criciúma
Lucas Domingui

Diretora-geral do Câmpus Florianópolis
Andrea Martins Andujar

Diretor-geral do Câmpus Florianópolis - Continente
Caio Alexandre Martini Monti

Diretora-geral do Câmpus Garopaba
Sabrina Moro Villela Pacheco

Diretora-geral do Câmpus Gaspar
Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Diretor-geral do Câmpus Itajaí
Carlos Alberto Souza

Diretor-geral do Câmpus Jaraguá do Sul
Jaison Vieira da Maia

Diretor-geral do Câmpus Jaraguá do Sul - Rau
Eduardo Evangelista

Diretor-geral do Câmpus Joinville
Valter Vander de Oliveira

Diretor-geral do Câmpus Lages
Thiago Meneghel Rodrigues

Diretora-geral do Câmpus Palhoça-Bilíngue
Carmem Cristina Beck

Diretora-geral do Câmpus São Carlos
Juarez Pontes

Diretor-geral do Câmpus São José
Saul Silva Caetano

Diretor-geral do Câmpus São Lourenço do Oeste
Daniel Fernando Carossi

Diretor-geral do Câmpus São Miguel do Oeste
Diego Albino Martins

Diretora-geral do Câmpus Tubarão
Consuelo Aparecida Sielski Santos

Diretor-geral do Câmpus Urupema
Marcos Roberto Dobler Stroschein

Diretora-geral do Câmpus Xanxerê
Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz

EXPEDIENTE

CONSOLIDAÇÃO

Diretoria de Gestão do Conhecimento
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

AGRADECIMENTOS

A todos os servidores que integram o Instituto Federal de Santa Catarina, pelo fornecimento de dados e informações e efetiva contribuição no desenvolvimento do processo de elaboração do presente Relatório de Gestão.

A todos os integrantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa, pela participação nos resultados alcançados durante o exercício de 2017.

MISSÃO:

PROMOVER A INCLUSÃO E FORMAR CIDADÃOS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, GERANDO, DIFUNDINDO E APLICANDO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL.

VISÃO:

SER INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, FUNDAMENTADA NA GESTÃO PARTICIPATIVA E NA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

VALORES:

Ética, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.

Compromisso Social, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.

Equidade, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.

Democracia, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.

Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade social e ambiental.

Qualidade, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011; Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº72/2013; Decisões Normativas TCU nº161/2017 e nº163/2017 e Portaria TCU nº65/2018.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
AGU - Advocacia-Geral da União
AProex - Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão do IFSC
ARU - Câmpus Araranguá
BO - Balanço Orçamentário
CÂMPUS - Forma aportuguesada para *campi* ou *campus* adotada como padrão em alguns Institutos Federais
CAN - Câmpus Canoinhas
CAPES - Coordenadoria de Financiamento de Pessoal de Nível Superior
CCO - Câmpus Chapecó
CDP - Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas da Proad
CDR - Câmpus Caçador
CEFET-SC - Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CEPE - Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
CERFEAD - Centro de Referência em Formação e Educação a Distância
CERTIFIC - Rede Nacional de Certificação Profissional
CGU - Controladoria Geral da União
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CODIR - Colégio de Dirigentes do IFSC
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal
CONSUP - Conselho Superior do IFSC
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
COPADIN - Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional do IFSC
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CRI - Câmpus Criciúma
CTE - Câmpus Florianópolis Continente
CTI - Comitê de Tecnologia da Informação do IFSC
DE - Dedicção Exclusiva
DEING - Departamento de Ingresso
DEIA - Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas
DDR - Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de EPCT
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGC - Diretoria de Gestão do Conhecimento da Prodin
DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER - Programa de Doutorado Interinstitucional
DIRCOM - Diretoria de Comunicação da Proex
DIREX - Diretoria de Extensão
DIREN - Diretoria de Ensino da Proen
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças da Proad
D.O.U - Diário Oficial da União
DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DTIC - Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EAD - Ensino a Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
EPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ESAF - Escola de Administração Fazendária
E-TEC - Educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância do Governo Federal
FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina
FIC - Formação inicial e continuada
FLN - Câmpus Florianópolis
FORGIFESC - Fórum de Gestão Integrada das Instituições Federais de Ensino de Santa Catarina
GAS - Câmpus Gaspar
GESTCOM - Sistema de Gestão de Competências
GPB - Câmpus Garopaba
GRU - Guia de Recolhimento da União
G.U.T - Matriz G.U.T é uma ferramenta de auxílio na priorização de resolução de problemas
IEA - Índice de Eficiência Acadêmica
IES - Instituições de Ensino Superior
IFET - Instituições Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina
IN - Instrução Normativa
INTERNET - Rede mundial de computadores
INTRANET - Rede privada de computadores
ITCD - Índice de Titulação do Corpo Docente
ITJ - Câmpus Itajaí
IRFE - Índice de Retenção do Fluxo Escolar
JAR - Câmpus Jaraguá do Sul
JGW - Câmpus Geraldo Werninghaus ou Jaraguá do Sul RAU
JIF - Jogos dos Institutos Federais
JIFSC - Jogos do Instituto Federal de Santa Catarina
JLE - Câmpus Joinville
LGS - Câmpus Lages
LIBRAS - Língua brasileira de sinais
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MEDIOTEC - ação de aprimoramento da oferta de cursos técnicos concomitantes
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAPNE - Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
OCI - Órgãos de controle interno
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAD - Procedimento Administrativo Disciplinar
PAEE - Público Alvo da Educação Especial
PAEVS - Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PGF - Procuradoria-geral Federal
PHB - Câmpus Palhoça Bilíngue
PJ - Pessoa Jurídica
PNE - Pessoas com Necessidades Específicas
PNP - Plataforma Nilo Peçanha
POCV - Plano de Ofertas de Cursos e Vagas

PPP - Parceria Público-Privada
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PRODIN - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
PROFORBAS - Programa de Formação da Educação Básica
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPPI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
QACI - Questionário de Avaliação do Controle Interno
QUALIS - sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação
RAD - Relação estudante/Docente
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCA - Relação Concluinte/ estudante
RCV - Relação Candidato/Vaga
RIA - Relação Ingresso / estudante
RPNP - Restos a pagar
RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências
SCA - Câmpus São Carlos
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transportes
SEPEI - Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação
SESC - Serviço Social do Comércio
SEST - Serviço Social do Transportes
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPENET - Rede Siape
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIG-CERTAME - Sistema de Concursos
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SJE - Câmpus São José
SLO - Câmpus São Lourenço do Oeste
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMO - Câmpus São Miguel do Oeste
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)
TAE - Técnico-administrativo em Educação
TED - Termo de Execução Descentralizada
TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TUB - Câmpus Tubarão
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UF - Unidade Federativa
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNAI - Unidade de Auditoria Interna
UO - Unidade Orçamentária
UPAG - Unidade Pagadora
UPC - Unidade Prestadora de Conta
VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas
URP - Câmpus Urupema
XXE - Câmpus Xanxerê

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores Ambientais Externos.....	30
Quadro 2 - Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	34
Quadro 3 - Arquitetura de Processos do IFSC.....	40
Quadro 4 - Objetivos Estratégicos para o Quinquênio 2015-2019.....	47
Quadro 5 - Número de Projetos Cadastrados no Plano Anual de Trabalho 2017 por Objetivo Estratégico.....	53
Quadro 6 - Número de Projetos Cadastrados no Plano Anual de Trabalho 2017 por Objetivo Estratégico (contemplados pelo orçamentário de cada UGR).....	54
Quadro 7 - Comparação entre PAT 2015 e PAT 2017: Diferença da Quantidade de Projetos por Objetivo Estratégico.....	55
Quadro 8 - Comparação entre PAT 2015 e PAT 2017: Diferença da Quantidade de Projetos por Objetivo Estratégico (contemplados pelo orçamentário de cada UGR).....	56
Quadro 9 - Articulação dos Objetivos Estratégicos do IFSC às Finalidades Legais dos Institutos Federais.....	58
Quadro 10 - Ação do OFSS/20RG.....	60
Quadro 11 - Ação do OFSS/20RL.....	61
Quadro 12 - Ação do OFSS/2994.....	62
Quadro 13 - Ação do OFSS/4572.....	63
Quadro 14 - Ação do OFSS/2004.....	63
Quadro 15 - Ação do OFSS/2010.....	64
Quadro 16 - Ação do OFSS/2011.....	64
Quadro 17 - Ação do OFSS/2012.....	65
Quadro 18 - Ação do OFSS/216H.....	65
Quadro 19 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados.....	67
Quadro 20 - Restos a Pagar Não Processados.....	67
Quadro 21 - Realização das Receitas.....	68
Quadro 22 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	69
Quadro 23 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	70
Quadro 24 - Suprimentos de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento.....	72
Quadro 25 - Classificação do Objeto Gasto.....	72
Quadro 26 - Valor do maior limite individual concedido.....	74
Quadro 27 - Total a+b.....	74
Quadro 28 - Classificação do Objeto Gasto.....	75
Quadro 29 - Indicadores do IFSC.....	77
Quadro 30 - Medição dos Indicadores Estratégicos.....	80
Quadro 31 - Perfil Socioeconômico Discentes.....	80
Quadro 32 - Resultados dos Indicadores - Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	82
Quadro 33 - Renda per Capita Familiar - Salário Mínimo.....	82
Quadro 34 - Terminologia para indicadores.....	86
Quadro 35 - Indicadores alunos.....	87
Quadro 36 - Indicadores docentes.....	87
Quadro 37 - Indicadores financeiros.....	88
Quadro 38 - Mecanismos, componentes e práticas de governança no IFSC.....	97
Quadro 39 - Elementos do Sistema de controle internos do IFSC.....	106
Quadro 40 - Força de trabalho da UPC.....	109
Quadro 41 - Distribuição da lotação efetiva.....	109
Quadro 42 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	109
Quadro 43 - Demonstrativo das despesas com pessoal.....	111
Quadro 44 - Força de trabalho da UPC.....	112
Quadro 45 - Docentes e TAEs - áreas-fins.....	113

Quadro 46 - Grau de Escolaridade Servidores Docentes por câmpus.....	114
Quadro 47 - Grau de escolaridade servidores TAES por câmpus.....	115
Quadro 48 - Servidores TAES por nível *	115
Quadro 49 - Grau de Escolaridade Servidores Docentes Substitutos por câmpus.....	116
Quadro 50 - Grau escolaridade dos profissionais tradutores/intérpretes LIBRAS.....	117
Quadro 52 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	123
Quadro 53 - Quantitativo de contratos de estágio vigentes.....	128
Quadro 54 - Modelo interno de referência para composição do quadro de TAES do IFSC.....	129
Quadro 55 - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do IFSC.....	130
Quadro 56 - Total anual de quilômetros por grupo de veículos.....	131
Quadro 57 - Ano de fabricação da frota por grupo de veículos.....	131
Quadro 58 - Custos associados à manutenção da frota de veículos.....	131
Quadro 59 - Cessão de Espaço Imóvel.....	134
Quadro 60 - Relação de contratos de locação de imóveis de terceiros.....	138
Quadro 61 - Obras 2017/2018.....	139
Quadro 62 - Principais Sistemas do IFSC.....	141
Quadro 63 - Cursos ofertados relacionados à sustentabilidade.....	147
Quadro 64 - Total dos Ingressos (R\$).....	158
Quadro 65 - Balanço orçamentário (Receitas e Despesas por Categoria Econômica).....	160
Quadro 66 - Fluxo Caixa - Função Educação - Composição.....	166
Quadro 67 - Processos Administrativos Cpaar.....	175
Quadro 68 - Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	179
Quadro 69 - Despesas com publicidade.....	182
Quadro 70 - oferta de LIBRAS em cursos de graduação.....	183
Quadro 71 - Rol dos Responsáveis de 2017.....	187
Quadro 72 - Controles de Metas Paint.....	197
Quadro 73 - Auditorias Internas Realizadas em 2017.....	199
Quadro 74 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - Fapeu.....	211
Quadro 75 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - Feesc.....	212
Quadro 76 - Parcerias formalizadas pelo IFSC em 2017.....	214
Quadro 77 - Investimentos - Editais da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação.....	224
Quadro 78 - Acervo Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC.....	227
Quadro 79 - Quantitativo de cursos.....	229
Quadro 80 - Pronatec/Mediotec.....	231
Quadro 81 - Assistência Estudantil 2017.....	232
Quadro 82 - Dados Finais Número de Estudantes Pae (Professor de Apoio Educacional Especializado).....	234
Quadro 83 - Executado do empenhado Proex 2017.....	237
Quadro 84 - Execução Proex 2017.....	238
Quadro 85 - Gráficos Proex.....	238
Quadro 86 - Planejado e Executado Proex.....	239
Quadro 87 - Empenho Execução Proex.....	240
Quadro 88 - Distribuição dos projetos desenvolvidos em 2017 por área temática.....	241
Quadro 89 - Dados do Programa Mulheres Sim.....	244

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição Geográfica do IFSC.....	27
Figura 2 - Organograma IFSC.....	33
Figura 3 - Cadeia de Valor do IFSC.....	40
Figura 4 - Mapa Estratégico do IFSC.....	46
Figura 5 - Desdobramento do objetivo estratégico.....	49
Figura 6 - Relacionamento entre os níveis de planejamento estratégico e tático no IFSC.....	50
Figura 7 - Relação entre Planejamento Estratégico e Plano Anual de Trabalho via Iniciativas Estratégicas.....	51
Figura 8 - Organograma Gabinete IFSC.....	102
Figura 9 - Auditorias Regionais IFSC.....	104
Figura 10 - Receitas orçamentárias.....	159
Figura 11 - Balanço orçamentário I.....	161
Figura 12 - Balanço orçamentário II.....	162
Figura 13 - Balanço orçamentário III.....	163
Figura 14 - Balanço patrimonial I.....	164
Figura 15 - Balanço patrimonial II.....	165
Figura 16 - Demonstrações de fluxo de caixa I.....	167
Figura 17 - Demonstrações de fluxo de caixa II.....	168
Figura 18 - Demonstrações de fluxo de caixa III.....	169
Figura 19 - Demonstração das Variações Patrimoniais I.....	170
Figura 20 - Demonstração das Variações Patrimoniais II.....	171
Figura 21 - Demonstração das Variações Patrimoniais III.....	172
Figura 22 - Demonstração das Variações Patrimoniais IV.....	173
Figura 23 - Acórdãos x Determinações 2017.....	174
Figura 24 - Resumo do previsto x realizado no Paint/2017.....	199
Figura 25 - Quantidade de recomendação por câmpus no ano de 2017.....	200
Figura 26 - Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Sincov.....	205
Figura 27 - Declaração de integridade - atos de admissão e concessões.....	206
Figura 28 - Declaração do cumprimento da Lei 83730/1993.....	207
Figura 29 - Declaração de integridade SIOP.....	208
Figura 30 - Declaração sobre a conformidade Contábil - Atos e Fatos da Gestão.....	209
Figura 31 - Declaração do Contador.....	210

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Nada consta.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	22
1 VISÃO GERAL.....	24
1.1 Finalidade e competências.....	24
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	25
1.3 Ambiente de atuação.....	26
1.3.1 Caracterização e o comportamento do mercado de atuação.....	26
1.3.2 Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada.....	27
1.3.4 Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio.....	30
1.3.5 Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços.....	31
1.3.6 Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los.....	31
1.3.7 Mudanças de cenário ocorridas nos últimos exercícios.....	31
1.4 Organograma.....	32
1.5 Macroprocessos Finalísticos.....	38
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	43
2.1 Planejamento Organizacional.....	43
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	52
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	57
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	58
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	59
2.3 Desempenho Orçamentário.....	60
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	60
2.3.1.1 Análise Situacional.....	66
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	67
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	67
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	67
2.3.4.1 Análise crítica.....	67
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	68
2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	68
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas.....	68
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas.....	69
2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal.....	72
2.3.8.1 Análise Crítica.....	77
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	77
2.4.1 Indicadores Estratégicos do Instituto Federal de Santa Catarina.....	77
2.4.1.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão do IFSC.....	79
2.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	80
2.4.2.1 Contextualização da metodologia no Exercício 2017.....	81
2.4.2.2 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU N° 2.267/2005.....	81
2.4.2.3 Análise dos Indicadores de Gestão de Acordo com o Acórdão do TCU 2267/2005.....	83
2.4.2.3.1 Indicadores Acadêmicos.....	83
2.4.2.3.2 Indicadores Administrativos.....	84
2.4.2.3.3 Indicador de Gestão de Pessoas.....	85
2.4.2.3.4 Indicadores Socioeconômicos.....	85
2.4.3 Metodologia de Composição dos Indicadores.....	86
2.4.3.1. Terminologia.....	86
2.4.4 Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão - Exercício 2017.....	87

2.5 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	90
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	91
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	91
3.1.1 Sistema de Governança no IFSC.....	92
3.1.1.1 Instâncias.....	92
3.1.2 Mecanismos, Componentes e Práticas de Governança no IFSC.....	96
3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	102
3.2.1 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas e demonstração de como está estruturada.....	103
3.2.2 Comunicação dos Trabalhos de Auditoria com a Alta Gerência.....	104
3.2.3 Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.....	105
3.3 SOBREPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA Pronatec.....	105
3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	105
3.5 Gestão de riscos e controles internos.....	106
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	109
4.1 Gestão de pessoas.....	109
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	109
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	111
4.1.3 Composição da força de trabalho.....	112
4.1.4 Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas.....	112
4.1.5 Relação entre servidores efetivos e temporários.....	113
4.1.6 Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.....	114
4.1.6.1 Tempo para aposentadoria.....	117
4.1.6.2 Faixa etária dos servidores.....	117
4.1.7 Política de capacitação e treinamento do pessoal.....	118
4.1.7.1 Mapeamento de Competências.....	120
4.1.8 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	121
4.1.8.1 Análise Crítica.....	122
4.1.9 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	123
4.1.9.1 Contratação de mão de obra de atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular). 123	
4.1.9.2 Contratação de estagiários.....	128
4.1.10 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	128
4.1.11 Conclusão de estudos realizados para avaliar a distribuição no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.....	128
4.1.12 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas.....	129
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	130
4.2.1 Gestão da frota de veículos.....	130
4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	131
4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	131
4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	134
4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	138
4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	138
4.3 Gestão da tecnologia da informação.....	141
4.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da UPC.....	141
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	144

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	145
4.4.2 Sustentabilidade institucional.....	147
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	148
5.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	148
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	149
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários.....	149
5.3.1 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	149
5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade.....	149
5.4.1 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.....	150
5.4.1.1 Novo processo de autoavaliação institucional da CPA.....	150
5.4.1.2 Relatório mais simplificado.....	150
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	151
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	153
6.1 Desempenho financeiro no exercício.....	153
6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	153
6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	153
6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	153
6.4.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	153
6.4.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	154
6.4.3 Consolidação das demonstrações contábeis.....	154
6.4.4 Conta Única do Governo Federal.....	154
6.4.5 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	155
6.4.6 Recursos orçamentários x recursos financeiros.....	155
6.4.7 Restos a Pagar.....	155
6.4.8 Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	156
6.4.9 Apuração do Resultado.....	157
6.4.10 Notas Explicativas ao Balanço Financeiro - BF.....	158
6.4.11 Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário (BO).....	160
6.4.12 Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.....	166
6.4.13 Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	169
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	174
7.1 Tratamento de determinações e Recomendações do TCU.....	174
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	175
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	175
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	177
7.5 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	177
7.6 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	182
7.7 Informações Sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	182
7.8 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	182
8 ANEXOS E APÊNDICES.....	186
9 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO.....	187
9.1 ROL DE RESPONSÁVEIS.....	187
10 PARECER OU RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNAS.....	195
10.1 Considerações Iniciais.....	195
10.1.1 Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes.....	195

10.1.1.1 Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis.....	195
10.1.2 Monitoramento das recomendações.....	195
10.1.2.1 Sistemática e sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.....	196
10.1.3 Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.....	196
10.1.4 Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto, etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	199
10.1.5 Considerações finais.....	200
11 PARECER DE COLEGIADO.....	202
12 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	203
13 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	205
13.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	205
13.1.1 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Sincov).....	206
13.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	206
13.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	207
13.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	208
13.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	209
13.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.....	210
14 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994.....	211
15 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	214
15.1 Gabinete da Reitoria.....	214
15.1 Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - Proppi.....	222
15.1.1 Relação dos projetos desenvolvidos pela Proppi.....	224
15.2 Pró-reitoria de Ensino - Proen.....	224
15.2.1 Diretoria de Ensino.....	227
15.2.1.1 Bibliotecas.....	227
15.2.2 Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas.....	227
15.2.3 Diretoria de Assuntos Estudantis.....	231
15.2.3.1 Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (Paevs).....	231
15.2.3.2 Desenvolvimento do Sistema Paevs.....	233
15.3 Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão - Proex.....	235
15.3.1 Destaques na gestão da Proex em 2017.....	235
15.3.2 Planejamento e Orçamento.....	236
15.3.1 Diretoria de Extensão.....	240
15.3.1.1 Preâmbulo.....	240
15.3.1.2 Desembolso Financeiro.....	241
15.3.1.3 Fomento à Cultura.....	242
15.3.1.4 Programa Mulheres SIM.....	243
15.3.1.5 Ação cidadã e social de estudantes e servidores.....	244
15.3.1.6 Revista Caminho Aberto.....	245
15.3.1.7 Formação de Extensionistas - Curso Práticas Extensionistas (Inovação Social).....	245

15.3.1.8 A curricularização da prática extensionista nos currículos do ensino superior do IFSC...	246
15.3.1.9 Oportunidade no horizonte.....	247
15.4 Diretoria de Comunicação.....	249
15.4.1 A Equipe.....	249
15.4.2 A Dircom e o PAT 2017.....	249
15.4.3 Reformulação do Portal Institucional.....	251
15.4.4 Prêmios.....	251
15.4.5 As Equipes.....	252
15.4.6 Relatos detalhados de cada equipe.....	252
15.4.6.1 Coordenadoria de Jornalismo.....	252
15.4.6.2 Mídias sociais.....	252
15.4.7 IFSCTV.....	253
15.4.7.1 Produção Jornalística.....	253
15.4.7.3 Transmissões ao Vivo.....	254
15.4.7.4 Vídeos De Divulgação Dos Câmpus.....	255
15.4.7.5 Vídeos de Divulgação Institucional.....	255
15.4.7.6 Programação Visual.....	255
15.4.7.7 Coordenadoria de Eventos.....	256

APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado por inúmeras conquistas, realizações e avanços no IFSC, mesmo considerando os complicados fatores externos político-econômicos que dificultaram o alcance desse sucesso. Os resultados positivos decorreram, principalmente, do envolvimento da comunidade acadêmica em prol do alcance dos objetivos institucionais.

Em relação aos dados acadêmicos, foram computadas 47.996 matrículas, distribuídas em 669 cursos ofertados nos 22 câmpus e no Cerfead, em diferentes níveis e modalidades. Para suportar o desenvolvimento de seus processos, o IFSC conta com um efetivo de 1.373 docentes e 1.150 técnicos administrativos em educação.

Visando a ampliar a oferta de cursos e matrículas, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, foi realizado um concurso público que disponibilizou 45 vagas para servidores docentes e 13 vagas para técnicos administrativos em educação. Cabe destacar que, em 2017, vivenciou-se a continuidade de um cenário financeiro fortemente impactado por bloqueios orçamentários, contingenciamento de cotas de empenho e liberação tardia de créditos. Esse contexto fez com que o IFSC tivesse que, de forma rápida e contínua, ao longo do exercício, estabelecer estratégias para contornar as dificuldades, honrar os compromissos assumidos e executar praticamente 100% do orçamento disponibilizado para custeio e investimento na ação orçamentária destinada ao funcionamento geral da instituição.

Dado o contexto, alguns projetos que constavam no Plano Anual de Trabalho 2017 precisaram ser revistos, considerando-se a real possibilidade e necessidade de execução, principalmente investimentos, pela redução de valores orçamentários destinados a isso. Destaca-se que, para a tomada de decisão efetiva, foi essencial dispor de um sistema de planejamento, o qual possibilitou a revisão de prioridades, alinhada ao reequacionamento financeiro. O papel dos órgãos colegiados também foi importante, os quais propiciam a tomada de decisão de forma participativa e compartilhada para uma boa gestão na instituição.

Ainda na área da gestão, durante esse ano, foi elaborada a Cadeia de Valor do IFSC, voltada à compreensão e definição, de forma gráfica, da visão de processos da instituição e dos valores entregues aos alunos e à sociedade.

Outro destaque de 2017 foi a continuidade do processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão - SIG. A partir dos módulos implantados, já é possível perceber as contribuições do sistema para o desenvolvimento de diversos processos, conferindo maior agilidade e confiabilidade às atividades. Paralelamente foi retomado o trabalho de mapeamento e modelagem dos processos institucionais, ainda que de maneira discreta, mas visando à priorização destes no ano seguinte.

Na área desportiva educacional, foi realizada a sexta edição dos já tradicionais Jogos do IFSC (JIFSC). Mais uma vez os alunos foram o destaque do evento: realizado em Blumenau, contou com a participação de 1,3 mil alunos. Ainda nesta área, destaque para a participação das delegações nos jogos dos Institutos Federais, na etapa regional em São José do Pinhais e nacional em Poços de Caldas.

Objetivando o desenvolvimento dos servidores, o IFSC firmou uma parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) para realizar um mestrado profissional na área de administração, com duas linhas de pesquisa: Desenvolvimento Institucional e Inovação e Sociedade, exclusivo para servidores técnicos administrativos em educação. O convênio previa 25 vagas, posteriormente ampliadas para 30 servidores técnicos administrativos com qualquer formação acadêmica.

No que tange às questões de sustentabilidade, destaca-se a aprovação do PLS 2017/2018 (Plano de Logística Sustentável) pelo Codir e a aplicação de suas diretrizes pela instituição na conduta de seus processos.

A execução de alguns projetos institucionais foi acompanhada pela realização de diversas obras: o início da sala de reunião da Reitoria; a reforma do lab. automobilístico e fase I da

reestruturação elétrica dos blocos oficinas de Florianópolis; início da construção do bloco V de Xanxerê; o início do bloco III em Tubarão; e o início da construção do bloco D de Criciúma.

O IFSC persistiu no aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de controle de execução orçamentária, a partir da atuação em rede, o que resultou em uma boa execução no exercício, considerando o cenário de restrições enfrentado em algumas áreas.

Pode-se afirmar que em 2017 o IFSC desenvolveu ações integradas e estratégicas para fortalecer a Missão Institucional e atingir a Visão Institucional, aumentando a sua efetividade no atendimento das demandas de formação e implantação das políticas públicas.

Espera-se assim que, com o aperfeiçoamento contínuo do processo de planejamento, a instituição possa cada vez mais utilizar com qualidade os ativos tangíveis e intangíveis, com destaque aos recursos públicos, em prol do desenvolvimento de projetos e ações que possibilitem o cumprimento das suas finalidades e que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos seus respectivos territórios de atuação.

Ao elaborar o Relatório de Gestão do exercício de 2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina organizou o tema em conformidade com a forma e os conteúdos definidos pelas disposições das Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011; Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013; Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e nº 163/2017 e Portaria TCU nº 65/2018. O relatório está estruturado em 15 capítulos de acordo com as orientações do TCU. Com a convicção dos esforços empenhados para o alcance contínuo dos melhores resultados, submete-se à apreciação dos órgãos de controle o Relatório de Gestão do exercício de 2017.

1 VISÃO GERAL

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/SC foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Conforme o artigo 6º dessa lei, o Instituto Federal tem por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

O Estatuto do IFSC também determina sua finalidade no Capítulo II, Art.2º:

O IFSC tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFSC, Conselho Superior, 2009).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu Art. 7, estabelece como objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à

formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º. § 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de estudante equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação. § 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei (Brasil, 2008).

1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

O IFSC foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, como **Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina**. Seu objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. A primeira sede foi instalada em 1º de setembro de 1910, em um prédio cedido pelo governo do Estado e situado na Rua Almirante Alvim, no Centro da capital catarinense.

A instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (que compreendia ferraria e serralheria), para atender à necessidade da sociedade de Florianópolis, que se deslocava por meio de bondes puxados a burro e embarcações que transportavam carga do continente para abastecer a ilha. Assim, a instituição trabalhava em consonância com os avanços tecnológicos de seu tempo para atender às demandas do setor produtivo e da sociedade da época que necessitavam de soluções em comunicação por meio impresso e soluções em transporte, que tinha como principal tecnologia a produção de pequenas embarcações e de ferraduras.

Dez anos após sua instalação, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina transferiu sua sede para um prédio na rua Presidente Coutinho, também no Centro de Florianópolis, onde permaneceu até 1962. Em 13 de janeiro de 1937, por meio da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição mudou de nome e *status*, para **Liceu Industrial de Florianópolis** e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em **Escola Industrial de Florianópolis**. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos com duração de quatro anos aos estudantes que vinham do ensino primário e cursos de mestria aos candidatos à profissão de mestre.

Em 1962, a Escola Industrial de Florianópolis transferiu-se para uma nova sede, na avenida Mauro Ramos, no Centro de Florianópolis, no local onde hoje funciona o Câmpus Florianópolis e que até 2006 foi sede da instituição. O nome e o *status* da instituição mudaram novamente em 1965, com a lei nº 4.759, de 20 de agosto, passando para **Escola Industrial Federal de Santa Catarina**.

A partir de 1968, com a portaria ministerial nº 331, de 17 de junho, a instituição tornou-se **Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC)**. Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do Curso Ginásial, por meio da supressão da matrícula de novos estudantes na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio). Depois da edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), a LDB, e da reforma do ensino de primeiro e segundo graus introduzida por ela, a então ETF-SC passou a funcionar somente com ensino de segundo grau.

A lei federal de nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, transformava automaticamente todas as Escolas Técnicas Federais em **Centros Federais de Educação Tecnológica**, condicionando o ato à

publicação de decreto presidencial específico para cada novo centro. No caso da ETF-SC, a transformação para CEFET-SC foi oficializada em 27 de março de 2002, quando foi publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) o decreto de criação. Depois da mudança para CEFET-SC, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Por fim, a última alteração ocorreu com a criação da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, que implantou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais são instituições de educação básica, profissional e superior distribuídas por vários câmpus. Especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, também têm forte inserção na área de pesquisa e extensão. A partir daí a instituição passou a figurar com o nome **Instituto Federal de Santa Catarina**, que perdura até o presente momento.

Em 2013, por meio da Resolução 42/2013/Consup, altera-se o Regimento Geral do IFSC e é criada no instituto a Diretoria do Centro de Formação e Apoio à EAD. Em 2014, Resolução 42/2013/Consup, passa-se a se chamar Centro de Referência em Formação e Educação a Distância - EaD. O Cerfead, como é conhecido, tem como objetivos fomentar, articular e encaminhar demandas de formação de formadores e educação a distância dentro do IFSC. Atualmente como diretoria vinculada à Proen, o Cerfead oferece cursos a distância e regulamenta e orienta os câmpus do IFSC no ensino a distância.

Conforme menciona o **Estatuto do IFSC** em seu artigo primeiro, a instituição constitui-se em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, regida pela **legislação federal** que lhe for pertinente, pelo **Estatuto**, pelo **Regimento Geral**, pelos **Regimentos dos Órgãos da Administração Superior** e dos **câmpus** e pelas **Resoluções de seus órgãos**.

O **Regimento Geral do IFSC**, por sua vez, **disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas** com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias, bem como estabelecer a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas e das relações entre os órgãos da instituição.

Todas as normas e regulamentações citadas neste tópico estão disponíveis no [sítio eletrônico oficial](#) para consulta, conforme o princípio da transparência.

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

1.3.1 Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

O IFSC atua em rede, composta atualmente de 21 câmpus, um câmpus avançado, Cerfead e Reitoria. O IFSC está inserido em todas as regiões do Estado de Santa Catarina. Conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Distribuição Geográfica do IFSC



Fonte: Dircom

1.3.2 Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

Além do IFSC, o Estado de Santa Catarina conta com diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, que também ofertam ensino profissional de nível técnico e/ou ensino superior, a saber:

- Centro de Educação Superior de Blumenau (CESBLU)
- Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE Cocal do Sul)
- Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul (Católica em Jaraguá)
- Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Joinville (Católica em Joinville)
- Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)
- Centro Universitário FACVEST (UNIFACVEST)
- Faculdade Avantis (AVANTIS)
- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA - CELER)
- Faculdade de Tecnologia ASSESSORITEC
- Faculdade de Tecnologia SENAI Brusque (SENAI/SC Brusque)
- Faculdade Metropolitana de Guaramirim (FAMEG)

- Faculdade SENAC Concórdia
- Faculdade SENAC Criciúma
- Faculdade SENAC Florianópolis
- Faculdade SENAC Jaraguá do Sul
- Faculdade SENAC Palhoça
- Faculdade SENAC São Miguel Do Oeste
- Faculdade SENAC Tubarão
- Faculdade SOCIESC
- Faculdade SOCIESC de Balneário Camboriú
- Faculdade SOCIESC de Blumenau
- Faculdade União Bandeirante
- Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)
- Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis (IESGF)
- Instituto de Ensino Superior Santo Antônio (INESA)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IF Catarinense)
- Instituto Superior e Centro Educacional Luterano - Bom Jesus - IELUSC (BOM JESUS/IELUSC)
- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
- Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
- Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
- Universidade do Contestado (UNC)
- Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
- Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
- Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)
- Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
- Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
- Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- Universidade Regional de Blumenau (FURB)
- Instituto Federal Catarinense (IFC);
- Escolas das Redes Públicas Estadual e Municipal;
- Escolas do “Sistema S” (SENAI, SENAC, SENAT);
- Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE)
- Centro Universitário - CATÓLICA DE SANTA CATARINA
- Centro Universitário Estácio de Santa Catarina - Estácio Santa Catarina
- Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI)
- Centro Universitário Municipal de São José (USJ)
- Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)
- Escola Superior de Criciúma (ESUCRI)
- Escola Superior de Educação Corporativa (ESEC)
- Faculdade Ação (FCTVALE)
- Faculdade Anglo-Americano de Chapecó (FAACH)
- Faculdade Anhanguera de Joinville
- Faculdade Barddal de Artes Aplicadas (FB-AA)
- Faculdade Borges de Mendonça (FBM)
- Faculdade Capivari (FUCAP)
- Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC)
- Faculdade Cenecista de Joinville - FACE (FCJ)
- Faculdade CESUSC
- Faculdade Concórdia (FACC)
- Faculdade de Ciências Econômicas da Região Carbonífera (FACIERC)-

- Faculdade Decisão (FADEC)
- Faculdade de Educação de Santa Catarina (FAESC)
- Faculdade de Educação Superior de Chapecó (FACESC)
- Faculdade de Itapiranga (SEI/FAI)
- Faculdade de Santa Catarina (FASC)
- Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina (FATESC)
- Faculdade de Tecnologia em Saúde CIEPH (FACTES)
- Faculdade de Tecnologia Michel (FATEMI)
- Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça (FATENP)
- Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP)
- Faculdade de Tecnologia Tupy de São Bento do Sul (FTT-SBS)
- Faculdade de Tecnologia AEROTD (FATECAEROTD)
- Faculdade do Vale Do Itajaí Mirim (FAVIM)
- Faculdade Empreendedora Aurora (FACEMP)
- Faculdade Empresarial de Chapecó (FAEM)
- Faculdade Energia de Administração e Negócios (FEAN)
- Faculdade Escola Politécnica de Inovação e Conhecimento Aplicado (ÉPICA)
- Faculdade Estácio de Florianópolis - Estácio Florianópolis
- Faculdade FAE Blumenau
- Faculdade Guilherme Guimbala (FGG)
- Faculdade Horus São Miguel (FSJ)
- Faculdade Jangada (FJ)
- Faculdade Leonardo da Vinci - Santa Catarina
- Faculdade Luterana de Teologia (FLT)
- Faculdade Metropolitana de Blumenau (FAMEBLU)
- Faculdade Metropolitana de Rio do Sul (FAMESUL)
- Faculdade Metropolitana do Planalto Norte (FAMEPLAN)
- Faculdade Municipal de Palhoça (FMP)
- Faculdade Pinhalzinho (HORUS)
- Faculdade Porto das Águas (FAPAG)
- Faculdade Refidim (REFIDIM)
- Faculdade Regional Palmitos (FAP)
- Faculdade São Luís (FSL)
- Faculdade Satc (FASATC)
- Faculdades do Vale do Araranguá (FVA)
- Faculdade SINERGIA
- Faculdade União Bandeirante (FUBSJ)
- Instituto Blumenauense de Ensino Superior (IBES)

1.3.3 Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

O IFSC é uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica. Além do ensino, realiza a pesquisa e a extensão, todos voltados ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e com a sociedade, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando ao desenvolvimento socioeconômico local e regional. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe que cada uma dessas atividades, mesmo que realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

As áreas de atuação acadêmica estão detalhadas no capítulo 1 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - disponível no [sítio eletrônico do PDI](#). Nesse capítulo estão disponíveis

informações sobre o ensino, detalhamento dos níveis, as modalidades de oferta, os eixos tecnológicos e as áreas do conhecimento. Também estão elencados ali, a pesquisa, a pós-graduação, a inovação e assuntos internacionais, além da extensão.

Para que não haja sobreposição de cursos, especialmente em relação às escolas das redes públicas, procura-se estabelecer relações de parceria ou, ao menos, articulação das ofertas com as demais instituições que oferecem cursos da educação profissional, científica e tecnológica nas regiões de abrangência do IFSC. Mesmo em relação às escolas privadas, cabe ressaltar que suas ofertas quase sempre se diferenciam das ofertadas pelo IFSC em níveis de ensino, modalidade de oferta, forma de ingresso, infraestrutura e áreas do conhecimento.

1.3.4 Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio

No processo de elaboração do PDI 2015 - 2019, e como etapa para o planejamento estratégico, foi realizado o diagnóstico institucional do IFSC. Utilizou-se a ferramenta Matriz SWOT: cada câmpus foi orientado a encaminhar uma matriz com até quarenta fatores ambientais: 10 forças, 10 fraquezas, 10 oportunidades e 10 ameaças, que então foram analisadas, sistematizadas e sintetizadas pela Reitoria. O Quadro 1 apresenta os principais fatores ambientais externos (oportunidades e ameaças) levantadas na época, os quais se mantiveram válidos na análise do exercício de 2017.

Quadro 1 - Fatores Ambientais Externos

Oportunidades	Ameaças
Boas relações com o poder público da região.	Queda de investimento no IFSC: mudança nas políticas públicas e contingenciamento orçamentário e financeiro. Redistribuição de verbas proporcional ao número de estudantes, o que pode acarretar em orçamento irregular, comprometendo a qualidade dos cursos.
Parcerias com o setor produtivo.	Desvalorização do poder aquisitivo dos servidores originando greves e aumento de evasão escolar. Condições de trabalho (jornada, remuneração e prestígio).
Possibilidade de projetos com recursos extraorçamentários.	Mudança de governo / instabilidade política.
Reconhecimento da qualificação dos egressos. Mercado de trabalho para estudantes egressos / Estágio.	Problemas e instabilidade na organização da EPT.
Novas tecnologias para educação.	Deficiências no transporte público e acesso aos câmpus.
Primeira colocação entre os Institutos Tecnológicos do Brasil.	Falta de segurança para os estudantes no entorno de alguns câmpus.
Demanda de especialistas pelo mercado de trabalho	
Programas Sociais (Certific, Proeja, Pronatec, Política de cotas)	
Política governamental favorável às Instituições de Educação Profissional	

Fonte: Prodin

As matrizes SWOT dos câmpus estão disponíveis no sítio eletrônico do PDI.

1.3.5 Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços

Em 2014, o IFSC aprovou um Planejamento Estratégico (PE) para orientar sua ação no quinquênio seguinte. O PE norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal, bem como infraestrutura. O documento apresenta as perspectivas e os temas estratégicos utilizados, bem como o mapa estratégico e o detalhamento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas do instituto.

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da instituição. Em outras palavras, cada perspectiva compreende um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse.

Uma das perspectivas presentes no mapa é a perspectiva chamada “**estudantes e sociedade**”. Essa perspectiva coaduna as escolhas estratégicas executadas pela instituição à satisfação e ao benefício dos estudantes e da sociedade - seus clientes finalísticos. Os objetivos estratégicos que constituem essa perspectiva são:

- Atender os potenciais estudantes, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região;
- Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade;
- Proporcionar formação ampla e qualificada aos estudantes;
- Atender às demandas dos estudantes com efetividade;
- Fortalecer a inserção socioprofissional do estudante e do egresso;
- Consolidar a imagem e a identidade institucional;
- Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.

1.3.6 Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los

Entende-se que esse item não se aplica ao IFSC, pois, conforme descrito, a oferta de educação profissional, científica e tecnológica é articulada com as demais instituições de ensino público e complementada pelas instituições da iniciativa privada. Os resultados do trabalho do IFSC, contudo, precisam ser constantemente monitorados e avaliados para que sua oferta de cursos e vagas permaneça alinhada com as demandas da sociedade, como demonstram os objetivos constantes no Planejamento Estratégico.

1.3.7 Mudanças de cenário ocorridas nos últimos exercícios

A principal mudança de cenário externo, nos últimos dois anos, foi dada pela promulgação da Emenda Constitucional 95, em dezembro de 2016, a qual limita por 20 anos os gastos públicos e afeta diretamente o total de recursos orçamentário-financeiros que podem ser investidos pelo Governo na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Desconsiderada a folha de pagamento, o orçamento do IFSC previsto em Lei sofreu diminuição de 2016 para 2017 e manteve-se praticamente inalterado de 2017 para 2018, mesmo com crescimento do número de matrículas em ambos os períodos. De forma semelhante ao vivenciado nos exercícios 2015 e 2016, o panorama orçamentário-financeiro do primeiro semestre de 2017 foi dominado pelas incertezas sobre a dimensão do contingenciamento orçamentário. Além disso, a liberação de cotas de empenho reduzidas prejudicaram a efetividade da execução orçamentária ao longo do ano todo. O contingenciamento inicial do recurso de “custeio” (Outras Despesas Correntes) e posterior liberação dessa cota nos últimos dias de execução, aliado ao bloqueio do orçamento, a liberação de 60% do

recurso de investimento, ainda uma considerável redução na ação 20RG, somado às instabilidades que continuavam ocorrendo na liberação de financeiro, prejudicaram a realização do Plano Anual de Trabalho do IFSC e, sobretudo, trouxeram danos à imagem da instituição junto aos seus fornecedores, estudantes e à comunidade em geral.

Também se deve ressaltar a alteração de cenário externo promovido pela sanção, em fevereiro de 2017, da Lei Federal que reforma o Ensino Médio no país. Entretanto, seus impactos ainda não foram sentidos internamente, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio ainda não foi aprovada pelo MEC. Assim, as discussões internas sobre a necessidade de adequação curricular dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio no IFSC deverá ocorrer a partir de 2018, especialmente no bojo da elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional.

--

1.4 ORGANOGRAMA

O organograma apresenta a estrutura organizacional do IFSC e as competências das principais áreas da instituição, o titular que está no comando da respectiva área, o cargo ocupado por ele e, por fim, o período de sua atuação.

O IFSC é organizado em estrutura multicâmpus, ou seja, tem um conjunto de câmpus instalados principalmente fora do município-sede, Florianópolis. Sua proposta orçamentária anual é identificada por câmpus e Reitoria, exceto em pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Sua estrutura organizacional é composta por:

I. Órgãos Superiores da Administração

- a) Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo;
- b) Colégio de Dirigentes (Codir), de caráter consultivo.

II. Órgão Executivo e de Administração Geral

- a) Reitoria;
- b) Pró-reitoria de Administração (Proad);
- c) Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin);
- d) Pró-reitoria de Ensino (Proen);
- e) Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex);
- f) Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Proppi).

III. Órgãos de Assessoramento

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP);
 - i. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
 - ii. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (CIS);
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe);
- c) Comissão Própria de Avaliação (CPA).

IV. Órgão de Controle

- a) Auditoria Interna (Unai);

b) Procuradoria Federal.

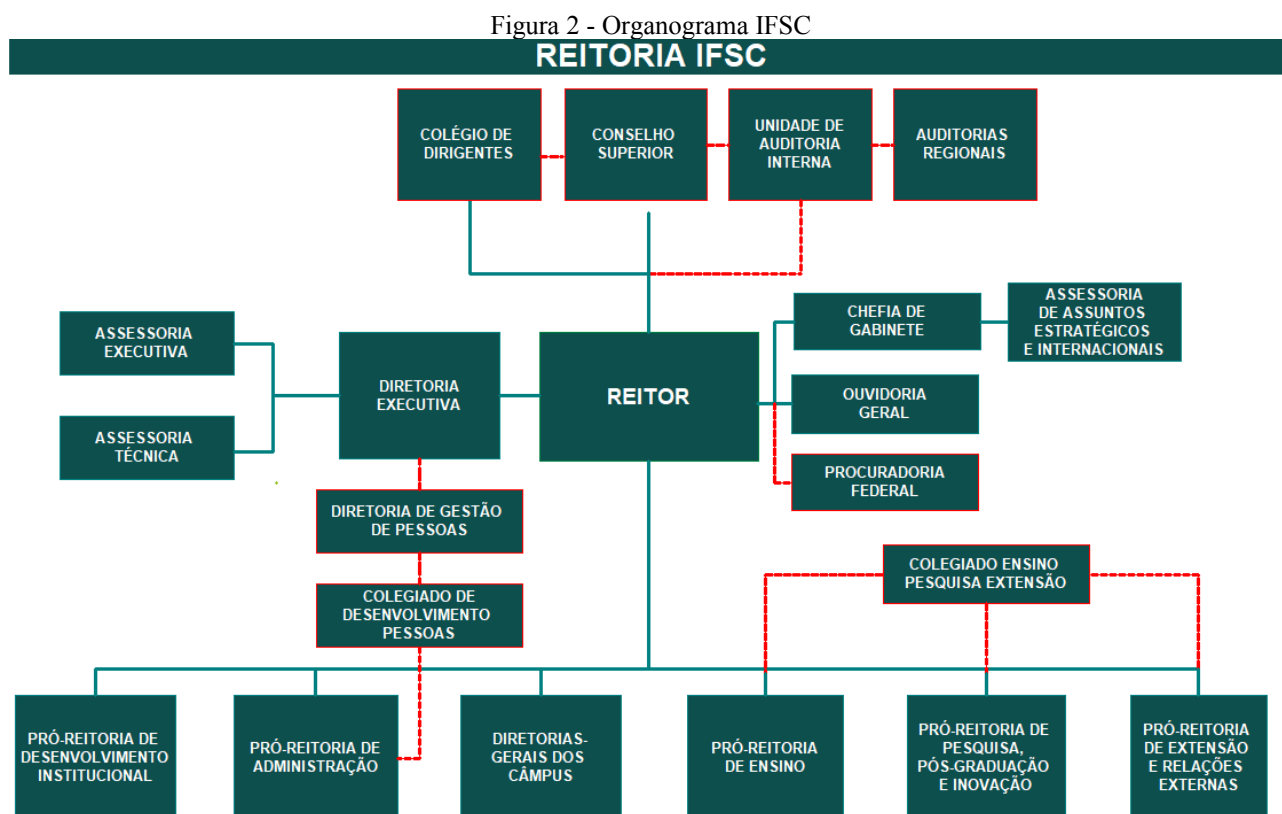
V. Órgãos de atividade finalística

a) Diretorias Gerais dos câmpus;

i. Colegiados dos Câmpus, de caráter consultivo;

b) Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead).

A Figura 2 apresenta o organograma da instituição.



Fonte: DGC

Quadro 2 - Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	Compete à Reitoria a administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão; formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes; planejar as estratégias de desenvolvimento da Instituição; coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados; promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC. ¹	Maria Clara Kaschny Schneider	Reitora	Jan. a dez. 2017
Pró-Reitoria de Administração	Compete a essa Pró-reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e realizar outras atividades delegadas pelo Reitor.	Aline Heinz Belo	Pró-reitora de Administração	Jan. a dez. 2017
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	Compete a essa Pró-reitoria promover a integração entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor.	Andrei Zwetsch Cavalheiro	Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	Jan. a dez. 2017
Pró-reitoria de Ensino	Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Luiz Otávio Cabral	Pró-reitor de Ensino	Jan. a dez. 2017

1 O cumprimento das competências da Reitoria será desenvolvido pelos ocupantes dos cargos: Reitor, Diretoria Executiva, Pró-reitorias, Chefia de Gabinete, Ouvidoria, Auditoria Interna e Procuradoria-geral.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas	Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Maria Cláudia de Almeida Castro	Pró-reitora de Extensão e Relações Externas	Jan. a dez. 2017
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Clodoaldo Machado	Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Jan. a dez. 2017
Diretorias Gerais dos câmpus do IFSC	Os câmpus do IFSC serão administrados por diretores-gerais nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008 e conforme demais legislações vigentes, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e delegações do Reitor. A Diretoria do câmpus é órgão executivo que administra, coordena e superintende todas as atividades do câmpus e será exercida pelo Diretor-Geral, auxiliado pelo Vice-Diretor, quando houver. Compete ao Diretor-geral do câmpus: coordenar as políticas educacionais e administrativas, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior e demais colegiados sistêmicos, pelo órgão colegiado do câmpus e pelas orientações determinadas pelo Reitor, em consonância com o Estatuto, com o Projeto Pedagógico Institucional, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Regimento Geral do IFSC; representar o câmpus junto aos órgãos externos públicos e privados; representar o câmpus junto à Reitoria; organizar o planejamento anual do câmpus; participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional; divulgar internamente as informações relevantes para o funcionamento do câmpus; autorizar a participação de servidores em eventos; autorizar processos de compras e execução de serviços;	Mirtes Lia Pereira Barbosa	Diretora-geral do Câmpus Araranguá	Jan. a dez. 2017
		Maria Bertília Oss Giacomelli	Diretora-geral do Câmpus Canoinhas	Jan. a dez. 2017
		Ilca Maria Ferrari Ghiggi	Diretora-geral do Câmpus Chapecó	Jan. a dez. 2017
		Lucas Domingui	Diretor-geral do Câmpus Criciúma	Jan. a dez. 2017
		Andrea Martins Andujar	Diretora-geral do Câmpus Florianópolis	Jan. a dez. 2017
		Caio Alexandre Martini Monti	Diretor-geral do Câmpus Florianópolis - Continente	Jan. a dez. 2017
		Ana Paula Kuczmynda da Silveira	Diretora-geral do Câmpus Gaspar	Jan. a dez. 2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
	<p>propor ao Reitor a designação ou dispensa de servidores para o exercício de cargos comissionados e funções gratificadas; apresentar anualmente ao Reitor o relatório de atividades de sua gestão; zelar pela manutenção dos bens patrimoniais; promover o desenvolvimento dos servidores; criar comissões de assessoramento e grupos de trabalho para auxiliá-lo no desempenho de suas funções; expedir portarias internas; assinar diplomas, Certificados e demais documentos acadêmicos relativos aos cursos ofertados no câmpus, mediante delegação do Reitor; propor políticas educacionais e administrativas aos órgãos competentes; acompanhar a utilização dos recursos orçamentários do câmpus; supervisionar os centros vocacionais tecnológicos vinculados ao câmpus; executar outras atribuições, a partir de delegação do Reitor.</p>	Carlos Alberto Souza	Diretor-geral do Câmpus Itajaí	Jan. a dez. 2017
		Jaison Vieira da Maia	Diretor-geral do Câmpus Jaraguá do Sul	Jan. a dez. 2017
		Valter Vander de Oliveira	Diretor-geral do Câmpus Joinville	Jan. a dez. 2017
		Thiago Meneghel Rodrigues	Diretor-geral do Câmpus Lages	Jan. a dez. 2017
		Saul Silva Caetano	Diretor-geral do Câmpus São José	Jan. a dez. 2017
		Diego Albino Martins	Diretor-geral do Câmpus São Miguel do Oeste	Jan. a dez. 2017
		Eduardo Nascimento Pires	Diretor-geral do Câmpus Caçador	Jan. a dez. 2017
		Sabrina Moro Villela Pacheco	Diretora-geral do Câmpus Garopaba	Jan. a dez. 2017
		Eduardo Evangelista	Diretor-geral do Câmpus Jaraguá do Sul - Geraldo Werninghaus	Jan. a dez. 2017
		Carmem Cristina Beck	Diretora-geral do Câmpus Palhoça-Bilíngue	Jan. a dez. 2017
		Marcos Roberto Dobler Stroschein	Diretor-geral do Câmpus Urupema	Jan. a dez. 2017
		Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz	Diretora-Geral do Câmpus Xanxerê	Jan. a dez. 2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
		Juarez Pontes	Diretor-geral do Câmpus São Carlos	Jan. a dez. 2017
		Consuelo Aparecida Sielski Santos	Diretora-geral do Câmpus Tubarão	Jan. a dez. 2017
		Simone Raquel Casarin Machado	Diretor(a)-geral do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste	Jan. a fev. 2017
		Gabriel Mathias Ferrari		Fev. a mar. 2017
		Daniel Fernando Carossi		Mar. a dez. 2017

Fonte: DGC

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

No setor público brasileiro, a gestão de processos foi inserida como parte de um conjunto de métodos e soluções do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), instituído pelo Decreto 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, que vem ao encontro da criação de um modelo de excelência em gestão focado em resultados e orientado para o cidadão. Nesse contexto, o marco inicial da gestão de processos no IFSC foi a criação da Coordenadoria de Processos e Normas, atualmente vinculada à Diretoria de Gestão do Conhecimento, subordinada à Pró-reitoria- de Desenvolvimento Institucional. Desde então, essa Pró-reitoria- tem empenhado diversas ações no sentido de mapear e modelar os processos institucionais, compartilhando com todos os servidores o conhecimento sobre os processos do IFSC, em busca da melhoria contínua, da padronização dos processos internos, evitando o retrabalho, eliminando desperdícios e atividades que não geram resultados positivos para o aluno e a sociedade.

Para continuar avançando nesse aspecto, o PDI 2015-2019 conta com o objetivo estratégico: P9 - Consolidar a governança institucional e a gestão em rede, e a iniciativa estratégica: P0905 - Formalizar metodologicamente a implantação da gestão por processos no IFSC, considerando a gestão em rede e a perspectiva do usuário. Como resultado desse objetivo estratégico e dessa iniciativa estratégica, nasceu o projeto no PAT 2017: 10DIN-P0905/17 - Implantação da Gestão por Processos - Fase 1.

Esse projeto contempla um conjunto de ações, dentre as quais: implantar ferramentas de gestão estratégica. Na literatura, entende-se como principais ferramentas de gestão estratégica: análise SWOT, para listar os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças; Missão, Visão e Valores, para determinar uma direção estratégica, desde a integração das operações até os rumos da instituição e a motivação da equipe; o Planejamento Estratégico, para discussão e definição de metas; o BSC (*balance scorecard*), para acompanhamento da estratégia; a Cadeia de Valor, para análise dos processos internos; dentre outros.

O PDI 2015-2019 contempla grande parte dessas ferramentas, tais como: análise SWOT, Missão-Visão-Valores e planejamento estratégico. Todavia, não apresenta a Cadeia de Valor do IFSC, ferramenta estratégica imprescindível para elaboração da Arquitetura de Processos do IFSC, uma vez que apresenta de forma sistemática, todas as atividades internas da instituição, explicita como a instituição opera para realizar sua missão, permitindo a compreensão do fluxo de agregação de valor aos serviços oferecidos para sociedade.

Assim, com o objetivo de avançar na implantação da gestão por processos na instituição, realizou-se a estruturação da Cadeia de Valor do IFSC e da Arquitetura de Processos. O projeto foi realizado no período de abril a agosto de 2017, voltado à compreensão e definição, de forma gráfica, da visão de processos da Instituição, a partir do foco dos alunos e da sociedade. A construção se deu com a intensa participação dos Pró-reitores, Diretores Sistêmicos e Chefes de Departamento da Reitoria, desde a identificação das propostas de valor, até a validação final do trabalho.

Para sua estruturação foram analisados os documentos norteadores do IFSC: Lei de Criação nº 11.892/2008, Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019, Política de Comunicação, Referenciais Estratégicos e utilizados como base o *BPM CBOK® V3.0*² e o *framework* da APQC para Educação versão 7.0.5.³ Essas análises serviram como base para a identificação da proposta de valor que a instituição oferece aos alunos e à sociedade e para o desenvolvimento da Cadeia de Valor e da Arquitetura de Processos.

2 *BPM CBOK® V3.0* – Guia de Gerenciamento de Processos de Negócio – versão em português ajustada e ampliada do *BPM CBOK V3.0* em inglês pela ABPMP Brasil (Associação Internacional de Profissionais de BPM no Brasil). Disponível em: <<http://www.abpmp-br.org/bpm-cbok-v3-0/>>.

3 APQC (*American Productivity & Quality Center*) é uma organização internacional de *benchmark* sem fins lucrativos, que criou uma *Estrutura de Classificação de Processos (PCF – Process Classification Framework)* que pode ser utilizada por qualquer organização como ponto de partida para criação da Cadeia de Valor. Disponível em: <<http://www.apqc.org/>>.

Para a elaboração das propostas de valor do IFSC utilizou-se a abordagem de valor público de Moore⁴, no qual o valor público é o “valor que uma organização pública agrega ou disponibiliza para a sociedade sob a forma de serviços e benefícios” (MOORE, 2002).

Assim, tendo como Missão: “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.”

E como Visão: “Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

O IFSC se propõe a entregar aos alunos o seguinte valor: “Formação e qualificação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com estreita articulação entre os setores produtivos e a sociedade, direcionadas para a realidade local e regional”.

Enquanto se propõe a entregar para a sociedade: “Cidadãos capazes de difundir e aplicar conhecimento e inovação para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade”.

Definidas as propostas de valor, passou-se à elaboração da cadeia de valor, estruturada para melhor atender a classificação dos três tipos de processos:

- **Processos Finalísticos:** são as atividades essenciais que a instituição executa para cumprir a sua missão. Recebe apoio de outros processos internos, gerando um produto ou serviço para o cliente interno ou para o aluno e a sociedade. Está diretamente relacionado ao objetivo do IFSC.
- **Processos de Suporte:** existem para entregar valor aos processos finalísticos ou aos processos gerenciais. Apesar de não gerarem valor diretamente aos alunos e à sociedade, são fundamentais e estratégicos, pois estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da instituição.
- **Processos Gerenciais:** ligados à estratégia da instituição. Estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para se estabelecer e concretizar metas. Também referem-se ao estabelecimento de indicadores de desempenho e às formas de avaliação dos resultados alcançados interna e externamente à organização. São necessários para assegurar que a instituição opere de acordo com seus objetivos e metas de desempenho.

A Figura 3 apresenta a Cadeia de Valor do IFSC, instituída por meio da Portaria nº 08/2018, de 02 de janeiro de 2018, que corresponde às grandes funções da organização para as quais devem estar voltadas suas unidades.

4 MOORE, Mark H. *Criando Valor Público: Gestão Estratégica no Governo*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões/Brasília: _Enap, _2002. _560 p.

Figura 3 - Cadeia de Valor do IFSC

CADEIA DE VALOR



Fonte: DGC

Após a elaboração da Cadeia de Valor do IFSC, passou-se a descrição da lista de processos que cada macroprocesso possui, gerando a Arquitetura de Processos. Atualmente ela comporta o nível de processos do IFSC, desde o nível macro (sua cadeia de valor) até o nível de processo. Com o detalhamento dos demais níveis, processos ou macroprocessos podem ser alterados, substituídos, excluídos, agrupados ou incluídos.

Quadro 3 - Arquitetura de Processos do IFSC

MACROPROCESSOS		PROCESSOS
GERENCIAIS	GESTÃO DE GOVERNANÇA	Gestão de Riscos
		Gestão de Auditorias Internas
		Prestação de Contas
		Gestão de Atividades Correcionais e Éticas
		Gestão das Relações Institucionais
		Gestão dos Órgãos Colegiados, Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho
		Gestão dos Processos de Escolha de Gestores
	GESTÃO ESTRATÉGICA	Gestão do Planejamento Institucional
		Gestão de Projetos Estratégicos

MACROPROCESSOS		PROCESSOS
FINALÍSTICOS		Gestão de Processos
		Gestão do Desempenho Institucional
		Gestão da Imagem Institucional
	DA IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA AO PLANEJAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Acompanhar egressos
		Avaliar Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão
		Analisar Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais
		Analisar Demandas Sociais
		Estabelecer Diretrizes para Ensino, Pesquisa e Extensão
		Definir a Oferta de Cursos e Vagas (POCV)
	DO DESENVOLVIMENTO À APROVAÇÃO DO CURSO	Desenvolver Projetos de Curso
		Aprovar Projeto de Curso
		Autorizar a Oferta do Curso
		Viabilizar o Reconhecimento dos Cursos
	DA PROSPECÇÃO À APROVAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO	Articular Relações Externas
		Desenhar Intervenções Extensionistas
		Viabilizar Intervenções Extensionistas
		Aprovar Intervenções Extensionistas
	DA PROSPECÇÃO DE FOMENTO À APROVAÇÃO DE PD&I	Viabilizar Fomento para Projetos de Pesquisa e Inovação
		Elaborar Projetos de Pesquisa e Inovação
		Aprovar Projetos de Pesquisa e Inovação
	DA PROSPECÇÃO DO ALUNO AO ACESSO	Identificar Públicos Estratégicos dos Cursos
		Comunicar a Oferta dos Cursos
		Realizar Processos Seletivos
	DA MATRÍCULA À CONCLUSÃO	Realizar Matrícula dos Alunos
		Acolher Alunos Matriculados
		Projetar e Entregar Serviços de Suporte ao Aluno
		Realizar Formação Conforme PPC dos Cursos
Projetar e Entregar Serviços de Administração Escolar		
Certificar Alunos		
DA INTERVENÇÃO EXTENSIONISTA À GERAÇÃO DE PRODUTOS	Executar Intervenções Extensionistas	
	Avaliar Impacto das Intervenções Extensionistas	
	Gerir Produtos das Intervenções Extensionistas	
DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	Executar Projetos de Pesquisa	
	Gerir a Propriedade Intelectual	
	Transferir Conhecimento e Tecnologia	
SUPORTE	GESTÃO DE PESSOAS	Seleção de Pessoas
		Gestão de Movimentação Funcional
		Gestão de Direitos e Benefícios
		Gestão da Folha de Pagamento
		Gestão do Clima Organizacional
		Desenvolvimento de Pessoas
		Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional
		Gestão de Informações e Pessoal
	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Gestão das Demandas de TI
		Desenvolvimento de Soluções de TI

MACROPROCESSOS		PROCESSOS
		Implantação de Soluções de TI
		Manutenção e Suporte de Soluções de TI
		Gestão da Governança de TI
	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Gestão do Orçamento
		Gestão de Recursos Financeiros
		Gestão Contábil
	GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS	Aquisição de Bens e Contratação de Serviços
		Gestão Patrimonial
		Gestão de Bens de Consumo
		Gestão de Contratos
	GESTÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA	Gestão de Obras de Engenharia
		Manutenção, Limpeza e Segurança Predial
		Gestão de Serviços Operacionais

Fonte: DGC

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Planejamento Estratégico

Desde a transformação em Instituto Federal, o processo de elaboração do planejamento do IFSC vem sendo continuamente aperfeiçoado, de modo a contemplar às demandas institucionais e às sociais.

O IFSC possui um Planejamento Estratégico que faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado em 20 de novembro de 2014 por meio da Resolução nº40 do Conselho Superior. Esse documento foi validado para o período referente a 2015-2019. Elaborado a partir do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Planejamento Estratégico norteou o restante do conteúdo do PDI, desde o planejamento da oferta de cursos, gestão de pessoal e a infraestrutura. Cabe salientar que o Planejamento Estratégico foi elaborado com a participação dos servidores e alunos, o que reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pelo futuro do IFSC.

A estrutura multicâmpus do IFSC e as metas estabelecidas para a Rede Federal de EPCT requerem mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do caráter sistêmico do instituto e a consolidação da identidade institucional. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico assume no IFSC um papel fundamental como ferramenta de gestão.

Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico orientará a elaboração do planejamento tático do IFSC, conforme será detalhado mais adiante nesta seção.

Para organizar a construção do Planejamento Estratégico, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) desenvolveu um estudo sobre metodologias e as ferramentas de planejamento estratégico, tais como *Balanced Scorecard* (BSC) e Análise SWOT, e sobre a aplicação dessas metodologias em Instituições de Ensino.

Com base nesse estudo, a Diretoria de Gestão do Conhecimento propôs uma metodologia para elaboração do Planejamento Estratégico do IFSC, bem como um cronograma para desenvolver essa atividade. Tanto a metodologia quanto o cronograma foram discutidos e validados pela Comissão Central do PDI e aprovados pelo Consup.

A fim de subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico, foi realizado um diagnóstico institucional, com uso da Matriz SWOT, em todos os câmpus do IFSC. A partir daí, a Reitoria organizou reuniões de gestores para definição das perspectivas de valor e os temas estratégicos e, sequencialmente, organizou grupos temáticos de trabalho para identificação de propostas de objetivos estratégicos. Após a elaboração da primeira versão do mapa estratégico, coube aos grupos esboçar a proposta de indicadores e metas para cada objetivo estratégico.

O material produzido pelos grupos foi sistematizado pela Prodin e preparado para o Seminário de Planejamento Estratégico. O evento contou com 143 participantes, representando todos os câmpus e a Reitoria, bem como todos os órgãos colegiados de abrangência institucional.

O objetivo do seminário foi discutir os objetivos estratégicos e propor indicadores, metas e iniciativas para cada um deles. O material produzido durante o evento pelos grupos passou por uma análise técnica e foi disponibilizado para a comunidade acadêmica contribuir por meio de consulta pública. As contribuições recebidas passaram por uma análise técnica feita pelos grupos constituídos e pela equipe da Diretoria de Gestão do Conhecimento.

Após a consulta pública e análise das contribuições pelos grupos de trabalho, foi elaborada a minuta do Planejamento Estratégico que foi submetida aos órgãos colegiados da instituição.

Feita a contextualização do processo de elaboração do Planejamento Estratégico apresenta-se uma breve exposição dos seus principais componentes.

TEMAS ESTRATÉGICOS

Os temas estratégicos representam os pilares sobre os quais se executa a estratégia, extrapolando o organograma da instituição e promovendo o estabelecimento de relações de causa e efeito entre os objetivos. Assim, cada tema é constituído por um conjunto de objetivos que apresentam um encadeamento lógico e têm uma finalidade em comum: cumprir a Missão Institucional e alcançar a Visão de Futuro.

Os temas estratégicos nortearam o estabelecimento dos objetivos estratégicos nos cinco eixos: inclusão social; inserção profissional; pesquisa e inovação; intervenção político-social; identidade e imagem institucional. A seguir são apresentados os temas com uma breve descrição.

Inclusão social

O IFSC assume a função social de inclusão atuando em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas.

Programas de inclusão são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho.

Esse tema envolve a oferta diversificada de cursos, permitindo o ingresso de diferentes públicos, ampliação das formas de acesso e acolhimento dos alunos. O processo de ingresso deve ser reestruturado a partir de uma perspectiva inclusiva, de modo que atraia potenciais alunos, identifique os perfis de quem ingressa, as peculiaridades e demandas regionais.

As ações inclusivas devem facilitar, além dos processos de acesso, a permanência e o êxito dos alunos.

Inserção profissional

Deve-se identificar, regulamentar e fortalecer as ações institucionais para a inserção socioprofissional do aluno e do egresso. Além de buscar articulação e parcerias com empresas para a oferta de estágios e aumento da empregabilidade, existem muitas possibilidades de criação de alternativas laborais com o apoio do IFSC, tais como o estímulo à criação de cooperativas, incubadoras sociais e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

Além disso, o estímulo ao empreendedorismo, que está entre as finalidades do instituto, apresenta-se como uma dessas possibilidades. A instituição deve criar estratégias de acompanhamento dos egressos para monitorar a inserção profissional de seus alunos.

Pesquisa e inovação

A pesquisa permeia toda a instituição e tem influência direta na qualidade do ensino, na formação integral do aluno, na qualificação dos professores, nos processos internos de gestão, no desenvolvimento de soluções aplicadas ao meio produtivo e à sociedade. Para nos tornarmos uma instituição de excelência devemos atentar para a necessidade de desenvolver pesquisa em todos os eixos de atuação, de forma continuada e constante.

A instituição deve promover a inovação para atingir a sociedade. Esse processo se constitui como norte para a pesquisa aplicada às demandas da sociedade. Além disso, é preciso fomentar a transferência de conhecimento e de tecnologia por meio do desenvolvimento de atividades de extensão.

Intervenção político-social

A educação profissional, científica e tecnológica deve atuar no âmbito social, tornando-se um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais. O IFSC é uma instituição social e educacional, comprometida com a educação científica e profissional de jovens e adultos, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e ao funcionamento, e inclusiva quanto à sua ação educativa.

O IFSC deve estar inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional, científica e tecnológica nacionalmente, mas com um olhar especial à comunidade na qual se insere. Deve atuar em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais. Deve buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, com o objetivo de ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda.

Identidade e imagem institucional

Identidade institucional é uma expressão relacionada ao que a organização efetivamente é, faz e diz: sua estrutura, seu histórico, seu patrimônio, as atividades que desenvolve, os serviços e produtos que oferece. Já a imagem está relacionada ao que se passa no imaginário dos seus públicos, como eles percebem o comportamento da organização. É a maneira como o público entende o que a instituição está transmitindo.

O IFSC deve trabalhar a imagem e reputação diante de todos os públicos estratégicos de forma a atrair os públicos demandados com o fortalecimento das ações de relações externas. A internacionalização da instituição, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, a harmonização dos currículos como forma de reforçar a identidade institucional, a publicação de revistas e livros e de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos fortalecem essa imagem.

PERSPECTIVAS

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da instituição. Em outras palavras, cada perspectiva foi desdobrada em um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse. São perspectivas do Planejamento Estratégico do IFSC: alunos e sociedade; processos; pessoas e conhecimento. A seguir uma breve descrição de cada perspectiva.

Alunos e sociedade

Mede-o quanto as escolhas estratégicas executadas pela instituição estão contribuindo para satisfazer e beneficiar os alunos e a sociedade. Os objetivos estratégicos que constituem essa perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: para realizar nossa missão e alcançar nossa visão, como devemos ser percebidos pelos nossos alunos e pela sociedade? Para realizar nossa missão, quais benefícios devem ser gerados para alunos e sociedade?

Processos

Nessa perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores, nos quais a instituição deve atingir a excelência para alcançar seus objetivos. Os objetivos estratégicos que constituem essa perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: para cumprir nossa missão, em quais processos devemos ser excelentes? No que devemos melhorar ou inovar para alcançar a nossa visão?

Pessoas e conhecimento

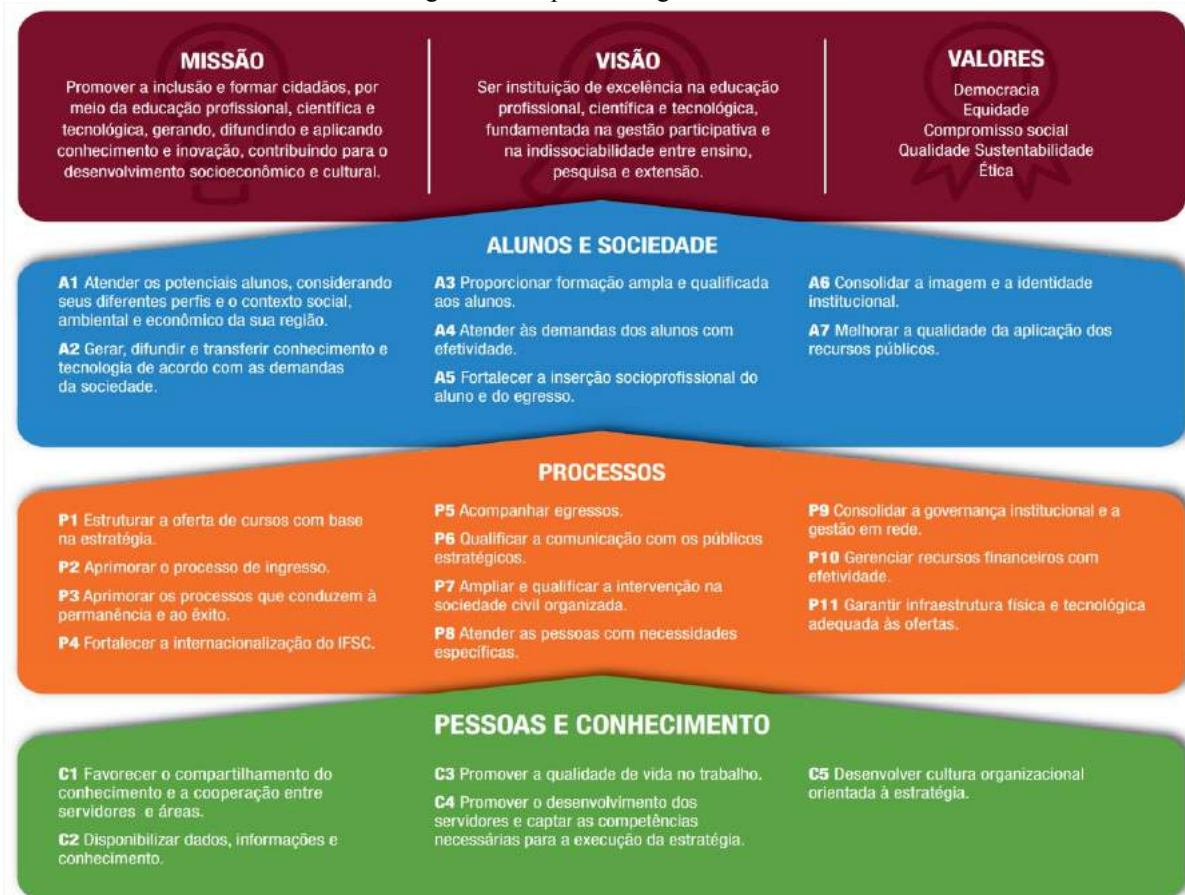
Representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria em longo prazo. Abrange quatro categorias principais: capacidade dos servidores, capacidade dos sistemas de informação, clima organizacional e procedimentos organizacionais. Os objetivos estratégicos que constituem essa perspectiva devem ser capazes de responder à seguinte pergunta: como proveremos a nossa capacidade de fazer, aprender, melhorar e inovar?

A partir dos temas estratégicos e das perspectivas estratégicas foram elaborados 23 objetivos estratégicos, os quais norteiam a elaboração do planejamento tático. Como citado anteriormente, o IFSC elaborou um mapa estratégico que alinha os objetivos estratégicos às três perspectivas: alunos e sociedade, processos e pessoas e conhecimento. O mapa estratégico é a representação visual da estratégia do IFSC. Ele ilustra as relações de causa e efeito conectando os resultados almejados para cada perspectiva.

Integram o mapa estratégico do IFSC as declarações da missão e visão, bem como os valores institucionais. No processo de elaboração do PDI, a missão, a visão e os valores do IFSC foram atualizados para melhor representar a nova institucionalidade, uma vez que as declarações anteriores foram elaboradas ainda enquanto CEFET-SC. As novas propostas de missão e visão foram elaboradas em um seminário e aprovadas por assembleia com delegados de todos os câmpus e da Reitoria. Já os valores foram propostos por uma comissão temática, que procurou identificá-los a partir do conteúdo da minuta do PPI e de outros documentos institucionais, para então encaminhá-los à comissão central do PDI e ao Consup para apreciação. Os valores foram aprovados em maio de 2014.

O resultado de todo o processo de construção do planejamento estratégico institucional pode ser sintetizado no Mapa Estratégico do IFSC, apresentado na Figura 4.

Figura 4 - Mapa Estratégico do IFSC.



Fonte: Prodin

A seguir, apresentam-se os 23 objetivos estratégicos para o quinquênio 2015-2019, com seus respectivos códigos e descrições.

Quadro 4 - Objetivos Estratégicos para o Quinquênio 2015-2019

Código	Título	Descrição
A1	Atender aos potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.	Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional.
A2	Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.	Produzir, compartilhar e aplicar conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.
A3	Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos	Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais e desportivas.
A4	Atender às demandas dos alunos com efetividade.	Melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.
A5	Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção socioprofissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.
A6	Consolidar a imagem e a identidade institucional.	Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão de sua abrangência, história e valores, bem como da importância da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.
A7	Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.	Otimizar continuamente a gestão dos processos, de modo a alcançar com efetividade as metas institucionais.
P1	Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	Implantar e otimizar processos para adequação da oferta de cursos à redução da evasão, aumento da inserção profissional e ampliação do impacto social da instituição. Além disso, fundamentar a elaboração de currículos na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.
P2	Aprimorar o processo de ingresso.	Reestruturar o processo de ingresso em uma perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.
P3	Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento do aluno a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.
P4	Fortalecer a internacionalização do IFSC	Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, divulgação e produção científica e tecnológica.

Código	Título	Descrição
P5	Acompanhar egressos	Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos, para viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.
P6	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.	Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com os públicos estratégicos do IFSC, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.
P7	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	O IFSC deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.
P8	Atender às pessoas com necessidades específicas.	Aperfeiçoar e implantar processos para atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas
P9	Consolidar a governança institucional e a gestão em rede	Garantir a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.
P10	Gerenciar recursos financeiros com efetividade	Planejar a captação, a aplicação e a execução dos recursos financeiros, de modo a maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas.
P11	Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas	Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.
C1	Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	Prover um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.
C2	Disponibilizar dados, informações e conhecimento	Prover a infraestrutura necessária para garantir a disponibilização de dados e informações para a produção de conhecimento e disseminar a cultura de utilização desses para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais.
C3	Promover a qualidade de vida no trabalho	Promover a atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.
C4	Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.	Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para diminuição da lacuna de competências.
C5	Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.	Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

Fonte: Prodin

Os Objetivos Estratégicos foram desdobrados em indicadores, metas e iniciativas estratégicas. A Figura 5 apresenta esse desdobramento.

Figura 5 - Desdobramento do objetivo estratégico



Fonte: Prodin

Os indicadores são uma definição de medida de desempenho estabelecida para obter uma maneira de avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Os indicadores têm unidades de medida associadas. Um indicador tem diversos atributos: fórmula, polaridade, fonte de dados, responsáveis e periodicidade. O detalhamento dos indicadores consta em documento próprio, complementar ao Planejamento Estratégico.

Metas são pontos ou objetivos a serem atingidos em determinada medida e prazo. Elas quantificam e definem um prazo. Cada indicador deve apontar uma meta a ser alcançada. Em nosso planejamento estratégico, para cada indicador são apontados dois tipos de meta: uma meta global, para 2019, e metas parciais anuais.

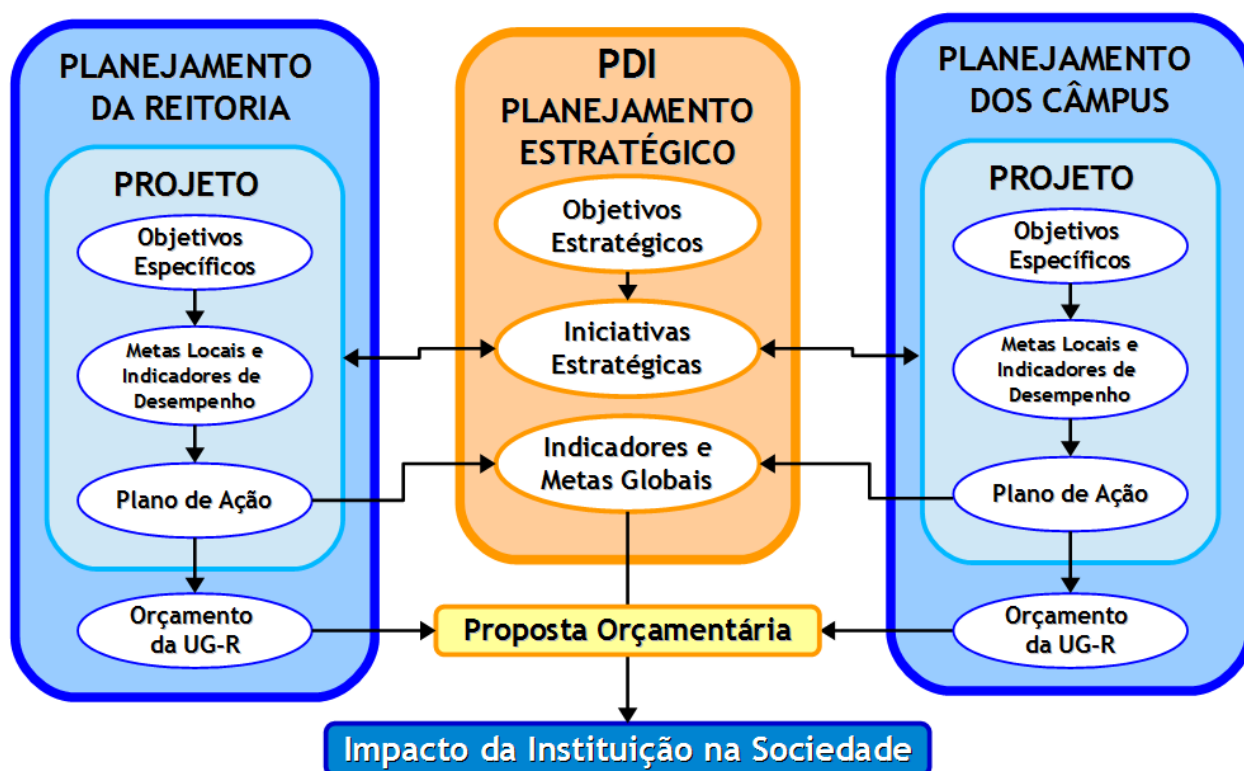
Iniciativas são as estratégias para atingir os objetivos e as metas definidas, ou seja, definem as prioridades nas quais as ações devem se pautar. As iniciativas são o elo entre o Planejamento Estratégico e o Tático, dado pelo Plano Anual de Trabalho (PAT), e constituem o ponto de partida para a definição dos projetos prioritários da instituição e de todas as suas unidades. As iniciativas são caracterizadas como:

- **Autônomas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora;
- **Articuladas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com a reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente;
- **Específicas:** projetos cadastrados e coordenados pela Reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução

Planejamento tático

O Planejamento Estratégico do IFSC orienta a elaboração do planejamento tático. O planejamento tático é elaborado por meio dos Planos Anuais de Trabalho (PAT), que são vinculados ao orçamento da instituição e resultam na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União (LOA). Os Planos Anuais de Trabalho são elaborados no primeiro semestre de cada ano. A Figura 6 ilustra o relacionamento entre o Planejamento Estratégico e o Plano Anual de Trabalho.

Figura 6 - Relacionamento entre os níveis de planejamento estratégico e tático no IFSC.



Fonte: Prodin

De forma geral, o PAT é constituído por **Projetos** e por Ações voltadas à **Manutenção** da Unidade Gestora Responsável (UGR).

As UGRs tem liberdade para avaliar a quantidade de projetos propostos em seus Planos Anuais de Trabalho, considerando a relação com os objetivos e as iniciativas estratégicas, bem como a sua capacidade de execução, também considerando a equipe e os recursos orçamentários envolvidos. O Plano Anual de Trabalho é cadastrado no Sistema de Planejamento do IFSC. Para elaboração e cadastro dos projetos no sistema de planejamento é observado o alinhamento com os objetivos estratégicos e com as iniciativas estratégicas estabelecidos no Planejamento Estratégico, em conformidade com a tipologia das iniciativas, conforme descrito a seguir:

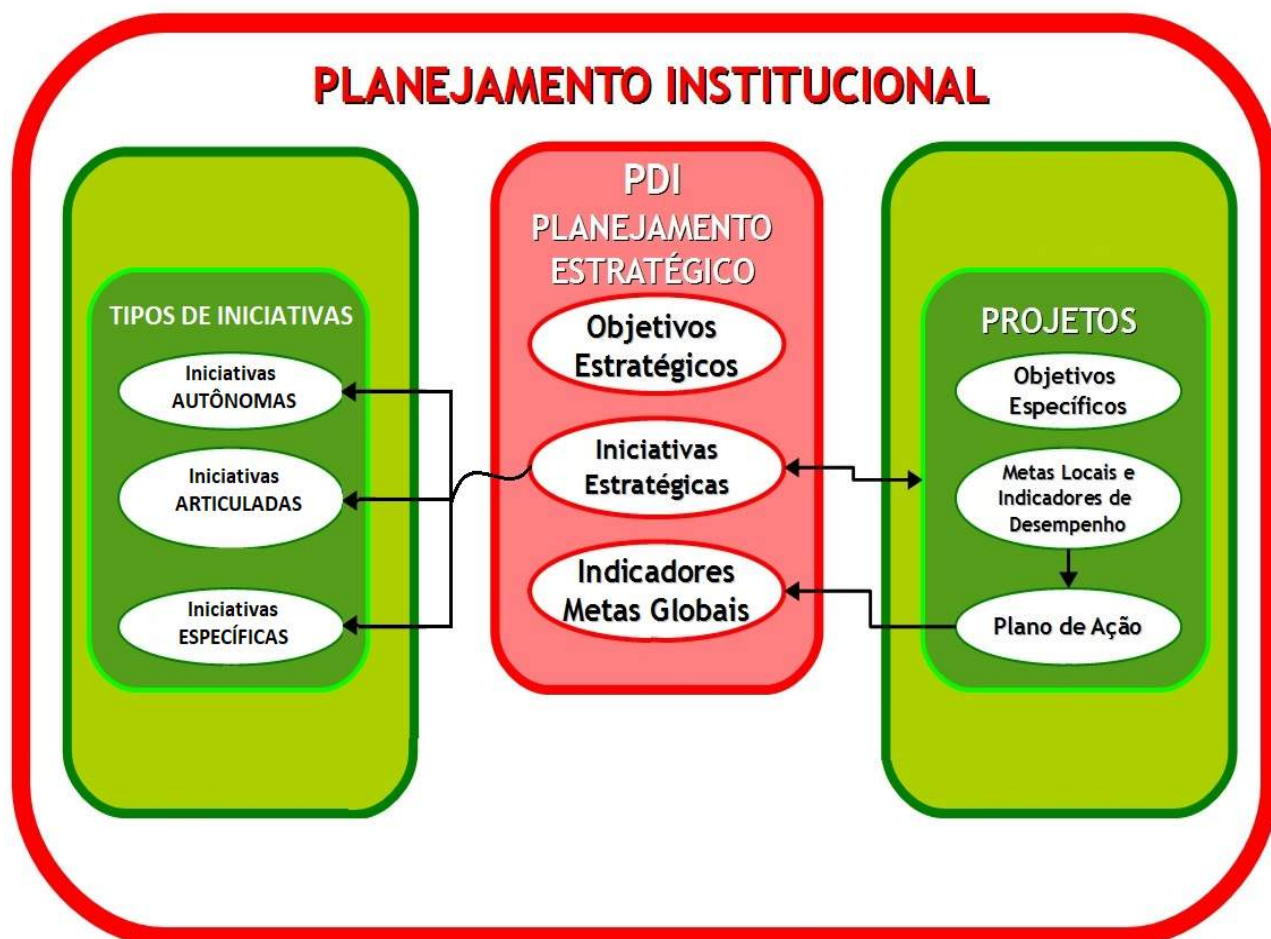
I. articuladas: projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com Reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente.

II. autônomas: projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora.

III. específicas: projetos cadastrados e coordenados pela Reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução.

Fonte: Prodin

Figura 7 - Relação entre Planejamento Estratégico e Plano Anual de Trabalho via Iniciativas Estratégicas.



Fonte: Prodin

Os câmpus podem propor projetos para as iniciativas estratégicas classificadas como articuladas e autônomas. As Unidades Gestoras da Reitoria podem elaborar e cadastrar projetos para as iniciativas estratégicas classificadas como articuladas, autônomas e específicas. Os projetos devem necessariamente ser vinculados a uma das iniciativas do objetivo estratégico correspondente.

Em relação às ações voltadas à manutenção da UGR (Unidade Gestora Responsável), entendem-se como custos estimados para manutenção os custos vinculados ao funcionamento, como por exemplo: contratos de terceirizados; contratos diversos (energia elétrica, água, telefonia fixa e móvel, manutenção de ar-condicionado, manutenção de elevadores, locação de imóvel, correios, e outros); material de consumo e insumos para aulas de cursos ou unidades curriculares já implantados; material de expediente; gestão da frota (seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - Dpvat), combustível, seguro e manutenção; diárias e passagens não vinculados aos projetos; auxílio-moradia, quando existir; suprimento de fundo, entre outros.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Como, na metodologia de planejamento empregada pelo IFSC, todos os 23 Objetivos Estratégicos têm igual importância, os objetivos do exercício sempre serão equivalentes à lista de Objetivos Estratégicos apresentada no Quadro 4. A priorização de objetivos para o planejamento anual ocorre de forma indireta, conforme as necessidades institucionais e dos câmpus.

A cada ciclo anual, o planejamento tático das Unidades Gestoras Responsáveis do IFSC observa a execução do plano dos exercícios anteriores por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, de outros documentos de avaliação e de diagnóstico, com incentivo de uso da Matriz SWOT. A partir do resultado de toda essa análise, as unidades gestoras concebem projetos vinculados aos 16 Objetivos Estratégicos das perspectivas dos *Processos* e das *Pessoas e Conhecimento*, estabelecendo o nível de prioridade dos seus projetos e definindo quais iniciativas estratégicas serão atendidas de forma autônoma.

O Quadro 5 apresenta os Objetivos Estratégicos atendidos pelos 1.316 projetos cadastrados no Plano Anual de Trabalho 2017, estratificando os dados por câmpus e Reitoria. Os projetos da Reitoria são a soma dos projetos de suas Unidades Gestoras Responsáveis, ou seja, o Gabinete, as Pró-Reitorias, a Diretoria de Gestão de Pessoas, o IFSC-REDE e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). A UGR Pnaes é administrada pela Diretoria de Assuntos Estudantis e concentra todos os projetos que utilizam recursos específicos para assistência ao aluno (Ação Orçamentária 2994 na LOA).

Como se vê no Quadro 5, o PAT 2017 organizou projetos para atendimento a todos os Objetivos Estratégicos, o que demonstra o comprometimento da instituição em atender os objetivos estratégicos estabelecidos em nosso PDI.

Embora todos os objetivos tenham igual importância, a maior parte dos projetos estão vinculados ao objetivo P11 - *Garantir infraestrutura física e tecnológica às ofertas*. Essa concentração se explica tanto pelo processo de implantação dos novos cursos previstos no PDI, especialmente nos câmpus que entraram em funcionamento nos últimos seis anos, como pela necessidade de reformas prediais e reestruturação de laboratórios e ambientes nos câmpus mais antigos. Com mais de 100 projetos associados, aparecem os objetivos P1 e P3, que versam, respectivamente, sobre estruturação da oferta de cursos e ações para permanência e êxito, dois dos objetivos da perspectiva dos processos internos do IFSC que se relacionam mais direta e intrinsecamente com a Missão e a Visão de futuro da instituição.

Esclarece-se que não houve projetos dos câmpus para os objetivos P2 e C5, uma vez que suas respectivas iniciativas estratégicas são da categoria “específicas”, cabendo apenas à Reitoria elaborar projetos para tal.

Os projetos inerentes ao objetivo “P5 Acompanhar egressos” demonstram a preocupação do instituto com o futuro dos alunos que nele se formam. Esse é um desafio fundamental para ter a percepção do real cumprimento de sua missão estratégica, que é “promover a inclusão e formar cidadãos por meio da educação”.

Apesar dos avanços já alcançados, esse é um tema que precisa ser aprimorado dentro da instituição. Isso se comprova, por exemplo, no fato de que nesse ano houve apenas 7 projetos cadastrados em nosso plano de trabalho atinentes a esse assunto. Mesmo compreendendo a complexidade desse tipo de acompanhamento, necessitam-se ações voltadas para a criação de uma metodologia capaz de gerenciar o tema.

Quadro 5 - Número de Projetos Cadastrados no Plano Anual de Trabalho 2017 por Objetivo Estratégico.

Objetivos Estratégicos	CÂMPUS																					Total		
	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SCA	SJE	SLO	SMO	TUB	URP		XXE	REI
C1 Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	0	1	0	4	0	1	0	0	0	0	2	0	2	1	0	0	0	0	0	2	0	0	5	18
C2 Disponibilizar dados, informações e conhecimento.	0	1	0	3	0	0	0	0	1	2	0	0	3	0	0	0	1	0	9	0	0	0	13	33
C3 Promover a qualidade de vida no trabalho.	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	1	1	7	19
C4 Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.	2	2	3	7	4	1	2	2	3	2	1	3	1	2	0	1	0	1	1	2	1	4	17	62
C5 Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	17
P1 Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	1	5	3	9	3	1	2	9	12	2	8	7	3	1	10	0	2	0	5	4	4	10	14	115
P2 Aprimorar o processo de ingresso.	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2	11
P3 Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	3	11	8	9	1	4	2	6	11	3	11	3	2	0	2	0	0	0	13	3	3	9	25	129
P4 Fortalecer a internacionalização do IFSC.	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	6	10
P5 Acompanhar egressos.	0	0	0	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	7
P6 Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.	0	0	1	4	0	0	1	1	2	2	2	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	7	27
P7 Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.	2	12	11	1	3	0	0	0	4	7	5	0	2	0	3	0	2	1	3	2	1	7	3	69
P8 Atender às pessoas com necessidades específicas.	0	0	1	2	0	1	2	1	2	2	2	2	0	0	2	0	1	0	2	1	1	2	3	27
P9 Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	4	8
P10 Gerenciar recursos financeiros com efetividade.	1	2	1	0	0	0	0	2	1	3	1	1	0	0	1	0	0	1	3	0	0	3	2	22
P11 Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	19	30	27	54	71	10	31	35	58	40	65	60	26	19	27	13	47	3	23	18	11	45	10	742
TOTAL CÂMPUS	29	64	55	99	83	19	43	56	99	64	100	78	40	24	47	14	54	6	60	36	24	85	137	1316

Fonte: Prodin

Quadro 6 - Número de Projetos Cadastrados no Plano Anual de Trabalho 2017 por Objetivo Estratégico (contemplados pelo orçamento de cada UGR).

Objetivos Estratégicos	CÂMPUS																					TOTAL		
	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SCA	SJE	SLO	SMO	TUB	URP		XXE	REI
C1 - Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.				2		1								1						1			6	11
C2 - Disponibilizar dados, informações e conhecimento.																			9				12	21
C3 - Promover a qualidade de vida no trabalho.						1																	7	8
C4 - Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.				1	1	1			2			3	1	1		1		1	1			2	16	31
C5 - Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.																							1	1
P1 - Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.		1		1	2	1			4	1	4	4		1	3				4	1	1	6	13	47
P2 - Aprimorar o processo de ingresso.				1					1		1	1			1							2	3	10
P3 - Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	1	6	1	3	1	4			7	2	5	3			1				12	1	1	1	10	59
P4 - Fortalecer a internacionalização do IFSC.																							5	5
P5 - Acompanhar egressos.																							1	1
P6 - Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.									2		1	1		1					1	1		1	7	15
P7 - Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.		5			1				2	2	3				1			1	3	1		7	3	29
P8 - Atender às pessoas com necessidades específicas.						1			1	1		1					1		1			1	2	9
P9 - Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.																						1	4	5
P10 - Gerenciar recursos financeiros com efetividade.		2									1	1						1	2			2	2	11
P11 - Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	1	10	4	2	22	10	13	2	7	10	30	33	9	13	6	1	13	3	21	7	4	16	8	245
Total Resultado	2	24	5	10	27	19	13	2	26	16	45	47	10	17	12	2	14	6	54	12	6	39	100	538

Fonte: Prodin

O Quadro 6 demonstra a relação entre os Objetivos Estratégicos, definidos no Mapa Estratégico do IFSC, e o quantitativo de projetos propostos pelos Câmpus e Reitoria em seu Plano Anual de Trabalho. É considerada Reitoria, além das Pró-Reitorias e Gabinete da Reitoria, a Diretoria de Gestão de Pessoas, o IFSC-REDE e o Plano Nacional de Assistência Estudantil. No demonstrativo supracitado são computados apenas os projetos contemplados pelo orçamento de cada UGR. O objetivo C5 aparece somente na Reitoria, pois todas as Iniciativas Estratégicas associadas a ele são Específicas, ou seja, os Câmpus não podem elaborar projetos para atendê-lo diretamente. Os objetivos estratégicos de A1 a A5 não têm Iniciativas Estratégicas associadas.

Quadro 7 - Comparação entre PAT 2015 e PAT 2017: Diferença da Quantidade de Projetos por Objetivo Estratégico.

Objetivos Estratégicos		Comparativo PAT 2015 até 2017			
		2015	2016	2017	Total
C1	Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	20	23	18	61
C2	Disponibilizar dados, informações e conhecimento.	14	20	33	67
C3	Promover a qualidade de vida no trabalho.	24	20	19	63
C4	Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia	35	40	62	137
C5	Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.	2	3	17	22
P1	Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	86	105	115	306
P2	Aprimorar o processo de ingresso.	-	2	11	13
P3	Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	92	103	129	324
P4	Fortalecer a internacionalização do IFSC.	18	14	10	42
P5	Acompanhar egressos	15	8	7	30
P6	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.	29	29	27	85
P7	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.	58	56	69	183
P8	Atender às pessoas com necessidades específicas.	20	13	27	60
P9	Consolidar a governança institucional e a gestão em rede	7	6	8	21
P10	Gerenciar recursos financeiros com efetividade	18	22	22	62
P11	Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	180	500	742	1422
Total Geral		618	964	1316	2898

Fonte: Prodin

O segundo e mais relevante motivo é o crescente aprendizado em relação ao uso da metodologia e do sistema, com a subdivisão de grandes projetos para melhor atribuição de níveis de prioridade e programação orçamentária, especialmente em relação aos projetos que envolvem recursos de investimento, para aquisição de equipamentos. Ainda conforme mostrado no Quadro 7, os Objetivos Estratégicos que mais tiveram aumento do número de projetos associados, após o P11, foram P1 e P3, seguindo a lógica já explicada quanto ao número total de projetos. Também se destaca, especialmente no planejamento da Reitoria, o crescimento do número de projetos ligados à capacitação de servidores, atendendo ao objetivo C4.

Quadro 8 - Comparação entre PAT 2015 e PAT 2017: Diferença da Quantidade de Projetos por Objetivo Estratégico (contemplados pelo orçamento de cada UGR).

Objetivos Estratégicos		Comparativo PAT 2015 até 2017			
		2015	2016	2017	Total
C1	Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	8	11	11	30
C2	Disponibilizar dados, informações e conhecimento.	4	14	21	39
C3	Promover a qualidade de vida no trabalho.	13	7	8	28
C4	Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.	15	17	31	63
C5	Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.	-	3	1	4
P1	Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	51	54	47	152
P2	Aprimorar o processo de ingresso.	-	1	10	11
P3	Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	60	64	59	183
P4	Fortalecer a internacionalização do IFSC.	5	4	5	14
P5	Acompanhar egressos.	7	2	1	10
P6	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.	14	23	15	52
P7	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.	36	29	29	94
P8	Atender às pessoas com necessidades específicas.	14	3	9	26
P9	Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.	4	4	5	13
P10	Gerenciar recursos financeiros com efetividade.	13	21	11	45
P11	Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	114	216	245	575
Total Resultado		358	473	508	1339

Fonte: Prodin

O Quadro 9, acima, refere-se à quantidade de projetos que foram cadastrados, por objetivos estratégico, no Plano Anual de Trabalho dos anos de 2015 até 2017. Contudo só estão contemplados os projetos que foram atendidos pelo orçamento de cada UGR. Esse orçamento de cada UGR é definido de acordo com a priorização do projeto, que é atribuída individualmente por meio de uma discussão conjunta entre os servidores de cada câmpus e Reitoria.

A linha de corte é definida de acordo com a priorização, que é atribuída para cada projeto. Essa priorização é estipulada, em discussão conjunta, entre os servidores de cada Câmpus e Reitoria. Os projetos são analisados de acordo com três variáveis (gravidade, urgência e tendência - matriz GUT). A próxima etapa consiste na ordenação decrescente dos projetos de acordo com o valor de GUT apurado. O resultado dos projetos contemplados pelo orçamento de cada UGR é proporcional ao valor estipulado pelo Câmpus e Reitoria para seus projetos no ano corrente.

Portanto, o objetivo estratégico que mais recebeu projetos foi o “P11 Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas”. Infere-se que o instituto ainda requer recursos, principalmente em investimento, para adequar sua estrutura física às ofertas de cursos disponibilizadas.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico do IFSC, capítulo 3 do PDI 2015-2019, foi aprovado em novembro de 2014 para um horizonte de 5 anos. Desde então, ele vem norteando a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho (PAT), o planejamento tático da instituição.

Dentro do escopo da revisão do Plano Desenvolvimento Institucional 2014-2019, iniciada em novembro de 2015 e concluída em fevereiro de 2017, com sua aprovação no Conselho Superior, o Planejamento Estratégico do IFSC também foi atualizado. Esse processo, coordenado pela Diretoria de Gestão do Conhecimento e de acordo com as diretrizes do próprio PDI e orientações do Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional (Copadin), compreendeu a avaliação dos objetivos estratégicos, indicadores e das metas, bem como uma nova atualização das iniciativas estratégicas.

Os objetivos estratégicos não sofreram alteração, visto que não foram impactados por alterações na legislação ou significativas mudanças de cenário. Como parte do processo de modelagem dos indicadores estratégicos, áreas técnicas solicitaram alteração da redação de quatro indicadores, bem como a exclusão de outros dois, justificados pela complexidade de medição e ineficiência para a mensuração do alcance do objetivo associado. A reavaliação das metas pactuadas, bem como o estabelecimento das metas ainda pendentes, estará completa quando todos os indicadores estiverem modelados e medidos, o que ainda está em desenvolvimento. Quanto à revisão das iniciativas estratégicas, complementarmente à primeira atualização anual, ocorrida em outubro de 2015, onze tiveram redação ajustada, duas novas foram incluídas e quatro foram excluídas, por terem sido consideradas redundantes ou inclusas em outras.

Uma vez que todos os objetivos estratégicos têm visão de cinco anos, bem como a maioria das iniciativas estratégicas a eles associadas dão origem a projetos de impacto de médio e longo prazo, a avaliação quantitativa da implementação do Planejamento Estratégico ainda não é viável neste momento. Cabe à gestão do IFSC e seus órgãos colegiados, em especial ao Copadin e aos Colegiados dos Câmpus, avaliar o quanto os planos anuais de trabalho das unidades se alinham efetivamente ao Planejamento Estratégico, identificar lacunas e priorizar projetos para o ciclo de planejamento tático seguinte.

Quanto à disseminação do Planejamento Estratégico, desde sua aprovação foram realizadas várias ações de divulgação, como a colocação de, pelo menos, sete *banners* do Mapa Estratégico em pontos de circulação e realização de reuniões em cada câmpus, produção de vídeo explicativo, realização de palestras com transmissão online pela IFSC TV, web conferências com articuladores de planejamento e Chefes de Departamento de Administração dos câmpus, Seminários Regionais presenciais e oficinas de elaboração de projetos para os planos anuais de trabalho.

Ainda que sem mensuração quantitativa, é perceptível a referenciação do Planejamento Estratégico nos novos documentos normativos e planos específicos produzidos no IFSC, bem como o aumento do nível de alinhamento dos projetos do PAT aos Objetivos Estratégicos. Nesse âmbito, observa-se um resultado muito satisfatório quanto ao envolvimento dos servidores no Plano Anual de Trabalho dos câmpus.

Finalmente, a adequada implementação do Planejamento Estratégico está associada ao processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG). O conjunto de quatro sistemas integrados de gestão (Sipac, Sigrh, Sigaa e Sig-Certame), que estava em implantação desde meados de 2013, foi finalizado em 2017. Isso gerou significativas melhorias nos processos do IFSC e consequentemente para a execução dos objetivos estratégicos e projetos propostos pelos câmpus e Pró-reitorias. Foi concluída a implantação dos módulos *Frequência, Extensão, Pesquisa e Stricto Sensu*, bem como iniciadas ou continuadas as implantações dos módulos *Comissões, Financeiro, Avaliação Funcional, Lato Sensu, Liquidação de Despesas, Infraestrutura, Projetos e Convênios, Faturas, Auditoria e Controle Interno, Transportes e Bolsas*. Também foi concluída a implantação dos módulos de ensino do Sigaa (Sistema Acadêmico). Ressalta-se que parte significativa dos módulos dos sistemas de gestão de pessoas (Sigrh) e administrativo (Sipac) já havia sido implantada entre 2013 e 2016.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A metodologia e o processo de planejamento do IFSC, em seus níveis tático e estratégico, obedecem rigorosamente ao disposto em seus documentos norteadores.

De acordo com o Estatuto e o Regimento Geral do IFSC, compete:

- À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, promover e coordenar o processo de planejamento estratégico;
- À Diretoria de Gestão do Conhecimento, estabelecer diretrizes e coordenar a elaboração do planejamento institucional, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional;
- Ao Colégio de Dirigentes, expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual;
- Ao Colegiado dos Câmpus, aprovar o seu respectivo Plano Anual de Trabalho e
- Ao Conselho Superior, aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional, no qual está incluído o Planejamento Estratégico.

No processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2019 do IFSC, foram considerados diversos documentos de referência. No âmbito interno, as novas declarações de Missão e Visão institucionais e a então minuta do novo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) foram os principais norteadores do processo de identificação de objetivos estratégicos. No âmbito externo, as principais referências foram os objetivos previstos no Plano Nacional da Educação (PNE) para a Educação Básica e Educação Profissional, o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) vigente na época e, fundamentalmente, a Lei nº11.892/2008, que criou os Institutos Federais. O Quadro 9 relaciona os Objetivos Estratégicos do IFSC às finalidades dos Institutos Federais, conforme disposto na lei de criação.

Quadro 9 - Articulação dos Objetivos Estratégicos do IFSC às Finalidades Legais dos Institutos Federais.
Fonte: Prodin

Ressalta-se, ainda, que o planejamento do IFSC se vincula com os seguintes programas do PPA 2016-2019 e ações orçamentárias dispostas na Lei Orçamentária Anual 2017:

- a) **2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação:**

- Ação 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;

b) 2080 - Educação de Qualidade para Todos:

- Ação 20RL Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Ação 20RG Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Ação 2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;

A seção referente ao IFSC no Volume V da Lei Orçamentária Anual 2017 ainda previu outros programas e ações orçamentárias que, por estarem vinculados a despesas de pessoal e encargos sociais, execução de sentenças judiciais, auxílios, assistências e outros itens que compõem a folha de pagamento, não são objeto direto dos planejamentos tático e estratégico da instituição.

2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

O monitoramento do Planejamento Estratégico é realizado por meio dos indicadores estratégicos associados a cada objetivo estratégico. Cabe salientar que estamos no processo de acompanhamento dos indicadores estratégicos. Essa parametrização vai fornecer um panorama holístico de como as estratégias institucionais estão contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos.

Em relação aos Planos Anuais de Trabalho (PAT), a cada Unidade Gestora cabe elaborar um relatório que verifique o grau de execução dos projetos, avaliando aspectos como: *status* (concluído, em desenvolvimento, cancelado, reprogramado e não iniciado); justificativa para o *status* do projeto; estratégia ou ação de readequação do projeto; *status* dos objetivos específicos dos projetos;

Indicadores e metas alcançados; percentual de execução das ações do projeto e estimativa de custos executada. Assim, cada Unidade Gestora pode ter um panorama de acompanhamento do PAT sob sua responsabilidade, com informações úteis para a tomada de decisão pelos seus gestores e pelos órgão colegiados do IFSC, especialmente os Colegiados dos Câmpus, subsidiando os ciclos de planejamento seguintes.

2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 10 - Ação do OFSS/20RG

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial						
Código	20RG			Tipo: Ação Orçamentária			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.						
Programa	Educação profissional e tecnológica - Código: 2031 - Tipo: Atividade Educação de Qualidade Para Todos - Código: 2080 - Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	3.926.829,00	3.926.829,00	3.176.351,30	457.660,00	456.829,70	830,00	2.718.691,30
Execução Física da Ação							
	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Projeto viabilizado		unidade	6	-	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	5.900.096,50	5.349.802,46	67.733,83	Projeto viabilizado	unidade	5	

Fonte: Proad

Quadro 11 - Ação do OFSS/20RL

Identificação da Ação						
Responsabilidade e da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	20RL Tipo: Ação orçamentária					
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 2080					
Programa	Educação profissional e tecnológica - Código: 2031 - Tipo: Atividade Educação de Qualidade Para Todos - Código: 2080 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
60.171.181,00	60.171.181,00	57.339.688,70	34.200.074,98	33.498.218,49	701.856,49	23.139.613,72
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Estudante matriculado			unidade	35.500	-	35.000
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
22.513.396,97	19.981.361,42	2.515.614,73	Estudante matriculado	unidade	35.607	

Fonte: Proad

Quadro 12 - Ação do OFSS/2994

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	2994 Tipo: Ação orçamentária					
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de qualidade para todos - Código: 2080 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.193.082,00	12.193.082,00	10.332.996,71	9.633.088,70	9.631.340,70	1.748,00	699.908,01
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Benefício concedido			unidade	3.000		43.115
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.066.955,37	1.033.114,80	33.840,57	Benefício concedido	unidade	1.741	

Fonte: Proad

Quadro 13 - Ação do OFSS/4572

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	4572 Tipo: Ação orçamentária					
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
702.911,00	702.911,00	427.330,55	360.353,86	359.418,86	935,00	66.976,69
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Servidor capacitado			unidade	1.000		1.312
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
109.678,93	69.002,51	40.676,42	Servidor capacitado	unidade	102	

Fonte: Proad

Quadro 14 - Ação do OFSS/2004

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	2004 Tipo: Ação orçamentária					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.974.180,00	5.634.791,00	5.580.526,19	5.580.526,19	5.580.526,19	0,00	0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-			-	-	-	1.859
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
395.001,40	145.566,30	5.786,55				

Fonte: Proad

Quadro 15 - Ação do OFSS/2010

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	2010		Tipo: Ação orçamentária			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.745.256,00	1.926.215,00	1.907.501,17	1.907.501,17	1.907.501,17	0,00	0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-			-	-	-	491
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Proad

Quadro 16 - Ação do OFSS/2011

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	2011		Tipo: Ação orçamentária			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.791.164,00	2.967.015,00	2.906.515,56	2.906.515,56	2.906.515,56	0,00	0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-			-	-	-	675
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Proad

Quadro 17 - Ação do OFSS/2012

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	2012		Tipo: Ação orçamentária			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.924.268,00	15.134.009,00	15.020.452,40	15.020.452,40	15.020.452,40	0,00	0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-			-	-	-	2.669
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Proad

Quadro 18 - Ação do OFSS/216H

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) integral () parcial					
Código	216H		Tipo: Ação orçamentária			
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a Agentes Públicos					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438 - Instituto Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
192.001,00	192.001,00	128.933,05	128.933,05	128.933,05	0,00	0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Agente público beneficiado			unidade	7	-	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Agente público beneficiado	unidade	0	

Fonte: Proad

2.3.1.1 Análise Situacional

20RG

No ano de 2017 o principal objetivo foi a realização de obras que priorizassem a segurança dos câmpus da rede. As principais ações dessas obras envolveram reestruturação elétrica, adequação de preventivos de incêndio e troca de antigas coberturas de amianto por alumínio e zinco com isolamento térmico, ação que oportunizou melhor conforto aos nossos estudantes. Dentre as principais destacamos as obras realizadas nos câmpus: Florianópolis, Jaraguá do Sul - RAU, São Miguel do Oeste, Canoinhas e Itajaí.

Além das obras mencionadas acima, recebemos por meio de TED (Termo de Execução Descentralizada), complemento orçamentário que permitiu a realização de cinco obras complementares para cinco câmpus do IFSC, a saber: construção da quadra coberta Câmpus Jaraguá do Sul; Construção de Bloco de sala de aula para os câmpus Xanxerê, Criciúma e Jaraguá do Sul - RAU e unidade agrícola do Campus Lages.

As emendas parlamentares foram utilizadas, em sua maioria, para aquisições de equipamentos para diversos campus da rede.

20RL

De acordo com o anuário estatístico do IFSC, [publicado em 10/02/17](#), a instituição atingiu 35.607 estudantes, um pouco acima da meta física estipulada. Apesar de termos superado a meta indicada, a redução do orçamento de 2016 para 2017, aliado aos índices inflacionários, comprometeram algumas ações da instituição na divulgação de nossos cursos, bem como a qualidade dos cursos ofertados, o que de forma direta contribui com o acesso e a evasão de nossos estudantes.

Além desse fator, tivemos a liberação de recursos nos últimos dias de execução, o que comprometeu a publicação de alguns editais que necessitavam de tempo para publicação. Ao longo do ano de 2017 o cenário de incerteza orçamentário nos causou forte impacto negativo no planejamento da instituição. Realizamos ao longo do ano diversos ajustes para conseguirmos cumprir nossas obrigações perante os fornecedores. A liberação tardia de cotas para empenho trouxe considerável prejuízo a algumas ações estratégicas do IFSC.

2994

O IFSC possui dois programas de Assistência Estudantil, instituídos por meio de seu Conselho Superior, que tomam a maior parte dos esforços quanto ao apoio discente:

1. [Resolução 46/2014/Consup](#) - Regulamenta o Programa de Segurança Alimentar do Estudante do IFSC

2. [Resolução 47/2014/Consup](#) - Regulamenta o Programa de Atendimento ao estudante em Vulnerabilidade Social do IFSC

Para aprimorar o controle e acompanhamento das ações voltadas para esse programa, no ano de 2016 foi reformulado o comitê para planejamento e acompanhamento. Esse comitê foi instituído por meio da portaria da reitora N° 3056, de 1 de Novembro de 2016. Além da reformulação do comitê, o IFSC desenvolveu um sistema interno para controle do pagamento de bolsas.

Também realizamos os jogos para os estudantes, bem como oferta de apoio a viagens de estudos, além de outras ações de suporte.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No ano de 2017 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina foi afetado pelo contingenciamento de liberação de cota para emissão de empenhos. Dessa forma, mesmo tendo crédito disponível, não foi possível executar o orçamento na totalidade. Essa situação abrangeu principalmente o investimento, onde recebemos apenas 60% do valor total.

A ação 2994 de Assistência ao Estudante não foi afetada pelo limite de crédito disponível, sendo possível executar 94,08% da ação. No entanto, a ação 20RL de Funcionamento foi contingenciada em R\$ 3.476.761,00 conforme Decreto 8.859/2016 de 26/09/2016.

Conclui-se que, no exercício de 2017, o desempenho orçamentário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina foi afetado pelo contingenciamento feito pelo Governo Federal, exigindo um replanejamento e uma priorização das ações.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

O IFSC não apresenta nenhuma obrigação assumida sem respectivo crédito autorizado no orçamento.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 19 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b-c)
2014	51.108,89	719,66	15.107,84	35.281,39
2015	199.942,38	71.204,38	127.106,86	1.631,14
2016	1.094.018,66	1.058.528,20	28.383,31	7.107,15

Fonte: Proad

Quadro 20 - Restos a Pagar Não Processados

Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-g-h)
2013	464.575,93	418.975,05	418.975,05	45.600,88	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	632.904,76	626.956,80	626.956,80	5.947,96	0,00
2016	37.621.420,11	30.600.261,68	30.447.889,11	3.957.971,56	3.215.559,44

Fonte: Proad

2.3.4.1 Análise crítica

Os valores inscritos em restos a pagar são criteriosamente gerenciados pela instituição. O saldo em 31/12/2017 de restos a pagar não processados de R\$ 3.215.559,44 refere-se majoritariamente às obras nos Câmpus Joinville (R\$ 1.145.180,42) e Itajaí (R\$ 377.222,95) que serão finalizadas em 2018 e ao saldo remanescente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino

Técnico e Emprego - Pronatec - (R\$ 1.122.557,25), cujos saldos serão integralmente cancelados em 2018 devido à descontinuidade do programa. Os anos de 2013, 2014 e 2015 não têm saldos.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não se aplica à unidade no exercício de 2017.

2.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 21 - Realização das Receitas

Código - Descrição da Receita	Valor Total
28802 - Aluguéis	56.095,27
28838 - Serviços de Estudos e Pesquisas	181.466,84
28848 - Outras Multas	57.359,94
28881 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	4.630,70
28883 - Taxa de Inscrição em Concurso Público	1.050.430,50
28955 - Outros Ressarcimentos	129.896,08
Total	1.479.879,33

Fonte: DOF

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 22 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	55.130.730,98	10,29	56.683.767,41	11,92	24.328.074,57	4,86	27.521.007,44	6,30
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência	502.480,38		377.421,02		314.998,26		279.483,17	
d) Pregão	43.106.647,59		47.896.346,77		23.631.406,09		26.752.297,32	
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	11.521.603,01		8.409.999,62		381.670,22		489.226,95	
2. Contratações Diretas (h+i)	6.393.303,38	1,19	9.599.903,59	2,02	4.100.605,47	0,82	5.295.096,51	1,21
h) Dispensa	4.129.671,42		6.275.635,28		2.554.503,50		3.702.286,20	
i) Inexigibilidade	2.263.631,96		3.324.268,31		1.546.101,97		1.592.810,31	
3. Regime de Execução Especial	70.455,05	0,01	63.290,14	0,01	70.455,05	0,01	62.689,64	0,01
j) Suprimento de Fundos	70.455,05		63.290,14		70.455,05		62.689,64	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	473.962.912,96	88,50	407.828.743,92	85,76	472.485.503,63	94,31	403.908.258,79	92,46
k) Pagamento em Folha	472.873.479,95		406.848.230,07		471.397.865,79		402.933.211,63	
l) Diárias	1.089.433,01		980.513,85		1.087.637,84		975.047,16	
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	535.557.402,37	100,00	474.175.705,06	99,71	500.984.638,72	100,00	436.787.052,38	99,99
6. Total das Despesas da UPC	535.561.903,37	100,00	475.560.902,93	100,00	500.989.139,72	100,00	436.845.464,16	100,00

Fonte: DOF

Quadro 23 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	302.647.651,41	257.771.342,21	302.647.651,41	257.771.342,21	0,00	0,00	302.647.511,41	257.771.342,21
OBRIGACÕES PATRONAIS	56.997.823,64	50.200.011,24	56.997.823,64	50.200.011,24	0,00	0,00	56.997.823,64	50.200.011,24
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	47.671.830,97	35.805.282,63	47.671.830,97	35.805.282,63	0,00	0,00	47.671.830,97	35.805.282,63
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	9.130.131,95	7.789.697,15	9.130.131,95	7.789.697,15	0,00	0,00	9.130.131,95	7.789.697,15
PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	6.775.659,46	6.097.168,69	6.775.659,46	6.097.168,69	0,00	0,00	6.775.659,46	6.097.168,69
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	3.198.296,15	3.054.046,85	3.198.296,15	3.054.046,85	0,00	0,00	3.198.296,15	3.054.046,85
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.199.248,88	1.300.149,48	2.199.248,88	1.300.149,48	0,00	0,00	2.199.248,88	1.300.149,48
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	1.031.502,26	516.604,25	1.031.502,26	516.604,25	0,00	0,00	1.031.502,26	516.604,25
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	724.168,47	638.314,94	724.168,47	638.314,94	0,00	0,00	724.168,47	638.314,94
SENTENÇAS JUDICIAIS	623.132,36	704.049,08	623.132,36	704.049,08	0,00	0,00	623.132,36	704.049,08
2.Juros e Encargos da Dívida								
3.Outras Despesas Correntes								
LOCACÃO DE MÃO-DE-OBRA	20.898.997,84	23.078.900,87	15.944.206,92	18.030.438,18	4.954.790,92	5.048.462,69	15.586.129,28	17.936.294,24
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP. INT. ORC.	17.533.867,00	17.315.743,93	8.228.118,40	10.285.015,51	9.305.748,60	7.030.728,42	7.972.238,14	10.063.110,30
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	13.685.026,62	13.325.745,61	13.685.026,62	13.325.745,61	0,00	0,00	13.685.026,62	13.325.745,61
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	11.220.055,06	10.301.227,42	11.163.170,11	9.238.131,16	56.884,95	1.063.096,26	11.103.375,42	9.029.611,36
MATERIAL DE CONSUMO	8.514.940,09	4.870.769,60	2.904.405,14	2.440.307,25	5.610.534,95	2.430.462,35	2.893.891,37	2.418.148,68
INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	5.269.097,95	5.005.442,39	5.268.482,04	5.005.063,42	615,91	378,97	5.268.482,04	5.005.063,42
AUXÍLIO-TRANSPORTE	2.606.851,04	2.356.690,65	2.606.851,04	2.356.690,65	0,00	0,00	2.606.851,04	2.356.690,65

OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.947.059,58	1.752.698,80	1.947.059,58	1.752.698,80	0,00	0,00	1.947.059,58	1.752.698,80
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.316.771,91	1.293.798,41	898.634,13	831.941,05	418.137,78	461.857,36	887.937,52	815.455,70
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES. CIVIL	1.253.809,14	1.126.895,13	1.253.809,14	1.126.895,13	0,00	0,00	1.253.809,14	1.126.895,13
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.153.055,76	3.196.520,72	1.031.599,26	1.831.678,99	121.456,50	1.364.841,73	1.026.139,49	1.816.128,87
AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.141.136,47	1.379.012,54	1.141.136,47	1.377.012,54	0,00	2.000,00	1.139.936,47	1.357.212,54
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.048.017,36	958.871,50	1.048.017,36	958.647,30	0,00	224,20	1.046.222,19	953.870,91
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	922.543,79	323.040,39	922.543,79	323.040,39	0,00	0,00	922.543,79	323.040,39
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	803.309,58	2.417.546,98	671.531,58	1.799.614,74	131.778,00	617.932,24	669.031,58	1.699.352,74
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	347.957,01	584.324,17	299.824,65	279.166,32	48.132,36	305.157,85	298.595,13	266.890,78
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST. GRATUITA	256.080,48	279.790,60	83.446,70	12.834,80	172.633,78	266.955,80	83.381,70	12.834,80
PENSÕES ESPECIAIS	37.227,44	41.625,21	37.227,44	41.625,21	0,00	0,00	37.227,44	41.625,21
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.179,94	100.904,09	33.179,94	100.904,09	0,00	0,00	33.179,94	100.904,09
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	9.327,72	13.806,80	8.172,72	12.381,80	1.155,00	1.425,00	8.172,72	12.381,80
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.616,40	19.900,00	7.616,40	12.401,66	0,00	7.498,34	7.616,40	12.401,66
CONTRIBUIÇÕES	0,00	51.979,00		51.979,00	0,00	0,00		51.979,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
OBRAS E INSTALAÇÕES	8.790.794,38	8.295.751,97	265.468,00	479.136,26	8.525.326,38	7.816.615,71	265.468,00	432.267,17
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.633.819,20	13.032.091,07	1.190.488,07	2.212.128,07	4.443.331,13	10.819.963,00	1.187.977,77	1.880.855,42
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP. INT. ORC.	131.916,06	561.158,56	60.893,40	177.338,37	71.022,66	383.820,19	59.541,40	177.338,37
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: DOF

2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

Quadro 24 - Suprimentos de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158516	IFSC			59	R\$ 62.698,94	R\$ 4.000,00
2015	158516	IFSC			59	R\$ 52.709,36	R\$ 4.000,00

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças/Siafi

Exercício	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158516	IFSC			53	RS 11.774,84	R\$ 51.224,10	R\$ 62.698,94
2015	158516	IFSC			37	R\$ 7.950,03	R\$ 44.759,33	R\$ 52.709,36

Fonte: DOF

Quadro 25 - Classificação do Objeto Gasto

Unidade Gestora (UG) do Siafi		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158516	IFSC	339030	03-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES P/ OUTRAS FINALIDADES	R\$ 110,00
			09-MATERIAL FARMACOLÓGICO	R\$ 105,27
			11-MATERIAL QUÍMICO	R\$ 75,00
			16-MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 532,50
			17-MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 389,90
			19-MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	R\$ 137,50
			21-MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$ 121,50
			22-MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 810,77
			24-MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	R\$ 26.828,53
			25-MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	R\$ 2.222,00
			26-MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	R\$ 7.585,03

			28-MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	R\$ 847,70
			30-MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	R\$ 190,86
			39-MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 447,90
			44-MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	R\$ 272,80
		339039	5-SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R\$ 160,00
			12-LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 240,00
			16-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	R\$ 13.386,88
			17-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 4.539,00
			19-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 1.556,80
			20-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS E MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	R\$ 1.363,00
			44-SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 280,00
			51-SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS	R\$ 160,00
			63-SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	R\$ 257,65
			66-SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	R\$ 9,05
			93-SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	R\$ 60,00

Fonte: DOF

Quadro 26 - Valor do maior limite individual concedido

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158516	IFSC			71	R\$ 70.455,05	R\$ 5.000,00

Fonte: DOF

Quadro 27 - Total a+b

Exercício	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158516	IFSC			50	R\$ 11.211,83	R\$ 59.243,22	R\$ 70.455,05

Fonte: DOF

Quadro 28 - Classificação do Objeto Gasto

Unidade Gestora (UG) do Siafi		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
158516	IFSC	339030	01 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	R\$ 190,00	
			04 - GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	R\$ 370,00	
			09 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	R\$ 274,82	
			10 - MATERIAL ODONTOLÓGICO	R\$ 92,56	
			15 - MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS	R\$ 71,74	
			16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 253,11	
			17 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 204,00	
			19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	R\$ 137,20	
			21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$ 25,50	
			22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 2.456,78	
			23 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS.	R\$ 143,95	
			24 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	R\$ 30.240,81	
			25 - MATERIAL P/MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	R\$ 2.487,22	
			26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	R\$ 8.375,54	
			28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	R\$ 2.280,51	
			29 - MATERIAL P/ ÁUDIO, VIDEO E FOTO	R\$ 200,00	
			35 - MATERIAL LABORATORIAL	R\$ 170,00	
			36 - MATERIAL HOSPITALAR	R\$ 89,70	
			39 - MATERIAL P/MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 618,50	
			44 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	R\$ 744,00	
			339039	12 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 200,00
				16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.	R\$ 9.435,44
		17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.		R\$ 6.580,67	
		19 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ 220,00	
		20 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS.		R\$ 1.280,00	
		26 - DESENVOLVIMENTO DE <i>SOFTWARE</i>		R\$ 280,00	

		56 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	R\$ 267,00
		63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	R\$ 1.035,00
		66 - SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	R\$ 10,00
		78 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 1.300,00
		79 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL.	R\$ 198,50
		83 - SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	R\$ 139,50
		95 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 155,00

Fonte: DOF

2.3.8.1 Análise Crítica

Controles internos vêm sendo instituídos para assegurar a aplicação dos recursos em conformidade com a legislação vigente, como por exemplo, a análise do relatório de prestação de contas antes da liberação de novo suprimento. Esses controles são realizados pelo Departamento de Orçamento e Finanças. Os gastos com suprimento de fundos do IFSC totalizaram, no ano de 2017, a quantia de R\$ 70.455,05 o que representa 0,12 % do seu custeio total. Considerando-se os 22 câmpus do IFSC, Cerfead e a Reitoria, temos um gasto anual médio, por endereço, de R\$ 2.935,62, o que demonstra que, na maior parte dos casos, nossas licitações atendem às nossas necessidades.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

2.4.1 Indicadores Estratégicos do Instituto Federal de Santa Catarina

O Planejamento Estratégico visa direcionar e monitorar as ações do IFSC de forma concreta. Além disso, ele é um capítulo que norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal e infraestrutura. A participação dos servidores e alunos na elaboração desse plano reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFSC. Dessa forma, os objetivos estratégicos devem ser acompanhados de indicadores, metas e iniciativas estratégicas. A implantação do sistema de indicadores do IFSC é baseada na metodologia *balanced scorecard* (BSC), formulada por Kaplan e Norton⁵, inicialmente proposta para empresas privadas e adaptada para instituições públicas. Desse modo, foram definidos um 63 indicadores que buscam refletir o contexto do IFSC.

Esses indicadores estão em fase de avaliação da viabilidade e implantação, assim como avaliação de ferramentas de coleta de dados e fontes de informações. Como exposto anteriormente, a implantação dos diversos módulos do Sistema Integrado de Gestão (SIG), possibilitará o acesso à base de dados estruturada, a qual contribuirá para o processo de composição e monitoramento dos indicadores. A seguir, apresenta-se o quadro com os indicadores do planejamento estratégico do IFSC.

Quadro 29 - Indicadores do IFSC

N	Objetivo Estratégico e Indicador
Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região	
1	Percentual de vagas na educação profissional técnica de nível médio
2	Percentual de vagas em cursos de Formação de Formadores
3	Percentual de vagas de ingresso disponibilizadas ao PROEJA
4	Número de alunos
5	Relação entre o perfil socioeconômico dos ingressantes e o perfil socioeconômico da população catarinense
Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.	
6	Percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa
7	Percentual do corpo docente participando de projetos de extensão
8	Pessoas atendidas por projetos de extensão
9	Percentual de pesquisadores/extensionistas com projetos financiados pelo IFSC que publicaram ao menos um trabalho por ano
10	Percentual de grupos de pesquisas produtivos

⁵ KAPLAN, Robert S. e NORTON, David P. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos.	
12	Percentual de alunos concluintes que participaram de atividades culturais, desportivas ou artísticas
13	Índice Geral de Cursos (IGC)
14	Conceito Institucional (CI)
15	Índice de satisfação dos egressos com a formação
16	Índice de satisfação das empresas/instituições contratantes dos egressos
Atender às demandas dos alunos com efetividade.	
17	Índice de satisfação dos alunos em relação à Instituição
Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso.	
18	Percentual de egressos trabalhando na área de formação ou em áreas correlatas
19	Percentual de egressos empregados
20	Percentual de alunos em estágio
21	Percentual de alunos participando de atividades empreendedoras
Consolidar a imagem e a identidade institucional.	
22	Percepção dos públicos estratégicos quanto à imagem do IFSC
Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.	
23	Taxa de ocupação (relação entre matrículas e capacidade)
24	Percentual de alunos formados no ciclo regular
25	Relação aluno/professor
Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	
26	Percentual de implantação anual do Plano de Oferta de Cursos e Vagas
Aprimorar o processo de ingresso.	
27	Percentual de ocupação das vagas de ingresso
28	Percentual de cursos com, pelo menos, um candidato por vaga
29	Relação entre o perfil socioeconômico dos inscritos e o perfil socioeconômico da população catarinense
Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	
30	Índice de retenção do fluxo escolar por tipo de curso/oferta
31	Índice de evasão anual por tipo de curso/oferta
32	Índice de evasão total por tipo de curso/oferta
Fortalecer a internacionalização do IFSC.	
33	Número de parcerias com instituições estrangeiras
34	Percentual de parcerias efetivas com instituições estrangeiras
Acompanhar egressos.	
35	Percentual de implantação do programa de acompanhamento de egressos
Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.	
36	Índice de satisfação dos públicos estratégicos com a comunicação do IFSC
Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.	
37	Número de parcerias estabelecidas
38	Número de cargos ou cadeiras (inserções) ocupados em órgãos e fóruns de instituições e entidades das esferas pública, privada e do terceiro setor
39	Número de eventos externos promovidos pelo IFSC
40	Número de participações em eventos externos
Atender às pessoas com necessidades específicas.	
41	Percentual de PNE com permanência e êxito
42	Percentual de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade
43	Número de equipes capacitadas para atuar no atendimento educacional especializado

Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.	
44	Percentual de implantação das políticas previstas no PDI
45	Percentual de colegiados, comissões e grupos de trabalho institucionais efetivos
46	Índice de participação dos servidores e alunos nos instrumentos de avaliação
Gerenciar recursos financeiros com efetividade.	
47	Percentual de execução de projetos e ações conforme plano anual de trabalho
48	Índice de satisfação dos servidores em relação à gestão dos processos administrativos da Instituição
49	Percentual de execução dos recursos captados por meio de projetos
Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	
50	Percentual de implantação anual do Plano Diretor de Infraestrutura Física
Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	
51	Número de iniciativas intercâmpus
52	Número de iniciativas entre áreas acadêmicas do mesmo câmpus
53	Índice de satisfação com os canais de relacionamento
Disponibilizar dados, informações e conhecimento.	
54	Percentual de processos mapeados e otimizados
55	Percentual de processos informatizados
56	Percentual de processos revisados
Promover a qualidade de vida no trabalho.	
57	Índice de satisfação do servidor no trabalho
58	Percentual de ambientes e atividades adequados às normas de segurança do trabalho
59	Índice de afastamento por motivos de saúde
Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.	
60	Percentual de competências mapeadas
61	Diferença entre as competências existentes e as competências necessárias à execução da estratégia
Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.	
62	Grau de conhecimento da estratégia pelos servidores
63	Percentual de alinhamento do Plano Anual de Trabalho com a estratégia

Fonte: DGC

Uma das partes mais importantes para o desenvolvimento de um planejamento organizacional é o monitoramento dos indicadores estratégicos. Por meio da obtenção dessa informação pode-se perceber se existe um alinhamento daquilo que foi planejado com o que está sendo executado. Dessa maneira o grupo gestor tem condições de apresentar um diagnóstico preciso identificando se as estratégias estão adequadas ou se há a necessidade de ajustes para alcançar os objetivos estabelecidos. Assim, a maturidade institucional se desenvolve com o aprendizado contínuo que os indicadores proporcionam para a instituição, fornecendo um panorama de causa e efeito para cada decisão tomada. Para Kaplan e Norton (A Execução Premium, 2008, p. 15-16):

Depois da definição, planejamento e vinculação da estratégia a um plano operacional abrangente, a empresa começa a executar seus planos estratégicos e operacionais, a monitorar os resultados do desempenho e a agir para melhorar as operações e a estratégia, com base nas novas informações e no aprendizado contínuo.

2.4.1.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão do IFSC

O acompanhamento dos indicadores estratégicos ocorreu por meio de reuniões da Diretoria de Gestão do Conhecimento com as Pró-reitoras responsáveis pela coleta dos dados. Dessa maneira foi realizada uma análise criteriosa sobre a abrangência dos indicadores para a organização. O resultado

desse esforço foi a obtenção de 13 indicadores estratégicos com os resultados compilados e outros 50 indicadores ainda em análise, com as áreas responsáveis, para obtenção dos dados ou possível reestruturação.

Quadro 30 - Medição dos Indicadores Estratégicos

N	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015	Meta 2016	Resultado 2016
4	Número de alunos	30.238	32.070	36.718	35.607
5	Relação entre o perfil socioeconômico dos ingressantes e o perfil socioeconômico da população catarinense	100	113,69	100	108,83
6	Percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa	29,90%	29,87%	29,92%	27,29%
17	Índice de satisfação dos alunos em relação à Instituição	6,55	6,55	7,24	7,11
25	Relação aluno/professor	19,54	Medido só em 2016	19,51	17,4
27	Percentual de ocupação das vagas de ingresso	93%	73,82%	94%	77,12%
33	Número de parcerias com instituições estrangeiras	39	39	42	41
34	Percentual de parcerias efetivas com instituições estrangeiras	40%	32%	50%	36,50%
37	Número de parcerias estabelecidas	116	39	122	52
46	Índice de participação dos servidores e alunos nos instrumentos de avaliação	20,16%	20,16%	36,13%	20,20%
57	Índice de satisfação do servidor no trabalho	Medido só em 2016	Medido só em 2016	6,36	6,36
59	Índice de afastamento por motivos de saúde	1,33%	1,43%	1,06%	1,66%
62	Grau de conhecimento da estratégia pelos servidores	70%	72,20%	75%	73,10%

Fonte: Prodin

Por ser apenas uma representação numérica, é importante realizar uma análise mais criteriosa do indicador de relação entre o perfil socioeconômico dos ingressantes e o perfil socioeconômico da população catarinense para se perceber qual é o perfil do aluno que ingressa no IFSC. Com intuito de proporcionar essa análise, o quadro 31 apresenta os dados por segmento:

Quadro 31 - Perfil Socioeconômico Discentes

Fonte de Dados	Nomenclaturas	2015	2016
Relatório de Gestão	Renta Média do Ingressante = RMI	R\$ 1.234,92	R\$ 1.254,06
Relatório de Gestão	Renda Média do Estado =RMSC	R\$ 1.368,00	R\$ 1.245,00
Relatório de Gestão	Percentual de Negros e Pardos do Ingressante =RI	21,92%	21,76%
Censo	Percentual de Negros e Pardos do Estado =RSC	15,34%	15,34%
Relatório de Gestão	Percentual de Alunos de Escolas Públicas Ingressante = EPI	74,92%	73,54%
MEC	Percentual de Alunos de Escolas Públicas do Estado = EPSC	85,72%	86,14%

Fonte: Prodin

De acordo com o quadro acima, visualiza-se que a renda média dos discentes da instituição apresenta valor menor que a média observada na população catarinense em geral. Destaca-se, ainda, que a média de alunos negros e pardos da instituição é maior do que no restante do estado. Porém, é preciso avançar em relação aos alunos advindos de instituições da rede pública que, apesar de representarem 74,92% dos alunos do IFSC, compõem um índice abaixo da média estadual.

2.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

2.4.2.1 Contextualização da metodologia no Exercício 2017

Instituídas por meio da Portaria nº 1 da Setec, de 3 de janeiro de 2018, a Plataforma Nilo Peçanha e a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas (Revalide) passam a ser os meios oficiais de coleta e divulgação de estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São ambientes virtuais que vêm suprir uma lacuna, vigente até então, de maior unidade e visibilidade das estatísticas da Rede - segundo Gustavo Henrique Moraes, assessor especial da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal e coordenador do projeto. A partir de agora, os relatórios de gestão elaborados pelo IFSC serão embasados na PNP, que contém dados essenciais para a produção desses relatórios e dos indicadores enviados aos órgãos de controle. A PNP é alimentada por integrantes das instituições da Rede, de forma colaborativa, e se propõe a facilitar pesquisas e análises institucionais que, ainda, ampliarão o reconhecimento da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No caso do IFSC, a responsabilidades pelos dados é dos Coordenadores de Registro Acadêmico dos câmpus, sob supervisão central da Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas da Pró-Reitoria de Ensino (Deia/Proen).

Com a instituição da PNP, muda-se não somente a metodologia de coleta de dados que vinha sendo utilizada nos anos anteriores pelo MEC, mas também a maneira se de calcular e interpretar diversos indicadores, bem como, especialmente, critérios de obtenção de dados de matrículas e vagas. Como impactos colaterais às melhorias inegavelmente trazidas pela PNP, pode-se destacar dificuldades de interpretação da evolução da série histórica dos indicadores apresentados na seção 2.4.2.2, a seguir.

Outra alteração de metodologia de coleta de dados diz respeito aos indicadores socioeconômicos dos alunos matriculados no ano de 2017. Nos anos anteriores, a base utilizada foram os dados levantados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), órgão autônomo responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, junto aos três segmentos da comunidade acadêmica. Contudo, considerando o modelo aprovado pelo Codir, a CPA não realizou o processo de consulta por meio de questionário aos segmentos da comunidade acadêmica em 2017, destacando esse período para revisão dos períodos anteriores e concepção do novo modelo. Desse modo, os dados socioeconômicos utilizados neste relatório são os publicados na PNP, cuja fonte, por sua vez, são as informações prestadas pelos candidatos inscritos nos seus respectivos processos seletivos do IFSC, com o devido recorte daqueles que foram matriculados (ingressantes) e adaptação das faixas de renda.

2.4.2.2 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU N° 2.267/2005

Em cumprimento ao Acórdão TCU nº 2.267/2005, os Institutos Federais devem informar um conjunto de indicadores em seus Relatórios de Gestão, demonstrando a evolução desses dados a contar do exercício de referência.

Os indicadores de gestão, de acordo com o TCU, são apresentados como:

- a) Indicadores Acadêmicos: Relação Candidato/Vaga, Relação Ingressos/Aluno, Relação Concluintes/Aluno, Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes, Índice de Retenção do Fluxo Escolar, Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral;
- b) Indicadores Administrativos: Gastos Correntes por Aluno, Percentual de Gastos com Pessoal, Percentual de Gastos com outros Custeios, Percentual de Gastos com Investimentos;
- c) Indicador Socioeconômico: Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar;
- d) Indicador de Gestão de Pessoas: Índice de Titulação do Corpo Docente.

De acordo com a metodologia estabelecida, os dados para composição dos indicadores acadêmicos, administrativos e de gestão de pessoas foram extraídos pela própria Setec, a partir de consultas específicas nos seguintes sistemas: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo

Federal - Siafi e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal - Siape. O conjunto de dados e indicadores, já calculados, foram disponibilizados posteriormente pela Setec para todos os institutos federais e instituições equiparadas da Rede.

Com relação ao indicador socioeconômico, a Setec orientou que os próprios institutos realizassem a extração dos dados. Desse modo, o referido indicador foi composto a partir de dados de pesquisa realizada pelo IFSC, quando da realização do processo anual de Avaliação Institucional.

A seguir, apresenta-se o quadro de indicadores de gestão do IFSC.

Quadro 32 - Resultados dos Indicadores - Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	2016	2017
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	2,41	3,04
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	49,95%	53,13
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	25,66%	24,72%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ de Matriculados Finalizados}}$	49,50%	47,20%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	41,34%	1,4%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes } 40\text{h} + \text{DE} + 20 \times 0,5}$	31,71	33,04 ⁶
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	R\$ 11.265,16	R\$ 10.493,35 ⁷
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\frac{\text{Total de Gastos com o Pessoal}}{\text{Gastos Totais}}$	79,12%	81,99%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}}$	14,58%	10,39%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Gastos com Investimentos} + \text{Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}}$	4,49%	2,91%
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{1(G)+2(A)+3(E)+4(M)+5(D)}{(G+A+E+M+D)}$	4,05	4,09

Fonte: [PNP](#) (acessado em março de 2018)

Quadro 33 - Renda per Capita Familiar - Salário Mínimo

Faixa de Renda - SM	2017	
Até 0,5	105	0,40%
0,5 até 1	2.472	9,42%
1 até 1,5	3.518	13,40%
1,5 até 2,5	6.724	25,62%
2,5 até 3,5	4.366	16,64%
Acima de 3,5 SM	9.060	34,52%
Total Declarados	26.245	100,00%

6 O indicador solicitado é calculado utilizando os alunos matriculados totais, contudo o IFSC considera mais significativo o cálculo utilizando o aluno equivalente. Em 2017 esse indicador foi de **22,71**.

7 Da mesma forma que o indicador relação alunos/docentes foi calculado, ainda, considerando os alunos equivalentes - nota 6 -, o gasto corrente por aluno equivalente foi de **R\$ 15.266,73**.

Não Declarado	18.947	-
Total Geral	45.192	-

Fonte: [PNP](#) (Acesso em março de 2018)

2.4.2.3 Análise dos Indicadores de Gestão de Acordo com o Acórdão do TCU 2267/2005

2.4.2.3.1 Indicadores Acadêmicos

a) Relação Candidato/Vaga: expressa a demanda da comunidade externa pela vagas ofertadas pelo IFSC. O valor é obtido pela divisão do numerador, candidatos inscritos, pelo denominador, vagas ofertadas. No exercício 2017, o resultado obtido foi de **3,04** candidatos em média por vaga ofertada. Verifica-se uma variação positiva em relação à procura pelo ingresso no IFSC no ano anterior, que teve **2,41** candidatos por vaga. Importante ressaltar que, ao mesmo tempo, aumentou-se o número de vagas oferecidas à comunidade.

b) Relação Ingressos/Aluno: composto pelo numerador -ingressantes e pelo denominador -alunos matriculados, demonstra o montante de alunos que ingressaram no exercício de referência em relação ao total de alunos da instituição. A variação do percentual de ingressantes de 49,9%, em 2016, para **53,13%**, em 2017, está provavelmente relacionada ao aumento geral do número de vagas em 2017. Contudo, esse indicador não proporciona profundidade na análise da instituição, pois não há como se considerar desejável ou indesejável tal variação positiva, além de agrupar cursos com cargas horárias que variam de 4 a mais de 4.000 horas, sem que se considere um fator de equalização.

c) Relação Concluintes/Aluno: expressa o quantitativo de alunos que concluíram o curso ou integralizaram a carga horária no exercício de referência em relação ao total de alunos matriculados no IFSC em 2017. Pelo quadro, infere-se que **24,72%** do total de alunos que se matricularam em 2017 na instituição teve seu *status* no Sistec alterado para “concluído”. Verifica-se uma ligeira diminuição em relação ao resultado do ano anterior, que foi de **25,66%**, a qual não será analisada em virtude da mesma exposição feita para o indicador anterior, acrescida do fato de que esse indicador não mede o número de concluintes em relação ao total de alunos que ingressaram nos respectivos ciclos de matrícula

d) Índice de Eficiência Acadêmica Concluintes: percentual obtido por meio da relação do total de alunos que concluíram e integralizaram a fase escolar, pelo número de alunos matriculados finalizados. Considerando que o conjunto de matriculados finalizados inclui, além dos concluídos e integralizados, também os evadidos e desligados, demonstra-se o desempenho e a eficiência acadêmica pela relação entre o conjunto de alunos com êxito (numerador) e o montante de alunos com e sem êxito. No exercício 2017, o IFSC alcançou o índice de **47,20%**, ligeiramente inferior ao **49,50%** do ano anterior. Entretanto, em virtude da mudança metodológica trazida pela PNP, a comparação não é recomendada. Os indicadores de conclusão, evasão e retenção calculados pela PNP expressam muito melhor o desempenho da instituição do que a forma utilizada até 2016, uma vez que o cálculo é feito considerando a evolução da situação de matrícula ao longo de seus respectivos ciclos. Como ilustração, considerando-se uma turma de 40 alunos que ingressaram no início de 2016, em um ciclo de matrícula com previsão de conclusão no período regular de dois anos, uma hipotética taxa de conclusão de 50% somente faria sentido quando observados 20 alunos concluintes desta mesma turma no final de 2017. Porém, da forma como o indicador era calculado anteriormente, mistura-se todos os concluintes no ano de referência, independentemente de quando ingressaram na instituição, o que compromete a análise, especialmente no caso de cursos em implantação, que ainda não tinham concluintes, mas que poderiam ter centenas de alunos matriculados no ano.

e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar: obtido pela relação entre o total de alunos retidos e o total de alunos matriculados. O índice, que em 2017 foi de **0,56%**, auferiu o montante de matrículas que permaneceram ativas no sistema após o término previsto para encerramento do ciclo e, ainda, as matrículas com situação semelhante em exercícios anteriores que foram finalizadas em 2017. Devido à mudança metodológica do cálculo na PNP, para evitar índices artificialmente altos em situações em que houver atraso no calendário, não é possível realizar comparação com os anos anteriores. Contudo, pode-se dizer que o percentual de alunos retidos por mais de um ano é bastante baixo, sendo em si um indicador positivo. Por outro lado, deve-se considerar que altos percentuais de evasão também poderiam explicar a baixa retenção.

f) Relação Aluno/Docente em Tempo Integral: quantifica o total de alunos por docente da instituição, considerando o total de alunos matriculados. O denominador “docente em tempo integral” representa o total de docentes efetivos (sem substitutos e temporários), considerando como meio docente aqueles em regime de 20 horas. -No exercício 2017, a relação foi de **33,04** alunos por docente, 4% superior aos **31,71** verificados em 2016. Essa pequena diferença poderia ser, à primeira vista, explicada pelo aumento do número de matrículas em 2017, mas em realidade ela tem pouco significado, uma vez que o indicador desconsidera as diferenças de carga horária semestral dos diferentes tipos de curso. Na PNP, esse problema é resolvido, pois o indicador denominado Relação Matrícula-Professor considera o Fator de Equiparação de Carga Horária, conforme definido na portaria 25/2016/Setec/MEC), para calcular o número de matrículas-equivalentes. Conforme a PNP, em 2017 o IFSC atingiu a Relação matrícula-professor de 22,71, obtida pela divisão de 31.062 matrículas equivalentes por 1.368 professores-equivalentes (calculado de forma idêntica ao número de professores em tempo integral, e não conforme os pesos dispostos no decreto que regulamenta o Banco de Professores Equivalentes, como o nome poderia sugerir). Esse resultado coloca o IFSC acima da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, de 20 matrículas por professor para a Educação Básica e 18 para a Educação Superior, bem como ligeiramente acima da média de 21,40 da Rede Federal. Cabe ainda ressaltar que outro fator de distorção na comparação entre dois anos consecutivos via qualquer indicador que se proponha a relacionar matrículas e docentes, é a assincronia entre preenchimento de novas vagas de professores e a demanda de carga horária criada pela evolução do número de turmas dos cursos em implantação. Ainda assim, diferenças muito maiores poderiam se verificar caso a contratação de docentes no IFSC não estivesse atrelada ao detalhado Plano de Oferta de Cursos de Vagas do PDI 2015-2019, um dos principais destaques do IFSC na área do planejamento.

2.4.2.3.2 Indicadores Administrativos

a) Indicador Gastos Correntes por Aluno: quantifica o total de gastos da instituição para cada aluno matriculado. No cômputo das despesas, são considerados os gastos correntes, descontadas desse valor as despesas com investimentos, inversões financeiras, inativos e pensionistas e bolsa formação. Com a composição do indicador, verificou-se que a despesa média para cada aluno matriculado no IFSC foi de **R\$ 10.493,35** em 2017, apresentando uma queda em relação ao resultado do ano de 2016, que foi de **R\$ 11.265,16**. Isso é coerente com o fato de que o crescimento observado no número de matrículas não foi proporcionalmente acompanhado pelo aumento do orçamento da instituição, que praticamente só foi ampliado no que tange aos gastos de pessoal, como também infere o indicador seguinte. Outro fator que pode contribuir para a variação é a desconsideração das diferenças de carga horária semestral dos diferentes tipos de curso na modelagem desse indicador, à semelhança do que já foi explicado em indicadores anteriores. Nesse sentido, novamente a PNP traz um indicador melhor modelado, considerando o número de matrículas-equivalentes no cálculo. Conforme a PNP, em 2017 o gasto médio por matrícula-equivalente no IFSC foi de **R\$ 15.266,73**, o quinto menor valor de toda a Rede Federal, ainda que muito próximo à média geral de R\$ 16.058,97. Como esse número inaugura uma nova série histórica, não é possível fazer inferências sobre sua evolução ao longo do tempo.

b) Percentual de Gastos com Pessoal: possibilita identificar o montante de despesas da folha de pagamento contido no total de despesa geral da instituição. Em 2017, o resultado obtido foi de **81,99%**, que resulta em ligeiro aumento em relação aos - **79,12%** de 2016.

c) Percentual de Gastos com Outros Custeios: quantifica o total de gastos da instituição com outros custeios contido nas despesas totais. Para composição do dado Gastos com Outros Custeios, descontam-se, do total de gastos da instituição, os valores despendidos com pessoal, investimentos, inversões financeiras, benefícios, PIS/PASEP e Bolsa Formação (Pronatec). O indicador é obtido pela relação entre esse componente e os gastos totais do IFSC. Em 2017, **10,39%** da despesa institucional foi de gastos com outros custeios, mostrando diminuição em relação ao resultado do ano anterior, que foi de **14,58%**.

d) Percentual de Gastos com Investimentos em Relação aos Gastos Totais: computam-se as despesas realizadas a título de investimentos e inversões financeiras pelos gastos totais da instituição. No exercício de referência, o gasto com investimento foi **2,91%** dos gastos totais. Constata-se uma diminuição considerável do resultado do ano anterior, em que o investimento representou - **4,49%** das despesas..

2.4.2.3.3 Indicador de Gestão de Pessoas

a) Índice de Titulação do Corpo Docente: demonstra o nível de qualificação dos servidores docentes do IFSC. Para obter essa valoração, pondera-se o número de professores por nível de titulação (-graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) conforme uma escala de 1 a 5, excluindo-os docentes substitutos do cômputo geral de docentes. Em 2017 o indicador atingiu o resultado de **4,09**, apresentando ligeiro crescimento em relação aos **4,05** obtidos em 2016 e mantendo tendência observada desde 2012. Esse resultado expressa que a titulação média do corpo docente do IFSC é a de mestre. O indicador é impactado positivamente pelas políticas do IFSC quanto à concessão de afastamento parcial ou integral para qualificação, bem como pelos programas de mestrado e doutorado interinstitucionais (MITER/DINTER) promovidos pelo IFSC nos últimos anos. Por outro lado, o ingresso de novos docentes tende a diminuir o índice, uma vez que a titulação exigida em concurso público não supera a graduação e, mesmo que a titulação seja critério de pontuação dos candidatos, costuma ser relativamente pequeno o número de doutores entre os novos nomeados.

2.4.2.3.4 Indicadores Socioeconômicos

a) Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda *Per Capita* Familiar: O quadro 31 apresenta a quantidade de alunos matriculados em 2017 por faixa de renda familiar. Embora o indicador do TCU determine e a PNP se proponha a apresentar a renda familiar *per capita*, o IFSC só dispunha dos dados de renda familiar total. De todo modo, os dados mostram que apenas cerca de um terço (34,52 %) dos alunos tem renda familiar total superior a 3,5 salários-mínimos, sendo que a maioria dos estudantes do IFSC (42,26 %) tem renda nas faixas que vão de 1,5 a 3,5 salários-mínimos e uma expressiva proporção de quase um quarto (23,22 %) é proveniente de famílias com renda inferior a 1,5 salário-mínimo mensal. Devido às diferenças metodológicas já comentadas, não é possível qualquer tipo de comparação da renda dos alunos em 2017 com a série histórica.

2.4.3 Metodologia de Composição dos Indicadores

2.4.3.1. Terminologia

Considerando a proposta metodológica determinada pela Setec, apresenta-se a seguir a terminologia utilizada pela Secretaria para a composição dos indicadores.

Quadro 34 - Terminologia para indicadores

Sistec
Inscrições (Inscritos): número de inscrições para as vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (Sisu, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios) por curso e campus. É importante o registro do total de inscrições para qualquer oferta da Instituição, pois será utilizada com as vagas ofertadas para o cálculo do indicador “candidato/vaga”.
Vagas Ofertadas: número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise, em Editais de Oferta de Vagas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), vestibular, processos seletivos, sorteios e/ou outras formas de ingresso.
Número de Ingressos (Ingressos): refere-se ao total de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos ou outras formas de ingresso que tenham sido incluídas no Sistec, por curso e campus. O indicador “ingresso/aluno” precisa que os alunos sejam inseridos em ciclos de matrícula e não sejam trocados de ciclos ao longo de sua vida escolar, para não comprometer o indicador “retenção de fluxo escolar”.
Matrículas Atendidas: corresponde ao número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula. Para efeito de cálculo dos indicadores utilizando o Sistec, equivale a todas as matrículas que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo desejado. Ex.: as matrículas atendidas do intervalo entre 01/01/2013 e 31/12/2013, são a soma de todos os alunos que tiveram “situação final” registrada ao longo do período de 2013, mais os alunos que ingressaram em 2013, e todos os alunos que ainda estavam com situação “em curso” no último mês de ocorrência do período considerado para a análise. Em síntese corresponde ao total de matrículas que estiveram “em curso” por, pelo menos, um dia dentro de período de análise.
Número de concluintes (Concluintes): concluinte é o aluno que integralizou os créditos e está apto a colar grau. No caso de cursos que exigem a conclusão de um estágio curricular, existe no sistema o status do aluno que “integralizou a fase escolar”, que não é ainda concluinte, por dever a aprovação no estágio obrigatório. Como é possível esta separação, para algumas análises, pode ser interessante somar esses dois status, para outras, conhecê-los separadamente. Nesse manual, porém, o termo concluinte será utilizado como o somatório do número de concluintes e do número de integralizados.
Integralizado Fase Escolar (Integralizado): é o aluno que concluiu os créditos, mas que por dever a aprovação no estágio obrigatório ainda não está apto a colar grau.
Evadido: de acordo com o Manual do Sistec para a Rede Federal é o aluno que possui mais de 25% de falta.
Desligado: é o aluno que solicita o cancelamento de sua matrícula junto à secretaria da unidade escolar.
Transferido Externo: o aluno é transferido de uma unidade de ensino técnico para outra unidade de ensino (tanto para o ensino regular ou técnico).
Matrículas Finalizadas (Finalizados): refere-se às matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter concluído, integralizado fase escolar, evadido, desligado ou transferido.
Número de alunos retidos (Retidos): o número de alunos retidos representa o total de alunos de um dado ciclo de matrícula que estejam em situação ativo, concluinte ou integralizado fase escolar, que tenham mês de ocorrência posterior a data final prevista para o ciclo de matrícula, e que pertençam a um mesmo ciclo de matrícula. Retenção Escolar refere-se à subdivisão acadêmica de reprovação ou trancamento. É muito importante que um aluno não seja trocado de ciclo de matrícula, a não ser que realize novo ingresso na instituição, normalmente em outro curso, por meio da previsão de conclusão com novo ciclo de matrícula. O aluno reprovado ou que realizou trancamento e retornar para o mesmo curso, só que em nova turma, não deverá ter seu ciclo de matrícula trocado.
Siape
Número de docentes: o Docente em tempo integral (seja efetivo ou contrato temporário) presta atividades exclusivamente acadêmicas, considerando-se o regime de trabalho de 40 horas semanais. A quantidade de professores em regime de trabalho de 20 h será multiplicada por 0,5 e a quantidade de professores em regime de 40 h ou de Dedicção Exclusiva será multiplicada por 1. Esse dado é atualmente conseguido por meio do sistema Siape e será

utilizado para o cálculo do indicador “relação de alunos/docentes em tempo integral”, também conhecido como RAP.

Siafi
Gastos Totais: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto as ações 20RW e 8252. O Bolsa Formação e o E-TEC não foram contabilizados em nenhum componente porque os alunos do Bolsa Formação e do E-TEC não constam nos indicadores acadêmicos
Gastos com Pessoal: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 1 - Pessoal e encargos sociais
Gastos com Inativos e Pensionistas: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 0181 - Pagamento de Aposentarias e Pensões - Servidores Civis
Gastos com Investimentos: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 4 - Investimentos.
Gastos com Inversões Financeiras: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 5 - Inversões Financeiras.
Benefícios: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos das ações 2004, 2010, 2011, 2012, 20CW e 00M1
PIS/PASEP: despesas liquidadas da natureza de despesa 33914712 - Contribuição para o PIS/PASEP
Gastos Correntes: Gastos Totais (sem Bolsa Formação e E-TEC) - Gastos com Inativos e Pensionistas - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras
Gastos com Outros Custeios: Gastos Totais (sem Bolsa Formação e E-TEC) - Gastos com Pessoal - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras - Gastos com Benefícios - Gastos com PIS/PASEP
Bolsa Formação: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 20RW (Bolsa Formação).
E-TEC: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 8252 (Educação Profissional e Tecnologia a Distância)

Fonte: Setec

2.4.4 Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão - Exercício 2017

Quadro 35 - Indicadores alunos

Dados Alunos	
Inscrições	85.832
Vagas ofertadas	28.276
Ingressantes	24.009
Total de Matriculados	45.192
Concluídos	11.171
Evadidos	9.725
Total de Retidos	255

Fonte: [PNP](#) (acessado em março de 2018)

Quadro 36 - Indicadores docentes

Dados Docentes	
Docentes 20 horas	10
Docentes 40 horas	06
Docentes DE	1.357
Total Docentes	1.373
Docentes Graduados	44
Docentes Aperfeiçoados	3

Docentes Especialistas	168
Docentes Mestres	725
Docentes Doutores	433
Total Docentes	1373

Fonte: [PNP](#) (acessado em março de 2018)

Quadro 37 - Indicadores financeiros

Dados Financeiros	
Gastos Totais (sem Bolsa Formação e E-TEC)	R\$ 545.290.300,00
Total de Gastos com Pessoal	R\$ 447.075.149,00
Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras	R\$ 15.875.461,00
Total de Gastos Correntes (sem Bolsa Formação e E-TEC)	R\$ 474.215.294,00
Total de Gastos com Outros Custeios (sem Benefícios)	R\$ 56.656.823,00

Fonte: [PNP](#) (acessado em março de 2018)

Relação Candidato/Vaga - RCV	2017
	3,04
Indica o nível de procura da clientela da região pelo ensino do IFSC. RCV = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	85.832 28.276
RCV =	3,04

Relação Ingresso / Aluno (Total) - RIA	2017
	53,13
Indica percentualmente, a quantidade de ingressantes em relação ao total de alunos. RIA = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	24.009 45.192
RIA =	53,13%

Relação Concluinte/ Aluno - RCA	2017
	24,72%
Indica a taxa de concluintes em relação ao total de alunos. RCA = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ Total Matriculados}} \times 100$	11.171 45.192
RCA =	24,72%

Índice de Eficiência Acadêmica - IEA (%)	2017
	53,46%
Quantifica a eficiência da Instituição. IEA = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes e Integralizados Fase Escolar}}{\text{Número de Matriculados Finalizados}} \times 100$	11.244 20.896
IEA =	53,46%

Índice de Retenção do Fluxo Escolar - IRFE (%)	2017
	0,56%
Identifica, percentualmente, o índice de retenção de alunos. $\text{IRFE} = \frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	255 45.192
IRFE =	0,56%

Relação Aluno / Docente de Tempo Integral - RAD	2017
	33,04
Quantifica o número de alunos para cada docente em tempo integral. $\text{RAD} = \frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes com 40h} + \text{DE} + 20\text{h} \times 0,5}$	45.192 1368
RAD =	33,04

Gastos Correntes por aluno - GCA	2017
	R\$ 10.493,35
Indica o total de “gastos” da Instituição por aluno atendido. $\text{GCA} = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	R\$ 474.215.294 45.192
GCA =	R\$ 10.493,35

Gastos com Pessoal - GP (%)	2017
	81,99%
Indica percentualmente o quanto é gasto com pessoal em relação aos gastos totais. $\text{GP} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	R\$ 447.075.149 R\$ 545.290.300
GP =	81,99%

Gastos com Outros Custeios - GOC (%)	2017
	10,39%
Indica percentualmente o quanto é gasto com outros custeios. $\text{GOC} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	R\$ 56.656.823 R\$ 545.290.300
GOC =	10,39%

Gastos com investimento - GI (%)	2017
	2,91%
Indica percentualmente o quanto é gasto com investimento. $\text{GI} = \frac{\text{Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	R\$ 15.875.461 R\$ 545.290.300
GI =	2,91%

Índice de Titulação do Corpo Docente - I T C D	2017
Quantifica a titulação do corpo docente. $ITCD = \frac{1(G)+2(A)+3(E)+4(M)+5(D)}{(G+A+E+M+D)} = \frac{1(55)+2(3)+3(149)+4(592)+5(320)}{(55+3+149+592+320)}$	5.619 1.373
I T C D =	4,09
Pesos: Graduação=1, Aperfeiçoamento=2, Especialização=3, Mestrado=4 e Doutorado=5	
Obs.: se ITCD = 5, todos os docentes são Doutores	

Fonte: [PNP](#) (acessado em março de 2018)

2.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Esse item tem por objetivo oferecer informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras. Alguns exemplos desses organismos e agências são: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), etc. Nesse sentido, no IFSC, não houve ocorrência de projetos e programas financiados com recursos externos no período.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Em consonância com o Referencial Básico de Governança, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2014), a origem da governança está associada ao momento em que organizações deixaram de ser geridas diretamente por seus proprietários (p. ex. donos do capital) e passaram à administração de terceiros, a quem foi delegada autoridade e poder para administrar recursos pertencentes àqueles.

Contudo, no que se refere ao setor público, a discussão sobre governança teve início com a crise fiscal dos anos 1980, que exigiu novo arranjo econômico e político internacional, com a intenção de tornar o Estado mais eficiente. Desde então, diversas leis e decretos foram publicados de modo a institucionalizar direta ou indiretamente estruturas de governança. Os principais instrumentos são:

- Constituição Federal de 1988;
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171, de 22 de Junho de 1994);
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000);
- Lei 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal;
- Instrumentos de transparência, como a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e facilitam o monitoramento e o controle de atos administrativos e da conduta de agentes públicos.

Apesar do avanço que tais estruturas significam para a melhoria da capacidade de governança e gestão do Estado brasileiro, cabe reconhecer que para atender as demandas sociais é fundamental fortalecer ainda mais os mecanismos de governança como forma de reduzir o distanciamento entre Estado e sociedade.

Dado o contexto, a governança no setor público pode ser analisada sob quatro perspectivas de observação. São elas:

- Sociedade e Estado - definem as regras e os princípios que orientam a atuação dos agentes públicos e privados regidos pela Constituição e criam as condições estruturais de administração e controle do Estado;
- Entes federativos, esferas de poder e políticas públicas - se preocupam com as políticas públicas e com as relações entre estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada;
- Órgãos e entidades - garantem que cada órgão ou entidade cumpra seu papel; e
- Atividades intraorganizacionais - reduzem os riscos, otimizam os resultados e agregam valor aos órgãos ou entidades.

Segundo esse mesmo Referencial Básico de Governança,

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (TCU, 2014, p. 26).

Em resumo, a boa governança pública pressupõe a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados; de uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos interesses sociais; e de estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a tempestiva correção de rumos, quando necessário.

Assim, a partir do Referencial supracitado, apresentamos o Sistema de Governança do IFSC.

3.1.1 Sistema de Governança no IFSC

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto:

- As estruturas administrativas (instâncias),
- Os processos de trabalho,
- Os instrumentos (ferramentas, documentos *etc*),
- O fluxo de informações e
- O comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

3.1.1.1 Instâncias

1. **Instâncias externas de governança** - são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas apenas a uma organização. No IFSC contamos com a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União.
 2. **Instâncias externas de apoio à governança** - são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança. Exemplos típicos dessas estruturas as auditorias independentes e o controle social organizado. O IFSC conta com a participação de conselheiros externos, representantes da sociedade civil, no Consup e também nos Colegiados dos Câmpus. Além da participação social por meio dos conselheiros, o IFSC pratica a transparência ativa, divulgando de forma espontânea no seu [portal](#) os dados que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011).
 3. **Instâncias internas de governança** - são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.
- **Consup** - é o órgão deliberativo e consultivo máximo do IFSC. Instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é composto por integrantes da comunidade interna (alunos, professores, técnicos administrativos e diretores-gerais de câmpus), eleitos por seus pares, membros externos de segmentos ligados à educação profissional e tecnológica, os quais são indicados por suas instituições, tendo o reitor como presidente. Reúne-se a cada dois meses

e trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores-gerais, entre outros.

- Codir - é um órgão consultivo, também instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, presidido pela Reitora e formado pelos pró-reitores e diretores-gerais de câmpus. Esse colegiado trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária e financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e os critérios para distribuição do orçamento anual do IFSC são dois exemplos de assuntos que são analisados pelo Colégio de Dirigentes e aprovados pelo Consup.
- Cepe - é um órgão normativo e consultivo que trata de políticas de ensino, de pesquisa e de extensão do IFSC. É formado por representantes dos professores, dos técnicos administrativos e dos alunos, além dos pró-reitores de Ensino (presidente), Extensão e Relações Externas e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Passam pelo Cepe, por exemplo, todas as propostas de criação, reestruturação e extinção de cursos no IFSC, assim como suspensão de oferta de vagas;
- CDP - é um órgão normativo e consultivo que tem por finalidade subsidiar a Reitoria nos encaminhamentos das políticas de pessoal. Suas reuniões mensais tratam de diretrizes, políticas e normas internas para a gestão de pessoas do IFSC. É formado por representantes dos professores e técnicos administrativos, além dos pró-reitores de Administração, Ensino e Desenvolvimento Institucional e do diretor de Gestão de Pessoas;
- Colegiado do câmpus - é um órgão normativo e deliberativo por delegação do Conselho Superior, no âmbito do câmpus, que assessora o diretor-geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFSC.
- Copadin - é o órgão responsável pelo gerenciamento do processo de acompanhamento, avaliação e atualização do PDI, monitorando a implementação da estratégia institucional. Configura-se como elemento articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias normativas e deliberativas institucionais, propondo ações efetivas para a otimização e a execução do PDI e do PAT. Esse comitê está previsto no capítulo 13 do PDI 2015 - 2019.
- CTI - é um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela Portaria nº 403 de 29 de março de 2012 do IFSC, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPDG) e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática (Sisp). É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).
- (CPA) - a presença da Comissão Própria de Avaliação em instituições que oferecem ensino superior é uma exigência da Lei 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Compete à CPA elaborar e executar o projeto de autoavaliação institucional e encaminhar parecer para tomadas de decisões. É composta por servidores e alunos do IFSC, eleitos para mandatos de dois anos.
- Comissão de Ética - é o órgão responsável pela disseminação da ética pública, por consultas quanto à conduta ética dos servidores e pela apuração de responsabilidades por infração ao Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Órgão integrado ao sistema de gestão da ética pública conforme o Decreto nº 6.029/2007. Atua como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade e aplica o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Público Federal (Decreto nº 1.171/1994). Está subordinada diretamente a Comissão de ética da Presidência da República, sem vinculação direta com a gestão do IFSC
- Comitê Permanente de Gestão de Crises - objetivo do comitê é gerir as situações de crise de forma a propiciar uma interação ágil e competente com os públicos estratégicos do IFSC,

além de favorecer a circulação da versão oficial diante dos fatos circunstanciais que motivaram a crise. O comitê é presidido pelo ocupante do cargo de Reitor, e composto pelos ocupantes dos cargos de Diretor Executivo, Assessor Técnico do Gabinete da Reitoria, Pró-reitores, Diretor de Comunicação Institucional, Ouvidor e Diretores-gerais dos câmpus. Fazem parte também desse comitê profissionais de Relações Públicas e do Jornalismo.

4. **Instâncias internas de apoio à governança** - realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.
 - **Ouvidoria** - é o canal de comunicação entre o cidadão e o IFSC. Seus objetivos são: assegurar a participação da comunidade na instituição, fortalecendo a cidadania, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas; reunir informações sobre diversos aspectos da instituição com o fim de contribuir para a gestão institucional, desenvolver suas atividades dentro dos princípios de ouvir, resolver e melhorar; dentre outros. Para atingir seus objetivos, tem como principais atribuições: receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, denúncias, consultas e elogios referentes ao desenvolvimento das atividades exercidas pelos servidores e alunos do IFSC; acompanhar as providências solicitadas às unidades organizacionais pertinentes, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta; identificar e interpretar o grau de satisfação dos usuários, com relação aos serviços públicos prestados.
 - **Auditoria Interna** - é um órgão de apoio ao Reitor do IFSC, supervisionada pelo Conselho Superior, que tem como competência: analisar os procedimentos, rotinas e controles internos; avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, de acordo com a legislação vigente; examinar os registros contábeis quanto à sua adequação; assessorar a gestão no tocante às ações de controle; orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e à eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades; prestar apoio dentro de suas especificidades, no âmbito do IFSC, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU), respeitada a legislação pertinente; verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração; acompanhar o resultado final dos processos de sindicância e processos administrativos disciplinares, com vistas a subsidiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal com as informações necessárias; supervisionar os serviços e trabalhos de Controle Interno nos câmpus; assessorar os gestores do IFSC na execução de programas de governo; verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual do IFSC e sobre as tomadas de contas especiais; acompanhar a elaboração de respostas às solicitações da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU); realizar auditorias internas periódicas na Reitoria e nos câmpus; elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área; realizar outras atividades afins e correlatas.
5. **Outras instâncias** - contribuem para a boa governança da organização: a administração executiva, a gestão tática e a gestão operacional.
 - **Administração Executiva** - é responsável por avaliar, direcionar e monitorar, internamente, o órgão ou a entidade. A autoridade máxima da organização e os dirigentes superiores são os

agentes públicos que, tipicamente, atuam nessa estrutura. De forma geral, enquanto a autoridade máxima é a principal responsável pela gestão da organização, os dirigentes superiores (gestores de nível estratégico e administradores executivos diretamente ligados à autoridade máxima) são responsáveis por estabelecer políticas e objetivos e prover direcionamento para a organização

- Reitoria do IFSC - a Reitoria é o órgão executivo do IFSC e tem por finalidade organizar a sua gestão, de forma harmônica, a partir de diretrizes gerais que garantem a unidade e identidade do IFSC em todo o Estado. A Reitoria é composta pela Reitora e Pró-reitorias: 1. Pró-reitoria de Ensino; 2. Pró-reitoria de Administração; 3. Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas; 4. Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; 5. Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional. Cabe à Reitoria, entre outras atribuições, implementar e desenvolver a política educacional e administrativa do IFSC, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior.
- Pró-reitoria de Ensino - à Pró-reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas - à Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Pró-reitoria de Administração - à Pró-reitoria de Administração compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor.
- Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional compete promover a integração entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor.

- **Diretoria Executiva** - é o órgão de apoio ao Reitor em questões técnicas e administrativas, participar do planejamento, organização e aplicação dos concursos públicos; coordenar a elaboração de respostas às solicitações emanadas dos órgãos do controle externo (CGU - TCU), revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área; promover ações visando a integração das atividades das pró-reitorias; acompanhar o processo de integração entre a reitoria e os campi; realizar outras atividades afins e correlatas. Para isso, contará com assessorias técnicas para encaminhamento de suas atribuições. Além disso, os encaminhamentos decisórios e operacionais da Diretoria de Gestão de Pessoas encontram-se vinculados a esta diretoria, de forma experimental até a revisão do Regimento Geral do IFSC, conforme Instrução Normativa Nº 02, de 8 de fevereiro de 2017.
- **Diretoria-geral dos Câmpus** - a Diretoria do campus é órgão executivo que administra, coordena e superintende todas as atividades do campus e será exercida pelo Diretor-geral, auxiliado pelo Vice-diretor, quando houver, e assessorado pelo chefe do departamento de administração ou diretor de administração e pelo chefe do departamento de ensino, pesquisa e extensão ou diretor de ensino, pesquisa e extensão.
- **Gestão Tática** - é responsável por coordenar a gestão operacional em áreas específicas. Os dirigentes que integram o nível tático da organização são os agentes públicos que, tipicamente, atuam nessa estrutura.

Na Reitoria, compõem a gestão tática as Diretorias Sistêmicas, ocupadas por Diretores ligados diretamente aos Pró-reitores e Chefia de Gabinete, ligados à reitora.

No câmpus, compõem a gestão tática o Chefe do Departamento de Administração ou Diretor de Administração e o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, ligados diretamente ao Diretor-geral do Câmpus.

- **Gestão Operacional** - é responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio. Os gerentes, membros da organização que ocupam cargos ou funções a partir do nível operacional, são os agentes públicos que, tipicamente, atuam nessa estrutura.

Na Reitoria, fazem parte da gestão operacional os chefes de departamentos, ligados diretamente aos diretores sistêmicos e também os coordenadores ligados a estes. Em alguns casos, os coordenadores estão vinculados diretamente aos diretores sistêmicos.

Nos Câmpus, fazem parte da gestão operacional os coordenadores, ligados diretamente aos chefes ou diretores de administração e ensino, pesquisa e extensão. Em alguns casos, os coordenadores estão vinculados diretamente ao diretor-geral dos câmpus.

3.1.2 Mecanismos, Componentes e Práticas de Governança no IFSC

Para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados: a liderança, a estratégia e o controle.

A cada um dos mecanismos de governança foi associado um conjunto de componentes que contribuem direta, ou indiretamente, para o alcance dos objetivos. São eles:

Quadro 38 - Mecanismos, componentes e práticas de governança no IFSC.

Mecanismo: liderança	Práticas de Governança sugeridas	Práticas de Governança no IFSC
Pessoas e competências	Estabelecer e dar transparência ao processo de seleção de membros de conselho e administração ou equivalente e da alta administração.	<p>Conselhos e comissões que passam por processo eleitoral: Consup, CPA, Cepe, CDP e Colegiado de Câmpus. A eleição dos membros desses órgãos ocorre de acordo com seu respectivo regimento interno. É operacionalizado por uma comissão instituída para esse fim e todo seu processo é publicizado no portal: Eleições no IFSC.</p> <p>Alta administração: -toda a tramitação do processo de escolha para Reitor e para Diretores Gerais de Câmpus é discutido e aprovado pelo Consup, com base na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Sua operacionalização é realizada por comissões específicas e todo o processo é publicizado no portal: Eleições no IFSC. Após a eleição do Reitor, ele indicará seus pró-reitores. Após eleição do Diretor-Geral, ele indicará seus Chefes/Diretores de Ensino e Administração.</p>
	Estabelecer sistema de avaliação de desempenho de membros da alta administração.	Todos os membros da alta administração são submetidos ao processo avaliativo previsto nas Resoluções nº 08/2016 e nº 17/2016 do CDP.
	Garantir que o conjunto de benefícios, caso exista, de membros de conselho de administração ou equivalente e da alta administração seja transparente e adequado para atrair bons profissionais e estimulá-los a se manterem focados nos resultados organizacionais.	Os membros de conselhos não possuem nenhum benefício para além dos previstos na sua carreira. A alta administração, além da remuneração proveniente da sua carreira, possui uma gratificação denominada Cargo de Direção (CD), cujos valores estão estabelecidos na Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016.
Princípios e comportamentos	Adotar código de ética e conduta que defina padrões de comportamento dos membros do conselho de administração ou equivalente e da alta administração.	<p>Conselhos e comissões: além dos regimentos internos, todos os servidores, membros dos referidos conselhos e comissões estão submetidos ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171, de 22 de Junho de 1994) e ao Código de Conduta da Alta Administração Federal.</p> <p>O IFSC conta, ainda, com Código de Ética próprio aprovado pela Resolução CONSUP nº 57/2010, disponível em aqui.</p>
	Estabelecer mecanismos de controle para evitar que preconceitos, vieses ou conflitos de interesse influenciem as decisões e as ações de membros do conselho de administração ou equivalente e da alta administração.	<p>O IFSC possui diversos documentos norteadores e normativos aprovados pela comunidade que estabelecem princípios, políticas e diretrizes que orientam a atuação da Instituição para o cumprimento de sua missão, orientada pelos valores institucionais.</p> <p>São exemplos desses documentos: Estatuto do IFSC, Regimento Geral, Regimentos internos dos câmpus, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Política de Comunicação, Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDtic), Plano de Logística Sustentável (PLS).</p> <p>Além disso, o Consup e os Colegiados contam com regimentos internos de funcionamento que estabelecem prazos e procedimentos para a tomada de decisões.</p>

Mecanismo: liderança	Práticas de Governança sugeridas	Práticas de Governança no IFSC
	Estabelecer mecanismos para garantir que a alta administração atue de acordo com padrões de comportamento baseados nos valores e princípios constitucionais, legais e organizacionais e no código de ética e conduta adotado.	Todas as reuniões do Consup e Codir são transmitidas ao vivo pela IFSC TV e suas atas e resoluções ficam disponíveis aqui .
	Avaliar, direcionar e monitorar a gestão da organização, especialmente quanto ao alcance de metas organizacionais.	No Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) é realizado o acompanhamento semestral das metas/iniciativas vinculadas às ações orçamentárias com base nos cadastros informados na LOA. No Planejamento Estratégico, capítulo 4 do PDI, estão as metas institucionais as quais são monitoradas e avaliadas por vários colegiados.
	Responsabilizar-se pelo estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão da organização e pelo alcance dos resultados previstos.	O IFSC dispõe das políticas de comunicação, de assistência estudantil e demais políticas e diretrizes estabelecidas no PDI.
	Assegurar, por meio de política de delegação e reserva de poderes, a capacidade das instâncias internas de governança de avaliar, direcionar e monitorar a organização.	O Regimento Geral do IFSC e Regimentos internos dos campi estabelecem as competências dos conselhos, colegiados e de cada pró-reitoria, diretoria e departamentos do IFSC bem como de seus gestores.
	Avaliar os resultados das atividades de controle e dos trabalhos de auditoria e, se necessário, determinar que sejam adotadas providências.	A instituição possui o Painel e o Raint elaborados anualmente e encaminhadas recomendações e também o Plano de Providências Permanentes da CGU.
Sistema de governança	Estabelecer as instâncias internas de governança da organização.	No IFSC diversas instâncias internas de governança que já estão estabelecidas, implantadas e em pleno funcionamento, conforme anteriormente elencadas neste relatório.
	Garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas.	O IFSC possui estrutura departamentalizada, considerando temas e processos administrativos finalísticos e de apoio. O processo de tomada de decisão está parcialmente descentralizado para os campi naquilo que estão sob sua atribuição. As políticas e diretrizes institucionais são definidas em órgãos colegiados e executadas pelas diversas unidades administrativas (Pró-reitorias, Diretorias sistêmicas, Diretorias Gerais dos campi, Departamentos e Coordenadorias).
	Estabelecer o sistema de governança da organização e divulgá-lo para as partes interessadas.	No IFSC todos os elementos que compõem o sistema de governança e que já estão instituídos são amplamente divulgados. Os documentos norteadores, organograma bem como atas e resoluções dos conselhos e colegiados do IFSC estão disponíveis para consulta pública.

Mecanismo: liderança	Práticas de Governança sugeridas	Práticas de Governança no IFSC
Relacionamento com partes interessadas	Estabelecer e divulgar canais de comunicação com as diferentes partes interessadas e assegurar sua efetividade, consideradas as características e possibilidades de acesso de cada público-alvo.	O relacionamento com as partes interessadas foi estabelecido com a criação e implantação da Política de Comunicação do IFSC. O documento apresenta um conjunto de princípios que orientam o relacionamento da nossa instituição com os nossos diversos públicos. Disponível no portal: Política de Comunicação do IFSC .
	Promover a participação social, com envolvimento dos usuários, da sociedade e das demais partes interessadas na governança da organização.	Algumas formas de participação social: - Elaboração do PDI-2015-2019 - alunos participaram efetivamente da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado para o período de 2015 a 2019. - Colegiados e Comissões - alunos e outros membros da sociedade civil organizada integram colegiados e comissões. Exemplo: Consup.
	Estabelecer relação objetiva e profissional com a mídia, com outras organizações e com auditores.	Relação com a mídia: temos um capítulo especial na Política de Comunicação do IFSC dedicado a esta temática, que aborda itens como: pressupostos básicos, posturas esperadas, estrutura profissional, capacitação das fontes e ações na imprensa e com os jornalistas. Para além disso, promovem-se espaços de interação com a imprensa como eventos, visitas e publicações de materiais de interesse dos jornalistas.
	Assegurar que decisões, estratégias, políticas, programas, planos, ações, serviços e produtos de responsabilidade da organização atendam ao maior número possível de partes interessadas, de modo balanceado, sem permitir a predominância dos interesses de pessoas ou grupos.	No IFSC isso é realizado por meio das políticas, editais e comissões: políticas afirmativas, editais de projetos de pesquisa, editais de projetos de extensão, editais de assistência estudantil, editais para participação em eventos, editais de movimentação, editais de ingresso em cursos, processos eleitorais para escolhas de gestores, elaboração coletiva do Plano Anual de Trabalho (PAT), em cada câmpus, para definição dos projetos a serem executados com o orçamento; editais de capacitação, Plano de oferta de cursos e vagas - definição de contratações de servidores, Comissão de Licitação, Comissão de RDC, comissões de concurso, dentre outros.
Estratégia organizacional	Estabelecer modelo de gestão da estratégia que considere aspectos como transparência e envolvimento das partes interessadas.	Em diversos momentos do PDI 2015-2019 a gestão do IFSC reforça seu comprometimento em ser democrática e participativa. Nesse sentido, oferece vários espaços de participação da comunidade acadêmica, os quais podemos destacar: fóruns colegiados; assembleias; audiências públicas; comissões; grupos de trabalho; comitês; consultas públicas; reuniões técnicas; seminários; fóruns e reuniões da Reitoria Itinerante.
	Estabelecer a estratégia da organização.	Para os próximos anos, a estratégia foi definida em conjunto com a sociedade no processo de elaboração do PDI 2015-2019. Sua execução está sendo acompanhada pela por meio da participação nos diversos conselhos, colegiados e outros espaços de participação da instituição.

Mecanismo: liderança	Práticas de Governança sugeridas	Práticas de Governança no IFSC
	Monitorar e avaliar a execução da estratégia, os principais indicadores e o desempenho da organização.	Uma das principais estratégias adotadas para monitoramento e avaliação, foi a constituição do Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Esse comitê é o órgão responsável pelo monitoramento e proposição das ações necessárias à implementação da estratégia institucional. Para tal, configura-se como elemento articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias normativas e deliberativas institucionais, contribuindo para a otimização e a execução do PDI e do PAT. Também participam desta ação outros colegiados como o Codir e Colegiados de câmpus.
Alinhamento transorganizacional	Estabelecer mecanismos de atuação conjunta com vistas à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas transversais e descentralizadas.	O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. E participa do Conif e seus Fóruns Temáticos, Fórum de Gestão Integrada das Instituições Federais de Ensino de Santa Catarina (Forgifesc) - envolvendo IFSC, IFC, UFSC e UFFS - o qual o IFSC coordena e também o Fórum dos Reitores de Santa Catarina - envolvendo IFSC, IFC, UFSC, UFFS e Udesc.
Auditoria interna	Estabelecer a função de auditoria interna	A Unidade de Auditoria Interna (Unai) do IFSC foi criada em 2000, quando foi instituído o Sistema de Controle Interno das Instituições Públicas Federais. Tem como atividade principal a avaliação periódica do desempenho das diversas áreas organizacionais dos câmpus e da Reitoria, visando à maximização dos resultados. A Unai também é responsável pelo controle e homogeneização dos procedimentos administrativos e presta apoio aos órgãos do Sistema de Controle.
	Prover condições para que a auditoria interna seja independente e proficiente.	Desde a sua criação, a Unai do IFSC estruturou-se com recursos materiais e humanos, de modo a viabilizar o desempenho qualitativo no exercício do seu papel institucional e legal. Atualmente a Unai é composta pela Auditoria Geral e pelas Auditorias Regionais e está subordinada diretamente ao Conselho Superior do IFSC.
	Assegurar que a auditoria interna adicione valor à organização.	Todos os anos a Unai elabora o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - Paint do IFSC. O Planejamento contempla todos os procedimentos, análises, atividades com vistas à avaliação da capacidade e da efetividade dos sistemas de controles internos administrativos e tem por escopo a realização de auditorias, considerando pontos de controles, selecionados por macroprocesso, processo e tema, que foram estabelecidos por meio de matriz de risco extraída por meio de critérios de criticidade, relevância, materialidade, demandas internas/externas, entre outros. Este plano é aprovado pelo Consup e posteriormente operacionalizado.
Accountability e transparência	Dar transparência da organização às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei.	Em atendimento à Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011), o IFSC adotou o princípio da transparência ativa, divulgando em seu sítio um conjunto de informações associadas as atividades que desempenha. Além disso, implantou e publicizou a Carta de Serviços ao Cidadão e também o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do IFSC, que poderá ser consultado de forma presencial ou a partir deste endereço eletrônico .

Mecanismo: liderança	Práticas de Governança sugeridas	Práticas de Governança no IFSC
	Prestar contas da implementação e dos resultados dos sistemas de governança e de gestão, de acordo com a legislação vigente e com o princípio de <i>accountability</i> .	Todas as resoluções e atas dos conselhos e colegiados encontram-se disponíveis para consultas públicas no Portal dos Colegiados. Além disso, Consup e Codir são transmitidos ao vivo pela IFSC TV e ficam disponíveis para consulta pública.
	Avaliar a imagem da organização e a satisfação das partes interessadas com seus serviços e produtos.	Clipagem de matérias envolvendo o nome do IFSC, acompanhamento e retornos de notícias publicadas nas redes sociais.
	Garantir que sejam apurados, de ofício, indícios de irregularidades, promovendo a responsabilização em caso de comprovação.	<p>A Reitoria do IFSC conta com duas assessorias especializadas para o encaminhamento, análise e providências relativas a denúncias e pedidos de orientações a gestores e servidores sobre atos de gestão e processos administrativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assessoria Executiva: recebimento, análise e parecer administrativo a demandas externas, tais como subsídios para processos judiciais, denúncias e esclarecimentos ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Ouvidoria além do encaminhamento, quando cabível, dessas denúncias para processos administrativos disciplinares ou processos de apuração ética. - Assessoria Técnica: recebimento, análise e parecer administrativo a demandas internas, tais como recursos à reitoria em processos diversos, elaboração e análise de editais e normativos, orientação a gestores e servidores sobre atos de gestão e processos administrativos em geral além de notificações e processos para ressarcimento ao erário. <p>A partir do encaminhamento e análise técnica das assessorias são nomeadas as comissões de sindicância, processo administrativo disciplinar ou para a comissão de ética.</p>

Fonte: Gabinete da Reitoria

3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna - Unai do IFSC está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais, conforme consta no Regimento Interno da Unai, aprovado em 19/03/2012 (Portaria 368), disponível [aqui](#).

Atualmente, o quadro de servidores da Unai é composto por 07 auditores - 03 servidores lotados na Reitoria (Auditoria Geral) e 04 auditores lotados em cada uma das Auditorias Regionais (Norte, Sul, Oeste e Serrana).

As auditorias regionais estão subordinadas diretamente à Auditoria Geral. As autorizações, avaliações e assinatura dos controles de frequência são realizados pelo auditor chefe. O pagamento de inscrições em cursos, bem como diárias e passagens são autorizados pelo auditor chefe e Reitoria, com recursos da Reitoria.

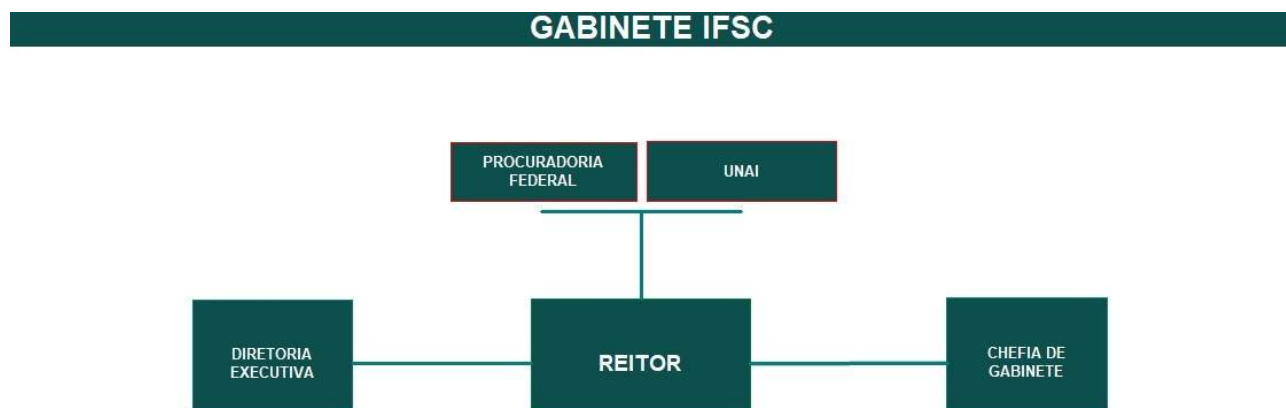
Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional da Auditoria Interna, definidas pelo IIA (*Institute of Internal Auditors*)⁸, a independência da Unidade de Auditoria Interna pode ser definida pela “(...) imunidade quanto às condições que ameaçam a atividade de auditoria interna de conduzir as responsabilidades de auditoria interna de maneira imparcial. Para atingir o grau de independência necessário, para conduzir eficazmente as responsabilidades da atividade de auditoria interna, o executivo-chefe de auditoria interna tem acesso direto e irrestrito à alta administração e ao conselho. Isso pode ser alcançado por meio de um relacionamento de duplo reporte. As ameaças à independência devem ser gerenciadas nos níveis do auditor individual, do trabalho de auditoria, funcional e organizacional”

Considerando as normas internacionais, observa-se que a auditoria interna do IFSC possui grau elevado de independência, uma vez que, conforme o Regimento Interno da Auditoria Interna, estabelece-se:

Art. 17 - Os diretores de departamentos da Reitoria e os Diretores-gerais deverão proporcionar aos auditores amplas condições de trabalho e irrestrita colaboração, permitindo-lhes livre acesso a informações, dependências, instalações, bens, títulos, documentos e valores.

Além disso, a auditoria interna se encontra vinculada ao Conselho Superior, órgão máximo da Instituição que aprecia anualmente o Paint e o Raint, além da nomeação e exoneração do auditor-chefe. Abaixo é apresentado o organograma do gabinete do IFSC constante no Plano de Desenvolvimento Institucional, disponível em [aqui](#).

Figura 8 - Organograma Gabinete IFSC



Fonte: Prodin

8 Texto extraído das Normas Internacionais, traduzidos pelo IIA e disponível no site: http://www.iiabrasil.org.br/new/images/down/IPPF2011/IPPF_Normas_01_11.pdf

Contudo, embora a unidade de auditoria interna conte com grau elevado de independência em seus trabalhos, por tratar-se de uma auditoria interna, (grifo nosso) fica submetida aos regramentos internos e às restrições orçamentárias, o que, em alguns casos, dificulta algumas ações planejadas, principalmente as de capacitação.

3.2.1 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas e demonstração de como está estruturada.

Os procedimentos de campo são elaborados pelas Auditoria Geral/Reitoria que encaminham para as auditorias regionais o documento denominado “Ordem de Serviço - OS” para inspeção de uma determinada área em todos os câmpus de sua abrangência. Na OS são definidos os prazos e metas a serem cumpridas.

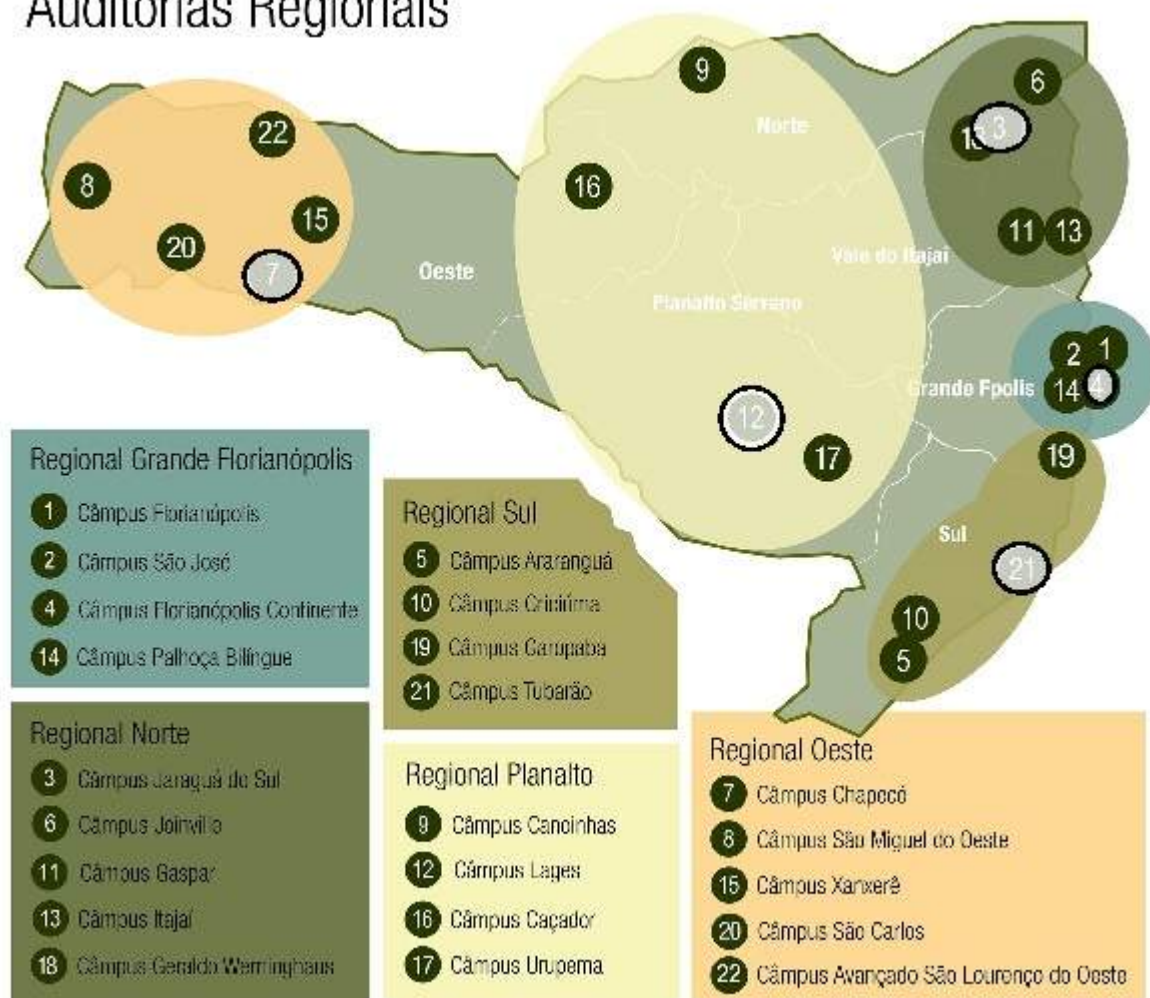
Além da OS, são encaminhados ainda, os Programas de Auditoria (Planejamento Operacional), os quais informam os procedimentos básicos, bem como o escopo detalhado, em que é possível definir a extensão, profundidade e alcance dos trabalhos, além de *checklist*, demais documentos e procedimentos necessários para a execução dos trabalhos.

Após a análise do material requisitado na Solicitação de Auditoria inicial, os auditores regionais elaboram o relatório preliminar e o encaminham ao auditado para manifestação. Após as considerações do auditado, os auditores regionais encaminham o relatório final à Auditoria Geral para que esta elabore um relatório gerencial que aborda as principais constatações encontradas nos trabalhos de campo, bem como elaborar as recomendações estruturantes que visam a atacar a causa do problema.

Atualmente, a Unidade de Auditoria Interna é composta por duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais. Nos Planejamentos de Auditoria de 2011 a 2014 foram contempladas as propostas de regionalização que, após maturação e novas nomeações ocorridas em 2015 e redistribuição em 2017, resultou em 5 auditorias regionais, além da Auditoria Geral, na reitoria, que conta, como já citado anteriormente, com dois auditores.

Figura 9 - Auditorias Regionais IFSC

Auditorias Regionais



Fonte: Unai

Destaca-se que a regional Serrana (Planalto) foi criada em 2017 e teve como objetivo desafogar as demandas regionais, uma vez que absorveu câmpus que logisticamente estão mais afastados, como o câmpus Caçador, que pertencia à regional Oeste, câmpus Canoinhas, da regional Norte e câmpus Lages e Urupema que pertenciam à regional Sul.

A escolha do titular da Unidade é realizada de acordo com o artigo 6º do Regimento da Unai bem como as orientações da CGU por meio da portaria 915/2014 e recentemente a portaria CGU 2.737/2017.

Basicamente, a escolha é feita por indicação do Reitor e submetida à aprovação do Conselho Superior do IFSC, com posterior anuência da Controladoria Geral da União, dentre auditores de cargo lotados na Auditoria Geral ou Regional.

3.2.2 Comunicação dos Trabalhos de Auditoria com a Alta Gerência

A via formal de comunicação dos trabalhos de auditoria interna são os Relatórios de Auditoria, os quais no exercício de 2017 foram enviados à Magnífica Reitora, presidente do Consup, por meio de memorandos eletrônicos, onde é possível verificar a confirmação da leitura, além de serem enviados para os gestores responsáveis pelas áreas auditadas para providências e encaminhamentos.

A Certificação de que a alta gerência assume os riscos pela não implementação se dá de maneira tácita, ou seja, se ao realizar o monitoramento da recomendação e o gestor não tenha ao menos iniciado algum procedimento que venha atender a recomendação, presume-se que ele assumiu o risco de não implementá-la.

Já nos trabalhos de auditoria que resultam em recomendações, onde o risco pela não implementação é considerado relevante, a Unidade de Auditoria apresenta, oportunamente, o resumo dos trabalhos e os riscos pela não implementação das recomendações no Colegiado de Dirigentes - Codir, que é um colegiado composto por todos os diretores de câmpus e Pró-reitores.

3.2.3 Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Recentemente não houve alterações na estrutura organizacional e a vinculação permanece como previsto nos normativos internos, ou seja, Conselho Superior do IFSC.

3.3 SOBREPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA PRONATEC

O acórdão TCU nº 1.006/2016 determinou às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução - FNDE 4/2012, que incluam em seus planos anuais de auditoria interna, ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e que informem, nos respectivos relatórios de gestão anuais, os resultados apurados e as providências adotadas;

Entretanto, a Unidade de Auditoria Interna do IFSC já havia se adiantado a essa determinação, uma vez que já realizou um amplo trabalho de investigação no programa Pronatec no ano de 2014. Suas constatações e recomendações encontram-se em fase de monitoramento.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 02/06/2014 a 20/07/2014. Foram utilizados diversos procedimentos e técnicas de auditoria para a consecução dos objetivos pretendidos, em especial: testes de observância e testes substantivos, englobando a conferência de documentos (registros de frequência, justificativas, normativos internos, planos de ensino e de atividades docentes) e dados extraídos dos sistemas operacionais de informações em uso pela unidade, especialmente Sistema Pronatec (Sispronatec), Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), Sistema de Administração de Pessoal (Siape) e Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Na análise dos controles mantidos pelos câmpus/Reitoria no programa Pronatec foram observadas algumas fragilidades, as quais foram apresentadas aos coordenadores do programa e aos gestores do IFSC para que eles pudessem normatizar, criar procedimentos e padronizar os entendimentos de forma a mitigar as fragilidades encontradas. O relatório completo está disponível neste [link](#) em atendimento à Lei de Acesso à Informação.

3.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No IFSC, os Processos Administrativos Disciplinares (PADs) são instaurados quando, atendido o juízo de admissibilidade quanto a existência de indícios de materialidade e autoria, a Reitora determina a constituição da comissão de inquérito, por meio de Portaria, que desenvolverá os trabalhos de apuração.

As comissões constituídas trabalham com independência e autonomia e, sempre que necessário, mediante solicitação, recebem assessoramento técnico das Assessorias Técnica e Executiva do Gabinete para o desenvolvimento de seus trabalhos.

O registro das informações relativas aos PADs no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU - PAD) são feitos pela Assessoria Técnica e Assessoria Executiva do Gabinete, ao final da tramitação dos processos. Saliente-se que, em decorrência da prática adotada institucionalmente de garantir a autonomia e independência dos trabalhos das comissões de inquérito, essas permanecem com a guarda dos autos enquanto designadas. Assim sendo, esses autos somente retornam para as Assessorias por ocasião do encerramento dos trabalhos, quando então é realizado o cadastramento das informações no sistema CGU - PAD.

3.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Dentre os principais riscos à consecução dos objetivos legais e estratégicos do IFSC, bem como de qualquer outra instituição federal de ensino, destacam-se as mudanças de rumo nas políticas públicas da educação (em especial da educação profissional e tecnológica), contingenciamento orçamentário e greve de servidores. Analisando-se historicamente a instituição, é possível estabelecer relações de causa e consequência entre os riscos citados. Embora relativamente limitada, dado o grau de dependência das instituições da Rede Federal às políticas governamentais, a atuação do IFSC para mitigação dos efeitos desses riscos tem sido referente à capacitação e à atenção à saúde e à segurança de servidores, à aplicação de metodologias e a ferramentas de planejamento, ao mapeamento de processos, à implantação de sistemas da informação, ao fortalecimento dos órgãos colegiados, à elaboração participativa de políticas e aos regulamentos institucionais, aos projetos de pesquisa e à extensão, articulados com a sociedade e ações de sustentabilidade.

No Planejamento Institucional 2013/2014, experimentou-se elencar riscos e possíveis medidas de contingência para cada um dos macroprojetos previstos. Contudo, a análise da execução dos macroprojetos mostrou que essa iniciativa foi muito pouco efetiva na prática, uma vez que os principais esforços da gestão - incluindo os coordenadores de macroprojetos - precisaram se concentrar em passos mais básicos da implementação da metodologia de planejamento no IFSC. Assim, na elaboração do Planejamento Estratégico 2016-2019, decidiu-se por não voltar a empregar a análise de riscos de maneira sistêmica e formalizada no âmbito do planejamento. Também contribuiu para tal decisão o fato de que a análise de riscos, pelo menos da forma como foi concebida no ciclo de planejamento anterior, não faz parte do método de planejamento estratégico no qual o IFSC se baseou.

Se, por um lado, se entende que ainda não há maturidade suficiente para reintegrar, ao processo de planejamento, a análise de riscos à consecução de objetivos estratégicos e metas de projetos, por outro, em 2017, o IFSC deu um importante passo para a implantação da gestão de riscos na instituição, com o desenvolvimento da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos do IFSC. Aprovada pela [portaria da reitora nº 02, de 2 de janeiro de 2018](#), o documento será base para o plano de atendimento às IN MP/CGU Nº 01/2016. Tal atividade está prevista em nosso Plano Anual de Trabalho 2018 por meio do projeto 01DIN-C0502/18.

Mesmo que ainda que não diretamente associados a uma política formal de gestão de riscos, o IFSC adota uma série de controles internos, cuja autoavaliação do exercício de 2017 é apresentada no quadro abaixo. Como referência, segue-se utilizando a estrutura de elementos de controle que era solicitada nos relatórios de gestão até 2015.

Quadro 39 - Elementos do Sistema de controle internos do IFSC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os				X	

servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10 Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11 Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12 É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13 É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14 A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15 Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16 Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17 Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18 Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19 Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20 As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21 As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22 As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23 A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24 As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25 A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26 A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27 A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28 O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29 O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30 O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Unai

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 40 - Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2.579	2.579	210	52
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.579	2.579	210	52
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.516	2.516	194	42
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	15	15	7	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	46	46	9	8
2. Servidores com Contratos Temporários	112	112	152	154
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.691	2.691	362	206

Fonte: DGP

Quadro 41 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	área-fim
1.Servidores de Carreira (1.1)		1.777
1.1.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	802	1.777
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	755	1761
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	10	5
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	35	11
2. Servidores com Contratos Temporários	0	112
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	802	1.889

Fonte: DGP

Quadro 42 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	120	118	23	22
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	348	299	187	127
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	469	419	200	149

Fonte: DGP

4.1.1.1 Análise crítica

A força total de trabalho no IFSC teve um acréscimo no ano de 2017, permitindo um melhor atendimento às demandas institucionais e uma ampliação da oferta de cursos e vagas. A concentração dos servidores na área-fim é adequada à instituição, trazendo um melhor resultado. Os impactos decorrentes da aposentadoria foram minimizados com a criação do Banco de Professor Equivalente, dando segurança e autonomia para a instituição quanto à reposição do quadro. Nossa maior dificuldade atual é a fixação dos servidores em determinados câmpus, onde a infraestrutura das cidades é precária. Nessa questão, a instituição estabeleceu a remoção como prioritária e determinou a realização de duas rodadas de oferta interna de vagas para então realizar o preenchimento por meio de concurso. Essa estratégia tem se mostrado efetiva dentro de suas limitações.

No IFSC constata-se que a concentração dos servidores na área-fim é priorizada, visando a um melhor resultado na qualidade do ensino oferecido ao estudante. Uma das razões para isso, é uma ampliação nos cargos de gestão, promovendo a execução do planejamento da instituição com maior eficiência, o que resultou na aplicação mais eficaz dos recursos federais. Os impactos decorrentes da aposentadoria foram minimizados com a criação do Banco de Professor Equivalente, dando segurança e autonomia para a instituição quanto à reposição do quadro de docentes.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 43 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 144.298.286,86	R\$ 10.804.428,59	R\$ 34.096.970,02	R\$ 124.258.894,15	R\$ 18.817.793,18	R\$ 5.671.946,29	R\$ 10.636,69	R\$ 2.007.868,32	R\$ 262.136,17	R\$ 340.228.960,27
	2016	R\$ 124.421.713,26	R\$ 7.400.210,67	R\$ 30.299.339,76	R\$ 103.111.248,53	R\$ 17.962.564,77	R\$ 5.594.772,69	R\$ 1.821.065,90	R\$ 1.193.340,34	R\$ 488.170,17	R\$ 292.292.426,09
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 69.997,05	R\$ 8.169,44	R\$ 1.824,95	R\$ 3.761,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 83.752,72
	2016	R\$ 0,00	R\$ 54.221,35	R\$ 11.627,44	R\$ 1.538,39	R\$ 1.888,01	R\$ 0,00	R\$ 568,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.843,27
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	R\$ 559.091,51	R\$ 0,00	R\$ 120.444,50	R\$ 415.047,06	R\$ 43.758,83	R\$ 17.424,01	R\$ 0,00	R\$ 9.221,83	R\$ 0,00	R\$ 1.164.987,74
	2016	R\$ 451.784,42	R\$ 0,00	R\$ 89.696,99	R\$ 345.196,55	R\$ 32.753,04	R\$ 22.343,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.914,67	R\$ 944.689,48
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	R\$ 7.580.397,44	R\$ 0,00	R\$ 861.507,11	R\$ 1.091.794,38	R\$ 1.319.409,26	R\$ 17.212,16	R\$ 13.314,35	R\$ 1.549,03	0,00	R\$ 10.885.183,73
	2016	R\$ 6.737.145,39	R\$ 0,00	R\$ 807.132,54	R\$ 605.103,21	R\$ 1.172.705,84	R\$ 4.550,89	R\$ 826,53	R\$ 6.508,30	R\$ 0,00	R\$ 9.333.972,70

Fonte: DGP

4.1.3 Composição da força de trabalho

Quanto à força de trabalho, verifica-se no quadro “Força de Trabalho da UPC” que existem 2.579 servidores vinculados ao Órgão, dentre os quais existem 1.382 Docentes e 1.197 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), estando assim distribuídos nos Câmpus do IFSC:

Quadro 44 - Força de trabalho da UPC

Câmpus	Docentes	TAEs
Araranguá	52	47
Caçador	39	28
Canoinhas	49	33
Chapecó	62	45
Criciúma	63	45
Florianópolis	345	205
Florianópolis - Continente	57	47
Garopaba	24	27
Gaspar	68	39
Itajaí	55	42
Jaraguá do Sul	59	48
Jaraguá do Sul - RAU	46	36
Joinville	85	61
Lages	52	41
Palhoça Bilíngue	45	38
São Carlos	31	17
São José	91	94
São Lourenço do Oeste	12	4
São Miguel do Oeste	48	38
Tubarão	19	19
Urupema	20	19
Xanxerê	35	27
Centro de referência e Formação em EaD (Cerfead)	25	8
Reitoria	00	189
TOTAL	1382	1197

Fonte: DGP

4.1.4 Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas

Mostramos, no quadro a seguir, a distribuição dos servidores (docentes e TAEs) do IFSC nas áreas fim e meio dentro de cada câmpus. Todos os 107 professores substitutos, que estão na situação do quadro de “servidores com contrato temporário”, tem sua lotação nas áreas-fins do IFSC.

Quadro 45 - Docentes e TAEs - áreas-fins

Câmpus	Docentes		TAEs	
	Área		Área	
	Fim	Meio	Fim	Meio
Araranguá	51	1	33	14
Caçador	39	0	17	11
Canoinhas	49	0	21	12
Chapecó	61	1	28	17
Criciúma	63	0	29	16
Florianópolis	344	2	113	92
Florianópolis - Continente	56	1	29	18
Garopaba	22	2	19	8
Gaspar	67	1	22	17
Itajaí	55	0	29	13
Jaraguá do Sul	58	1	26	22
Jaraguá do Sul - RAU	45	1	17	19
Joinville	84	1	33	28
Lages	52	0	29	12
Palhoça Bilíngue	44	1	27	11
São Carlos	30	0	11	6
São José	90	1	47	47
São Lourenço do Oeste	12	0	2	2
São Miguel do Oeste	48	0	23	15
Tubarão	18	1	11	8
Urupema	19	1	12	7
Xanxerê	35	1	15	12
Centro de referência e Formação em EaD (Cerfead)	25	0	4	4
Reitoria	00	0	45	144
TOTAL	1367	15	642	555

Fonte: DGP

4.1.5 Relação entre servidores efetivos e temporários

Na área do ensino, temos as figuras dos professores efetivos e temporários e do Profissional Tradutor/Intérprete da língua brasileira de sinais (LIBRAS) temporário, em que no IFSC, a quantidade de efetivos é de 1.382, para um total de 107 professores com contratos temporários e 5 Profissionais Tradutor/Intérprete da língua brasileira de sinais (LIBRAS) temporários. Conforme a Lei 8.745, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. Assim, temos um percentual aproximado de 8% do quadro de efetivos.

4.1.6 Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade

Quanto ao grau de escolaridade dos servidores do IFSC, informamos em quatro quadros (Docentes, Técnicos Administrativos em Educação, Professores Substitutos e Profissionais temporários de Tradutor/Intérprete da língua brasileira de sinais (LIBRAS)) em que demonstramos as formações de cada uma dessas categorias de servidores.

Quadro 46 - Grau de Escolaridade Servidores Docentes por câmpus

Câmpus	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Araranguá	2	0	15	37	8	62
Caçador	2	0	6	23	8	39
Canoinhas	3	0	5	31	10	49
CERFEAD - EaD	1	0	0	12	11	24
Chapecó	1	0	8	34	19	62
Criciúma	5	1	12	33	12	63
Florianópolis	15	0	27	151	152	345
Florianópolis-Continente	0	0	6	34	17	57
Garopaba	1	0	2	16	5	24
Gaspar	0	0	6	38	14	58
Itajaí	1	0	5	35	14	55
Jaraguá Do Sul	4	1	12	24	18	59
Jaraguá Do Sul - Rau	3	0	8	28	7	46
Joinville	1	0	6	62	16	85
Lages	2	0	4	28	18	52
Palhoça	1	0	9	27	8	45
Reitoria	0	0	0	00	0	00
São Carlos	2	0	7	17	6	32
São José	1	0	5	42	43	91
São Lourenço Do Oeste	0	0	4	4	4	12
São Miguel Do Oeste	3	0	9	17	19	48
Tubarão	1	0	2	13	3	19
Urupema	1	0	1	9	9	20
Xanxerê	1	0	4	17	13	35
Total	51	2	163	732	434	1382

Fonte: DGP

Quadro 47 - Grau de escolaridade servidores TAES por câmpus

Câmpus	Alfabetizado sem cursos regulares	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Araranguá	0	0	1	8	23	0	6	9	0	47
Caçador	0	0	0	8	10	0	10	0	0	28
Canoinhas	0	0	0	8	10	0	10	5	0	33
Cerfead	0	0	0	1	5	0	2	2	1	11
Chapecó	0	0	0	4	10	0	24	7	0	45
Criciúma	0	0	0	6	14	0	17	7	1	45
Florianópolis	1	3	2	43	62	0	67	25	2	205
Florianópolis-Continente	0	0	0	7	10	0	22	8	0	47
Garopaba	0	0	1	2	12	0	7	4	1	27
Gaspar	0	0	0	8	18	0	9	4	0	39
Itajaí	0	0	0	7	12	0	16	7	0	42
Jaraguá Do Sul	0	0	0	4	14	0	23	7	0	48
Jaraguá Do Sul - Rau	0	0	0	9	24	0	0	3	0	36
Joinville	0	0	0	4	46	0	7	3	1	61
Lages	0	0	0	2	11	0	22	4	2	41
Palhoça	0	0	0	6	15	0	13	4	0	38
Reitoria	0	0	0	17	56	0	81	29	3	186
São Carlos	0	0	0	1	6	0	8	2	0	17
São José	0	0	1	22	11	0	44	14	2	94
São Lourenço Do Oeste	0	0	0	1	0	0	2	1	0	4
São Miguel Do Oeste	0	0	0	3	7	0	21	6	1	38
Tubarão	0	0	1	4	7	0	5	3	0	20
Urupema	0	0	0	7	6	0	3	2	0	18
Xanxerê	0	0	0	6	10	0	7	3	1	27
Total	1	3	6	188	399	0	426	159	15	1197

Fonte: DGP

Quadro 48 - Servidores TAEs por nível *

Câmpus	NÍVEL					Total
	A	B	C	D	E	
Araranguá	-	-	5	26	14	46
Caçador	-	-	6	12	9	27
Canoinhas	-	-	6	19	8	33
Cerfead	-	-	-	5	6	11
Chapecó	-	-	3	26	15	44
Criciúma	-	-	7	19	13	39
Florianópolis	1	9	36	96	52	194
Florianópolis-Continente	-	-	5	26	15	46
Garopaba	-	-	7	11	8	26

Câmpus	NÍVEL					Total
	A	B	C	D	E	
Gaspar	-	-	8	21	9	38
Itajaí	-	-	8	20	13	41
Jaraguá Do Sul	-	-	6	25	16	47
Jaraguá Do Sul - Rau	-	-	8	21	7	36
Joinville	-	-	7	32	21	60
Lages	-	-	9	17	14	40
Palhoça	-	-	9	18	11	38
Reitoria	-	-	6	65	93	164
São Carlos	-	-	3	10	4	17
São José	2	4	21	37	24	88
São Lourenço Do Oeste	-	-	1	2	1	4
São Miguel Do Oeste	-	-	9	19	10	38
Tubarão	-	-	5	8	6	19
Urupema	-	-	4	11	4	19
Xanxerê	-	-	6	13	8	27
Total	3	13	185	560	381	1142

*servidores ativos permanentes

Fonte: DGP

Quadro 49 - Grau de Escolaridade Servidores Docentes Substitutos por câmpus

Câmpus	PROFESSOR SUBSTITUTO		
	Graduação	Mestrado	Doutorado
Araranguá	3	0	0
Caçador	2	0	1
Canoinhas	5	1	0
Chapecó	3	1	0
Criciúma	2	1	2
Florianópolis	18	17	0
Florianópolis-continente	2	2	0
Garopaba	2	0	1
Gaspar	3	0	0
Itajaí	1	2	0
Jaraguá do Sul	3	2	0
Jaraguá do Sul - Rau	1	0	1
Joinville	8	0	0
Lages	3	1	0
Palhoça-Bilíngue	2	2	0
São Carlos	0	0	0
São José	2	3	0
São Lourenço do Oeste	1	0	0
São Miguel do Oeste	1	2	0
Tubarão	0	1	0

Câmpus	PROFESSOR SUBSTITUTO		
	Graduação	Mestrado	Doutorado
Urupema	1	0	0
Xanxerê	0	1	1
Centro de referência e Formação em EaD (Cerfead)	1	1	0
TOTAL	64	37	6

Fonte: DGP

Quadro 50 - Grau escolaridade dos profissionais tradutores/intérpretes LIBRAS

Tradutor/Intérprete LIBRAS temporário			
Câmpus	Ensino Superior	Mestrado	Doutorado
Araranguá	1	0	0
Chapecó	3	0	0
Palhoça-Bílingue	1	0	0

Fonte: DGP

4.1.6.1 Tempo para aposentadoria

Em 2017, o IFSC teve 56 servidores aposentados e, devido ao fato de não ter ocorrido muitos concursos públicos entre os anos 1990 e 2005, existe um quantitativo de servidores que terão direito à aposentadoria a partir dos próximos anos, porém não se pode precisar o número, pois, na maioria dos casos, trata-se de decisão pessoal.

4.1.6.2 Faixa etária dos servidores

Quadro 51 - Faixa Etária dos Servidores no IFSC

Faixa	Sexo	Situação					TOTAL
		Servidores do órgão	Exercício descentralizado	Exercício provisório	Requisitados	Contratos Temporários	
Menor de 20	M	1	-	-	-	-	1
Entre 20 e 29	F	96	-	2	-	23	121
	M	151	-	-	-	10	161
Entre 30 e 39	F	566	-	6	8	28	608
	M	623	-	-	-	19	642
Entre 40 e 49	F	294	-	2	3	10	309
	M	346	-	2	2	10	360
Entre 50 e 59	F	141	-	2	8	4	155
	M	236	-	1	6	1	244
Entre 60 e 69	F	19	-	-	3	-	22
	M	42	2	-	11	2	57
70 ou mais	F	0	-	-	-	-	0
	M	1	0	-	5	-	6

Todos os servidores - UPC

Fonte: DGP

Dentre os servidores requisitados incluem-se servidores de outras instituições, inclusive na situação de anistiados, que podem ter mais de 70 anos.

4.1.7 Política de capacitação e treinamento do pessoal

Desde o ano de 2015, a Coordenadoria de Capacitação e Avaliação (CCA) busca transformar a avaliação de desempenho em um instrumento que não apenas mesure o desempenho obtido pelo servidor, mas também diagnostique os fatores que interferem nesse desempenho e quais eventos de capacitação a instituição pode ofertar para melhorá-lo.

Para tanto, na avaliação de desempenho dos servidores do IFSC de 2016, estruturou-se um formulário eletrônico para a realização das Entrevistas de Devolução em que foi possível diagnosticar as necessidades de capacitação de 1335 servidores (94% dos servidores avaliados) bem como os fatores que estão interferindo negativamente no desempenho destes. A mudança na etapa da Entrevista de Devolução foi apresentada às Coordenadorias de Gestão de Pessoas (unidade descentralizada de gestão de pessoas nos câmpus) no Encontro de Gestão de Pessoas do IFSC de 2016, e sugestões de alteração do formulário foram coletadas. O formulário foi desenvolvido no *software* de pesquisa *Limesurvey* e disponibilizado por meio do Sistema de Avaliação de Desempenho - DGP, após a chefia concluir a etapa de avaliação.

Divulgou-se a todos os servidores, na página inicial da intranet, como as chefias deveriam conduzir a etapa de Entrevista de Devolução e como preencher o formulário. A partir do relatório das Entrevistas de Devolução, conseguimos diagnosticar, por câmpus, carreira, setor, cargo e função, quais as necessidades de capacitação (Levantamento de Necessidades de Capacitação 2016 - LNC) e quais fatores estavam interferindo negativamente no desempenho dos servidores. Esse relatório foi de fundamental importância para a elaboração do Plano Anual de Capacitação de 2017. Nunca antes a instituição tinha obtido uma quantidade de respostas tão representativa em um formulário que investigava as necessidades de capacitação dos servidores.

Outro meio diagnóstico utilizado para o Levantamento de Necessidades de Capacitação 2016 foi o *feedback* dos gestores de área da Reitoria sobre as principais necessidades de capacitação dos servidores dos câmpus.

Identificou-se que a principal necessidade de capacitação entre os servidores técnico-administrativos (TAEs) estava relacionada à formação específica, ou seja, a capacitação do servidor para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa. No Levantamento de Necessidades de Capacitação, a maioria das respostas apontam a necessidade de cursos de formação específica, relacionadas às áreas de Ensino e Administrativa.

Identificou-se também que a necessidade de capacitação apontada pelos servidores TAEs está relacionada à formação de gestores. Destaca-se que, de acordo com o Decreto nº 5.825/2006, a formação em gestão “deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção”. Outra demanda apontada no LNC 2016 refere-se à necessidade de reforçar ações de Educação Formal.

A análise dos dados do LNC 2016 referentes aos Docentes do IFSC foi realizada pela Coordenadoria de Capacitação Docente do Cerfead. Entre os servidores docentes, a principal necessidade de capacitação está relacionada à educação formal específica da área e à atualização em práticas pedagógicas para atuar no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, bem como em cursos ou eventos de aperfeiçoamento relacionados à gestão. Analisando os dados coletados, percebe-se uma sintonia nas necessidades de capacitação dos Docentes e TAEs do IFSC, para ambos, as principais necessidades de capacitação estão relacionadas a cursos/eventos de aperfeiçoamento na área de formação específica.

Na análise dos dados referente aos gestores do IFSC, identificou-se que as necessidades de capacitação mais prementes são cursos de formação específica e de formação para o exercício da gestão e da liderança dentro da instituição. A temática de cursos mais indicada pelos docentes em cargo de chefia relacionada à linha de desenvolvimento “Gestão” está vinculada às questões de

planejamento e organização dos processos. Com destaque para os temas Planejamento Estratégico, Gestão de Projetos, Administração de Conflitos, Delegação e supervisão de atividades de subordinados, Papel do gestor e responsabilidades do cargo.

Em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, o plano anual de capacitação do IFSC de 2017 previu, em sua grande maioria, eventos de capacitação internos ou ofertados em parceria com as escolas de governo Enap e Esaf.

Ao todo, em 2017, foram capacitados 1276 servidores em eventos internos de aperfeiçoamento presenciais. Também foram promovidos, em parceria com as escolas de governo Enap e Esaf, 4 cursos, com um total de 134 servidores capacitados. Para atender às demandas de capacitação que não seria possível ofertar internamente ou que estavam fora do catálogo de cursos das Escolas de Governo, foram contratados cursos de capacitação externos, resultando no aperfeiçoamento de 166 servidores.

Para atender a necessidade de capacitação dos gestores que ocupam Cargos de Direção relacionadas à “Administração de Conflitos” e à “Delegação e supervisão de atividades de subordinados” foi contratado curso da Esaf “Negociação para Gestores e Líderes da Administração Pública”. Foram duas turmas de aproximadamente 25 gestores que concluíram o treinamento de 12 horas em forma de oficina com o instrutor Telesmagnó Neves Teles, servidor do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.

Para atender a necessidade de capacitação dos gestores em relação a “Planejamento Estratégico” optou-se por ofertar um curso em parceria com a Enap e utilizar instrutores internos lotados na própria Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional para ministrarem uma Oficina de Planejamento. Nessa oficina, além de abordar as bases conceituais do tema Planejamento Estratégico, foi possível capacitar os gestores para adotarem as ferramentas e normativas institucionais de planejamento. Já o curso Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional do Programa do Enap em Rede teve como principal objetivo capacitar os gestores para elaborarem indicadores de desempenho mensuráveis dentro do planejamento da sua unidade de trabalho.

Também em parceria com Esaf, foi ofertado o curso de Legislação de Aposentadoria e Pensão. As mudanças na legislação e renovação da força de trabalho da gestão de pessoas que trabalha com aposentadoria, obrigaram a instituição a contratar o curso com um total de 32 horas para 20 servidores.

Entre as necessidades de capacitação apontadas pelos docentes estava a “elaboração de projetos (de extensão e de pesquisa)”. Em 2017 a Pró-reitoria de Extensão realizou oficinas regionalizadas para capacitar os docentes na elaboração de projetos de extensão. Já demanda em relação a elaboração de projetos de pesquisa será pontualmente atendida pela Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-graduação e Inovação no ano de 2018.

Entre os eventos de capacitação internos, destacamos a continuação do Programa de Ambientação e Servidores e de Recepção de Docentes ofertado a todo novo servidor do IFSC. O programa conta com atividades de capacitação presenciais e a distância, totalizando uma carga horária de formação inicial de 100 horas para cerca de 200 novos servidores.

Em relação aos os cursos contratados, destacam-se as oficinas de capacitação ministradas pela Universidade Federal do Pará, por meio de um Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de capacitar 84 servidores para mapearem competências.

Para atender a demanda de qualificação de docentes na área pedagógica, o Centro de Referência em Formação a Distância ofertou o curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica e a Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica. Para atender a necessidade de qualificação dos servidores em gestão pública, foram ofertados os cursos Especialização em Gestão Pública e Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale destacar que dos 94 eventos de capacitação previstos no Plano Anual de Capacitação de 2017, sessenta e quatro foram realizados, ou seja, 68% do total planejado. Entre os principais motivos para a não realização de 30 eventos de capacitação, estão: a) o contingenciamento de

recursos até a metade do ano de 2017 por conta do cenário político-econômico do país; e b) o cancelamento da oferta de alguns cursos por meio do programa Pronatec Serviços Públicos e promovidos pela Esaf.

4.1.7.1 Mapeamento de Competências

O Decreto N° 5.707 de fevereiro de 2006, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta e indireta, autárquica e fundacional, postulou legalmente a necessidade da instituição de investir permanentemente no desenvolvimento do servidor público buscando a adequação das competências dos servidores aos objetivos da mesma. Esse decreto elegeu o sistema de gestão por competência e o plano anual de capacitação como instrumentos de gestão das capacitações.

No ano de 2017, o IFSC deu um importante passo para adotar o modelo de gestão por competências ao firmar um termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição nacionalmente conhecida pelo êxito na implementação desse modelo e por assessorar outros órgãos públicos no processo de mapeamento de competências. Nessa cooperação técnica com a UFPA, seu Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional (Gestcom) promoveu palestra de sensibilização, ministrou duas oficinas de mapeamento de competências e cedeu seu sistema online de gestão de competências (homônimo ao laboratório).

Na primeira oficina de capacitação ministrada pelo grupo de pesquisa paraense, realizada no mês de setembro de 2017, 84 servidores, representando 43 áreas de atuação, mapearam as principais competências necessárias para atuar na sua área, seja em algum setor de câmpus ou da Reitoria. Os 84 servidores já haviam recebido orientações prévias sobre o que é mapeamento de competências e no início da oficina tiveram uma revisão conceitual sobre gestão por competências.

Para cada competência mapeada, os grupos atribuíram um grau de importância que vai de 1 (um) a 10 (dez), sendo 1 pouco importante e 10 muito importante para o setor e para o alcance dos objetivos institucionais. Depois, as 837 competências mapeadas foram inseridas no sistema Gestcom, relacionando-as com os objetivos estratégicos da instituição.

Após uma breve revisão da descrição das competências cadastradas, realizada pelo laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional e pela Equipe de Capacitação e Avaliação da DGP, foi possível reduzir para 806 o número total de competências e cadastrar os questionários de avaliação de necessidades de capacitação no sistema. O Sistema de Gestão de Competências (Gestcom) utilizou as informações da fita espelho do Siape, de onde foram extraídas as Unidades Organizacionais - Uorgs (setores de lotação), seus titulares (gestores) e servidores lotados nelas, para criar as unidades de avaliação das necessidades de capacitação por competências. Considerando as Uorgs existentes em cada câmpus e suas atribuições regimentais, a Coordenadoria de Capacitação e Avaliação relacionou as competências mapeadas às Uorgs para que a Equipe Gestcom cadastrasse os questionários de avaliação das necessidades de capacitação por competências de cada setor de lotação.

No período de 6 de outubro de 2017 a 10 de novembro de 2017, os servidores do IFSC puderam avaliar as necessidades de capacitação para as competências mapeadas para o seu setor de lotação, assim como as chefias avaliaram as necessidades de capacitação dos seus subordinados. Os servidores tiveram que atribuir, em uma escala de 1(um) a 10(dez), a sua necessidade de capacitação em relação às competências mapeadas para seu setor, sendo 1 a resposta equivalente a “nenhuma necessidade de capacitação, pois não tem dificuldades e/ou não necessita de ajuda” e 10 “urgente necessidade de capacitação, pois tem extrema dificuldade e/ou sempre necessita de ajuda”. Ao todo, 1.315 servidores (48% do total) auto avaliaram suas necessidades de capacitação e 1.018 servidores tiveram sua necessidade de capacitação avaliada pela sua chefia. Dessa forma, **1.735 servidores (69% do total) tiveram algum tipo de avaliação de necessidade de capacitação realizada.**

Na última semana do mês de outubro de 2017, aconteceu a segunda oficina ministrada pelo grupo de pesquisa Gestcom, em que participaram os mesmos 84 servidores da primeira oficina. O objetivo dessa etapa foi capacitar os servidores para analisarem os relatórios de lacunas de capacitação da sua área de atuação e elaborarem trilhas de aprendizagem para as competências com maior grau de lacuna. O grau de lacuna das competências foi calculado pelo sistema Gestcom com base no grau de importância da competência multiplicado pela necessidade de capacitação atribuída pelos servidores e chefias. A partir dos relatórios de lacuna de competências de cada área do IFSC é que foi elaborado o Plano Anual de Capacitação 2018.

Para o ano de 2018 pretende-se aprimorar o mapeamento de competências do IFSC, abrangendo todas as áreas de atuação dos servidores, assim como melhorar a descrição das competências já existentes. A realização do mapeamento e do planejamento das capacitações por competências foi um passo inicial na gestão por competências, mas considerado de grande êxito e para o alcance desse objetivo.

4.1.8 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Os maiores riscos apresentados dentro da gestão de pessoas são os seguintes:

- **Vacância:** quando temos vacância de cargos em que não existem concursos públicos homologados, há uma dificuldade em preencher alguns cargos. Normalmente, opta-se por tentar minimizar a situação com redistribuição, em que se troca um cargo vago por um cargo ocupado em outra instituição.
- **Remoções por motivo de saúde do servidor ou de seu cônjuge:** quando existe esse tipo de remoção, não é possível utilizar a vaga do servidor removido, pois esse continua ocupando a vaga e não disponibilizando a contratação de novo servidor para sua vaga, nem mesmo no caso dos docentes, por não haver prerrogativa legal para contratação de professores substitutos.
- **Remoção por motivo de acompanhamento de cônjuge:** da mesma maneira que a remoção por motivo de saúde, a vaga também fica não disponibilizada para novas contratações, nem mesmo no caso dos docentes, por não haver prerrogativa legal para contratação de professores substitutos.
- **Licenças para tratamento de saúde:** quando essas licenças são muito prolongadas, tendo em vista a ausência do servidor, não há como fazer a reposição desse servidor, a não ser no caso de docentes quando a licença for maior que 60 dias, em que há possibilidade de haver contratação de professor substituto, ou se o servidor estiver de licença pelo mesmo motivo de saúde por 2 anos, em que o servidor é aposentado por invalidez.
- **Lotação de servidores em alguns Câmpus do interior:** como o IFSC tem 22 câmpus, mais a Reitoria e o Centro de Referência e Formação em EaD (Cerfead), que estão distribuídos em 20 municípios do estado de Santa Catarina, observa-se que em alguns desses Câmpus existe a dificuldade de permanência de servidores, que entram, muitas vezes com o intuito de tentar se remover para câmpus de cidades maiores, de maior proximidade de seus familiares ou ainda por outros motivos particulares. Para minimizar essa situação foram implementadas regras no IFSC em que o servidor deve permanecer na sua lotação pelo tempo mínimo de 02 anos após removidos.
- **Priorização do atendimento de demandas judiciais:** devido à grande demanda de ações judiciais relativas à gestão de pessoas, muitas vezes o atendimento afeta o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão de pessoas.
- **Conhecimento tácito acumulado por alguns servidores e não compartilhado com outros integrantes da equipe:** essa prática pode prejudicar o desenvolvimento das atividades em caso de afastamento dos detentores da informação.

Para que se evitem irregularidades relacionadas ao pessoal do IFSC, é feita, desde a entrada em exercício e no recadastramento anual dos servidores, a solicitação da informação do servidor quanto à existência de outro vínculo permitido legalmente. O servidor deve prestar essas informações e assinar atestando sua veracidade. Caso seja apontada alguma irregularidade, abre-se processo para verificação.

4.1.8.1 Análise Crítica

Em 2017 realizou-se um concurso público, homologado em dezembro. Apesar de terem ocorrido diversas contratações em 2016, constatou-se a necessidade de mais contratações em 2017. Outras medidas e tentativas de ocupação de cargos vagos também foram tomadas, como por exemplo, os editais de redistribuição publicados no ano passado, que, infelizmente, não obtiveram sucesso.

Dos servidores de carreira, 78% são da área-fim, voltados principalmente às atividades relacionadas ao ensino. Num universo de 2.579 servidores, 120 ocupam Cargos de Direção (CD) e 299 ocupam Funções Gratificadas (FG), totalizando um percentual aproximado de 17%, dispersos nos câmpus e Reitoria do IFSC.

Com a chegada do Banco de Professor Equivalente, a aposentadoria não gera tanto transtorno como no passado, haja vista que as vagas dos servidores aposentados já podem ser novamente ocupadas, sem necessitar de autorização do MEC, caso se tenha lista de concurso público aprovada. Em não se tendo tal lista, a Lei nº 8745/93 prevê a possibilidade de contratação de professores substitutos, até a realização de novo concurso público. Para os técnico-administrativos, o processo dar-se-á de forma semelhante, mas sem a presença do substituto. Um problema verificado é a presença de cargos em extinção: este, com a aposentadoria do servidor, não tem reposição da vaga e diminui, assim, a força de trabalho.

Quanto aos afastamentos, quando são de servidores docentes, para certas tipologias também pode ser utilizada a contratação de professor substituto, porém para os técnicos administrativos não existe tal prerrogativa de contratação. A quantificação de servidores afastados ficou prejudicada devido o fato recente do Siape ter alterado os afastamentos de dentro da plataforma Siape para a plataforma SiapeNET, a qual gera muitos problemas e em nossas tentativas de acesso aos relatórios de afastamento, aparecer a mensagem de que o sistema está indisponível.

4.1.9 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

4.1.9.1 Contratação de mão de obra de atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Estas são as informações sobre terceirização regular de mão de obra, que diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos da relação das atividades-fim da unidade. Cabe informar que todos contratos do IFSC estão disponíveis no sítio na *Internet*, por meio deste [link](#).

Quadro 52 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante							
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
				Início	Fim		
2012	053/2012	Jardinagem	83.953.331/0001-73	28/06/12	28/06/17	F	E
2012	083/2012	Vigilância	83.411.025/0001-05	26/08/12	27/08/17	F	E
2012	100/2012	Auxiliar de Depósito	05.600.954/0001-59	04/09/12	03/09/17	F	E
2012	113/2012	Auxiliar de Depósito	05.600.954/0001-59	17/09/12	16/09/17	F	E
2012	121/2012	Vigilância	05.497.780/0001-40	24/09/12	15/02/17	F	E
2012	160/2012	Limpeza	03.814.774/0001-44	14/01/13	14/01/18	Sem exigência	P
2012	163/2012	Vigilância	05.497.780/0001-40	03/12/12	03/12/17	F	E
2012	171/2012	Limpeza	13.682.207/0001-35	17/12/12	17/12/17	Sem exigência	E
2012	173/2012	Limpeza	13.682.207/0001-35	14/01/13	14/01/18	Sem exigência	P
2013	021/2013	Zeladoria	03.814.774/0001-44	11/03/13	11/03/18	F	P
2013	025/2013	Limpeza	13.682.207/0001-35	05/03/13	03/05/18	F	P
2013	035/2013	Zeladoria	03.814.774/0001-44	01/04/13	01/04/18	F	P
2013	067/2013	Direção Veicular	02.531.343/0001-08	22/07/13	22/07/18	M	P
2013	068/2013	Direção Veicular	02.531.343/0001-08	24/07/13	24/07/18	M	P
2013	069/2013	Direção Veicular	02.531.343/0001-08	24/07/13	24/07/18	M	P
2013	086/2013	Vigilância	10.364.152/0001-27	21/08/13	22/08/18	F	P
2013	110/2013	Copeiragem	05.600.954/0001-59	03/09/13	03/09/18	Sem exigência	P
2013	120/2013	Recepção	05.600.954/0001-59	16/09/13	16/09/18	M	P
2013	121/2013	Copeiragem	05.600.954/0001-59	17/10/13	17/10/18	Sem exigência	P
2013	124/2013	Zeladoria	79.283.065/0001-41	23/09/13	23/09/18	F	P

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
				Início	Fim		
2013	126/2013	Recepção	05.600.954/0001-59	17/09/13	17/09/18	M	P
2013	130/2013	Vigilância	05.497.780/0001-40	13/10/13	13/10/18	M	P
2013	138/2013	Recepção	05.600.954/0001-59	16/11/13	16/11/18	M	P
2014	003/2014	Limpeza	09.284.904/0001-60	03/03/14	03/03/18	Sem exigência	P
2014	018/2014	Direção Veicular	02.531.343/0001-08	02/06/14	02/06/18	M	P
2014	019/2014	Copeiragem	05.600.954/0001-59	02/06/14	02/06/18	Sem exigência	P
2014	026/2014	Direção Veicular	02.531.343/0001-08	20/06/14	20/06/18	M	P
2014	027/2014	Direção Veicular	02.531.343/0001-08	20/06/14	20/06/18	M	P
2014	028/2014	Direção Veicular	10.565.981/0001-78	18/07/14	18/07/18	M	P
2014	029/2014	Direção Veicular	11.967.535/0001-52	25/07/14	25/07/17	M	E
2014	030/2014	Direção Veicular	02.531.343/0001-08	01/07/14	01/07/18	M	P
2014	032/2014	Vigilância	05.497.780/0001-40	01/07/14	01/07/18	Sem exigência	P
2014	033/2014	Vigilância	10.364.152/0001-27	11/08/14	11/08/18	F	P
2014	037/2014	Limpeza	04.231.640/0001-63	11/08/14	11/08/17	F	E
2014	039/2014	Portaria	02.531.343/0001-08	01/08/14	01/08/18	M	P
2014	041/2014	Portaria e Zeladoria	02.531.343/0001-08	12/09/14	12/09/18	F	P
2014	044/2014	Portaria e Zeladoria	02.531.343/0001-08	01/08/14	01/08/18	F	P
2014	048/2014	Portaria e Zeladoria	02.531.343/0001-08	01/09/14	01/09/18	M	P
2014	049/2014	Zeladoria e Continuo	02.531.343/0001-08	11/08/14	11/08/18	Sem exigência	P
2014	050/2014	Zeladoria	02.531.343/0001-08	01/09/14	01/09/18	F	P
2014	053/2014	Zeladoria	02.531.343/0001-08	18/08/14	18/08/18	M	P
2014	062/2014	Copeiragem, Portaria e Aux. de Depósito	02.531.343/0001-08	17/09/14	17/09/18	F	P
2014	073/2014	Vigilância	05.497.780/0001-40	05/10/14	05/10/18	Sem exigência	P
2014	089/2014	Recepção	03.814.774/0001-44	03/11/14	03/11/18	Sem exigência	P
2014	097/2014	Limpeza	13.026.997/0001-09	02/12/14	02/03/18	Sem exigência	P
2014	104/2014	Vigilância	05.497.780/0001-40	01/12/14	01/12/18	M	P
2014	106/2014	Portaria	07.261.678/000177	16/12/14	16/12/18	F	P
2014	107/2014	Limpeza	04.231.640/0001-63	15/12/14	15/11/17	F	E

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
				Início	Fim		
2014	112/2014	Recepção	02.531.343/0001-08	05/01/15	05/01/19	M	P
2015	009/2015	Limpeza	13.026.997/0001-09	19/02/15	19/02/18	Sem exigência	P
2015	010/2015	Limpeza	08.190.855/0001-34	09/02/15	09/02/18	F	P
2015	011/2015	Vigilância	10.392.048/0001-46	25/02/15	25/02/19	F	P
2015	012/2015	Portaria e Limpeza	03.814.774/0001-44	16/02/15	16/02/19	F	P
2015	013/2015	Limpeza	13.026.997/0001-09	19/02/15	22/03/18	F	P
2015	014/2015	Portaria	08.190.855/0001-34	02/03/15	02/03/19	F	P
2015	016/2015	Limpeza	07.809.721/0001-96	12/03/15	12/03/18	F	P
2015	017/2015	Limpeza	03.814.774/0001-44	16/03/15	16/03/19	F	P
2015	018/2015	Limpeza	11.027.483/0001-34	13/03/15	14/09/17	F	E
2015	022/2015	Vigilância	05.497.780/0001-40	02/04/15	02/04/18	Sem exigência	P
2015	043/2015	Direção Veicular	07.593.524/0001-82	06/05/15	06/05/18	M	P
2015	046/2015	Zeladoria	10.439.655/0001-14	04/05/15	04/07/17	F	E
2015	051/2015	Zeladoria e Copeiragem	10.439.655/0001-14	04/05/15	04/05/18	Sem exigência	A
2015	052/2015	Zeladoria	10.439.655/0001-14	06/05/15	06/05/18	M	A
2015	054/2015	Vigilância	05.497.780/0001-40	01/05/15	01/05/17	F	E
2015	055/2015	Zeladoria	10.439.655/0001-14	11/05/15	11/05/18	F	A
2015	056/2015	Direção Veicular	10.565.981/0001-78	06/05/15	06/05/18	M	P
2015	057/2015	Portaria	08.190.855/0001-34	18/05/15	18/05/18	F	A
2015	058/2015	Limpeza	07.809.721/0001-96	04/06/15	05/06/17	F	E
2015	060/2015	Zeladoria e Auxiliar de Depósito	05.600.954/0001-59	01/07/15	01/07/18	M	A
2015	065/2015	Vigilância	95.832.986/0001-72	17/06/15	17/06/18	Sem exigência	A
2015	068/2015	Recepção	10.439.655/0001-14	01/07/15	01/07/18	M	A
2015	083/2015	Vigilância	05.497.780/0001-40	19/07/15	19/07/18	F	P
2015	084/2015	Vigilância	10.392.048/0001-46	20/07/15	20/07/17	F	E
2015	085/2015	Direção Veicular	07.524.593/0001-87	27/07/15	27/07/18	M	P
2015	086/2015	Portaria	10.439.655/0001-14	26/08/15	26/08/18	F	A
2015	087/2015	Limpeza	07.809.721/0001-96	26/08/15	26/08/18	F	A

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
				Início	Fim		
2015	090/2015	Recepção	07.593.524/0001-82	25/08/15	24/08/18	M	A
2015	098/2015	Vigilância	82.949.652/0001-31	10/10/15	10/10/18	F	P
2015	108/2015	Vigilância	82.949.652/0001-31	15/11/15	14/11/18	F	A
2015	109/2015	Recepção	07.593.524/0001-82	03/11/15	03/11/18	M	A
2015	115/2015	Recepção	05.792.339/0001-91	10/11/15	31/08/17	M	E
2015	116/2015	Recepção	05.792.339/0001-91	10/11/15	12/06/17	M	E
2015	119/2015	Portaria	05.792.339/0001-91	17/11/15	17/11/18	F	A
2015	133/2015	Vigilância	05.497.780/0001-40	01/01/16	01/01/19	F	P
2016	001/2016	Encanador e Pintor	00.482.840/0001-38	01/02/16	01/02/19	F	A
2016	002/2016	Eletricista e Pedreiro	79.283.065/0001-41	01/02/16	01/02/19	F	A
2016	008/2016	Vigilância	10.364.152/0001-27	07/03/16	07/03/19	F	A
2016	014/2016	Limpeza	11.027.483/0001-34	02/05/16	02/05/18	F	A
2016	016/2016	Recepção	06.094.697/0001-93	06/04/16	06/04/18	M	A
2016	023/2016	Portaria	05.765.061/0001-63	23/05/16	23/05/18	F	A
2016	027/2016	Vigilância	05.497.780/0001-40	30/06/16	30/06/18	F	A
2016	029/2016	Limpeza	11.027.483/0001-34	18/07/16	18/07/17	F	E
2016	053/2016	Vigilância	08.282.615/0002-40	13/09/16	13/09/18	Sem exigência	P
2016	054/2016	Vigilância	05.497.780/0001-40	03/10/16	03/10/18	F	A
2016	055/2016	Limpeza	03.814.774/0001-44	13/10/16	13/10/18	Sem exigência	A
2016	058/2016	Limpeza	02.531.343/0001-08	01/10/16	29/12/18	Sem exigência	A
2016	062/2016	Limpeza	10.817.718/0001-29	01/11/16	01/11/18	Sem exigência	A
2016	063/2016	Vigilância	95.832.986/0001-72	13/10/16	13/10/18	F	A
2016	069/2016	Limpeza e jardinagem	02.531.343/0001-08	26/12/16	26/12/18	F	A
2016	076/2016	Limpeza	10.817.718/0001-29	18/11/16	18/11/17	Sem exigência	E
2016	077/2016	Limpeza	07.809.721/0001-96	30/12/16	29/12/18	Sem exigência	A
2016	079/2016	Jardinagem	18.368.805/0001-58	01/12/16	01/12/18	F	A
2016	086/2016	Jardinagem	12.780.988/0001-38	01/12/16	01/12/18	F	A
2016	091/2016	Jardinagem	09.249.662/0001-74	05/12/16	05/12/18	Sem exigência	A
2016	093/2016	Zeladoria	01.048.117/0001-08	12/12/16	12/12/18	F	A

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
				Início	Fim		
2016	096/2016	Zeladoria	01.048.117/0001-08	19/12/16	19/12/18	F	A
2017	034/2017	Jardinagem	12.780.988/0001-38	15/05/17	15/05/18		A
2017	040/2017	Recepção	08.874.482/0001-10	12/06/17	12/06/18	M	A
2017	044/2017	Portaria	02.531.343/0001-08	26/06/17	26/06/18	F	A
2017	051/2017	Zeladoria	79.283.065/0001-41	05/07/17	05/07/18	F	A
2017	053/2017	Jardinagem	12.780.988/0001-38	05/07/17	05/07/18	F	A
2017	054/2017	Vigilância	05.497.780/0001-40	21/07/17	21/07/18	F	A
2017	055/2017	Zeladoria	09.554.532/0001-45	17/07/17	17/07/18	F	A
2017	058/2017	Limpeza rede de esgoto	08.113.559/0002-10	01/08/17	01/08/18		A
2017	059/2017	Jardinagem	12.780.988/0001-38	14/08/17	14/08/18	F	A
2017	060/2017	Limpeza	12.780.988/0001-38	14/08/17	14/08/18	F	A
2017	061/2017	Direção Veicular	05.792.339/0001-91	07/08/17	07/08/18	M	A
2017	063/2017	Limpeza	06.059.231/0001-57	15/09/17	15/09/18	M	A
2017	064/2017	Vigilância	79.929.774/0001-51	28/08/17	28/08/18	F	A
2017	070/2017	Limpeza	03.121.972/0001-22	18/09/17	18/09/18	F	A
2017	072/2017	Auxiliar de depósito	05.765.061/0001-63	18/09/17	18/09/18	F	A
2017	076/2017	Serviços de cozinha	00.482.840/0001-38	02/10/17	02/10/18		A
2017	078/2017	Auxiliar de manutenção predial	05.600.954/0001-59	09/10/17	09/10/18	M	A
2017	079/2017	Vigilância	05.497.780/0001-40	04/12/17	04/12/18	M	A
2017	082/2017	Movimentador de mercadorias	04.959.902/0001-00	23/10/17	23/10/18	M	A
2017	084/2017	Limpeza	17.591.126/0001-80	18/12/17	18/12/18	Sem exigência	A
2017	087/2017	Limpeza	05.792.339/0001-91	13/11/17	13/11/18	Sem exigência	A
2017	093/2017	Limpeza	04.959.902/0001-00	20/11/17	20/11/18	Sem exigência	A

Fonte: Proad

4.1.9.2 Contratação de estagiários

A contratação de estagiários no IFSC é realizada de maneira descentralizada: cada câmpus contrata os estagiários que julgar necessário, pode lançar editais para contratação ou mesmo contratar diretamente via instituições de ensino que tenham termos de convênio assinados com nossa instituição. Caso não haja convênio entre a instituição de ensino, os contratos de estágio não são efetivados a não ser que se faça tal acordo de convênio.

Em 31/12/2017, havia 46 estagiários, 35 deles foram contratados em 2017. O IFSC segue a Lei 11.788, a Lei do Estágio, a qual para empresas com mais de 25 empregados pode ter até 20% de estagiários. Em nossa instituição, não atingimos tal limite.

Em 2017 foram gastos R\$ 681.354,74 com estagiários - R\$ 469.550,37 com as bolsas de estágio, R\$ 191.829,62 com auxílio-transporte e R\$ 19.732,75 com recesso remunerado.

Uma das dificuldades observadas por essa Diretoria de Gestão de Pessoas é que não existe no Siape a possibilidade de informação da lotação dos estagiários, o que complica em muitas vezes a informação mais exata de onde os estagiários estão exercendo suas atividades, por isso a indicação de área-fim e área meio foi feita com base em estimativa.

Percebe-se fortemente a baixa presença de estagiários de nível superior, que deve-se ter como motivo a remuneração inferior desses em relação aos demais estágios de outras empresas.

Quadro 53 - Quantitativo de contratos de estágio vigentes

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	41	53	51	32	R\$ 398.989,85
1.1 Área Fim	14	18	17	11	R\$ 135.250,80
1.2 Área Meio	27	35	34	21	R\$ 263.739,05
2. Nível Médio	60	65	66	14	R\$ 282.364,89
2.1 Área Fim	21	22	23	5	R\$ 97.793,98
2.2 Área Meio	39	43	43	9	R\$ 184.570,91

Fonte: DGP

4.1.10 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A Diretoria de Gestão de Pessoas consultou a Assessora de Assuntos Estratégicos e Internacionais, a qual executa tais demandas e nos informou que não existiu esse tipo de contratação no ano de 2017.

4.1.11 Conclusão de estudos realizados para avaliar a distribuição no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim

A distribuição de servidores dentro dos Câmpus do IFSC, está embasada no “Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativos” para os servidores da carreira “Técnico Administrativo em Educação”, e no “Plano de Oferta de Cursos e Vagas” (POCV) para os servidores da carreira “Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico”, que mostra a necessidade de servidores docentes em cada Câmpus, por área de ensino. O POCV está disponibilizado na página do [Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC](#), em que apresenta planilha constantemente atualizada para cada câmpus do IFSC.

4.1.12 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas

O IFSC têm indicadores desenvolvidos para o gerenciamento de pessoas. Foi criado o que chamamos de “Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos”. Esse quadro, aprovado por resolução mostra as tipologias de câmpus e as respectivas quantidades de servidores por tipos de câmpus. Além disso, há o “Banco de Técnico-administrativos”, ou seja, uma planilha que controla todos os servidores e cargos de cada câmpus. A Tipologia de Câmpus e Quadro de Referências de TAE proposta pelo Grupo de Trabalho Quadro e aprovada pela Resolução nº 12/2013/CDP é apresentada a seguir:

Quadro 54 - Modelo interno de referência para composição do quadro de TAEs do IFSC.

CARGO	NÍVEL	TIPO DE CÂMPUS				
		II	III	IV	V	VI
ADMINISTRADOR	E	3	1	1	1	1
CONTADOR	E	1	1	1	1	1
BIBLIOTECÁRIO/DOCUMENTALISTA	E	2	2	1	1	1
ASSISTENTE SOCIAL	E	2	1	1	1	1
PEDAGOGO ÁREA	E	4	2	2	1	1
PSICÓLOGO ÁREA	E	2	1	1	1	1
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	3	2	2	2	1
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO REGIONALIZADOS	E	1	1	0	0	0
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D	22	17	13	8	7
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	D	3	2	2	2	1
TÉCNICO DE LABORATÓRIO	D	8	8	6	4	2
ASSISTENTE DE ALUNO	C	3	3	3	3	3
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	2	2	3	1	1
SUBTOTAL NÍVEL	E	19	12	10	9	7
	D	33	27	21	14	10
	C	5	5	6	4	4
TOTAL GERAL		57	44	37	27	21

Fonte: DGP

Os câmpus do IFSC ficam enquadrados na tipologia interna da seguinte forma:

- tipo I: Florianópolis e São José (sem modelo de referência);
- tipo II: Joinville;
- tipo III: Jaraguá do Sul, Florianópolis-Continente, Chapecó e Araranguá;
- tipo IV: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus, Lages e São Miguel do Oeste;
- tipo V: Caçador, Garopaba, Palhoça - Bilíngue, Xanxerê, Tubarão e São Carlos;
- tipo VI: Urupema.

O Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste terá quadro próprio conforme modelo definido pelo MEC, não se enquadrando na tipologia interna.

A distribuição de vagas por câmpus se dá por meio de um instrumento criado para essa finalidade, o qual denominamos “POCV - Plano de Ofertas de Cursos e Vagas”. Nessa planilha,

foram inseridos todos os cursos existentes e os com pretensão de abertura para os próximos 5 anos. Foram inseridas todas as matrizes curriculares dos cursos, números de aulas, dentre outros e, com isso, é possível mensurar a quantidade de docentes por área para cada câmpus.

O IFSC dispõe de instrumentos que verificam a real necessidade de um docente: o fator aula dos professores existentes e a disponibilidade de códigos. Para isso, o Plano e Relatório Semestral de Atividade Docente (PR SAD) torna-se uma importante ferramenta, pois nessa planilha é possível verificar a real situação das áreas de atuação nos câmpus. Todas essas informações são compiladas no Bpeq (Banco de Professor - Equivalente). De acordo com o Decreto nº 8259/2014, o Bpeq é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 132 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor equivalente. Em 29 de maio de 2014, o Bpeq do IFSC era igual a 2.584,22. Com a existência do Bpeq, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, entre outros, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto, enquanto se elabora um novo Concurso Público para ocupar definitivamente aquela vaga desocupada.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 Gestão da frota de veículos

a) A Legislação que regulamenta a constituição e forma de utilização da frota de veículos está na normativa número 10/2014.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre a atividade do IFSC.

A Frota de veículos oficiais tem por finalidade atender às necessidades do IFSC, incluídas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e técnico-administrativa, visitas técnicas, viagens, deslocamento de servidores em serviço, de autoridades e de estudantes em atividades de caráter educacional, ocorridos dentro e fora do Estado de Santa Catarina.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do IFSC:

Quadro 55 - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do IFSC

Tipo de Veículo	Quantidade
Veículos Leves	66
Ônibus/micro-ônibus/Vans	21
Trator	3
Barco	3
Carreta Reboque	3
Caminhão	1
TOTAL	97

Fonte: Proad

d) Total anual de quilômetros por grupo de veículos:

Quadro 56 - Total anual de quilômetros por grupo de veículos

Frota	Quilômetros
Veículos Leves	729.906
Ônibus/Micro-ônibus	152.659

Fonte: Proad

e) Ano de fabricação da frota por grupo de veículos:

Quadro 57 - Ano de fabricação da frota por grupo de veículos

Frota	Ano
Veículos Leves	2008
Ônibus/Micro-ônibus	2005

Fonte: Proad

f) Custos associados à manutenção da frota de veículos;

Quadro 58 - Custos associados à manutenção da frota de veículos

Frota	Combustível(R\$)	Litros(l)	Manutenção	Seguros
Veículos Leves	R\$ 241.628,58	68.499,51	R\$ 203.109,57	R\$ 23.463,92
Ônibus/micro-ônibus	R\$ 90.587,27	28.522,25	R\$ 117.925,27	R\$ 60.341,40

Fonte: Proad

g) Não temos plano de substituição da frota.

h) Não foram feitos estudos no sentido de locação de frota.

i) Os controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica de serviço de transporte é feito por meio de gestores de frota em cada câmpus, que gerenciam os recursos em função das demandas de transporte no respectivo câmpus.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Estamos em fase de estudos sobre veículos que não são mais servíveis, alguns desses veículos de pequeno porte, que estão com os custos de manutenção acima de 50% do seu valor de mercado, ou seja, avaliados como inviáveis economicamente, estão em processo de desfazimento para uso didático nos cursos que possam usá-los como material de estudo. Estamos também avaliando a possibilidade de fazermos um leilão dos veículos que não seriam utilizados nem como material de estudos.

Em conjunto com a avaliação da possibilidade de um leilão, estamos planejando um levantamento dos custos de aquisição ou locação de veículos para a Instituição.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada

A estrutura de controle e gestão do patrimônio existente no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), UJ: 158516 cadastrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), é feito pela

Coordenadoria de Regularidade Imobiliária, subordinada ao Departamento de Obras e Engenharia, da Pró-Reitoria de Administração (Proad). Esta coordenadoria foi implantada em 2012 com a finalidade de gerenciar a regularização dos bens imóveis do IFSC no que diz respeito a documentação, (Certidões de Inteiro teor, Matrículas, Inscrições Imobiliárias, Termos de Cessão de Uso, Confrontações, Unificações, entre outros) e também serviços necessários para a manutenção do patrimônio público e segurança dos usuários.

A gestão e controle do patrimônio é realizada por meio de planilhas, *e-mails* e o Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet.

Atualmente, a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária está suspensa, sem coordenador ocupando a pasta desde abril de 2017.

b) Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

- **Região Norte:** Câmpus Canoinhas, Câmpus Jaraguá do Sul, Câmpus Jaraguá do Sul - Rau (internamente conhecido como Câmpus Geraldo Werninghaus), Câmpus Joinville;
- **Região Vale do Itajaí:** Câmpus Gaspar, Câmpus Itajaí;
- **Região Grande Florianópolis:** Câmpus Florianópolis, Câmpus Florianópolis Continente, Câmpus São José, Câmpus Palhoça Bilíngue e Câmpus Garopaba;
- **Planalto Serrano:** Câmpus Lages e Câmpus Urupema;
- **Região Sul:** Câmpus Tubarão, Câmpus Criciúma e Câmpus Araranguá;
- **Região Oeste:** Câmpus Chapecó, Câmpus São Carlos, Câmpus São Lourenço do Oeste, Câmpus São Miguel do Oeste e Câmpus Xanxerê.

O mapa com a distribuição geográfica dos câmpus do IFSC está disponível [aqui](#).

c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet

A Coordenadoria de Regularidade Imobiliária trabalha na busca pela qualidade e a completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) por meio do diagnóstico permanente da situação dos imóveis em relação à sua regularidade documental junto aos órgãos competentes (prefeituras, cartórios, SPU, corpo de bombeiros, *etc*) e faz um acompanhamento mais intenso junto a cada imóvel, bem como a atualização constante do cadastro e dos valores dos imóveis no SPIUnet, dentro do interstício que o próprio sistema determina.

d) Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação

A seleção dos cessionários ocorreu por meio de processo licitatório adequado ao objeto.

e) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Com relação à gestão dos imóveis e aos riscos a eles associados, a instituição atua em conformidade com as recomendações dos órgãos de controle e das boas práticas associadas a esse tema. Especificamente, pode-se citar:

- Procurar manter atualizadas as informações constantes dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - *SPIUnet*, com a função de manter cadastrados os imóveis sob sua administração;
- A Coordenadoria de Regularidade Imobiliária instituída, em que um servidor de carreira técnico administrativo, nomeado por portaria interna que atua no gerenciamento das atividades/ações no que dizem respeito à regularização e atualização das informações dos imóveis; assinala-se aqui que em abril de 2017 a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária não tem servidor do IFSC ocupando a coordenadoria;
- Todos os projetos e construções, principalmente que resultem em acréscimo de áreas, são elaborados pelo Departamento de Obras e Engenharia. Já no caso dos novos projetos, esses são em sua maioria contratados por meio de licitação até a formação dos quantitativos, e tem Memorial Descritivo, Orçamento Detalhado, Pranchas de Projeto e são previamente aprovados nos órgãos competentes;
- A partir da 2ª metade de 2017 o Departamento de Obras e Engenharia do IFSC (DOE), conforme sinalização da gestão do IFSC, tem focado em trabalhar também na elaboração dos projetos de Engenharia para a infraestrutura do IFSC. Busca-se assim que se diminua a Contratação de Projetos por meio de licitação. Tais projetos serão então elaborados pela equipe institucional de engenharia e infraestrutura do IFSC.
- Ocorrem, em paralelo, processos de regularização de todas as edificações para cada um dos câmpus do IFSC, visando-se, principalmente, à aprovação de projeto junto ao corpo de bombeiros, habite-se do corpo de bombeiros e, posteriormente, habite-se da prefeitura e emissão de alvará/licença de funcionamento. Ressalta-se que cada câmpus tem uma equipe gestora que deve realizar essas atividades, contando também com o apoio do DOE, além do apoio técnico dos engenheiros regionalizados (engenheiros lotados no câmpus e que atendem por região).
- Em sua maioria, as unidades do IFSC têm contrato de zeladoria e realizam também serviços de manutenção e melhorias nas edificações quando necessário, ação verificada pela parte técnica e/ou administrativa da unidade.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 59 - Cessão de Espaço Imóvel

Nº CONTRATO	LICITAÇÃO	CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	TÉRMINO VIGÊNCIA ATUAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
021/2014	TP 01/2014	MTS & SH TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO E CÓPIAS LTDA ME	09.554.328/0001-24	Reprografia	02/05/14	01/02/17	R\$ 208,20	R\$ 208,20
022/2014	TP 01/2014	REPRESENTAÇÕES V.S. VOLLES LTDA	01.106.039/0001-50	Cantina	02/06/14	02/06/17	R\$ 328,36	R\$ 3.940,32
57/2017	CC 02/2017	ADRIANA PÉRICO ME	23292.007382/2017-16	Cantina	19/07/17	19/07/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
26/2017	CC 05/2016	LUCILENE RODRIGUES PINTO PINHEIRO	23.800.909/0001-20	Cantina	20/03/17	20/03/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
053/2015	CC 03/2015	RIVA CONFEITARIA E PANIFICADORA LTDA ME	04.453.004/0001-86	Cantina	11/05/15	11/05/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
034/2015	CC 01/2015	MATHEUS DE CORDOVA FREITAS	20.442.469/0001-98	Cantina	10/04/15	10/04/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
063/2015	CC 02/2015	MARCIO BITTENCOURT COMERCIANTE ME	02.795.660/0001-31	Cantina	01/06/15	01/06/17	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
081/2015	CC 004/2015	JOÃO BATISTA BARRETO	22.319.019/0001-38	Cantina	02/07/15	02/07/16	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
092/2015	CC 005/2015	SANTOS LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA EPP	08.934.771/0002-49	Cantina	13/08/15	13/08/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
57/2016	CC 002/2016	LANCHONETE E RESTAURANTE SS GOMES LTDA	08.888.350/0001-48	Cantina	06/10/17	06/10/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
3/2016	CC 008/2015	RESTAURANTE PANTANAL	20.413.632/0001-94	Cantina	01/02/16	01/02/19	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
4/2016	CC 11/2015	NÃO ESQUEÇA MASSAS, SALGADOS E DOCES CASEIROS LTDA - ME	85.080.216/0001-67	Cantina	04/02/17	06/05/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
5/2016	CC 09/2015	MARCELO DARCI MENDO	072.169.789-51	Cantina	22/02/16	22/02/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
6/2016	CC 10/2015	RESTAURANTE PANTANAL	20.413.632/0001-94	Cantina	25/02/16	25/02/17	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
7/2016	CC 010/2015	RESTAURANTE PANTANAL	20.413.632/0001-94	Cantina	07/03/16	07/03/19	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio

Nº CONTRATO	LICITAÇÃO	CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	TÉRMINO VIGÊNCIA ATUAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
21/2016	CC 004/2015	KAMILA SANTOS SPIER	23.341.820/0001-42	Cantina	05/05/16	05/05/16	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
60/2016	CC 003/2016	JAQUELINE JOSIANE COELHO - ME	07.611.136/0001-87	Cantina	10/10/16	10/10/18	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
112/2017	CC 007/2016	ROSELI OLIVO CERON ME	28.700.683/0001-09	Cantina	25/12/17	15/12/17	Não onerosa	Desconto sobre o cardápio
3/2017	TP 02/2016	MTS & SH TECNOLOGIA EM IMPRESSAO E COPIAS LTDA ME	09.554.328/0001-24	Reprografia	01/02/17	01/02/19	R\$ 307,24	R\$ 3.686,88
147/2012	TP 4/2012	ELISSON GIL DA SILVA	23292.000523/2012-65	Cantina	22/10/12	22/01/18	R\$ 869,78	R\$ 7.828,02
55/2013	TP 02/2013	EMPRESA PANIFICADORA KELI LTDA - ME	23292.000928/2012-01	Cantina	01/07/13	01/07/18	R\$ 530,83	R\$ 6.369,96

Fonte: Proad

A forma de seleção dos cessionários se deu por meio de Processo Licitatório adequado ao objeto.

No caso das cessões não onerosas os benefícios são exclusivamente voltados a reduzir o custo da alimentação dos alunos e servidores do IFSC, pois o objetivo desta licitação é não cobrar pelo espaço, contudo, contratamos a proposta mais vantajosa frente ao percentual de desconto ofertado aos alimentos constantes no cardápio mínimo a ser oferecido pela empresa contratada.

O contrato 21/2014 foi rescindido no dia 01/02/2017, dessa forma o valor anual dele corresponde a um mês do contrato.

O contrato 147/2012 sofreu reajuste a partir do mês de março, passando ao valor de R\$ 869,78. Foi pago retroativo de R\$ 323,56 referente aos meses de novembro de 2016 a março de 2017. De novembro de 2015 a novembro de 2016, eram pagos mensalmente pela CONTRATADA o valor de R\$ 799,44. Com esses valores, o custo anual do contrato firmado finalizou em R\$ 9.750,46.

Quanto à contabilização e utilização dos recursos, os valores são recolhidos por meio de GRU, tratados como receitas próprias e compõem o *superavit* financeiro da unidade.

e) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

A seguir, apresentam-se os valores totais Empenhado, Liquidado e Pago por UGR - NE e Fornecedor

Mês de lançamento: dezembro de 2016

Natureza da despesa detalhada: 33903916: manutenção e conservação de bens imóveis.

Despesas empenhadas (controle empenho): r\$ 1.285.910,78

Despesas liquidadas (controle empenho): r\$ 397.986,34

Despesas inscritas em RPNP (controle empenho): r\$ 887.924,44

Despesas pagas (controle empenho): r\$ 380.608,02

Fonte: DOF

A qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis é obtida diretamente dos contratos e corrigidos pelo Custo Unitário Básico de Santa Catarina (CUB-SC) no caso da atualização dos valores das edificações construídas e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) no caso da atualização dos valores dos terrenos no âmbito do IFSC. Os valores referentes às despesas com reformas são retirados do relatório do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) e os valores referentes às despesas com manutenção são repassados pelo Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) do IFSC.

f) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Na gestão dos imóveis e os riscos a eles associados, a instituição atua em conformidade com as recomendações dos órgãos de controle e das boas práticas associadas a esse tema. Especificamente, pode-se citar:

- Manter atualizadas as informações constantes dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - *SPIUnet*, com a função de manter cadastrados os imóveis sob sua administração;
- A Coordenadoria de Regularidade Imobiliária instituída, em que um servidor de carreira técnico administrativo, nomeado por portaria interna que atua no gerenciamento das atividades/ações no que dizem respeito à regularização e atualização das informações dos

imóveis; assinala-se aqui que em abril de 2017 a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária não tem servidor do IFSC ocupando a coordenadoria;

- Todos os projetos e construções, principalmente que resultem em acréscimo de áreas, são elaborados pelo Departamento de Obras e Engenharia. Já no caso dos novos projetos, esses são em sua maioria contratados por meio de licitação até a formação dos quantitativos, com Memorial Descritivo, Orçamento Detalhado, Pranchas de Projeto, e são previamente aprovados nos órgãos competentes;
- A partir da 2ª metade de 2017, o Departamento de Obras e Engenharia do IFSC (DOE), conforme sinalização da gestão do IFSC, tem focado em trabalhar também na elaboração dos projetos de Engenharia para a infraestrutura do IFSC. Busca-se assim que se diminua a Contratação de Projetos por meio de licitação. Tais projetos serão então elaborados pela equipe institucional de engenharia e infraestrutura do IFSC.
- Ocorrem, em paralelo, processos de regularização de todas as edificações para cada um dos câmpus do IFSC, visando-se, principalmente, à aprovação de projeto junto ao corpo de bombeiros, habite-se do corpo de bombeiros e, posteriormente, habite-se da prefeitura e emissão de alvará/licença de funcionamento. Ressalta-se que cada câmpus tem uma equipe gestora que deve realizar essas atividades, contando também com o apoio do DOE, além do apoio técnico dos engenheiros regionalizados (engenheiros lotados no câmpus e que atendem por região).
- Em sua maioria, as unidades do IFSC tem contrato de zeladoria e realizam também serviços de manutenção e melhorias nas edificações quando necessário, ação verificada pela parte técnica e/ou administrativa da unidade.

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Relação de contratos de locação de imóveis de terceiros.

Quadro 60 - Relação de contratos de locação de imóveis de terceiros

Nº DO PROCESSO	CÂMPUS	Nº CONTRATO	LICITAÇÃO	CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	TÉRMINO VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
23.292.00042 1/2012-40	Florianópolis	060/2012	DL 018/2012	NIDELAR ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA	00.579.670/0001- 04	Locação Prédio	01/07/12	30/06/18	R\$ 30.647,66	R\$ 367.771,92
23292.00009 1/2014-54	Continente	011/2014	DL 06/2014	HW HOTEL WERLICH LTDA	79.669.867/0001- 94	Locação Laboratório Hotalaria	25/04/15	25/04/18	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00
23292.00635 5/2015-64	Chapecó	095/2015	DI 012/2015	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	84.369.0010-11	Locação de ginásio de esportes com quadra poliesportiva	24/08/15	24/08/18	R\$ 1.860,62	R\$ 22.327,44

Fonte: Proad

Os contratos 060/2012, 011/2014 e 095/2015 dizem respeito à locação de prédios para o funcionamento do Cerfead e IFSCTV, salas para o funcionamento do laboratório de hospedagem do Câmpus Florianópolis-Continente e ginásio de esportes para atender a demanda dos alunos do Câmpus Chapecó.

A obra de ampliação do Câmpus Florianópolis-Continente foi finalizada em Outubro/2016 e disponibiliza espaço para o laboratório de hospedagem; quanto ao prédio do Cerfead, IFSCTV e Ginásio de Chapecó, a contratação de empresa para realização da obra depende de disponibilização orçamentária.

Nos Contratos de Locação nº 011/2014 e 095/2015 não houve necessidade de realização de reformas e transformações, exceto para o contrato 060/2012 (locação Cerfead/ IFSCTV) onde houve a necessidade de adequação de espaço físico no que tange à acessibilidade, segurança, reparo dos portões e instalação de cercas que correram por conta do Proprietário do Imóvel. A manutenção predial básica (interna) do imóvel é realizada pelo serviço de zeladoria que é mantido pelo IFSC, não sendo repassado qualquer custo ao Locador.

4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia realizadas durante a gestão e que estejam diretamente relacionadas aos macroprocessos finalísticos da unidade, indicando as respectivas despesas, fornecedores, vigência dos contratos e seu estágio de execução.

Abaixo seguem informações das obras em andamento no ano de 2017 e a iniciarem em 2018, sob supervisão do DOE:

Quadro 61 - Obras 2017/2018

UNIDADE	OBRA	VALOR DO CONTRATO	PRAZO DE EXECUÇÃO (meses)	% CONCLUÍDA DA OBRA ATÉ JAN/2018	EMPRESA CONTRATADA
REI	Adequação de espaço físico - serviços diversos	R\$ 175.246,66	3	0	GEFISA
REI	Requalificação de espaço físico - espaço de reuniões	R\$ 109.112,82	3	0	EVA
ARU	Construção da cantina	R\$ 91.121,40	6	100	EVA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA. DEF. CONSTRUTORA LTDA - EPP
ARU	Adequação das coberturas do Bloco VI e acesso veículos	R\$ 56.959,78	5	100	PINHEIRINHO SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI - EPP
CAN	Reparos nos sistemas de prevenção de incêndio	R\$ 546.424,34	6	100	JRM
CCO	Obra de drenagem e pavimentação	R\$ 166.817,31	2	0	ECASA
CCO	Muro de contenção do talude	R\$ 281.047,59	6	100	JMD ENGENHARIA LTDA.
CDR	Quadra (não oficial)	R\$ 186.571,71	4	0	ECASA
CDR	Infraestrutura para inst. Dos ap. de ar-condicionado	R\$ 119.933,93	10	100	ADAGIL CLIMATIZAÇÕES LTDA.
CDR	Iluminação externa no estacionamento do Bloco I	R\$ 90.358,59	3	100	CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP
CRI	Construção do Bloco D	R\$ 2.048.281,21	10	0	NICOL
CTE	Muro de contenção do talude e acesso carros	R\$ 358.630,45	8	100	CONSTRUTORA PORTOTEC LTDA.
CTE	Obra de ampliação e reforma	R\$ 7.915.175,59	12	100	ENDEAL ENGENHARIA LTDA.
FLN	Reforma lab. Automobilística e Fase I da reestruturação elétrica do Bloco Oficinas	R\$ 854.881,55	6	0	SUPREMA
FLN	Instalações do DACC	R\$ 739.610,50	210	0	LG
FLN	Laboratórios do DAELN	R\$ 414.694,32	4	100	LITORAL ENGENHARIA LTDA.
FLN	Construção de mezaninos para o Departamento de Eletrotécnica	R\$ 461.516,03	8	100	BARTOSKI & ZUKOVSKI LTDA.
FLN	Implantação de novos laboratórios para o DASS.	R\$ 762.779,85	5	100	TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - EPP
FLN	Imp de novos lab. de Meteorologia e da Chefia do DASS	R\$ 288.089,12	4	100	TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - EPP
GAR	Construção do auditório e obras complementares	R\$ 991.939,88	6	100	TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - EPP
GAS	Passarela entre blocos	R\$ 122.891,42	4	100	CONSTRUTORA WDF LTDA.
ITJ	Adequação nas instalações de prevenção contra incêndio	R\$ 179.683,51	7	100	CRC
ITJ	Quadra coberta	R\$ 1.966.926,17	12	83,3	CRC ENGENHARIA LTDA.
ITJ	Infraestrutura para inst. dos ap. de ar-condicionado	R\$ 93.738,18	10	100	CCA CONSTRUTORA LTDA. ME
ITJ	Muro e obras e complementares	R\$ 61.705,72	4	100	DEF. CONSTRUTORA LTDA. - EPP

UNIDADE	OBRA	VALOR DO CONTRATO	PRAZO DE EXECUÇÃO (meses)	% CONCLUÍDA DA OBRA ATÉ JAN/2018	EMPRESA CONTRATADA
JAR	Construção quadra poliesportiva	R\$ 1.111.530,21	9	0	CUBICA
JAR	Reestruturação elétrica, nova se e castelo d'água e inst. preventivo	R\$ 1.071.250,50	12	100	CONSTRUTORA CUBICA LTDA.
JAR	Nova cobertura do bloco administração	R\$ 112.861,37	6	100	CONSTRUTORA CUBICA LTDA.
JAR	Reforma do telhado do corredor c.	R\$ 197.126,89	6	100	CONSTRUTORA CUBICA LTDA.
JGW	Construção do Bloco C	R\$ 2.491.458,75	15	0	NICOL
JGW	Adequação dos sistemas preventivos contra incêndio	R\$ 169.662,41	3	66,7	SUPREMA
JGW	Instalações de exaustão	R\$ 310.003,40	4	100	TERMSUL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
JLE	Reforma dos blocos	R\$ 546.424,34	6	16,7	CRC
JLE	Bloco VI	R\$ 2.579.438,47	15	66,7	CONSTRUTORA WDF LTDA.
JLE	Obra de construção do ginásio	R\$ 3.479.077,67	12	100	CRC ENGENHARIA LTDA.
LGS	Unidade Didática Agroecológica	R\$ 800.602,47	6	0	CRC
LGS	Obras complementares e fechamento vidro	R\$ 822.373,99	15	100	JK ENGENHARIA LTDA.
LGS	Continuação obra fechamento	R\$ 408.363,41	4	100	GR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.
LGS	Construção do cromatógrafo	R\$ 50.164,82	2	100	INTERSUL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.
SJE	Reforma da Biblioteca	R\$ 132.231,78	2	0	EVA
SJE	Reforma de esquadrias e cobertura	R\$ 148.548,00	60	100	ALT
SJE	Reforma BWCS	R\$ 57.287,87	1	100	DIOGO LUIZ DE BARCELOS EIRELLI - EPP
SJE	Reforma do auditório	R\$ 221.558,19	4	100	EVA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA. DEF. CONSTRUTORA LTDA. - EPP
SMO	Construção do almoxarifado de reagentes	R\$ 317.600,60	5	0	LUPA
SMO	Construção do Cromatógrafo	R\$ 50.164,82	2	100	INTERSUL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.
TUB	Construção do Bloco III	R\$ 2.487.745,39	10	0	SUPREMA
XXE	Construção do Bloco V	R\$ 4.436.078,04	15	0	CRC

Fonte: Proad

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da UPC

Os principais sistemas do IFSC são:

Quadro 62 - Principais Sistemas do IFSC

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
Sistema Integrado de Gestão https://sig.ifsc.edu.br	Substituir os sistemas atuais do IFSC por meio de uma ferramenta que integre as áreas de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> - Protocolo - Compras - Catálogo de Materiais - Licitação - Almoxarifado - Integração Siafi - Registro de Preço - Patrimônio - Orçamento - Contratos - Liquidação - Transportes - Bolsas - Boletim de Serviços - Projetos - Faturas - Auditoria - Infraestrutura e obras - Férias - Cadastro - Capacitação - Plano de saúde - Serviços e auxílios - Frequência - Assistência aos servidores - Atendimento aos servidores - Aposentadoria - Avaliação de desempenho - Colegiados - Comissões - Graduação - Ambiente virtual - Técnico - Bibliotecas - Processo seletivo - Assistência ao estudante - Pesquisa - Produção intelectual - <i>Strictu sensu</i> - Convênio e estágio - Extensão - <i>Lato sensu</i> - Ouvidoria - Gestão de espaço físico - Monitoria 	<p>Jaime Miranda Júnior Analista de TI</p> <p>Shirlei Aparecida de Chaves Analista de TI</p> <p>Sérgio Nicolau da Silva Analista de TI</p> <p>Paulo Henrique Santini Analista de TI</p> <p>Carlos Eduardo Serpa de Sousa Analista de TI</p> <p>Diogo Angeloni Analista de TI</p> <p>Andrey Carmisini Analista de TI</p> <p>Victor Gonçalves Analista de TI</p> <p>Vanildo Santos Analista de TI</p> <p>Fabrcio de Reuter Sperandio Analista de TI</p> <p>Samuel Bristot Loli Analista de TI</p> <p>Daniel Severo Estrazulas Analista de TI</p>	CTI Pró-reitorias	Alta
Bibliotecas http://biblioteca.ifsc.edu.br/index.ht	Permitir aos estudantes pesquisar o acervo	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de acervo - Pesquisa de acervo - Solicitação de Empréstimo 	Jaime Miranda Júnior Analista de TI	Camila Koerich Burin Bibliotecária	Alta

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
ml	e efetuar empréstimos; Permitir o controle do acervo das bibliotecas.	- Renovação de Empréstimo	Shirlei Aparecida de Chaves Analista de TI Paulo Henrique Santini Analista de TI Carlos Eduardo Serpa de Sousa Analista de TI Diogo Angeloni Analista de TI Samuel Bristot Loli Analista de TI		
Portal do Ingresso https://sistemadeingresso.ifsc.edu.br/principal.php	Permitir a inscrição para ingresso nos cursos oferecidos pelo IFSC e o pleno acompanhamento de todas suas etapas até a sua conclusão.	- Inscrição - Acompanhamento da inscrição - alteração de opção no sistema de cotas - Imprimir 2ª via de inscrição - Verificar local de prova - Acompanhar desempenho nas provas - Alterar dados cadastrais	Jaime Miranda Júnior Analista de TI Shirlei Aparecida de Chaves Analista de TI Paulo Henrique Santini Analista de TI Carlos Eduardo Serpa de Sousa Analista de TI Diogo Angeloni Analista de TI Samuel Bristot Loli Analista de TI	Raphael Gerba Chefe Departamento de Ingresso	Alta
Portal do Concurso https://concurso.ifsc.edu.br/sistema/principal.php	Permitir a inscrição em concursos públicos do IFSC e o pleno acompanhamento de todas suas etapas até a sua conclusão.	- Inscrição - Acompanhar inscrições - Verificar locais de provas - Desempenho nas provas - Alterar dados cadastrais - Imprimir 2ª via - Resultados - Pedidos de revisão	Sérgio Nicolau da Silva Analista de TI Andrey Carmisini Analista de TI Victor Gonçalves Analista de TI Vanildo Santos Analista de TI Fabricio de Reuter Sperandio Analista de TI	Silvana Rosa Lisboa de Sá Diretora Executiva	Alta
Chamados	Permitir a	- Solicitação de serviços	Evaristo Marcos	Benoni de	Alta

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
https://chamados.ifsc.edu.br/atendimento	abertura de chamados para atendimentos a incidentes - helpdesk.	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento a incidentes - Abertura de chamados pelo atendente - Gerenciamento de serviços de TI - Acompanhamento dos chamados pelo cliente - Publicação de FAQs 	Quadros Júnior Analista de TI	Oliveira Pires Diretor de TI	
Patrimônio https://dgp.ifsc.edu.br/	Permitir o controle patrimonial.	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de bens - baixa dos bens - Termo de responsabilidade - Relatórios de bens patrimoniados - Pesquisa por bens da instituição, câmpus e responsável. 	Sérgio Nicolau da Silva Analista de TI Andrey Carmisini Analista de TI Victor Gonçalves Analista de TI Vanildo Santos Analista de TI Fabricio de Reuter Sperandio Analista de TI	Delmar Moreira Coutrin Coordenador de Almoarifado e Patrimônio	Média
Planejamento https://dgp.ifsc.edu.br/	Permitir a elaboração do plano anual de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de informações - Emissão de relatórios - listar coordenadores de projetos 	Sérgio Nicolau da Silva Analista de TI Andrey Carmisini Analista de TI Victor Gonçalves Analista de TI Vanildo Santos Analista de TI Fabricio de Reuter Sperandio Analista de TI	Cedenir Buzanelo Spillere Diretor de Gestão de Conhecimento	Média
Votação on-line https://helios.ifsc.edu.br/	Permitir a realização de eleições por meio da <i>Internet</i> .	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação pelo eleitor se seu voto foi depositado corretamente; - Publicação criptografada dos votos - Verificação da apuração dos votos. 	Sérgio Nicolau da Silva Analista de TI Andrey Carmisini Analista de TI Victor Gonçalves Analista de TI Vanildo Santos Analista de TI Fabricio de Reuter Sperandio Analista de TI	Benoni de Oliveira Pires Diretor de TI	Alta

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
Sistema de e-mail https://webmail.ifs.edu.br/	Recebimento e envio de mensagens eletrônicas, agenda e compartilhamento de arquivos.	- Ordenação de mensagens por importância, datas, etc. - Compartilhamento de arquivos; - Criação e compartilhamento de agendas; - Opção de busca por palavras, e-mail;	Evaristo Marcos Quadros Jr. Analista de TI Luiz Fernando Costa Ramos Analista de TI	Benoni de Oliveira Pires Diretor de TI	Alta
Portal IFSC http://www.ifsc.edu.br	Publicações do IFSC para comunidade externa.	- Dados da instituição; - Guia de Cursos; - Informações sobre os câmpus; - Informações para os estudantes; - Ensino, pesquisa e extensão; - Informações gerais	Fabricio de Reuter Sperandio Analista de TI	Rafael Xavier dos Passos Diretor de Comunicação Institucional	Alta

Fonte: Dtic

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Ao longo dos últimos anos, o IFSC vem implantando o [Programa IFSC Sustentável](#) para propor e sistematizar a prática de ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, o aprimoramento da gestão com o objetivo na eficiência, à atuação com foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica.

Em 2015, o IFSC definiu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) a sustentabilidade como valor de gestão, devendo assim considerá-la em todos os seus processos administrativos e acadêmicos, bem como na atuação de seus servidores e formação de seus estudantes. No mesmo ano, o IFSC aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

O IFSC Sustentável tem como estruturas de governança a execução do PLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável) do IFSC, a Comissão Central, que é formada por representante da gestão da Reitoria do IFSC, da gestão dos câmpus e das comissões locais do IFSC Sustentável.

Em 2015-2016 o IFSC executou o seu primeiro Plano de Logística Sustentável (PLS). Foi desenvolvido considerando o atendimento aos programas previstos na A3P. Nos dois últimos anos, o PLS-IFSC 2015/2016 (relatórios disponíveis [aqui](#)) buscou direcionar as ações e esforços a serem empreendidos no âmbito de seu funcionamento institucional e fomento à cultura da sustentabilidade.

As comissões locais foram responsáveis pela execução do PLS em suas unidades. Esse PLS teve como abrangência todos os 22 câmpus e a Reitoria do IFSC, o que tornou sua execução muito complexa e com diversos desafios de gerenciamento, em especial, restrições orçamentário-financeiras.

As unidades do IFSC realizam a separação de resíduos orgânicos e recicláveis, porém nem todas as prefeituras disponibilizam o serviço de coleta seletiva e destinação adequados. Para algumas destinações corretas, de acordo com a legislação, e para garantir a segurança da comunidade acadêmica, mesmo o serviço não sendo disponibilizado pela prefeitura, houve a contratação de serviços de coleta de resíduos perigosos e específicos por meio do Edital de Pregão Eletrônico nº 46/2016.

Em 2017, a Comissão Central, nomeada pela Portaria nº 3.502/2016, elaborou o Plano de Logística Sustentável 2017/2018 (disponível [aqui](#)) e a Política de Sustentabilidade do IFSC, também prevista no PDI.

O PLS-IFSC 2017/2018 propõe que trabalhe, ainda mais, no fomento da cultura sustentável e aprimoramento do funcionamento institucional para a sustentabilidade, tendo como base os sucessos e desafios encontrados na implantação do PLS 2015/2016, além de sugestões e avaliações da comunidade acadêmica por meio de representantes das Comissões Locais dos câmpus, dos Chefes de Administração dos câmpus e consulta pública realizada com a comunidade acadêmica.

Como inovação para aprimorar a execução do PLS, elaborou-se um plano de execução por parte da gestão de cada câmpus em conjunto com a comissão local e a elaboração de planos específicos para cada unidade: Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva (PMPC) e Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS).

Além disso, para o monitoramento das ações está prevista a Certificação dos câmpus em três níveis: “I, II e III” conforme o cumprimento das ações do PLS.

Da mesma forma, o PLS 2017/2018 prevê Certificação de processos administrativos em dois níveis: “IFSC SUSTENTÁVEL papel zero” para processos exclusivamente eletrônicos e “IFSC SUSTENTÁVEL” para processos mapeados que tenham aprimorado etapas, prazos e procedimentos tornando-os mais eficientes ao público usuário.

A Política de Sustentabilidade do IFSC prevê a formalização de diretrizes da instituição em ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão e encontra-se em consulta pública à comunidade (download [aqui](#)). A referida minuta já foi analisada pelo Colégio de Dirigentes (Codir) e pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e, após o encerramento da consulta em 15/03, seguirá para análise e aprovação do Conselho Superior (Consup) do IFSC em abril.

O IFSC também participou de reuniões do Fórum de Gestão Integrada das IFES catarinenses - Forgifesc - que reúne IFSC, IFC, UFSC e UFFS para o compartilhamento de soluções e desafios na administração. O referido fórum promove ações sustentáveis compartilhadas como compras conjuntas, capacitações interinstitucionais e realizou, no dia 28/11/2017 em Chapecó-UFFS, o [IV Seminário Gestão Pública Sustentável](#).

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A respeito das contratações realizadas pela unidade jurisdicionada e os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente: desde 2007, o IFSC adota o Sistema de Compras Compartilhadas entre todos os seus câmpus e Reitoria, o que otimiza a gestão de processos de licitações reduzindo o número de licitações anuais (em torno de 150 pregões anuais). Se cada câmpus realizasse individualmente as suas licitações, seriam mais de 1000 pregões no IFSC considerando os 22 Câmpus e Reitoria. Isso evita o retrabalho de servidores em diversos câmpus e propicia a economia de escala.

Desde 2013 o IFSC realiza licitações conjuntas com o IFC e UFFS, a exemplo da licitação de exames periódicos e vacinas.

Em 2017 o Fórum de Gestão Integrada das Instituições Federais de Ensino de Santa Catarina (Forgifesc) promoveu uma licitação conjunta entre as quatro IFES catarinenses para aquisição de copos biodegradáveis - Pregão Eletrônico nº 409/2017 - UFSC.

Além disso, desde 2013 o IFSC publica anualmente um edital de licitação 100% sustentável com materiais de expediente com critérios de sustentabilidade - PE 129/2017 (download [aqui](#)).

É possível, ainda, encontrar a adoção de critérios sustentáveis em diversos processos licitatórios do IFSC:

- Pregão 23/2017 - Eventos: fornecimento de material de serviço descartável (reciclável ou biodegradável) ou reutilizável (cerâmica, vidro, metal etc).
- PE 40/2017 de Material Gráfico: utilização de papel reciclado em vários itens.
- PE 144/2017 Permanente Informática - prevê margem de preferência para produtos nacionais para todo o Edital e diversos critérios de sustentabilidade como Certificações.
- PE 82/2017 Mobiliário - diversos itens exigem Certificação da origem da madeira e demais materiais

Ainda, há a previsão de itens exclusivos para ME/EPP em todos os nossos editais.

Em relação aos contratos do IFSC, de acordo com o art. 4º do Decreto 7.746/2012:

- Nos contratos de Limpeza são adotadas práticas de separação de resíduos.
- Para realização da limpeza das caixas d'água os Câmpus são orientados a utilizarem toda a água do reservatório, para após proceder a limpeza.
- Na contratação de trabalhadores terceirizados, priorização dos que residam nas proximidades da unidade tomadora do serviço.
- Conscientização para a otimização da utilização do ar-condicionado, sendo sugerida a temperatura de 23 ° C;
- O IFSC tem um contrato de manutenção preventiva e corretiva para ares-condicionados e outro para manutenção de elevadores;
- Nossos contratos de limpeza preveem o fornecimento de materiais atóxicos e biodegradáveis, entre outros critérios de sustentabilidade.

Nas licitações e contratos de obras e reformas de engenharia, priorizamos desde a fase de concepção de projetos o foco em práticas sustentáveis como:

- Licitação de obras com sistema de abastecimento de água com cisterna de reaproveitamento da água da chuva.
- Compra de sensores de presença em locais de pouco tráfego (corredores, bwcs, etc).
- Compra de uso de sensores de presença nos mictórios.
- Licitação de Projetos com toda infraestrutura para implantação de sistema de energia solar;
- Licitação para aquisição de usina fotovoltaica (Ct. 98, 99 e 100/2016).
- Licitação de compra de materiais e equipamentos com selos de baixo consumo de energia (lâmpadas de LED e aparelhos de ar-condicionado).
- Priorizamos nos projetos o uso de materiais que reduzam o desperdício de recursos naturais durante a obra.

Em todas nossas novas obras, desde 2009, nossas edificações com mais de 1.500m² foram projetadas com:

- Uso de métodos que reduzam o desperdício de recursos naturais (canteiros contêineres, escoras metálicas, concreto usinado, pavimentação em *pavers*/lajotas, etc).
- Sistema de abastecimento de água com cisterna de água de reaproveitamento da chuva;
- Uso da água da chuva para limpeza externa e mictórios.
- Uso de sensores de presença em locais de pouco tráfego (corredores, bwcs, etc).
- Uso de sensores de presença nos mictórios.
- Vasos e mictórios com temporizador.
- Infraestrutura para implantação de sistema de energia solar.
- compra de materiais e equipamentos com selos de baixo consumo de energia (ex.: lâmpadas de emergência de *LED*).
- Incentivamos nas obras o uso de métodos que reduzam o desperdício de recursos naturais.
- Priorizamos nos projetos o uso de materiais que reduzam o desperdício de recursos naturais.

- As fiscalizações das obras são extremamente rigorosas com relação a:
- Uso de materiais Certificados (que não agridem o meio ambiente).
 - Definições do devido descarte de entulhos e sobras de materiais.
 - Redução de uso de madeiras em escoras para escoras metálicas.

No câmpus, os engenheiros são orientados a:

- Verificar a manutenção do sistema de tratamento de esgoto periodicamente.
- Verificar o uso de energia com controle para não ultrapassar a demanda contratada.
- Verificar o uso da água com controle para identificar possível vazamentos e desperdícios.

4.4.2 Sustentabilidade institucional

Dessa forma, verifica-se que o IFSC adota a sustentabilidade como valor institucional e conta com um programa de sustentabilidade (IFSC Sustentável) vinculado ao Gabinete da Reitoria, em plena implantação e aprimoramento.

Além disso, está em plena execução dos PLS 2017/2018 prevendo a elaboração de planos de manutenção preventiva dos câmpus e plano de gestão de resíduos sólidos.

Em 2017, destaca-se a elaboração da Política de Sustentabilidade do IFSC que se encontra em consulta pública para aprovação do Consup em abril.

Percebe-se, ainda, a preocupação das áreas administrativas, em especial os setores de licitações, contratos e engenharia para, desde 2013, implementarem e aprimorarem critérios de sustentabilidade nas contratações.

Ainda, o IFSC oferta vários cursos em suas diversas modalidades neste âmbito, no quadro abaixo podem ser vistos todos eles [ofertados pelo IFSC](#) relacionados à sustentabilidade e seus respectivos câmpus de oferta:

Quadro 63 - Cursos ofertados relacionados à sustentabilidade

Tipo	Curso	Câmpus
Qualificação Profissional	Condutor ambiental	URP, CTE, SMO
	Gestão ambiental no cotidiano	SLO, XXE
	Produção sustentável e certificação orgânica	CAN
	Uso de adubos verdes na agricultura familiar	CAN, SMO
	Educação inclusiva	CDR
	Direitos Humanos	CAN
Técnico	Controle ambiental	GPB
	Meio ambiente	FLN
	Cursos de saneamento	FLN
	Agroecologia	CAN e LGS
Graduação	Curso Superior de Tecnologia em gestão ambiental	GPB
Pós-Graduação	Desenvolvimento Rural sustentável	CAN
	Educação ambiental com ênfase na formação de formadores	SJE
	Agroecologia	LGS
	Clima e meio ambiente (mestrado)	FLN, ITJ, GPB

Fonte: Diren

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria do IFSC é o principal canal de comunicação da instituição com a comunidade externa e com a comunidade acadêmica (discentes e servidores) para fins de manifestações diversas, tais como solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, elogios e agradecimentos. A Ouvidoria do IFSC tem como objetivo, entre outros, assegurar a participação da comunidade na instituição para fortalecer a cidadania e promover a melhoria das atividades desenvolvidas na instituição.

No ano de 2017 foram recebidas 1278 (mil duzentos e setenta e oito) manifestações por meio do sistema eletrônico Sigaa - Ouvidoria (disponibilizado na página da Ouvidoria por este [link](#)).

Outras manifestações foram encaminhadas também pelo [e-mail](#), pelo telefone (48 3877-9082) e alguns contatos foram apresentados no modo presencial. As manifestações recebidas pelo *e-mail* são analisadas e algumas são cadastradas diretamente no sistema da Ouvidoria. Outras, são respondidas com a orientação de que sejam cadastradas no sistema, visando à agilidade no atendimento e à transparência do processo.

Aqueles que se manifestam de forma presencial ou por telefone também são orientados a cadastrarem a sua manifestação no sistema da Ouvidoria.

Foram recebidas também no *e-mail* da Ouvidoria dez manifestações encaminhadas do sistema de Ouvidorias do Governo Federal (e-OUV).

Em 2017, do total de 1278 contatos recebidos, 607 foram solicitações (47,49%), 429 reclamações (33,57%), 154 denúncias (12,06%), 63 sugestões (4,92%), 13 elogios (1,02%) e 12 agradecimentos (0,94%).

As temáticas mais frequentes das solicitações foram sobre o concurso público, o ingresso de discentes, sobre vestibular e sobre os cursos técnicos.

Para as reclamações, os assuntos concurso público, curso técnico, processo/procedimento foram os mais recorrentes.

Nas denúncias, destacaram-se o concurso público, gestão de pessoas e relacionamento entre servidores. Curso técnico e curso superior foram os temas mais abordados nas sugestões recebidas.

Por fim, tanto nos elogios quanto nos agradecimentos, o assunto relacionamento servidor/discente teve destaque.

Em relação ao exercício 2016, no qual foram cadastradas 929 (novecentos e vinte e nove) manifestações, pode-se observar que houve um crescimento no número de manifestações cadastradas no sistema da Ouvidoria.

Destaca-se, ainda, que houve um aumento significativo no percentual de reclamações, de 27,77% em 2016 para 33,57% em 2017, e de denúncias, de 9,15% em 2016 para 12,06% em 2017.

A proporção de agradecimentos e elogios também aumentou, de 0,32% e 0,32% em 2016 para 1,02% e 0,94% em 2017, respectivamente.

A Ouvidoria do Câmpus Florianópolis (maior câmpus do IFSC) registrou, em 2017, um total de 23 (vinte e três) manifestações, sendo 9 reclamações, 8 informações e 5 solicitações. Em relação ao ano de 2016, no qual houve 194 (cento e noventa e quatro) manifestações na Ouvidoria do Câmpus Florianópolis, foi observada uma sensível redução, justificada, principalmente, pela divulgação da ferramenta Ouvidoria no Sigaa. Nota-se que o aumento de manifestações via Ouvidoria Sigaa entre 2016 e 2017 foi de 37,57%.

Outro canal de comunicação é um [e-mail](#) pelo qual os cidadãos podem entrar em contato diretamente com o Departamento de Ingresso para suprir dúvidas relacionadas ao processo de ingresso de estudantes, como o exame de classificação, o sorteio e as cotas, além de outras informações gerais sobre transferências de cursos ou retorno. No ano de 2017 foram recebidas 2.718 (duas mil, Setecentas e dezoito) mensagens.

O IFSC disponibiliza ainda um [e-mail](#) para encaminhamentos de dúvidas sobre os benefícios que a instituição oferece aos estudantes. No ano de 2017 foram recebidas 286 (duzentos e oitenta e seis) mensagens.

Os cidadãos também entram em contato por meio das redes sociais, nas quais o IFSC atualmente tem perfis institucionais: *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*, todos de responsabilidade da Coordenadoria de Jornalismo. Caso haja necessidade, algumas demandas são enviadas à Ouvidoria para o devido tratamento ou encaminhamento.

No menu Comunicação, no item Fale Conosco, do [site institucional](#) estão disponibilizadas informações sobre os câmpus que compõem o IFSC, tais como endereço, telefone e respectivos *sites*.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFSC, cuja última elaboração data de 2014, está em processo de atualização e em breve sua nova versão será publicada, conforme determina o Decreto nº 9.094/2017 e seguindo a orientação da CGU Regional Santa Catarina.

O atual documento está publicado no *site* institucional e pode ser acessado por este [link](#).

Em 2015 foi formada a Comissão Permanente de Monitoramento da Carta de Serviços ao Cidadão do IFSC e foi elaborado o plano de trabalho. Em 2018 referida Comissão foi reformulada para a execução da atualização e monitoramento do documento.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS

Considerando que não houve pesquisa específica de satisfação dos produtos e serviços, não foi possível realizar a aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários em 2017.

Os itens referentes à satisfação dos cidadãos usuários sobre os serviços que foram avaliados na pesquisa de autoavaliação institucional estarão disponibilizados no relatório da CPA a partir de março de 2018.

5.3.1 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

O IFSC por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem realizado anualmente a pesquisa de autoavaliação institucional, na qual são avaliados alguns serviços da instituição. A pesquisa é realizada para o público interno, servidores e estudantes.

Durante o ano de 2017 não foi realizada uma pesquisa específica para medir a satisfação dos produtos e serviços do IFSC, porém conforme previsto no Decreto nº 9094/2017 e no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019) no ano de 2018 deverá ser realizada tal pesquisa, que será direcionada ao público interno e também ao público externo.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações sobre o IFSC estão disponíveis no *site* institucional e podem ser acessadas por este [link](#). Em tal página são disponibilizadas as informações sobre a instituição, conforme determina a LAI (Lei de Acesso à Informação, lei nº 12.527/2011).

Outras informações que não estão publicadas no *site* podem ser solicitadas pelo Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC) criado para atender aos cidadãos, por este [endereço eletrônico](#).

O atendimento presencial do Serviço de Informação ao Cidadão pode ser realizado na Reitoria e em todos os câmpus por meio dos servidores cadastrados no sistema e-SIC.

No ano de 2017 foram recebidos 178 (cento e setenta e oito) contatos por meio do sistema e-SIC. Destaca-se que todos os pedidos foram realizados diretamente no sistema, não havendo portanto nenhum pedido de informação de modo presencial.

Em relação ao ano de 2016, no qual houve 127 (cento e vinte e sete) contatos, houve um acréscimo de 41,16%.

5.4.1 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Atualmente, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) é o órgão responsável pela avaliação das instituições de educação superior.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição, ao seguir as orientações do INEP, realiza uma pesquisa institucional interna de autoavaliação. A pesquisa é aplicada aos servidores e aos estudantes, que são os cidadãos usuários da instituição.

O questionário de autoavaliação é disponibilizado, por meio eletrônico (*e-mail* institucional), aos servidores e estudantes. Além disso, a CPA, em parceria com as CPAs locais, uma em cada campus, realizam um trabalho de sensibilização sobre a importância desse mecanismo de avaliação institucional.

O IFSC publica anualmente os resultados das pesquisas feitas pela CPA clicando-se [aqui](#).

5.4.1.1 Novo processo de autoavaliação institucional da CPA

Sobre o novo processo de autoavaliação institucional da CPA, conforme a nova proposta de modelo de autoavaliação, o processo, doravante, se dará num ciclo de 3 anos da seguinte forma:

1º ano: consulta à comunidade sobre os resultados do ciclo anterior e sobre questões estratégicas selecionadas (além da própria metodologia de avaliação), preparando para uma coleta mais ampla.

2º ano: coleta ampla de dados, com questionário revisado de acordo com as necessidades e estratégias apontadas no 1º ano.

3º ano: relatório integral com a análise comparativa entre o que foi proposto no ciclo anterior e o que foi apontado na consulta ampla; consulta à comunidade para apontamento de prioridades e ações; os resultados são apresentados à gestão, que apresenta suas considerações; a CPA compila novamente os resultados e propõe um plano de ações.

Aprovado na reunião do Codir de 14/12/2017 e formalizado pela CPA Central, por *e-mail* em 18/12/2017, as CPAs locais de cada campus desenvolveram em 2017 seus relatórios comparativos referente aos processos de autoavaliação institucional de 2015 e 2016 para compor o relatório integral (3º ano do ciclo).

5.4.1.2 Relatório mais simplificado

Esse relatório, mais simplificado, tem por objetivo fazer um diagnóstico da evolução dos 5 eixos temáticos avaliados pela comunidade nesses anos e apontar algumas recomendações de ações a serem encaminhadas pela gestão da instituição.

Como próxima etapa, o Codir aprovou que cada Direção-geral de campus receba este relatório da CPA de seus campus e faça um estudo sobre o que ali foi apontado, tecendo, na sequência, suas considerações sobre o que a CPA diagnosticou. Essas considerações têm por finalidade trazer à luz da avaliação institucional, não apenas a opinião da comunidade, mas também o retorno de quem tem a responsabilidade de responder pela instituição. Tais considerações não são apenas

justificativas de ações que não puderam ser realizadas, mas uma abertura para a gestão realmente apresentar o que tem executado, suas dificuldades e seu planejamento para o futuro.

Após retorno dos relatórios com as considerações do corpo diretivo, a CPA Central redigirá seu relatório integral, compreendendo o período de 2015, 2016 e 2017.

Nesse sentido, considerando o modelo aprovado pelo Codir, a CPA não realizou o processo de consulta por meio de questionário aos segmentos da comunidade acadêmica em 2017, destacando esse período para revisão dos períodos anteriores e concepção do novo modelo.

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

No final de 2015, como parte do processo de atualização do PDI, no intuito de atender a Lei Federal nº 10.098/2000 e o Decreto Federal nº 5.296/2004, bem como verificar as condições de acessibilidade dos câmpus do IFSC, considerando a versão 2015 da NBR 9050, foi criada uma Comissão Temática com as seguintes atribuições:

- Avaliar e redefinir a metodologia utilizada para levantamento da situação de acessibilidade;
- Verificar lacunas de acessibilidade;
- Delinear estratégias de ação para elencar prioridades de projetos, reformas, obras e aquisições de acessibilidade.

A Comissão é composta por arquitetos especialistas no tema, profissionais da educação especial e representante do setor de engenharia do IFSC. Em todos os câmpus, pelo menos um servidor foi capacitado pela comissão para atuar como representante e tendo este como atribuição realizar as vistorias locais e responder ao *checklist* disponibilizado por meio de um formulário eletrônico.

O Departamento de Obras e Engenharia da Reitoria do IFSC procura atender especificamente à acessibilidade quando da contratação dos projetos da Instituição, atendendo à norma ABNT NBR 9050:2015 na elaboração dos projetos, seja para novas construções ou reformas. Dentre as medidas previstas e executadas relativas a normas de acessibilidade, pode-se citar:

- Faixas de pedestre para ajudar na travessia da rua em frente aos câmpus;
- Em locais de difícil acesso, como o câmpus Tubarão, uma passarela sobre a BR 101 e, em outros câmpus, temos elementos que permitem a travessia com segurança, como por exemplo, semáforo para automóveis, semáforo para pedestre com sinal sonoro e redutor de velocidade para carros;
- Calçada rebaixada nos dois lados da rua, para possibilitar que cadeirantes atravessem na faixa de segurança;
- As calçadas são pavimentadas e com *pavers*/placas podotáteis;
- Parcerias com prefeituras para que estas providenciem paradas de ônibus próxima à entrada dos câmpus;
- O portão de entrada dos pedestres é separado da entrada dos carros.
- Os percursos entre o portão do câmpus até a porta de entrada é pavimentado, iluminado e sinalizado;
- Rampas de acesso à cadeirantes, plataformas elevatórias ou elevadores;
- Sanitários adaptados, com vaso sanitário e lavatório, e acessíveis às pessoas portadoras de alguma deficiência. Estes estão localizados em pavimentos que permitem o acesso com cadeira de rodas;
- Banheiros com lavatório suspenso, sem armário ou coluna, para possibilitar a aproximação de uma cadeira de rodas;
- Torneiras são facilmente manuseadas por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos;
- assentos específicos para pessoas com necessidades especiais (PNE);
- Auditórios com assentos para pessoas obesas e também com piso inclinado, para facilitar a locomoção de uma pessoa em cadeira de rodas;

- Os assentos preferenciais das Bibliotecas, Auditórios e Ginásios estão situados próximos aos corredores, não interferindo na circulação;
- Auditórios com acesso ao palco por meio de rampa, possibilitando o acesso ao cadeirante;
- Estacionamento no pátio do câmpus com vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos. Estas estão próximas à porta de entrada principal ou em locais com fácil acesso aos prédios;
- Entradas dos câmpus com balcão de atendimento que pode ser visto a partir da porta e/ou existe uma placa que identifica a sua localização;
- Recepção dos câmpus e portas das salas que têm placas com letra grande e contraste de cor, facilitando a identificação dos diferentes ambientes;
- Corredores com largura adequada à quantidade de pessoas que os utilizam, com piso tátil direcional em cor e textura contrastantes com o piso da circulação para guiar as pessoas com deficiência visual;
- Proteção com grade ou mureta nos corredores situados em locais elevados ou em pavimentos superiores;
- Placas indicativas que orientam as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes;
- Portas de salas do tipo vaivém, há visor ao alcance dos olhos de pessoas, em diferentes estaturas, como crianças menores e cadeirantes;
- Maçanetas das portas estão entre 90 e 110 centímetros de altura em relação ao piso, as quais são em forma de alavanca;
- Escadas e seus patamares têm piso antiderrapante, firme, regular e estável;
- Salas de aula com contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilita a orientação de pessoas com baixa visão; e
- Ginásios dos câmpus com rota acessível que permite às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, às arquibancadas ou aos sanitários e vestiários.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Os repasses financeiros ocorreram a cada mês, numa proporção média de 70% dos compromissos liquidados. Assim, os compromissos liquidados foram pagos em torno de 30 dias após o prazo estipulado nos editais de licitação e no art. 73 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Diante do exposto, observa-se que no exercício de 2017, o desempenho financeiro do IFSC foi afetado pelo contingenciamento feito pelo governo federal, dificultando um bom planejamento entre os ingressos e dispêndios financeiros.

6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O cálculo de depreciação dos bens móveis do Instituto Federal de Santa Catarina não foi iniciado devido à ausência de um sistema que possibilite a análise e o controle de depreciação dos bens para a atualização dos valores contábeis e demais exigências legais. No entanto, em 2013 o IFSC adquiriu, e está em fase de implantação, o SIG (Sistema Integrado de Gestão). O referido sistema é composto por diversos módulos e para tanto foi desenvolvido um cronograma de implantação - dentre esses módulos, está o módulo de gestão do patrimônio.

A implantação do módulo depende da migração dos dados de tombamento dos bens móveis contidos nos sistemas atuais do IFSC para o módulo patrimônio do SIG. Dessa maneira, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dtic) está ajustando os dados para que a migração tenha êxito - migração iniciada em 2017. Entretanto, a Dtic estabeleceu um novo prazo para implantação total do módulo: o segundo semestre de 2018.

6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Não se aplica à Unidade.

6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

6.4.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10)2; as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual Siafi3, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade - a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

6.4.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA) que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

6.4.3 Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), ente econômico denominado União.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp), essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que têm o quinto nível igual a [2] - Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 - Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo Pcasp é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

6.4.4 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um

caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

6.4.5 Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto negativos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

6.4.6 Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais” (vide definição oficial [aqui](#)).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária” (vide [aqui](#)).

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (vide [aqui](#)).

6.4.7 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho (vide [aqui](#))

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

6.4.8 Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no IFSC, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Pcasp.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras - a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa - incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo - compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) Créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques - compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo - compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Ajuste para perdas da dívida ativa - os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial. De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento desse exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) Imobilizado - o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No IFSC, o cálculo e registro não foram

iniciados. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) *Intangíveis* - os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

j) *Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet* - a vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) *Passivos Circulantes e Não Circulantes* - as obrigações do IFSC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

6.4.9 Apuração do Resultado

No modelo Pcas, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

(a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O *superavit/deficit* é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O *deficit* é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o *superavit* é apresentado junto às despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Cabe ressaltar que o total da “Despesa Empenhada” superior ao total da “Dotação Inicial” ou “Dotação Atualizada” pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

(b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o *superavit* ou *deficit* financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

(c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo Pcasp, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo Pcasp, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de *Superavit/Deficit* do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

6.4.10 Notas Explicativas ao Balanço Financeiro - BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os quadros seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no ano de 2016 e 2017. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um crescimento menor (12,65%) que as receitas orçamentárias (15,37%).

Quadro 64 - Total dos Ingressos (R\$)

Total dos Ingressos. (R\$) INGRESSOS	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Orçamentárias	R\$ 1.879.983,34	R\$ 1.629.515,92
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 532.526.714,42	R\$ 470.130.654,44
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 34.842.524,06	R\$ 39.037.389,49
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 2.931.095,86	R\$ 8.011.977,56
TOTAL	R\$ 572.180.317,68	R\$ 518.809.537,41

Fonte: Proad

Figura 10 - Receitas orçamentárias



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.438.521,00	2.438.521,00	1.879.583,34	-558.937,66
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profts.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	43.984,00	43.984,00	30.196,15	-13.787,85
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	43.984,00	43.984,00	30.196,15	-13.787,85
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.271.374,00	2.271.374,00	1.425.584,58	-845.789,42
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.271.374,00	2.271.374,00	1.425.584,58	-845.789,42
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	123.163,00	123.163,00	424.202,61	301.039,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	74.388,46	74.388,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	123.163,00	123.163,00	349.814,15	226.651,15
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Fonte: DOF

6.4.11 Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário (BO)


Em 2017, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 1.879.983,34, enquanto as despesas empenhadas totalizaram R\$ 535.561.903,37, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 533.681.920,03, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir.

Quadro 65 - Balanço orçamentário (Receitas e Despesas por Categoria Econômica)

Receitas e Despesas por Categoria Econômica (R\$) Balanço Orçamentário	Realização/Execução
Receitas Correntes	R\$ 1.879.983,34
Receitas de Capital	R\$ 0,00
Total das Receitas	R\$ 1.879.983,34
Despesas Correntes	R\$ 521.005.373,73
Despesas de Capital	R\$ 14.556.529,64
Total das Despesas	R\$ 535.561.903,37
Superavit/(Deficit)	R\$ 533.681.920,03

Fonte: Proad

Figura 11 - Balanço orçamentário I

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO	PERÍODO	
		2017	Anual	
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO	PÁGINA	
SUBTÍTULO	26438 - INST FED DE EDUC., CIENC. E TEC. DE STA. CATARINA - AUTARQUIA	24/01/2018	1	
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL		
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.438.521,00	2.438.521,00	1.879.583,34	-558.937,66
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social - Formação Profts.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	43.984,00	43.984,00	30.196,15	-13.787,85
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	43.984,00	43.984,00	30.196,15	-13.787,85
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.271.374,00	2.271.374,00	1.425.584,58	-845.789,42
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.271.374,00	2.271.374,00	1.425.584,58	-845.789,42
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	123.163,00	123.163,00	424.202,61	301.039,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	74.388,46	74.388,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	123.163,00	123.163,00	349.814,15	226.651,15
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Fonte: DOF

Figura 12 - Balanço orçamentário II



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 24/01/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.438.521,00	2.438.521,00	1.879.983,34	-558.537,66
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.438.521,00	2.438.521,00	1.879.983,34	-558.537,66
DEFICIT	-	-	533.681.920,03	533.681.920,03
TOTAL	2.438.521,00	2.438.521,00	535.561.903,37	533.123.382,37
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	456.163.218,00	542.472.734,00	521.005.373,73	500.183.504,98	459.476.152,55	21.467.360,27
Pessoal e Encargos Sociais	402.612.188,00	447.740.659,00	430.999.445,55	430.999.445,55	430.999.305,55	16.741.213,45
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	53.551.030,00	94.732.075,00	90.005.928,18	69.184.059,43	68.476.847,00	4.726.146,82
DESPESAS DE CAPITAL	8.649.645,00	8.709.645,00	14.556.529,64	1.516.849,47	1.512.987,17	-5.846.884,64
Investimentos	8.649.645,00	8.709.645,00	14.556.529,64	1.516.849,47	1.512.987,17	-5.846.884,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	504.812.863,00	551.182.379,00	535.561.903,37	501.700.354,45	500.989.139,72	15.620.475,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Fonte: DOF

Figura 13 - Balanço orçamentário III



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25438 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	684.312.863,30	661.862.378,00	636.611.905,37	601.700.364,46	600.486.139,72	15.220.475,03
TOTAL	684.312.863,30	661.862.378,00	636.611.905,37	601.700.364,46	600.486.139,72	15.220.475,03

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	470.623,89	18.601.021,21	14.020.333,33	14.020.333,33	3.596.213,35	1.452.330,42
Pesquisa e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos Correntes	470.623,89	18.601.021,21	14.020.333,33	14.020.333,33	3.596.213,35	1.452.330,42
DESPESAS DE CAPITAL	626.396,80	19.020.398,90	17.625.194,20	17.472.821,63	411.305,05	1.763.229,02
Investimentos	626.396,80	19.020.398,90	17.625.194,20	17.472.821,63	411.305,05	1.763.229,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.097.020,69	37.621.420,11	31.645.527,53	31.493.154,96	4.007.518,40	3.215.559,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	173.396,39	764.531,31	749.310,50	170.598,01	38.013,19
Pesquisa e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	173.396,39	764.531,31	749.310,50	170.598,01	38.013,19
DESPESAS DE CAPITAL	9.000,49	378.141,74	381.141,74	-	6.000,49
Investimentos	9.000,49	378.141,74	381.141,74	-	6.000,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	182.406,88	1.142.673,05	1.130.452,24	170.598,01	44.013,68

Fonte: DOF/Proad

Figura 14 - Balanço patrimonial I



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL


EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2010	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	10.469.006,70	9.232.644,09	PASSIVO CIRCULANTE	1.002.748,58	1.835.795,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.120.436,80	2.691.095,80	Obrigações Trabalh., Provid. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.661,34	103.208,69
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.537.354,19	5.646.524,42	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	847.032,68	1.336.992,58
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	74,90
Estoques	805.533,26	644.182,40	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	5.083,35	10.841,41	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	152.764,58	395.459,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	635.621.522,45	573.667.333,01	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.160.042,00	1.160.042,00
Ativo realizável a Longo Prazo	59.781,08	-	Obrigações Trabalh., Provid. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	1.160.042,00	1.160.042,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	59.781,08	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.162.790,58	2.995.837,02
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	631.332.502,62	569.872.893,85			
Bens Móveis	169.764.994,17	158.195.240,80			
bens móveis	169.764.994,17	158.195.240,80			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-275,02	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	461.567.500,45	411.677.650,05			
Bens Imóveis	462.362.470,58	412.200.202,62			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-734.962,13	-522.545,57			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.189.238,75	3.794.435,16			
Softwares	4.189.238,75	3.794.435,16			
Softwares	4.189.238,75	3.794.435,16			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-6.291,00	-6.291,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			

Fonte: DOF

Figura 15 - Balanço patrimonial II

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017		PERÍODO Anual	
		EMISSÃO 24/01/2018		PÁGINA 2	
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	25438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA				
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO				
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	646.090.529,15	582.899.577,10	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	646.090.529,15	582.899.577,10
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	3.120.435,90	2.931.095,86	PASSIVO FINANCEIRO	37.832.342,77	40.065.735,50
ATIVO PERMANENTE	642.970.093,25	579.968.881,24	PASSIVO PERMANENTE	1.255.183,61	1.255.032,89
			SALDO PATRIMONIAL	607.003.002,77	541.573.204,61
Quadro de Compensações					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	35.143.253,88	23.860.936,46	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	63.954.380,40	65.026.064,52
Execução dos Atos Potenciais Ativos	35.143.253,88	23.860.936,46	Execução dos Atos Potenciais Passivos	69.954.380,40	65.026.064,52
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	35.143.253,88	23.860.936,46	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congén	1.716,87	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	69.952.663,53	65.026.064,52
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	35.143.253,88	23.860.936,46	TOTAL	63.954.380,40	65.026.064,52
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários					-653.469,66
Recursos Vinculados					-34.058.437,21
Educação					-31.789.570,48
Seguridade Social (Exceto RGPS)					156,00
Operação de Crédito					-249.689,46
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas					780.562,78
Outros Recursos Vinculados a Fundos					-2.799.896,05
TOTAL					-34.711.306,87

Fonte: DOF

6.4.12 Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

As atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária. A receita que teve maior participação nesse resultado foram as Transferências Financeiras Recebidas, com R\$ 535,5 milhões.

Na parte de desembolsos, a maior parte verifica-se vinculada à folha de pagamento de pessoal, com aumento de 13,59% em relação ao exercício anterior, resultado de concursos realizados, com aumento do corpo técnico e docente.


Detalhando a função Educação em subfunções relacionadas ao Ensino, e vinculadas às atividades operacionais, verifica-se que o maior volume de recursos se refere ao ensino profissional.

Quadro 66 - Fluxo Caixa - Função Educação - Composição

Função Educação - Composição. (R\$) Subfunção Governo		Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	128.933,05
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	425.586,06
301	ATENÇÃO BÁSICA	5.726.092,49
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	19.942.141,42
363	ENSINO PROFISSIONAL	396.355.253,34
364	ENSINO SUPERIOR	51.847,57
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5.950,00
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	208.317,34


Fonte: Proad

Figura 16 - Demonstrações de fluxo de caixa I

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
		EMISSÃO 24/01/2018	PÁGINA 1
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENÇ E TED.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	26300 - MINISTERIO DA EDUCACAO		
VALORES EM UNIDADES DE REAL			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2017	2016	
INGRESSOS	19.554.290,58	17.792.787,68	
Receitas Derivadas e Originárias	1.175.943,54	1.629.515,52	
Recosta Tributária	-	-	
Recosta de Contribuições	-	-	
Recosta Patrimonial	36.190,15	36.085,27	
Recosta Agropecuária	-	-	
Recosta Industrial	-	-	
Recosta de Serviços	1.425.594,55	1.231.420,14	
Remuneração das Disponibilidades	-	-	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	424.202,61	347.000,51	
Transferências Correntes Recebidas	-	-	
Intergovernamentais	-	-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	
Dos Municípios	-	-	
Intragovernamentais	-	-	
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-	
Outros Ingressos das Operações	529.794.474,83	470.451.894,39	
Ingressos Extraorçamentários	205.760,41	323.101,95	
Transferências Financeiras Recebidas	532.526.714,42	470.130.654,44	
DESEMBOLSOS	-515.120.167,39	-454.343.564,63	
Processo Orçamentário Despesado	440.785.445,90	432.095.098,39	
Legislativo	-	-	
Judiciário	-	-	
Essencial à Justiça	-	-	
Administração	-	-	
Defesa Nacional	-	-	
Segurança Pública	49.165,14	425.545,01	
Relações Exteriores	-	-	
Assistência Social	-	-	
Previdência Social	-55.336.772,63	-42.703.725,93	
Saúde	-	-	
Tratativa	-	-	
Educação	-401.260.294,16	-358.957.596,16	
Cultura	-	-	
Direitos da Cidadania	-	-	
Urbanismo	-	-	
Habitação	-	-	
Bancoamento	-	-	
Gestão Ambiental	-	-	
Ciência e Tecnologia	-95.244,20	-	
Agricultura	-	-	
Organização Agrária	-	-	
Indústria	-	-	


Fonte: DOF

Figura 17 - Demonstrações de fluxo de caixa II

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO	PERÍODO
		2017	Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO	PÁGINA
SUBTÍTULO	25435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA	24/01/2018	2
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
		2017	2016
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-43.211,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-1.768,77	1.768,77
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-57.514.775,25	-51.354.936,16
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-57.514.775,25	-51.302.957,16
Outras Transferências Concedidas		-	-51.579,00
Outros Desembolsos das Operações		-871.596,44	-893.530,14
Dispêndios Extraorçamentários		-369.750,41	-320.279,82
Transferências Financeiras Concedidas		-602.176,03	-656.176,35
Demais Pagamentos		-	-15.073,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-19.366.350,54	-22.617.669,38
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-19.366.350,54	-22.617.669,38
Aquisição de Ativo Não Circulante		-18.926.558,58	-21.925.206,35
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-440.391,96	-892.461,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-

Fonte: DOF

Figura 18 - Demonstrações de fluxo de caixa III

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMIÇÃO 24/01/2018	PÁGINA 3
SUBTÍTULO	25438 - INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		
		2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		189.340,04	-5.080.881,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.831.095,86	8.011.977,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		3.120.435,90	2.931.095,86

Fonte: DOF

6.4.13 Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Abaixo, são apresentadas de forma resumida as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados em suas notas explicativas.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, as Transferências e Delegações Recebidas em 2017, com R\$ 549,5 milhões, correspondem a 81,76% do total do grupo, composto por repasses, e transferências recebidas para pagamento de restos a pagar. O total das transferências apresentou um aumento de 16,87% em relação ao exercício anterior.

Outro montante bastante expressivo (17,96%) se concentrou na reavaliação de ativos, no caso dos imóveis que foram inseridos no sistema *SPIUnet*, gerando grande impacto na conta 461110200 - reavaliação de bens imóveis.

Em contrapartida, o item Pessoal e Encargos foi o de maior relevância em 2017 nas Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Destaca-se o montante gasto com folha de pessoal e todos os impostos e encargos incidentes, o que apresenta quase 60% das VPD.

Figura 19 - Demonstração das Variações Patrimoniais I


26438 - INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA

	R\$			
	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	672.129.550,86	476.358.228,98	41,10%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.455.798,35	1.287.515,41	13,07%	0,22%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	549.548.303,65	470.235.810,34	16,87%	81,76%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	120.701.025,26	4.492.902,72	2586,48%	17,96%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	424.423,60	342.000,51	24,10%	0,06%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	530.590.484,80	450.992.943,63	17,65%	78,94%
Pessoal e Encargos	401.226.795,09	346.493.730,09	15,80%	59,69%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.913.056,57	42.699.515,35	28,60%	8,17%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	43.008.981,27	47.184.423,73	-8,85%	6,40%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	73.091,68	82.344,29	-11,24%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	713.295,27	766.614,33	-6,96%	0,11%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.034.000,30	1.337.876,13	1173,21%	2,53%
Tributárias	356.500,46	496.253,39	-28,16%	0,05%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.264.764,16	11.932.186,32	11,17%	1,97%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	141.539.066,06	25.365.285,35	458,00%	21,06%

Fonte: DOF

Figura 20 - Demonstração das Variações Patrimoniais II

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO	PERÍODO
		2017	Atual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO	PÁGINA
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STACATARINA - AUTARQUIA	24/01/2010	1
ORGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		672.129.550,86	476.358.228,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública			
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.456.798,36	1.287.516,41
Venda de Mercadorias			
Vendas de Produtos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.456.798,36	1.287.516,41
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora			
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Obtidos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			
Aportes ao Banco Central			
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas		546.548.903,65	470.235.810,34
Transferências Intragovernamentais		532.526.714,42	470.130.654,44
Transferências Intergovernamentais			
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas		17.021.589,23	105.155,90
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos		121.701.025,26	4.492.902,72
Reavaliação de Ativos		121.530.577,67	2.970.720,14
Ganhos com Alienação			
Ganhos com Incorporação de Ativos			
Ganhos com Desincorporação de Passivos		170.447,39	1.522.182,58
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			
Outras variações patrimoniais aumentativas		424.423,69	342.000,31
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar			
Resultado Positivo de Participações			
Cotações da Autarquia Municipal			

Fonte: DOF

Figura 21 - Demonstração das Variações Patrimoniais III



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL


EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	424.423,60	342.000,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	530.590.484,80	450.992.943,83
Pessoal e Encargos	401.226.795,09	346.493.730,09
Remuneração a Pessoal	313.975.018,01	268.986.396,58
Encargos Patronais	58.029.088,83	50.716.583,01
Benefícios a Pessoal	24.324.673,69	23.226.709,64
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.898.014,56	3.564.040,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.913.056,97	42.699.515,35
Aposentadorias e Reformas	47.964.167,88	36.452.681,07
Pensões	6.908.228,56	6.220.704,44
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	40.660,13	26.129,84
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	43.008.981,27	47.184.423,73
Uso de Material de Consumo	4.680.702,99	3.497.959,62
Serviços	38.115.862,72	43.204.056,83
Depreciação, Amortização e Exaustão	212.415,56	482.407,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	73.091,68	82.344,29
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	72.952,44	80.244,38
Variações Monetárias e Cambiais	121,62	2.099,91
Descontos Financeiros Concedidos	17,62	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	713.295,27	766.614,33
Transferências Intragovernamentais	602.176,03	558.176,35
Transferências Intergovernamentais	-	140.498,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	111.119,24	67.939,98
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.034.000,30	1.337.876,13
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	16.198.705,22	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	10.594,02	1.240,00
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	624.701,06	1.336.636,13

Fonte: DOF

Figura 22 - Demonstração das Variações Patrimoniais IV

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO ANUAL
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 24/01/2018	PÁGINA 3
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	356.500,46	496.253,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	160.318,86	48.867,44
Contribuições	196.181,60	447.385,95
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.264.764,16	11.332.186,32
Premiações	1.332,50	794,55
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	12.814.147,11	11.568.808,61
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	449.284,55	362.583,16
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	141.539.066,06	25.365.285,35

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: DOF

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No ano de 2017 foram emitidos 80 acórdãos do TCU, nos quais o IFSC foi a unidade interessada. Foram 12 acórdãos relacionados à aposentadoria, 64 relacionados a atos de admissão, um ato de representação, dois acórdãos para assuntos de pensão civil e 1 acórdão referente ao relatório de auditoria realizado em 2016 - em nenhum desses houve recomendações ou determinações.

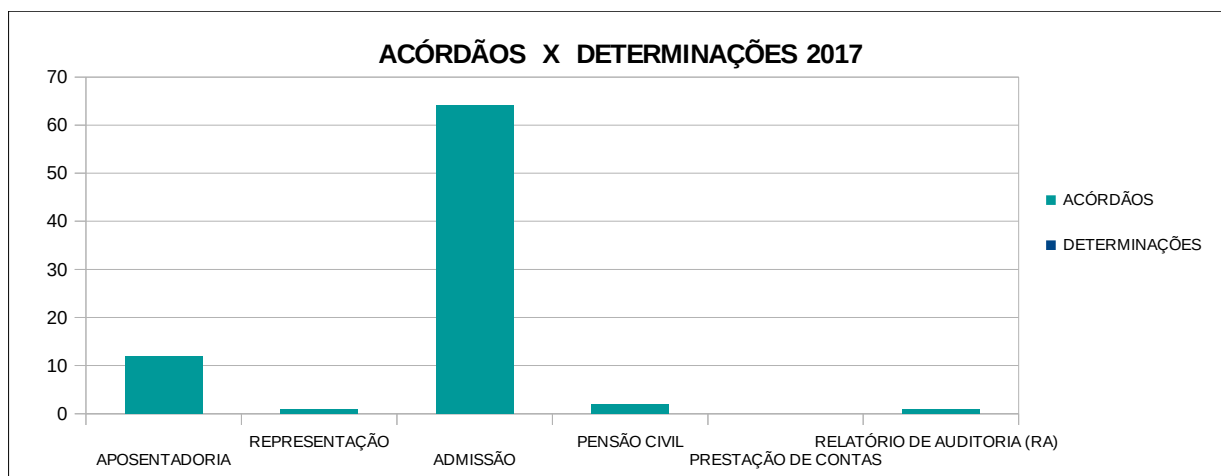
Destaca-se que o acórdão nº 406/2017 referente ao relatório de auditoria decorre de processo de fiscalização ocorrido em 2016 que teve por objetivo avaliar a regularidade dos procedimentos de contratação da empresa Adservig Vigilância Ltda. pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

A fiscalização realizada pela Secex-SC no IFSC e abrangeu aspectos de conformidade dos Contratos 111/2011, 118/2011, 73/2014 e 54/2016, celebrados com a empresa Adservig Vigilância Ltda. para a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada nas instalações do Instituto.

O TCU concluiu que, nos aspectos relacionados à licitação, aos preços praticados, à competitividade do certame, à lisura dos editais, assim como à execução dos contratos e aos pagamentos efetuados, mediante aplicação dos procedimentos previstos na matriz de planejamento elaborada pela Coordenação da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), não foram identificados achados em relação aos contratos fiscalizados, não gerando, portanto, recomendações.

Abaixo apresentamos um gráfico com os acórdãos e determinações emitidas em 2017 tendo como unidade interessada o IFSC.

Figura 23 - Acórdãos x Determinações 2017



Fonte: [Sistema Monitor da CGU](#)

O acompanhamento das deliberações do tribunal é realizado pela Assessoria Técnica que fica lotada no Gabinete da Reitoria. Ao tomar conhecimento das deliberações do TCU, a Assessoria Técnica, em conjunto com a área objeto do acórdão, busca o cumprimento imediato da determinação. O acompanhamento não é realizado de forma sistemática por meio de sistema informatizado, no entanto, anualmente, a Unidade de Auditoria Interna prevê um trabalho de monitoramento das determinações do TCU.

Por fim, informamos que não há determinações ou recomendações pendentes feitas em acórdãos do TCU decorrente do julgamento de contas anuais em exercícios anteriores.

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina possui a Unai como órgão de controle interno vinculado à CGU.

Em virtude de no ano de 2016 o IFSC não ter tido suas contas julgadas pelo TCU, não houve por parte da CGU a auditoria anual de contas em 2017, o que normalmente resultaria várias recomendações.

No ano de 2017, a CGU realizou apenas duas ações junto ao IFSC, a primeira, em fevereiro, tratou da atualização do Plano de Providências Permanente (PPP), fato que não gerou recomendações. A segunda, em outubro/2017, buscou esclarecimentos sobre situações de possível acumulação de cargos públicos após cotejamento de informações de sistemas e trilhas de pessoal. Os esclarecimentos foram realizados e não foram expedidas recomendações.

Contudo, as recomendações expedidas pelos órgãos de controle interno (OCI) em anos anteriores são sempre tratadas pelos gestores das áreas, que discutem e tentam atendê-las em sua totalidade. Atualmente constam 43 recomendações sendo monitoradas pela CGU, de acordo com o Sistema Monitor⁹, entretanto, muitas dessas recomendações já foram implementadas, aguardando apenas a análise e baixa da recomendação.

Por fim, cabe esclarecer que a Instituição não utiliza um sistema informatizado para acompanhamento das recomendações do OCI.

Recentemente, foi apresentado o sistema Monitor da CGU à gestão do IFSC, sistema no qual o gestor pode inserir as providências e acompanhar o *status* das recomendações, contudo, não existe uma área, ou até mesmo um servidor formalmente designado para monitorar as recomendações periodicamente. O acompanhamento é realizado por meio de planilhas, pela Auditoria Interna em conjunto com a Diretoria Executiva, que de tempos em tempos, ou na provocação da CGU, solicita informações sobre o andamento das recomendações aos setores responsáveis pela implementação.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIOO

O IFSC possui uma Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (Cpaar) nomeada pela Portaria do(a) reitor(a) N° 471 de 15 de Fevereiro de 2018, com o objetivo de apurar as irregularidades relacionadas a processos licitatórios e contratos administrativos do IFSC. São analisadas as situações encaminhadas pelos câmpus sobre atrasos na entrega de materiais, materiais entregue em desconformidade com a especificação editalícia, irregularidades na execução contratual e eventuais fraudes.

Em 2017 foram abertos 55 processos administrativos de apuração de responsabilidade contra empresas licitantes e/ou contratadas conforme quadro abaixo:

Quadro 67 - Processos Administrativos Cpaar

PROCESSO	SITUAÇÃO
23292.009265/2016-14	Arquivado aplicação de advertência e multa R\$ 948,00
23292.009814/2016-42	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 30 dias
23292.009814/2016-42	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 30 dias
23292.007594/2017-01	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 8.666/93 art. 87
23292.007594/2017-01	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 8.666/93 art. 87
23292.007594/2017-01	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 8.666/93 art. 87

9 O *Monitor* é o sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) que permite o acompanhamento *online* das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização.

23292.007594/2017-01	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 8.666/93 art. 87
23292.007594/2017-01	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 8.666/93 art. 87
23292.008042/2017-11	Arquivado sem penalidade
23292.008042/2017-11	Arquivado sem penalidade
23292.019765/2016-56	Arquivado aplicação de advertência impedimento de licitar por 10 dias / até 29/01/2017
23292.016954/2016-77	Arquivado sem aplicação de penalidade
23292.018202/2016-41	Arquivado sem aplicação de penalidade não iniciado - comprovou que o produto está correto
23292.018202/2016-41	Arquivado sem aplicação de penalidade não iniciado - comprovou que o produto está correto
23292.014099/2016-60	Arquivado aplicação de multa R\$ 610,18 advertência suspensão temporária de licitar até 23/11/2016 8.666/93 art. 87, III
23292.015228/2017-18	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 15 dias 10.520/02 art. 7º
23292.015228/2017-18	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 15 dias 10.520/02 art. 7º
23292.014125/2016-50	Arquivado aplicação de advertência
23292.014134/2016-41	Arquivado aplicação de advertência
23292.014134/2016-41	Arquivado aplicação de advertência
23292.014125/2016-50	Arquivado aplicação de advertência
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.009591/2016-13	Arquivado aplicação de multa R\$ 5.788,95 impedimento de licitar por 365 dias / até 12/09/2017
23292.015245/2017-55	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 10.520/02 Art. 7º
23292.015245/2017-55	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 10.520/02 Art. 7º

23292.015245/2017-55	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 10.520/02 Art. 7º
23292.015245/2017-55	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 10.520/02 Art. 7º
23292.015245/2017-55	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 10.520/02 Art. 7º
23292.015245/2017-55	Arquivado aplicação de impedimento de licitar por 18 meses 10.520/02 Art. 7º
23292.014529/2016-43	Arquivado aplicação de advertência e multa R\$ 3.432,00
23292.014529/2016-43	Arquivado aplicação de advertência e multa R\$ 3.432,00
23292.014524/2016-11	Arquivado aplicação de advertência e multa R\$ 4.819,80
23292.014524/2016-11	Arquivado aplicação de advertência e multa R\$ 4.819,80
23292.001500/2017-82	Arquivado aplicação de multa R\$2.196,00 impedimento de licitar por 30 dias
23292.001500/2017-82	Arquivado aplicação de multa R\$2.196,00 impedimento de licitar por 30 dias
23292.022590/2016-64	Arquivado aplicação de multa R\$2.669,00 impedimento de licitar por 30 dias
23292.045542/2017-25	I. advertência; multa R\$2.260,52
23292.050105/2017-23	Impedimento de licitar e contratar com a união pelo prazo de 12 (doze) meses
23292.050287/2017-32	Impedimento de licitar e contratar com a união pelo prazo de 02 (dois) meses
23292.044147/2017-25	I. advertência; multa R\$47.237,84
23292.053376/2017-31	Impedimento de licitar e contratar com a união pelo prazo de 02 (dois) meses
23292.0510422017-22	Advertência
23292.051711/2017-66	Impedimento de licitar e contratar com a união pelo prazo de 02 (dois) meses
23292.0530842017-06	Impedimento de licitar e contratar com a união pelo prazo de 02 (dois) meses

Fonte: Proad

Destaca-se que foram instaurados 24 (vinte e quatro) processos de aplicação de multas por descumprimento de obrigações contratuais, salientamos que as multas aplicadas culminam na geração de documentos de GRU as quais são enviadas para pagamento pelas empresas.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Ocorreram, durante o ano de 2017, pontuais atrasos nos repasses financeiros ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Por interesse público. Com o objetivo de manter o funcionamento da Instituição sem prejuízo das atividades pedagógicas, foi priorizado o pagamento dos contratos continuados de energia elétrica, fornecimento de água, limpeza e conservação, segurança e vigilância, e demais contratos continuados. Além disso, considerando a situação de vulnerabilidade dos estudantes do Instituto, também foi priorizado o pagamento das bolsas de assistência estudantil. Portanto, de forma geral o Instituto cumpriu com o cronograma de pagamentos disposto na lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Todos os contratos abrangidos pelo Acórdão nº 2859-2013 - TCU foram revisados em exercícios anteriores à 2017, conforme informações a seguir:

a) Trinta e dois contratos foram submetidos à análise contábil, em cumprimento aos termos do Ofício - circular AECI/GM-MEC/nº 002/2014 e em cumprimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2859/2013 - TCU que versa sobre a obrigatoriedade da revisão dos contratos firmados com

empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior. Os contratos remetidos à Coordenadoria de Contabilidade enquadravam-se nas hipóteses do Art. 7º da Lei 12.546/2011.

b) Foram analisados 32 contratos, para oito houve a emissão de GRU para o recolhimento de valores pagos a maior em contratos encerrados, e emissão de Termo de supressão em contratos em andamento. Cabe esclarecer também que os contratos foram submetidos à análise jurídica da PGF/AGU, para verificação da legalidade do Parecer Técnico Contábil referente à desoneração decorrente do Plano Brasil Maior.

Quadro 68 - Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Contrato nº	Nome do Contratado	CNPJ	UG	Objeto e enquadramento nas hipóteses do art. 7 da Lei nº 12.546/2011	Valor original	Valor economizado (se for o caso)	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
001/2013	Construtora L.G LTDA	04.363.882/0001-00	158516	Art. 7º, IV - Construção do Câmpus Garopaba do IFSC	R\$ 6.186.347,87	-	16/01/13	10/07/14	Não cabe desoneração
016/2013	DIMENZO ENGENHARIA LTDA	02.084.677/0001-80	158516	Art. 7º, IV - Construção do Câmpus São Carlos do IFSC	R\$ 60.697,01	-	27/07/13	27/07/15	Não cabe desoneração
177/2012	CAMILO & GHISI LTDA	00.070.414/0001-97	158516	Art. 7º, IV - Construção do Blocos IV e V do Câmpus Araranguá do IFSC	R\$ 3.222.220,35	-	07/01/13	03/12/13	Não cabe desoneração
178/2012	MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP	10.738.687/0001-10	158516	Art. 7º, IV - Reforma do Ginásio do Câmpus Florianópolis do IFSC	R\$ 320.000,00	R\$ 836,67	07/01/13	04/10/13	GRU paga - contrato já encerrado
074/2013	CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA	79.682.852/0001-66	158516	Art. 7º, IV - Construção do Câmpus Tubarão do IFSC	R\$ 3.002.865,24	-	19/07/13	19/10/14	Não cabe desoneração
065/2013	VILSON ALTIVO TORRES FENNER - EPP	75.222.836/0001-30	158516	Art. 7º, IV - Construção do Bloco II do Câmpus Caçador do IFSC	R\$ 7.298.500,00	R\$ 219.035,11	18/07/13	18/01/15	Tramitação judicial
136/2013	ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	03.430.585/0001-78	158516	Art. 7º, IV - Reforma do Câmpus Florianópolis - Continente do IFSC	R\$ 7.110.331,62	-	25/10/15	19/10/16	Não cabe desoneração
137/2013	SIFRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	05.927.226/0001-56	158516	Art. 7º, IV - Reforma do Câmpus Jaraguá do Sul do IFSC	R\$ 184.002,00	R\$ 6.513,35	04/11/13	03/05/14	GRU paga - contrato já encerrado
142/2013	CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP	03.064.330/0001-39	158516	Art. 7º, IV - Restruturação da Rede e instalações elétricas, comunicação e prevenção contra incêndio da Reitoria do IFSC	R\$ 94.330,00	-	06/04/14	26/04/14	Não cabe desoneração
144/2013	TECNO PONTO LTDA EPP	00.897.750/0001-08	158516	Art. 7º, IV - Instalação do sistema de exaustão do Câmpus Araranguá do IFSC	R\$ 104.100,00	-	06/01/14	07/06/14	Não cabe desoneração
147/2013	CAMILO & GHISI LTDA	00.070.414/0001-97	158516	Art. 7º, IV - Construção do Bloco II do Câmpus Urupema do IFSC	R\$ 4.965.513,15	R\$ 135.648,35	09/12/13	04/03/15	Tramitação judicial

Contrato nº	Nome do Contratado	CNPJ	UG	Objeto e enquadramento nas hipóteses do art. 7 da Lei nº 12.546/2011	Valor original	Valor economizado (se for o caso)	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
148/2013	DIMENZO ENGENHARIA LTDA - EPP	02.846.677/0001-80	158516	Art. 7º, IV - Construção da Portaria, Muro, cercas e iluminação externa do Câmpus Chapecó do IFSC	R\$ 417.023,76	R\$ 13.815,39	09/12/13	08/05/14	Desconto na nota autorizado em 23/06/2014
149/2013	SIQUEIRA E SOUZA LTDA EPP	00.960.027/0001-26	158516	Art. 7º, IV - Cabeamento estruturado do Bloco Central do Câmpus Florianópolis do IFSC	R\$ 542.264,67	R\$ 8.250,40	09/12/13	05/09/14	Termo Aditivo emitido em 25/06/2014
150/2013	RS AR CONDICIONADO LTDA	05.956.725/0002-52	158516	Art. 7º, IV - Climatização do Câmpus Florianópolis do IFSC	R\$ 1.297.556,65	-	09/12/13	05/09/14	Desoneração desvantajosa
151/2013	SUPREMA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA	02.270.918/0001-86	158516	Art. 7º, IV - Instalações Elétricas Bloco Central do Câmpus Florianópolis do IFSC	R\$ 301.718,57	R\$ 1.014,16	09/12/13	08/05/14	GRU paga - contrato já encerrado
152/2013	INTERACT SOLUTIONS LTDA EPP	03.339.370/0001-46	158516	Art. 7º, I - Suporte e manutenção <i>software</i> Sistema AS Câmpus Joinville do IFSC	R\$ 96.258,72	-	16/12/13	16/12/14	Não cabe desoneração
005/2014	DIMENZO ENGENHARIA LTDA - EPP	02.084.677/0001-80	158516	Art. 7º, IV - Urbanização do Câmpus São Carlos do IFSC	R\$ 2.534.415,34	R\$ 54.350,49	20/02/14	16/08/14	Termo Aditivo emitido em 14/07/2014
046/2013	INSIDE SYSTEM INFORMÁTICA LTDA	37.135.779/0001-62	158516	Art. 7º, I - Suporte e manutenção e migração do <i>software</i> Forms and Reports	R\$ 182.617,00	-	12/06/13	16/06/14	Não cabe desoneração
014/2012	OPENCADD ADVANCED TECHNOLOGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	60.455.193/0001-05	158516	Art. 7º, I - Licença do <i>software</i> MatLab e Simulink	R\$ 40.754,00	-	28/01/12	27/01/15	Não cabe desoneração
028/2013	NP EVENTOS E SERVIÇOS LTDA	07.797.967/0001-95	158516	Art. 7º, I - Licença do <i>software</i> MatLab e Simulink	R\$ 63.920,00	-	25/02/13	25/02/15	Não cabe desoneração
038/2013	SKA AUTOMAÇÃO DE ENGENHARIAS LTDA.	81.329.823/0001-67	158516	Art. 7º, §2º - Aquisição de licença do <i>software</i> SolidWorks	R\$ 22.255,00	-	22/05/13	22/05/14	Não cabe desoneração
039/2013	SKA AUTOMAÇÃO DE ENGENHARIAS LTDA.	81.329.823/0001-67	158516	Art. 7º, §2º - Aquisição de Licença do <i>software</i> SolidWorks	R\$ 18.222,00	-	22/05/13	22/05/14	Não cabe desoneração
096/2012	FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES (FUNABRE)	20.320.503/0001-51	158516	Art. 7º, I - Serviço de liberação de acesso ao Sistema Financiar	R\$ 16.393,27	-	03/09/12	03/09/14	Não cabe desoneração

Contrato nº	Nome do Contratado	CNPJ	UG	Objeto e enquadramento nas hipóteses do art. 7 da Lei nº 12.546/2011	Valor original	Valor economizado (se for o caso)	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
181/2011	VOXY-SC LTDA	08.600.952/0001-58	158516	Art. 7º, §2º - Atualização e manutenção do <i>software Misterchef</i>	R\$ 9.591,00	-	21/12/11	20/12/14	Não cabe desoneração
183/2012	SKA AUTOMAÇÃO DE ENGENHARIAS LTDA.	81.329.823/0001-67	158516	Art. 7º, §2º - Aquisição de Licença do <i>software SolidWorks</i>	R\$ 22.255,00	-	22/01/13	22/05/14	Não cabe desoneração
186/2011	PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA	69.112.514/0001-35	158516	Art. 7º, §2º - Aquisição de Licença do <i>software</i> Sistema Sophia	R\$ 35.745,60	-	24/01/12	26/12/14	Não cabe desoneração
066/2013	SIG SOFTWARE & CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	13.406.686/0001-67	158516	Art. 7º, I - Aquisição, instalação, adequação e monitoramento do Sistema de Gestão da Informação - SIG	R\$ 42.475,00	-	10/07/13	08/07/14	Não cabe desoneração
085/2013	AUDACES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA	85.236.743/0001-18	158516	Art. 7º, §2º - Serviço de suporte e atualização do <i>software</i> CAD	R\$ 20.160,00	-	15/08/13	15/08/14	Não cabe desoneração
109/2013	G&G AUTOMAÇÃO LTDA	11.767.097/0001-89	158516	Art. 7º, §2º - Instalação do <i>software</i> Simulador CNC para o Câmpus	R\$ 119.199,47	-	02/09/13	02/09/14	Não cabe desoneração
157/2013	ANACOM ELETRONICA LTDA	64.772.163/0001-75	158516	Art. 7º, §2º - Aquisição de Licença e suporte técnico do <i>software</i> Protheus	R\$ 249.958,80	-	22/12/13	23/12/14	Não cabe desoneração
081/2012	REI ENGENHARIA LTDA	07.277.570/0001-72	158516	Art. 7º, IV - Construção do Blocos VI do Câmpus Araranguá do IFSC	R\$ 1.455.446,36	-	13/07/12	20/09/13	Não cabe desoneração
141/2013	EMSERV - EMPRESA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-ME	10.535.063/0001-04	158516	Art. 7º, IV - Alimentação Elétrica de Ar Condicionado do Câmpus Gaspar	R\$ 117.998,00	-	18/11/13	16/02/14	Não cabe desoneração

Fonte: Proad

7.6 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Todos os contratos abrangidos pelo Acórdão nº 2859-2013 - TCU foram revisados em exercícios anteriores à 2017, conforme informações a seguir:

- a) Trinta e dois contratos foram submetidos à análise contábil, em cumprimento aos termos do Ofício - circular AECI/GM-MEC/no 002/2014 e em cumprimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2859/2013 - TCU que versa sobre a obrigatoriedade da revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior. Os contratos remetidos à Coordenadoria de Contabilidade enquadravam-se nas hipóteses do Art. 7º da Lei 12.546/2011.
- b) Foram analisados 32 contratos e para 8 houve a emissão de GRU para o recolhimento de valores pagos a mais em contratos encerrados, e emissão de Termo de supressão em contratos em andamento. Cabe esclarecer também que os contratos foram submetidos à análise jurídica da PGF/AGU, para verificação da legalidade do Parecer Técnico Contábil referente à desoneração decorrente do Plano Brasil Maior.

7.7 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 69 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0	0
Legal	Contrato EBC. Não fiscalizado pela Dircom. Devem entrar apenas os gastos referentes às publicações em jornais de circulação.	0	0
Mercadológica	-	0	0
Utilidade pública	2080 / 20RL	R\$ 371.779,26	R\$ 296.932,01

Fonte: Dircom

7.8 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Em atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005 concernente à obrigatoriedade de oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) de forma curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, informamos:

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), oferta os seguintes cursos de formação de professores:

- Licenciatura em Física - Câmpus Araranguá;
- Licenciatura em Física - Câmpus Jaraguá do Sul;
- Licenciatura em Química - Câmpus Criciúma;
- Licenciatura em Química - Câmpus São José; e
- Licenciatura em Pedagogia Bilíngue Libras/Português - Câmpus Palhoça Bilíngue.

A disciplina de Libras está alocada, nesses cursos, nos seguintes módulos:

Quadro 70 - oferta de LIBRAS em cursos de graduação

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Licenciatura em Física	1102818	Araranguá	Sim. Módulo 1 - Libras I com 40 h. Conta ainda com Libras II, com 40 h, como optativa.	Dados do curso aqui . Guia de Cursos aqui . Guia de Cursos - portal antigo* - aqui . PPC baixar arquivo em** - aqui . Biblioteca aqui . Documentos norteadores Institucionais aqui . Direcionados aos estudantes aqui .
Licenciatura em Física	1102901	Jaraguá do Sul	Sim. Módulo 6 - Libras com 40 h. Conta ainda com Libras II, 40 h, como optativa.	Dados do curso aqui . Guia de Cursos aqui . Guia de Cursos - portal antigo* - aqui . PPC baixar arquivo em** - aqui . Biblioteca aqui . Documentos norteadores Institucionais aqui . Direcionados aos estudantes aqui .
Licenciatura em Química	1102978	São José	Sim. Módulo 9 - Libras I com 40 h.	Dados do curso aqui . Guia de Cursos aqui . Guia de Cursos - portal antigo* - aqui . PPC baixar arquivo em** - aqui . Biblioteca aqui . Documentos norteadores Institucionais aqui . Direcionados aos estudantes aqui .
Licenciatura em Química	1338270	Criciúma	Sim. Módulo 6 - Libras I com 40 h.	Dados do curso aqui . Guia de Cursos aqui . Guia de Cursos - portal antigo* - aqui . PPC baixar arquivo aqui . Biblioteca aqui . Documentos norteadores Institucionais aqui . Direcionados aos estudantes aqui .
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue Libras/Português	378999	Palhoça	Sim***. Fases de I a VII - Libras I: cultura identidade e diferença, 40 h; Libras II: infâncias e aprendizagem, subjetividades, 60 h; Libras III: linguagens e visualidade, 60 h;	Dados do curso aqui . Guia de Cursos aqui . Guia de Cursos - portal antigo* - aqui .

			<p>Libras IV: projetos interdisciplinares, 60 h; Libras V: políticas e gestão, 40 h; Libras VI: didáticas e metodologias educação infantil, 60 h; Libras VII: didáticas e metodologias para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 40 h.</p>	<p>PPC baixar arquivo em**: - aqui. Biblioteca aqui. Documentos norteadores Institucionais aqui. Direcionados aos estudantes aqui.</p>
--	--	--	---	---

* Portal Antigo: O IFSC fez alteração do Portal Institucional em 14 de fevereiro de 2018, migrando as informações e dados. Por estar em período de transição, entende-se como prudente apresentar ambos acessos. O novo portal está sendo complementado e ajustado de acordo com a regulamentação exigida, nesse período, o portal antigo permanece no ar para acesso público.

** As páginas referenciadas têm acesso ao Projeto Político Pedagógico dos cursos, na parte inferior da página, opção “baixar arquivo”.

*** As aulas são ministradas em libras pois os professores são bilíngues. Há também as disciplinas optativas de libras em todos semestres para aqueles que precisam se aprofundar, sendo Libras I, II, III, IV, V e VI. As unidades curriculares de Português como Segunda Língua (I, II, III, IV, V e VI) são ofertadas de modo optativo a estudantes surdos com vistas ao desenvolvimento dessa área, considerando as especificidades do público surdo.

Fonte: Proen

Informamos que atendendo ao disposto nos parágrafos 1º do art. 32 da Portaria Normativa MEC 40/2007, o IFSC orientou todos os câmpus para o cumprimento desta normativa: afixar em mural próprio do curso todas as informações e também neste [endereço eletrônico](#). Com o novo Portal, o IFSC está trabalhando de acordo com a Portaria Normativa MEC 40/2007, mantendo integração entre informações disponíveis neste [site](#) e na página do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, facilitando o acesso à informação. O atendimento à referenciada portaria também é realizada com informativos físicos, na Secretaria dos Câmpus e Bibliotecas, como solicitado. Os documentos institucionais como Estatuto, Regimento Geral e Regulamento Didático Pedagógico estão disponíveis na página institucional (vide [aqui](#) e [aqui](#)). O [Guia do Estudante](#), por vezes disponibilizado em formato físico aos ingressantes, traz um reforço quanto aos documentos orientadores e normativas institucionais.

As informações relacionadas à biblioteca, entre elas consulta ao acervo, renovação do acervo, reservas, informações sobre penalidades, estão disponibilizadas no [site da instituição](#), incluindo informações sobre acessos ao Portal da Capes, normas da ABNT e horários de funcionamento. Os câmpus também têm informações sobre acervo e biblioteca nas páginas dos câmpus, dentro da aba “Ensino > Biblioteca”, ou pelo [sítio coletivo de pesquisa](#), onde o estudante tem acesso ao acervo da instituição. Todos os Projetos Pedagógicos de Cursos até 2016, estão disponíveis na página do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), publicados [aqui](#). Os projetos de 2017 em diante, estão disponíveis para consulta, junto as resoluções de criação e autorização de oferta na página pública de Resoluções do [Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos do IFSC](#). Para acessar, no campo de busca, deve-se registrar colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão, seguido do nome do curso pretendido, caso anseie um curso específico.

8 ANEXOS E APÊNDICES

Não há anexos nem apêndices.

9 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

9.1 ROL DE RESPONSÁVEIS

Quadro 71 - Rol dos Responsáveis de 2017

Rol dos Responsáveis - Última Atualização 15/08/2017						
Nome	Atividade	Complemento	Titular Suplente	Cargo de Direção Função	Portaria Nomeação Designação	Portaria Exoneração Dispensa
MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER	Ordenador de despesa	Reitoria	T	Reitora	Decreto de 15/12/2011 - D.O.U 16/12/2011	
SILVANA ROSA LISBOA DE SÁ	Ordenador de despesa	Reitoria	1º Substituto	Diretora Executiva	1861 - 30/11/2011 - D.O.U 01/12/2011	
ANDREI ZWETSCH CAVALHEIRO	Ordenador de despesa	Reitoria	2º Substituto	Pró-reitor	972 - 26/07/2012 - D.O.U 31/07/2012	
MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER	Dirigente máximo da UG que apresenta as contas	Reitoria	T	Reitora	Decreto de 15/12/2011 - D.O.U 16/12/2011	
SILVANA ROSA LISBOA DE SÁ	Dirigente máximo da UG que apresenta as contas	Reitoria	1º Substituto	Diretora Executiva	1861 - 30/11/2011 - D.O.U 01/12/2011	
ANDREI ZWETSCH CAVALHEIRO	Dirigente máximo da UG que apresenta as contas	Reitoria	2º Substituto	Pró-reitor	972 - 26/07/2012 - D.O.U 31/07/2012	
DANIEL ELIAS BECKER	Responsável pela conformidade contábil	Reitoria	T	Diretor de Administração	448 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
SUELI FARIAS KIELING	Responsável pela conformidade contábil	Reitoria	S	Contador	Não teve portaria	
JOÃO LÚCIO DA COSTA BARACUHY SOBRINHO	Responsável pelo almoxarifado e bens de estoque	Reitoria	T	Coordenador Almoxarifado e Patrimônio	1164 - 31/03/2016 - D.O.U 01/04/2016	
JOSÉ ROBERTO MURARA	Responsável pelo almoxarifado e bens de estoque	Reitoria	S	Diretor de Administração	807 - 29/02/2016	

JOSÉ CARLOS DE MATTOS	Gestor de licitações	Reitoria	T	Chefe Compras	143 - 13/02/2013 - D.O.U 14/02/2013
ÁDILA MÁRCIA ANTUNES DA SILVA DA ROSA	Gestor de licitações	Reitoria	S	Chefe Contratos	342 - 12/03/2012
JOÃO LÚCIO DA COSTA BARACUHY SOBRINHO	Responsável pela gestão do patrimônio e bens móveis	Reitoria	T	Coordenador Almoxarifado e Patrimônio	1164 - 31/03/2016 - D.O.U 01/04/2016
JOSÉ ROBERTO MURARA	Responsável pelo almoxarifado e bens de estoque	Reitoria	S	Diretor de Administração	807 - 29/02/2016
ANDREI ZWETSCH CAVALHEIRO	Ordenador de despesa por delegação de competência	Reitoria	T	Pró-reitor	1863 - 31/11/2011 - D.O.U 01/12/2011
ALINE HEINZ BELO	Ordenador de despesa por delegação de competência	Reitoria	T	Pró-reitor	1160 - 31/03/2016 - D.O.U 01/04/2016
LUIZ OTÁVIO CABRAL	Ordenador de despesa por delegação de competência	Reitoria	T	Pró-reitor	480 - 01/02/2016 - D.O.U 02/02/2016
MARIA CLAUDIA DE ALMEIDA CASTRO	Ordenador de despesa por delegação de competência	Reitoria	T	Pró-reitor	480 - 01/02/2016 - D.O.U 02/02/2016
CLODOALDO MACHADO	Ordenador de despesa por delegação de competência	Reitoria	T	Pró-reitor	480 - 01/02/2016 - D.O.U 02/02/2016
ALINE HEINZ BELO	Gerente de programa	Reitoria	T	Pró-reitor	1160 - 31/03/2016 - D.O.U 01/04/2016
DANIEL ELIAS BECKER	Gerente de programa	Reitoria	S	Chefe DOF	448 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016
JOSÉ ROBERTO MURARA	Gerente de programa	Reitoria	S	Diretor de Administração	807 - 29/02/2016
DANIEL ELIAS BECKER	Gerente de programa	Reitoria	S	Chefe DOF	448 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016
JOSÉ ROBERTO MURARA	Gerente de programa	Reitoria	S	Diretor de Administração	807 - 29/02/2016
MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER	Membro de conselho deliberativo	Presidente	T	Reitora	Decreto de 15/12/2011 - D.O.U 16/12/2011

SILVANA ROSA LISBOA DE SÁ	Membro de conselho deliberativo	Presidente	S	Diretora Executiva	1861- 30/11/2011 - D.O.U 01/12/2011	
MARCELO MACHADO FERES	Responsável aprovação plano de trabalho	Setec - MEC	T	Secretário da Setec	431 - 02/03/15 - D.O.U 03/03/15	
MARCELO MACHADO FERES	Responsável aprovação prestação de contas	Setec - MEC	T	Secretário da Setec	431 - 02/03/15 - D.O.U 03/03/15	
DANIEL FERRAZ DE GODOY	Membro de conselho deliberativo	Representante do MEC	T	Conselheiro	1064 - 20/04/2017	
DANIEL FERRAZ DE GODOY	Membro de conselho deliberativo	Representante do MEC	S	Conselheiro	486 - 20/02/2017	1064 - 20/04/2017
GESUÍNA DE FÁTIMA ELIAS LECLERC	Membro de conselho deliberativo	Representante do MEC	S	Conselheiro	1064 - 20/04/2017	
CAMILA GUIMARÃES	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	T	Conselheiro	2427 - 24/08/2016	2219 - 10/08/2017
DANIEL AUGUSTIN PEREIRA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	T	Conselheiro	2428 - 24/08/2016	
DIOGO MELCHER DOS SANTOS	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	T	Conselheiro	2429 - 24/08/2016	
FABRÍCIO SPRICIGO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	T	Conselheiro	2430 - 24/08/2016	
DÉLCIO VIEIRA NETO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	T	Conselheiro	2219 - 10/08/2017	
RAPHAEL VIEIRA GOMES COSTA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	T	Conselheiro	2960 - 17/10/2016	
ANDRÉIA WILLRICH	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	S	Conselheiro	2431 - 24/08/2016	
DANIELI ARSEGO ORO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	S	Conselheiro	2432 - 24/08/2016	
DÉLCIO VIEIRA NETO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	S	Conselheiro	2433 - 24/08/2016	2219-10/08/2017
RAFAEL JOSÉ PITZ	Membro de conselho deliberativo	Repr. Tec. Adm. IFSC	S	Conselheiro	2434 - 24/08/2016	

EDNA CORREA BATISTOTTI	Membro de conselho deliberativo	Repr. SED	T	Conselheiro	1340 - 27/06/2014	
RAMIRO MARINHO COSTA	Membro de conselho deliberativo	Repr. SED	S	Conselheiro	1340 - 27/06/2014	
FABRÍCIO DE SOUZA ALBINO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Nova Central Sindical SC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
ADAUARI ADUCI PEREIRA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Nova Central Sindical SC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
TARCÍSIO SCHMITT	Membro de conselho deliberativo	Repr. FHOESC	T	Conselheiro	2561 - 08/09/2016	
ESTANISLAU EMÍLIO BRESOLIN	Membro de conselho deliberativo	Repr. FHOESC	S	Conselheiro	2561 - 08/09/2016	
SÉRGIO LUIZ GARGIONI	Membro de conselho deliberativo	Repr. Fapesc	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
MÁRIO ANGELO VIDOR	Membro de conselho deliberativo	Repr. Fapesc	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
JÚLIO MACHADO CORREA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Egressos	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
LETICIA TEIXEIRA CORREIA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Egressos	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
NILTON JOSÉ COELHO NETO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Egressos	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
PATRICK PIROLO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Egressos	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
AILTON DURIGON	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
BENJAMIM TEIXEIRA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
MARCO ANTÔNIO VEZZANI	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
MAURÍCIO GARIBA JÚNIOR	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	

RENATA WALESKA DE SOUSA PIMENTA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
FELIPE SILVEIRA DE SOUZA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
GUILHERME BABO SEDLACEK	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
JOÃO VÍTOR NUNES LEAL	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
LUIS CARLOS MARTINHAGO SCHLICHTING	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
MATHIAS ALBERTO SCHRAMM	Membro de conselho deliberativo	Repr. Docentes IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
ADEMIR GOULART	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
DAIANA ALVES MACHADO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
EDEMILSON DA SILVA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
JOSÉ LUIZ AQUINO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
LUCAS XAVIER NEVES	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
CLÁUDIO NEVES SANTOS	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
CLÓVIS KUHN	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
FILIPE KUHNEN	Membro de conselho deliberativo	Repr. Discentes IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
ANA PAULA KUCZMYNDA DA SILVEIRA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
EDUARDO NASCIMENTO PIRES	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	

MIRTES LIA PEREIRA BARBOSA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
ROSÂNGELA G. P. COELHO DA CRUZ	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
SAUL SILVA CAETANO	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
ANDRÉA MARTINS ANDUJAR	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
ILCA MARIA FERRARI GHIGGI	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
JAISON VIEIRA DA MAIA	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
LUCAS DOMINGUINI	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI	Membro de conselho deliberativo	Repr. Diretores gerais IFSC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
PAULO HENRIQUE OLIVEIRA PORTO DE AMORIM	Membro de conselho deliberativo	Repr. CSP-Conlutas SC	T	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
MARIVAL COAN	Membro de conselho deliberativo	Repr. CSP-Conlutas SC	S	Conselheiro	2426 - 24/08/2016	
JUSSARA CARDOSO SILVA	Membro de conselho deliberativo	Repr; MEC	T	Conselheiro	3191 - 23/11/2016	1064-20/04/2017
ALCIDES MILITÃO DOS SANTOS JÚNIOR	Membro de conselho deliberativo	Repr; MEC	S	Conselheiro	3191 - 23/11/2016	486 - 20/02/2017
JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES	Membro de conselho deliberativo	Repr; FIESC	T	Conselheiro	3391 - 14/12/2016	
MAURÍCIO CAPPRA PAULETTI	Membro de conselho deliberativo	Rep. FIESC	S	Conselheiro	3391 - 14/12/2016	
ROSÂNGELA G. P. COELHO DA CRUZ	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Xanxerê	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
MARCOS ROBERTO DOBLER STROSCHEN	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Urupema	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	

CONSUELO APARECIDA SIELSKI SANTOS	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Tubarão	T	Diretor-geral	3423 - 16/12/2016 - D.O.U 19/12/2016	
DIEGO ALBINO MARTINS	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus São Miguel do Oeste	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
SAUL SILVA CAETANO	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus São José	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
JUAREZ PONTES	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus São Carlos	T	Diretor-geral	283 - 01/03/2013 - D.O.U 04/03/2013	
CARMEM CRISTINA BECK	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Palhoça Bilingue	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
THIAGO MENEGHEL RODRIGUES	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Lages	T	Diretor-geral	506 - 03/02/2016 - D.O.U 04/02/2016	
VALTER VANDER DE OLIVEIRA	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Joinville	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
EDUARDO EVANGELISTA	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Jaraguá do Sul Rau	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
JAISON VIEIRA DA MAIA	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Jaraguá do Sul	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
CARLOS ALBERTO SOUZA	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Itajaí	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
ANA PAULA KUCZMYNDA DA SILVEIRA	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Gaspar	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
SABRINA MORO VILLELA PACHECO	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Garopaba	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
CAIO ALEXANDRE MARTINI MONTI	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Florianópolis Continente	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
ANDRÉA MARTINS ANDUJAR	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Florianópolis	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
LUCAS DOMINGUINI	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Criciúma	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	

ILCA MARIA FERRARI GHIGGI	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Chapecó	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Canoinhas	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
EDUARDO NASCIMENTO PIRES	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Caçador	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	
MIRTES LIA PEREIRA BARBOSA	Ordenador de despesa por delegação de competência	Câmpus Araranguá	T	Diretor-geral	471 - 29/01/2016 - D.O.U 01/02/2016	

Fonte: Gabinete da Reitoria

10 PARECER OU RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

10.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório tem como objetivo atender a Decisão Normativa TCU nº 161 de 01 de novembro de 2017, a Decisão Normativa nº 163 de 06 de dezembro de 2017, a Instrução Normativa TCU nº 63 de 01 de setembro de 2010 e alterações, bem como os princípios que regem os aspectos de controle interno e da Administração Pública e as orientações do TCU para elaboração do Relatório e/ou Parecer da Unidade de Auditoria Interna e elaboração do Relatório de Gestão, disponibilizadas por meio do Sistema e-Contas. Este documento visa a atender, ainda, o decreto nº 3.591/2000, que exige o parecer das Unidades de Auditoria Internas da Administração Indireta do Poder Executivo Federal, nos processos de prestação de contas anuais.

Observa-se que, em conformidade com a Decisão Normativa TCU 163/2017, anexo I, os responsáveis pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina terão as contas do exercício de 2017, julgadas pelo TCU.

10.1.1 Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes.

O IFSC tem objetivos e metas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015 - 2019 no entanto, não é realizada uma gestão de riscos de forma a minimizar os riscos relacionados aos processos relevantes para a Instituição

A Unidade de Auditoria Interna, considerando os trabalhos realizados no exercício de 2017, observou que o IFSC tem um ambiente interno pautado na importância dos controles internos e possui boas práticas relacionadas ao tema.

Contudo, diante da pluralidade de câmpus e servidores envolvidos, alguns processos que embora tenham rito formalizado pela reitoria, são trabalhados de forma distinta por alguns câmpus, o que sugere que os controles internos devem ser fortalecidos de forma a cumprir os objetivos e manter a identidade Institucional.

Destarte que os controles internos, no âmbito do IFSC, vêm passando de forma lenta e gradativa por um processo de reestruturação e aperfeiçoamento. Pode-se verificar considerável evolução, mas, ainda persiste no IFSC, ausência dos macroprocessos, processos e subprocessos devidamente definidos e formalizados, matriz de risco, em alguns setores carência de capacitação, uniformidade de procedimentos, manuais, rotinas, fluxogramas, normativas e sistemáticas de controle, o que dificulta a governança e mitigação dos riscos, para propiciar ao gestor a garantia e tranquilidade de que suas ações estão de acordo com as boas práticas da administração pública.

10.1.1.1 Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis

No tocante aos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis, a Unidade de Auditoria Interna se abstém de dar uma opinião, uma vez que não realizou ações objetivas em 2017 para avaliar esses controles.

10.1.2 Monitoramento das recomendações

A Instituição não mantém uma rotina de acompanhamento e implementação das recomendações da auditoria interna. Em geral, após a emissão do relatório de auditoria, os dirigentes encaminham as demandas aos setores responsáveis pela implementação, que nas situações mais específicas atendem de imediato e nas situações onde envolvem colegiados e

decisões mais complexas, as recomendações tendem a demorar para serem implementadas ou então a gestão assume o risco de não implementá-las.

A Unai, por sua vez, iniciou a implantação de um sistema para auxiliar no monitoramento das recomendações. O sistema adquirido pela gestão conta com um módulo de auditoria, que contém, dentre outras funcionalidades, o monitoramento de forma sistemática não só das recomendações da Unai, mas também da CGU e do TCU. Contudo, o sistema está em fase de testes, e em 2018 pretende-se implementá-lo definitivamente.

10.1.2.1 Sistemática e sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

A adoção de sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios da atuação da auditoria interna ganhou força com a publicação da recente IN nº 03/2017/MTCGU que aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. No âmbito da Unidade de Auditoria Interna do IFSC, esse monitoramento não é realizado, embora já tenha havido estudos preliminares para a sua implantação.

10.1.3 Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade

No Paint/2017 foram programadas atividades de auditoria operacional nas áreas de gestão de recursos humanos onde foi avaliado o processo de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), na área patrimonial foi avaliado o controle e a gestão do patrimônio e, na área finalística, a assistência estudantil. Foram programadas também, ações nas áreas de gestão de riscos, editais EAD e Transparência.

Foram previstas ainda, dentre outras atividades discriminadas no Anexo I do Paint/2017, a elaboração de Programas de Auditoria nas supracitadas áreas e respectivos Questionários de Avaliação dos Controles Internos (Qacis), bem como, o Plano de Capacitação da equipe de auditores.

Devido a afastamentos para tratamento de saúde, licença gestante e licença para capacitação, a carga horária prevista foi reduzida em pelo menos 33%, sendo assim, não foi possível cumprir integralmente o planejado, contudo, mesmo com esses fatores imprevistos, a Unai concluiu 90% do Paint/2017.

Como trabalhos mais relevantes, é possível citar três grandes ações que demandaram o maior tempo e atingiram todos os câmpus do IFSC.

Na área de Gestão de Pessoas, a atividade realizada nos processos de Reconhecimento de Saberes e Competência revelou que o IFSC tem um bom controle sobre o processo interno, porém apresenta algumas fragilidades (constatações) no parecer emitido pela comissão constituída para avaliar a pontuação.

Para a Unai, a comissão especial deve emitir um parecer final mais robusto, onde sejam apresentados os critérios, as justificativas e as assinaturas de cada membro da banca e não se manifestar somente quando da existência de divergência entre a pontuação requerida e a pontuação deferida pela banca.

Na área de gestão patrimonial, a Unai realizou um trabalho que teve por objetivo principal avaliar os controles internos relativos aos procedimentos operacionais na Área de Gestão Patrimonial, Subárea Gestão de bens móveis.

Com o término dos trabalhos, a Unai conclui que, apesar dos esforços dos agentes envolvidos na gestão administrativa do IFSC, com o início dos mapeamentos dos processos das principais atividades do controle patrimonial e a adoção de alguns poucos normativos, verificou-se a existência de fragilidades que podem impactar negativamente o resultado da economicidade,

eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Instituição e consequentemente dos sistemas administrativos e operacionais que necessitam do suporte dos setores patrimoniais para atingir os seus objetivos.

Observou-se que, dos 22 câmpus auditados, um não realizou o inventário físico anual de bens, um realizou inventário físico anual de bens por amostragem, sendo portanto inócuo, e todos demais não conseguiram executar as providências para a correção e/ou ajuste dos registros de controle patrimonial dentro do exercício subsequente a da realização dos inventários.

Destaca-se, dentre as fragilidades apontadas nos achados de auditoria, a ausência da depreciação dos bens móveis da Instituição. Conforme consulta ao Siafi Tesouro Gerencial, o valor do ativo imobilizado na data de 30/11/2017 dos bens móveis do IFSC era de **R\$ 169.761.578,44**, sem a incidência da depreciação dos valores dos bens. Dessa forma, os valores reais dos bens da Instituição não correspondem a realidade de seu saldo contábil e geram distorções relevantes no Balanço Patrimonial da Instituição e, consequentemente, no Balanço Geral da União.

E na área finalística, cujo objeto de trabalho foi o programa de assistência estudantil, foi realizado trabalho com o objetivo de avaliar a adequabilidade dos mecanismos de controles internos administrativos nas fases de planejamento, execução, controle e avaliação do Programa de Assistência Estudantil do IFSC.

Os resultados do trabalho revelaram que, embora o IFSC tenha criado diversos procedimentos para seleção dos beneficiados e sistemas que auxiliam na gestão do programa, não há um controle tempestivo sobre os critérios de contrapartida para manutenção do benefício. Constatamos casos em que o estudante não teve a frequência suficiente ou desempenho satisfatório e mesmo assim, recebeu valores de assistência estudantil.

Outrossim, contatamos que, embora tenha sido realizado um relatório de avaliação do Paevs em 2016, os resultados não são apresentados, considerando indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Também não há informações quanto à evolução das taxas de sucesso e de evasão entre os estudantes assistidos, bem como, não é feita avaliação sistemática dos fatores que contribuem para o insucesso (evasão/retenção) entre os estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil.

Destaca-se ainda, o trabalho realizado de monitoramento das recomendações cujo resultado apontou que, em geral, as recomendações propostas têm um bom índice de atendimento uma vez que das 700 recomendações emitidas nos relatórios objeto do escopo, 449 foram atendidas, o que corresponde a 64,14%. Contudo, 13% das recomendações não foram atendidas, o que sugere que os gestores aceitaram o risco de não implementá-las.

E por fim, tivemos em 2017 duas ações não planejadas, uma referente a criação de grupo de trabalho para discutir e apresentar uma proposta de teletrabalho para os integrantes da Unai do IFSC e outra decorrente de um convite do MEC para participar de comissão de avaliação de prestação de contas do programa de educação tutorial, para a qual foram dedicadas 280 horas de atividades.

A seguir apresenta-se um quadro resumo das atividades previstas e realizadas pela Unai em 2017.

Quadro 72 - Controles de Metas Paint

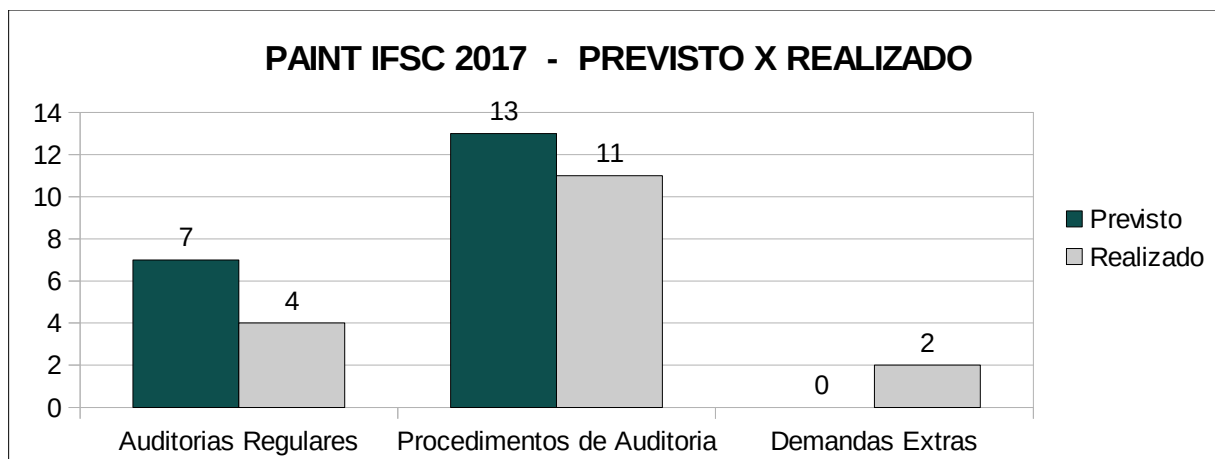
CONTROLE DE METAS - Paint/2017 DO IFSC						
ATIVIDADE		PREVISTA NO Paint		EXECUTADA		OBSERVAÇÃO
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
1	Auditoria Operacional - RSC	x		x		Relatório nº 001/2017
2	Auditoria Operacional - Patrimônio	x		x		Relatório nº 003/2017
3	Auditoria Operacional - Assistência Estudantil	x		x		Relatório nº 004/2017
4	Auditoria Operacional - Gestão de Riscos	x			x	Devido a afastamentos que superaram 33% das horas previstas, não foi possível realizar essa atividade

5	Auditoria Operacional - Editais de Fomento a EAD	x			x	Devido a afastamentos que superaram 33% das horas previstas, não foi possível realizar essa atividade
6	Auditoria Operacional - Transparência	x			x	Devido a afastamentos que superaram 33% das horas previstas, não foi possível realizar essa atividade
7	Monitoramento das Recomendações	x		x		Relatório nº 002/2017 e Preenchimento da planilha <i>Follow-up</i>
8	Grupo de Trabalho - Teletrabalho		x	x		Foi criado um grupo de trabalho por meio da portaria 1461/2017 com o objetivo de apresentar uma minuta de resolução que disponha sobre um programa de controle por resultados
9	Auxílio na elaboração do Relatório de Gestão	x		x		OS 003/2017 - Preenchimento dos itens sob responsabilidade da Unai
10	Acompanhamento de Auditorias da CGU e TCU	x		x		Foi acompanhado a atualização do PPP da CGU.
11	Planejamentos/ Relatórios - Unai	x		x		Elaboração do Paint/2018 e Raint/2016 e relatórios gerenciais
12	Aprimoramento da Matriz de Atuação da Unai	x		x		Matriz aprimorada no Paint/2018 reuniões com gestores.
13	Programa de Auditoria e Qaci - RSC	x		x		Criado os Qaci e documentos auxiliares
14	Programa de Auditoria e Qaci - patrimônio	x		x		Criado os Qaci e documentos auxiliares
15	Programa de Auditoria Assistência estudantil	x		x		Criado os Qaci e documentos auxiliares
16	Programa de Auditoria e Qaci - Transparência	x		x		Foi Elaborado o programa de auditoria na área de transparência
17	Programa de Auditoria e Qaci - Editais de Fomento a EAD	x			x	Devido a afastamentos da equipe não foi realizado essa atividade
18	Programa de Auditoria e Qaci - Gestão de Riscos	x		x		Criado os Qaci e documentos auxiliares
19	Grupos de Trabalho para elaboração do Manual de Auditoria e Código de Ética	x			x	Devido a afastamentos da equipe não foi realizado essa atividade
20	Ações de Fortalecimento	x		x		Foi participado de reuniões de gestão e de colegiados apresentando o resultado dos trabalhos. Apresentação de boa prática em Fórum nacional e <i>workshop</i> da CGU.
21	Capacitação da equipe	x		x		Participação em 700 horas de cursos 112% do planejado
22	Análise de prestação de Contas do programa de Educação Tutorial - PET fomentado pelo MEC		x	x		Participação em 280 horas de análise de prestação de contas do programa de Educação Tutorial em Brasília

Fonte: Unai

Abaixo é apresentado um gráfico com o resumo do previsto x realizado no Paint/2017:

Figura 24 - Resumo do previsto x realizado no Paint/2017



Fonte: Unai

Importante esclarecer que as três ações de auditoria regulares não realizadas foram as de menor impacto e quantidade de horas programadas, mas serão realizadas no decorrer do ano de 2018.

10.1.4 Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto, etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão

A Unidade de Auditoria Interna realizou, durante o ano de 2017, atividades de auditoria operacional junto aos câmpus e Pró-Reitorias do IFSC, devidamente relatadas nos respectivos Relatórios de Auditoria. Nesse ano, foram emitidas 10 ordens de serviços, 4 relacionadas à ações de auditorias operacional, conforme discriminado abaixo:

Quadro 73 - Auditorias Internas Realizadas em 2017

AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS EM 2017 - IFSC					
Documento de Origem	Área/Unidade Auditada	Objetivo	Cronograma (Planejamento/Execução/Encerramento)	Recursos Humanos	Documento Gerado
Ordem de Serviço nº 002/2017 (Paint)	Departamento de Gestão de Pessoas - Reitoria e câmpus	Verificar o cumprimento das normas, comprovar e avaliar os controles internos e procedimentos operacionais na subárea RSC dos Docentes da Carreira de Magistério do EBTT	Janeiro a Abril /2017 2240 horas	04 auditores	Relatório de Auditoria 001/2017
Ordem de Serviço nº 005/2017 Paint	Setor de Patrimônio de todos os câmpus	Avaliar as atuais condições dos controles administrativos internos relativos aos procedimentos operacionais na Área de Gestão Patrimonial, Subárea Gestão de bens móveis	Maió a Setembro/2017 2240 horas	03 auditores	Relatório de Auditoria 003/2017
Ordem de Serviço nº 008/2017	Pró-Reitoria de Ensino	Avaliar a adequabilidade dos mecanismos de controles internos administrativos nas fases de	Outubro/2017 a janeiro/2018 1600 horas	04 auditores	Relatório de Auditoria 004/2017

(Paint)		planejamento, execução, controle e avaliação do Programa de Assistência Estudantil do IFSC.			
Ordem de Serviço 004/2017	Reitoria e câmpus do IFSC	Verificar o cumprimento das recomendações dos relatórios de auditoria interna dos anos de 2015 e 2016	Abril a agosto/2017	03 auditores	Relatório de auditoria 002/2017
Ordem de Serviço 006/2017	Reitoria e câmpus	Avaliar se as ações de transparência promovidas pelo Instituto Federal de Santa Catarina satisfazem os princípios e principais normas que regem o assunto.	Agosto a outubro/2017	01 auditor	Transferida para 2018 em virtude de reformulação do site institucional

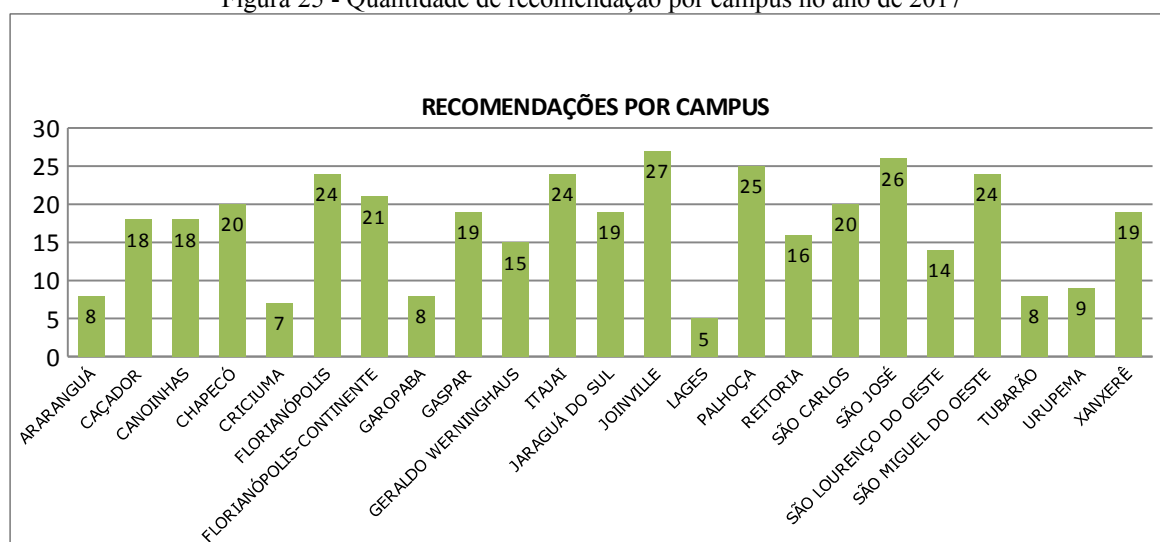
Fonte: Unai

No decorrer de 2017, a Unai emitiu 394 recomendações, lembrando que o IFSC é uma Instituição com 22 câmpus, além da reitoria e o Centro de Referência em Formação e EAD, o número de recomendações tende a ser elevado, uma vez que cada câmpus recebe suas recomendações específicas e ao final é elaborado um relatório gerencial que contempla uma avaliação geral e simplificada, por parte da Auditoria Geral/Reitoria, sobre os trabalhos realizados pelas Auditorias Regionais, em relação aos controles mantidos pelos câmpus, a fim de propiciar aos gestores uma visão geral das constatações recorrentes, além de apresentar algumas recomendações estruturantes que visam a atacar as causas do problema encontrado.

Até a elaboração desse relatório, as 394 recomendações não haviam sido monitoradas pela Unai para definir o grau de atendimento, entretanto, já está programado para 2018 o monitoramento dessas recomendações.

No gráfico abaixo é apresentada a quantidade de recomendação por câmpus no ano de 2017.

Figura 25 - Quantidade de recomendação por câmpus no ano de 2017



Fonte: Unai

10.1.5 Considerações finais

No decorrer de 2017, a Unai avaliou os controles internos de maneira ampliada em três macroprocessos.

Na área de Gestão de recursos humanos, foram analisados os processos de reconhecimento de saberes e competências. O resultado do trabalho mostrou que o IFSC tem bom controle sobre o processo, necessita apenas uma atenção especial por parte da comissão especial designada para

avaliação do processo, que tem apresentado uma análise frágil na avaliação do processo e emissão do parecer. A Unai entendeu que a comissão especial deveria emitir um parecer final mais robusto, onde fossem apresentados os critérios, as justificativas e as assinaturas de cada membro da banca, e não manifestar-se somente na existência de divergência entre a pontuação requerida e a pontuação deferida pela banca.

Contudo, nos processos constantes da amostra selecionada pela Unai, não foram encontradas falhas que pudessem caracterizar a ilegalidade do processo nem o pagamento indevido de tal benefício.

Na área de Patrimonial, observou-se que o IFSC tem sistemas e setores para controle do patrimônio, porém não têm normativos e procedimentos uniformes que propiciem uma gestão integrada e sistêmica, nem uma política de gestão de riscos para a sua área patrimonial, de forma a influenciar os aspectos culturais voltados à guarda e conservação do acervo patrimonial e gerenciar os riscos inerentes que possam impactar a sua Missão Institucional. Portanto, a ausência de uma política institucional para a gestão patrimonial demonstra, injustificadamente, um apetite demasiadamente grande do gestor pelos riscos que podem colocar as principais atividades do controle patrimonial e a consecução dos objetivos do IFSC em situação de vulnerabilidade.

Observou-se também que não é realizada a depreciação de bens móveis da instituição, em decorrência, principalmente, da não realização de inventário patrimonial de maneira plena, ou seja, além de fazer a identificação dos bens devem ser tomadas as providências necessárias para inclusão, baixa ou transferência patrimonial decorrente do levantamento realizado.

Na área finalística, o IFSC evoluiu os controles internos desde a última auditoria realizada em 2013 com a criação de procedimentos e critérios na seleção de beneficiados e sistemas que auxiliam na gestão do Programa de Assistência Estudantil, contudo, precisa avançar principalmente nos controles administrativos empregados no acompanhamento dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil bem como em relatórios de avaliação que contemplem indicadores de eficiência, eficácia e efetividade do Programa.

Ante ao que foi exposto, e em consonância com os aspectos apresentados no presente relatório, fica evidenciado que a unidade de auditoria interna do IFSC tem buscado e concretizado medidas almejando uma maior integração de sua atuação às rotinas afeitas à Gestão institucional, por um lado subsidiada pelo próprio planejamento anual (Paint), cujo conteúdo viabiliza essa integração, por outro lado, mediante iniciativas de execução imprevista, mas, que refletem seu engajamento com o dia a dia da entidade.

Conforme visto, para consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva e atender às necessidades da Instituição, a Unai vem continuamente implementando sua atuação por meio do aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna, da formação de uma equipe multidisciplinar, da operacionalização de procedimentos e do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Sendo assim, considerando o escopo dos trabalhos realizados durante o ano de 2017 pela Unidade de Auditoria Interna, esta manifesta-se favorável à aprovação do relatório de gestão relativo ao exercício de 2017, uma vez que não foram encontrados indícios de erro ou fraude que possam caracterizar desvios capazes de causar sérios danos ao erário, estando o mesmo em condições de ser submetido ao Tribunal de Contas da União por intermédio do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

11 PARECER DE COLEGIADO

A apreciação ocorreu em 26 de março de 2017 no Conselho Superior, o qual aprovou o Relatório de Gestão de 2017 do IFSC conforme RESOLUÇÃO CONSUP Nº 07, de 26 de março de 2018.

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 07, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Aprova o Relatório de Gestão do IFSC –
Exercício 2017.

A PRESIDENTE do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 15/04/2016, publicado no DOU de 18/04/2016, e atendendo as determinações da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando o deliberado, por maioria, na 18ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior, em 26 de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Exercício 2017, em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

Autorizado conforme despacho no documento nº 23292.010930/2018-04

12 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

É atribuição da Assessoria Executiva receber as representações sobre possíveis atos/conduas ilícitas atribuídas em tese a servidor e, após juízo de admissibilidade positivo, encaminhar para providências quanto à apuração, sempre a cargo de comissão constituída pela Reitora com essa finalidade.

Esclarecemos que o IFSC encontra-se com seis processos disciplinares em curso:

- 23292.043831/2017-90
- 23292.033303/2017-22
- 23292.024840/2017-81
- 23292.015654/2017-51
- 23292.007618/2017-14
- 23292.042305/2017-11

No ano de 2017 também foram instaurados os seguintes processos, já julgados:

- 23292.031351/2017-86 - Lucas Maltempo Malfradine, com penalidade de demissão aplicada ao servidor por meio da Portaria nº 92, de 12/01/2018.
- 23292.011225/2017-13 - Luiz Felipe Lindemberg, com penalidade de demissão aplicada ao servidor por meio da Portaria nº 3.048, de 09/11/2017.
- 23292.009308/2017-34 - Eurides Nunes, arquivado
- 23292.016527/2017-70 - Vitor Chemello, arquivado
- 23292.021306/2017-13 - Jucélio Kulmann, arquivado.

Foram finalizados, além dos listados acima:

- 23292.015789/2016-36 - Ruben Moret Pardo Lima, com penalidade de suspensão de 60 dias aplicada ao servidor por meio da Portaria nº 593, de 23/02/2017.
- 23292.000277/2014-11 - João Henrique Ávila de Barros, com penalidade de demissão aplicada ao servidor por meio da Portaria nº 2.509, de 11/09/2017.

Também, foi interposto recurso ao Conselho Superior do IFSC pelo servidor Michel Nobre Muza, referente ao processo 23292.007930/2016-27, que havia sido finalizado com penalidade de demissão aplicada ao servidor por meio da portaria nº 279, de 03/02/2017. O Conselho decidiu pela manutenção da penalidade. O caso foi judicializado por meio do processo 5025896-46.2017.4.04.7200/SC, em que o autor objetiva a suspensão da eficácia do procedimento administrativo que culminou em sua demissão, consubstanciado na Resolução Consup nº. 15/2017.

Ainda em 2017 foi proposto Termo de Ajuste de Conduta (TAC) ao servidor Fábio Zanella, processo 23292.053412/2017-66.

Ressaltamos que essa Assessoria recebeu do MPF demandas solicitando informações acerca dos fatos relacionados aos processos 23292.019854/2016-01 e 23292.007583/2016-32, já finalizados, e aos processos 23292.007618/2017-14 e 23292.033303/2017-22 em andamento.

A Assessoria Executiva, além das tratativas sobre possíveis atos/conduas ilícitas atribuídas em tese a servidor, também procede ao recebimento, análise e parecer administrativo a demandas externas, tais como subsídios para processos judiciais, denúncias e esclarecimentos ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Ouvidoria além do encaminhamento, quando cabível, dessas denúncias para processos de apuração ética quando não couber o processo administrativo disciplinar.

No ano de 2017, foram encaminhadas ou respondidas em torno de 740 demandas externas.

O Gabinete da Reitora conta ainda com a Assessoria Técnica, que trata do recebimento, análise e parecer administrativo a demandas internas, tais como recursos à reitora em processos

diversos, elaboração e análise de editais e normativos, orientação a gestores e servidores sobre atos de gestão e processos administrativos em geral além de notificações e processos para ressarcimento ao erário.

No ano de 2017, foram encaminhadas ou respondidas em torno de 500 demandas internas.

Destaca-se que foram aplicados trinta e nove descontos em folha de servidor, relativos à reposição ao erário, totalizando o ressarcimento de R\$132.881,02 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e dois centavos) sendo:

- 2 (dois) relativos a faltas injustificadas;
- 4 (quatro) relativos a servidores que se afastaram para pós-graduação e não cumpriram a obrigação legal de entrega do diploma;
- 4 (quatro) relativos à assistência à saúde suplementar;
- 15 (quinze) relativos à insalubridade e/ou periculosidade;
- 14 (quatorze) relativos a outros assuntos.

Informamos ainda que o IFSC não instaurou em 2017 nenhuma tomada de contas especial.

13 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

13.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Figura 26 - Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Sincov



Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Eu, James Hilton Becker, CPF 003.785.549-21, Chefe do Departamento de Contratos, exercido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, declaro juntos aos Órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes aos Contratos firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2017 e as correspondentes em exercícios anteriores.


James Hilton Becker
Chefe do Departamento de Contratos IFSC
Portaria 1.916, D.O.U de 17/07/2017.
James Hilton Becker
CPF 003.785.549-21
Chefe do Departamento de Contratos
IFSC

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria
Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60


Fonte: Proad

13.1.1 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Sincov)

A Instituição não utiliza registros no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Sincov).

13.2 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

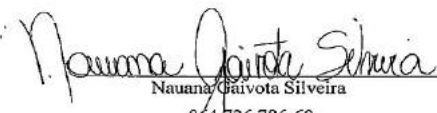
Figura 27 - Declaração de integridade - atos de admissão e concessões

	INSTITUTO FEDERAL Santa Catarina	<small>Ministério de Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica</small> INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
---	--	---

Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018


Nauana Gaivota Silveira
064.726.786-60
Diretora de Gestão de Pessoas

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria
Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60

Fonte: DGP

13.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Figura 28 - Declaração do cumprimento da Lei 83730/1993



Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Diretoria de Gestão de Pessoas, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018


Nauana Galvota Silveira
064.726.786-60
Diretora de Gestão de Pessoas

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria
Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis /SC | CEP: 88.075-010
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60

Fonte: DGP

13.4 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Figura 29 - Declaração de integridade SIOP

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PPA NO SIOP

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizadas no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2018.




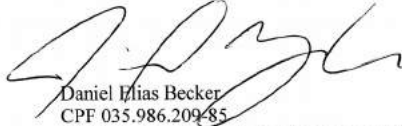
ALINE HEINZ BELO
Pró-Reitora de Administração
CPF 763.386.309-91

Aline Heinz Belo
Pró-Reitora de Administração IFSC
Port. 1.180, DOU de 01/04/2016

Fonte: Proad

13.5 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Figura 30 - Declaração sobre a conformidade Contábil - Atos e Fatos da Gestão

 <p>INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA</p>	<p>Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional Tecnológica INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA</p>
<p>Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.</p>	
<p>A Conformidade Contábil está sendo registrada mensalmente, apontando as inconsistências sobre os atos e fatos relacionados a seguir: Falta e ou atraso de remessa do RMA e RMB que deveriam ser encaminhadas mensalmente ao Departamento de Orçamento e Finanças, obedecendo o calendário de fechamento mensal do SIAFI 2017; Diferenças apresentadas mensalmente nos saldos das famílias e também nos livros de inventários; e a Depreciação dos bens não estão sendo lançadas mensalmente tanto os bens móveis quanto os imóveis.</p>	
<p>Florianópolis, 09 de março de 2018.</p>	
<p> Daniel Elias Becker CPF 035.986.209-85 Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças Instituto Federal de Santa Catarina</p>	
<p><i>Daniel Elias Becker</i> Chefe Depto. Orçamento e Finanças IFSC Portaria 448, D.O.U. de 01/02/2016 Matricula SIAPE nº 2077871</p>	
<p>Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria Rua: 14 de julho, 150 Coqueiros Florianópolis/SC CEP: 88.075-010 Fone: (48) 3877-9000 www.ifsc.edu.br CNPJ 11.402.887/0001-60</p>	

Fonte: Proad

13.6 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI

Figura 31 - Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR - Macrofunção 02.03.18

Código e Denominação Completa do Órgão: 26438/158516 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, EXCETO no tocante a:

a) Equação 0167: Controle do Registro SPIUnet a ratificar - Restrição Contábil 647.

Justificativa para permanência de restrição contábil:

Durante o ano de 2017, em atenção ao Ofício SPU-MP 48278/2017 e mensagens 2017/0857144 e 2017/1110051, encaminhadas pelo Setorial de Contabilidade – MEC (150003), a conta 12321.02.00 foi integralmente regularizada numa ação conjunta entre o Departamento de Engenharia e a Coordenadoria de Contabilidade. No entanto, não tínhamos conhecimento da necessidade de ratificação dos registros emitidos no SPIUnet. Tal insciência acarretou na restrição contábil 647.

Providências adotadas para a regularização:

Para regularização da conta 89991.24.01 – Controle Registro SPIUnet a Ratificar, serão adotados os procedimentos da macrofunção 02.01.06 – Manual de Regularizações Contábeis, item 3.9 – Equação 167 Controle Registro SPIUnet a Ratificar. Adicionalmente, foi encaminhada mensagem 2018/0072626 à Setorial de Contabilidade – MEC (150003) para solicitar auxílio na regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 10 de janeiro de 2018.

Felipe Amaral de Souza
CRC nº 27757/O-8



Eliane Sueli Cordeiro
CPF 888.312.648-15
Contadora CRC/SC 019785/O-8
F.P.

Fonte: Proad

14 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

Quadro 74 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - Fapeu

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu)						
CNPJ		83.476.911/0001-17						
Página na Internet		http://www.ifsc.edu.br/arquivos/pesquisa/coord_pesq/procedimento%20pesquisa.pdf						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Pesquisa Aplicada	23292.000170/ 2013-84	Acordo de Cooperação	Cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a Fapeu, com vistas à participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Laboratório de Tecnologia de Processos e Ciclos Termodinâmicos Avançados de Conversão de Energia”, com recursos financeiros oriundos da Petrobras, execução a cargo da UFSC e com gestão administrativa e financeira da Fapeu, conforme Termo de Cooperação N° 0050.0080593.12.9 celebrado entre a PETROBRAS, UFSC e Fapeu.	13/12/13	15/12/17	R\$ 95.293,44	R\$ 0,00
Totais							R\$ 95.293,44	R\$ 0,00
Recursos da UPC envolvidos nos projetos								
Instrumento celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação						
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos			
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor		
				Não se aplica				

Fonte: Proppi

Quadro 75 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio - Feesc

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc)						
CNPJ		83.476.911/0001-17						
Página na Internet		http://www.ifsc.edu.br/arquivos/pesquisa/coord_pesq/procedimento%20pesquisa.pdf ou http://www.Feesc.org.br/site/?pg=projetos-em-execuca						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Desenvolvimento Científico	23292.000965/2012-10	Contrato	Contrato de Cooperação técnica e administrativa entre Feesc e IFSC para o gerenciamento dos recursos administrativos e financeiros necessários para a execução do Projeto intitulado “Implantação de Laboratório Oficial para Análise de Resíduos e Contaminantes dos Recursos Pesqueiros”, firmado entre IFSC e Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, por meio da Portaria MPA nº 240, de 02 de outubro de 2012 e do Processo nº 00350.003235/2012-25.	07/01/13	30/06/18	R\$ 1.359.000,00	R\$ 1.359.000,00
2	Desenvolvimento Tecnológico	23292.012415/2017-40	Convênio	O presente Termo de Convênio tem por objeto a execução do Projeto de Pesquisa que objetiva a “Aplicação de Modelos de Previsão de Vento e Tendências Climatológicas para o Complexos Eólicos de Santa Vitória do Palmar (RS) e Morrinhos (BA)”, o qual consta em anexo, com o respectivo Plano de Trabalho (Anexo I), considerado como parte integrante deste Termo para todos os efeitos de direito.	04/09/17	03/09/19	R\$ 799.276,00	R\$ 0,00
3	Desenvolvimento Tecnológico	23292.017767/2016-19	Convênio	O presente instrumento tem por objeto a execução do Projeto de pesquisa aplicada denominado “Desenvolvimento e Aplicação de Módulos Educacionais como suporte ao processo de ensino/aprendizagem de Circuitos Eletroeletrônicos suportado pelo Laboratório Remoto VISIR (<i>Virtual Instruments Systems In Reality</i>)”, conforme o Plano de Trabalho (Anexo A), em regime de mútua cooperação com a Feesc para apoiar na sua gestão administrativa e financeira.	07/11/16	30/04/18	R\$ 216.000,00	R\$ 216.000,00

4	Desenvolvimento Tecnológico	23292.015713/2017-91	Termo de Cooperação	O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO tem por objeto a execução do Projeto: “Pesquisa e Desenvolvimento de um Sistema Integrado de Ferramentas de Análise e Previsão Hidrometeorológica de Santa Catarina - Sifap-SC”, com o respectivo Plano de Trabalho, considerado como parte integrante deste ACORDO para todos os efeitos de direito.	10/08/17	09/08/19	R\$ 152.466,00	R\$ 0,00
5	Desenvolvimento Tecnológico	23292.017836/2015-03	Termo de Cooperação	O presente acordo tem por objeto estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a Feesc, com vistas à participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Tecnologias Inovadoras de Produção de Frio em Sistemas Domésticos de Refrigeração”, regulado pelo Termo de Convênio de processo nº 23080.030159/2015-04, estabelecido entre a UFSC e a Feesc, em anexo.	03/03/16	02/08/17	R\$ 141.240,00	R\$ 0,00
6	Desenvolvimento Científico	23292.008998/2017-12	Termo de Cooperação	O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO tem por objeto a execução do PROJETO: “Pesquisa e Especificação de um Protocolo Ponto a Ponto (PTP) e Ponto-MultiPonto (PTMP) para roteadores sem fio outdoor”, com o respectivo Plano de Trabalho (ANEXO I) e considerado como parte integrante deste ACORDO para todos os efeitos de direito.	24/05/13	23/07/17	R\$ 38.616,60	R\$ 0,00
Total							R\$ 2.706.598,60	R\$ 1.575.000,00
Recursos da UPC envolvidos nos projetos								
Instrumento celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação						
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais			Humanos		
		Valor	Tipo	Valor		Quantidade	Valor	
				Não se aplica				

Fonte: Proppi

15 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

15.1 GABINETE DA REITORIA

Quadro 76 - Parcerias formalizadas pelo IFSC em 2017

Tipo	Empresa	CNPJ	Objeto	Com Recursos Ou Sem Recursos	Início De Vigência (assinatura)	Término Vigência	Status	Número	Câmpus
TCT	Stagius-RH Ltda Me	79.906.228/0001-03	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do IFSC, nas dependências das Empresas Concedentes cadastradas no AGENTE DE INTEGRAÇÃO STAGIUS - RH LTDA ME respeitadas as condições legais estipuladas na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.	R\$ 0,00	16/02/17	16/02/19	Firmado	01/2017	Reitoria
TCT	Integra Estágios	24.959.070/0001-30	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do IFSC, nas dependências das Empresas Concedentes cadastradas no AGENTE DE INTEGRAÇÃO PAOLA MARTINS DA COSTA 07139507902 - INTEGRA ESTÁGIOS	R\$ 0,00	10/02/17	24 meses	Firmado	02/2017	Reitoria
TCT	Rq Indústria E Comércio De Confecções Ltda	18.650.225/0001-59	Estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de ENSINO relativamente às atividades de oferta de cursos de qualificação profissional.	R\$ 0,00	22/06/17	18 meses	Firmado	04/2017	São Carlos
TCT	Presídio Regional De Xanxerê	13.586.538/0001-71	Oferta da Oficina em “Boas Práticas de Fabricação para os reeducandos do Presídio Regional de Xanxerê”, na modalidade de Oficina, no município de Xanxerê, SC.	R\$ 0,00	31/03/17	15 meses	Firmado	05/2017	Xanxerê

TCT	Apae Xanxerê	83.009.720/0001-45	Oferta da Oficina em “Processamento de geleias e conservas vegetais de acordo com as Boas Práticas de manipulação”	R\$ 0,00	03/04/17	6 MESES	Firmado	06/2017	Xanxerê
TCT	Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria	76.562.198/0003-20	Realização de estágios curriculares obrigatórios para alunos do IFSC, nas dependências da HOSPITAL MATERNO INFANTIL DR. JESER AMARANTE FARIA	R\$ 0,00	31/03/17	60 MESES	Firmado	07/2017	Joinville
TCT	Unesc	83.661.074/0001-04	Estabelece Campo de Estágio para ambas instituições.	R\$ 0,00	30/03/17	30/03/22	Firmado	08/2017	Reitoria
TCT	Unoesc	84.592.369/0001-20	Estabelece campo de estágio para os alunos de ambas instituições (mão dupla)	R\$ 0,00	19/04/17	5 ANOS	Firmado	10/2017	Chapecó
TCT	Ufpa	34.621.748/0001-23	Realização de dois cursos a respeito de Mapeamento de competências na Administração Pública e a cessão de sistema informatizado Gestcom conforme Plano de Trabalho	R\$ 0,00	20/07/17	12 MESES	Firmado	11/2017	Reitoria
TCT	Prefeitura Municipal De Iporã Do Oeste E A Gerência Regional De Educação De Itapiranga Do Oeste	78.485.554/0001-13 e 08.832.433/0001-15	Estabelece princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja do Ensino Médio, doravante chamado Proeja - FIC Produtor Rural Familiar - Ensino Médio, conforme projeto específico.	R\$ 0,00	19/05/17	12 MESES	Firmado	12/2017	São Miguel Do Oeste

AC T-C	Feesc E Intelbras S/A	82.895.327/0001-33 e 82.901.000/0001-27	Execução do Projeto: “Pesquisa e Especificação de um Protocolo Ponto a Ponto (PTP) e Ponto Multiponto (PTMP) para roteadores sem fio outdoor”.	R\$ 38.616,60	24/05/17	23/09/17	Firmado	13/2017	Reitoria
TCT	Agência De Desenvolvimento Regional De São Miguel Do Oeste	05.580.977/0001-49	Estabelece princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada na área de educação profissional.	R\$ 0,00	12/06/17	12 MESES	Firmado	14/2017	São Miguel Do Oeste
TCT	Prefeitura Do Município De Gaspar	83.102.244/0001-02	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do IFSC, nas dependências da Prefeitura do Município de Gaspar, respeitadas as condições legais estipuladas na Lei 11.788 de 25/09/2008.	R\$ 0,00	20/07/17	24 MESES	Firmado	15/2017	Gaspar
TCT	Cedup Abílio Paulo	82.951.229/0001-76	Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos do Cedup Abílio Paulo nas dependências do IFSC; e os alunos do IFSC, nas dependências do Cedup Abílio Paulo.	R\$ 0,00	14/07/17	5 ANOS	Firmado	16/2017	Criciúma
TCT	Prefeitura Municipal De Santa Terezinha Do Progresso	01.612.847/0001-90	Estabelecer princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada na área de educação profissional.	R\$ 0,00	13/06/17	12 MESES	Firmado	18/2017	São Miguel Do Oeste
TCT	Mitra Diocesana De Chapecó - Paróquia São Miguel Arcanjo	83.314.930/0035-96	Estabelecer princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada na área de educação profissional.	R\$ 0,00	27/06/17	12 MESES	Firmado	19/2017	São Miguel Do Oeste

TCT	Universia Brasil S.A.	04.127.332/0001-92	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do IFSC, nas dependências das Empresas Concedentes cadastradas no AGENTE DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIA BRASIL S.A. respeitadas as condições legais estipuladas na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.	R\$ 0,00	25/08/17	25/08/19	Firmado	20/2017	Reitoria
TCT	Fundação De Amparo A Pesquisa E Extensão Universitária - Fapeu	83.476.911/0001-17	Regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do IFSC, nas dependências da FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA respeitadas as condições legais estipuladas na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.	R\$ 0,00	14/07/17	24 MESES	Firmado	21/2017	Itajaí
CONVÊNIO	Prefeitura Municipal De Urupema	78.492.576/0001-00	Executar o PROJETO de pesquisa intitulado: “Avaliação do Grau de Maturação de Maçãs dos Produtores do Município de Urupema”, com o respectivo Plano de Trabalho.	R\$ 0,00	12/07/17	30/09/17	Firmado	23/2017	Reitoria
TCT	Prefeitura Municipal De Urussanga	82.930.181/0001-10	Estabelecer princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de realização de projetos de pesquisa e extensão, programas de treinamento e de capacitação de pessoal, bem como oferta de cursos do IFSC no Município de Urussanga.	R\$ 0,00	31/07/17	60 MESES	Firmado	24/2017	Criciúma
AC T-C	Fundação De Ensino E Engenharia De Santa Catarina E Centro De Gestão De Pesquisa, Desenvolvimento E	82.895.327/0001-33 e 04.068.728/0001-06	Executar o Projeto: “Pesquisa e Desenvolvimento de um Sistema Integrado de Ferramentas de Análise e Previsão Hidrometeorológica de Santa Catarina - Sifap-SC”.	R\$ 152.466,00	20/08/17	09/08/19	Firmado	26/2017	Florianópolis

	Inovação								
TCT	Secretaria De Estado Da Educação E Agência De Desenvolvimento Regional De Xanxerê	82.951328/0001-58 e 05.628.039.0001/71	Estabelecer princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de promoção da oferta do Curso “Informática Básica”, na modalidade de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade Proeja/FIC, no município de Xanxerê/SC.	R\$ 0,00	11/10/17	24 MESES	Firmado	27/2017	Xanxerê
TCT	Estado De Santa Catarina, Por Intermédio Da Secretaria De Estado Do Planejamento	80.460.835/0002-63	Implementar do Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais, instituído pelo Decreto nº 729, de 25 de maio de 2016, que tem como principais objetivos articular, coordenar, orientar e estimular o processo de planejamento centrado na redução das desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento inclusivo, equilibrado e sustentável no estado de Santa Catarina.	R\$ 0,00	24/08/17	31/12/18	Firmado	(externo) 03/2017	Reitoria / Parceiro Solicitante
TCT	Ranee Indústria E Comércio	04.630.765/0001-66	O curso de extensão denominado “Costureiro Industrial do Vestuário”, com carga horária de 80 h, será realizado no município de São Carlos, e será destinado a atender os cidadãos de São Carlos e região.	R\$ 0,00	31/10/17	12 MESES	Firmado	29/2017	São Carlos
TCT	Prefeitura De Chapecó	83.021.808/0001-82	Estabelece Campo de Estágio na Prefeitura de Chapecó.	R\$ 0,00	12/09/17	5 ANOS	Firmado	30/2017	Chapecó
TCT	Uninter	02.261.854/0001-57	Estabelece Campo de Estágio para ambas instituições.	R\$ 0,00	18/09/17	5 ANOS	Firmado	32/2017	Reitoria

TCT	Secretaria Da Justiça E Cidadania -SC	13.586.538/0001-71	Oferta de Cursos Formação Inicial e Continuada; Técnicos de Nível Médio oriundos de programas federais e institucionais	R\$ 0,00	11/09/17	60 meses	Firmado	33/2017	Criciúma
TCT	Prefeitura Municipal De Caibi	82.940.776/0001-56	Oferta de Cursos FIC	R\$ 0,00	30/08/17	12 MESES	Firmado	35/2017	São Carlos
TCT	Apranru	04.761.009/0001-76	Oferta de Curso de Extensão Capacitação de Pescadores para Produção de Peixe em Tanque Rede	R\$ 0,00	11/09/17	31/12/18	Firmado	36/2017	São Carlos
TCT	Prefeitura De Mafra	83.102.509/0001-72	Oferta de Curso de Formação Inicial e Continuada em “Treinamento de manipuladores de alimentos”	R\$ 0,00	31/10/17	12 MESES	Firmado	39/2017	Canoinhas
TCT	FDRH/Rs	87.136.883/0001-40	Estabelece Campo de Estágio para os alunos do IFSC	R\$ 0,00	29/11/17	60 MESES	Firmado	40/2017	Reitoria
TCT	Universidade De Caxias Do Sul	88.648.761/0001-03	Estabelece Campo de Estágio para ambas instituições.	R\$ 0,00	17/11/17	5 ANOS	Firmado	42/2017	Reitoria
TCT	Prefeitura De Iraí	87.612.941/0001-64	Oferta de Cursos FIC Jogos e Brincadeiras na Infância, Matemática para Professores do Fundamental, Recreação.	R\$ 0,00	21/11/17	12 MESES	Firmado	46/2017	São Carlos
TCT	Prefeitura De Urupema	78.492.576/0001-00	Oferta de Curso de Formação Inicial e Continuada em Turismo e Hotelaria Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; Operador de Computador Integrada ao Ensino Médio	R\$ 0,00	31/10/17	31/10/19	Firmado	47/2017	Urupema
TCT	Abert E Associação Administrador a Do Processo De Redistribuição E Digitalização De Canais De	34.005.368/0001-79	Projeto visando informar a população sobre a substituição do sinal analógico pelo sinal digital de TV aberta.	R\$ 0,00	26/10/17	12 MESES	Firmado	48/2017	São José

	Tv E Rtv								
TCT	Cooperativa Dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar De São Carlos - Cootrafar	10.384.722/0001-40	Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada	R\$ 0,00	23/11/17	36 MESES	Firmado	50/2017	São Carlos
TCT	Mills Estruturas E Serviços De Engenharia Sa	27.093.558/0042-93	Estabelece Campo de Estágio para os alunos do IFSC	R\$ 0,00	20/11/17	24 MESES	Firmado	51/2017	Reitoria
TCT	Prefeitura De Orleans	82.926.544/0001-43	Realização de projetos de pesquisa e extensão, programas de treinamento, capacitação de pessoal e oferta de cursos FIC no município de Orleans	R\$ 0,00	07/12/17	60 MESES	Firmado	53/2017	Reitoria
TCT	Prefeitura De São João Do Oeste E Agência De Desenvolvimento Regional De Itapiranga	80.911.936/0001-03 e 08.832.433/0001-15	Oferta de cursos Proeja FIC	R\$ 0,00	14/12/17	12 MESES	Firmado	54/2017	São Miguel Do Oeste
TCT	Rádio Comunitária Corupá	09.378.435/0001-49	Produção edição e veiculação de programa de rádio	R\$ 0,00	01/11/17	24 MESES	Firmado	55/2017	Jaraguá Do Sul Centro
TCT	Rádio Comunitária Alternativa Fm 87.8mhz	02.146.228/0001-10	Produção edição e veiculação de programa de rádio	R\$ 0,00	01/11/17	24 MESES	Firmado	56/2017	Jaraguá Do Sul Centro
TCT	Rádio Comunitária Espaço Aberto De Massaranduba	02.490.117/0001-26	Produção edição e veiculação de programa de rádio	R\$ 0,00	01/11/17	24 MESES	Firmado	57/2017	Jaraguá Do Sul Centro

TCT	Unochapecó	82.804.642/0001-08	Estabelece Campo de Estágio para ambas instituições.	R\$ 0,00	22/12/17	5 ANOS	Firmado	58/2017	Chapecó
TCT	Associação De Serviços Voluntários De Jaraguá Do Sul - Bombeiros Voluntários - Bvjs	84.434.257/0001-41	Oferta de Curso FIC Bombeiro Civil	R\$ 0,00	18/12/17	36 MESES	Firmado	59/2017	Jaraguá Do Sul Centro
TCT	Consad	07.242.972/0001-31	Estabelece Campo de Estágio para os alunos do IFSC	R\$ 0,00	20/12/17	48 MESES	Firmado	62/2017	São Miguel Do Oeste
CONTRATO	Unisul	86.445.293/0001-36	Oferta de Curso de Mestrado em Administração para a Qualificação de 25 servidores técnico-administrativos em educação do IFSC.	R\$ 800.000,00	30/11/17	30 MESES	Firmado	01/2017/IFSC/UNISUL	Reitoria
Contrato de Propriedade Intelectual	Ufsm	95.591.764/0001-05	Define os Termos de apropriação, titularidade, comercialização e uso da criação denominada "Controlador de Umidificação em Câmara de armazenamento de produtos perecíveis"	R\$ 0,00	11/01/18	Vigora durante a vigência da Proteção jurídica	Firmado	S/N	Reitoria

Fonte: Gabinete da Reitoria

15.1 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PROPPI

Em 2017, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Proppi), em parceria com os Câmpus e com outras pró-reitorias, realizou programas e ações envolvendo pesquisa, pós-graduação, inovação e publicações, com o objetivo de atender à comunidade acadêmica e assim cumprir as finalidades do IFSC no que tange as suas competências.

A Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação lançou, em parceria com os Câmpus, 24 editais, contemplando 338 servidores/coordenadores e 451 estudantes em projetos de pesquisa. Desses editais, destacam-se os editais: Universal e o de Pesquisa como Princípio Educativo (Proppi/DAE), que juntos disponibilizaram R\$ 822.724,13 para o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, sendo este uma parceria entre a Proppi e a Diretoria de Assuntos Estudantis, cujas bolsas aos discentes, no valor de R\$ 376.250,00, foram oriundas dos recursos de Assistência Estudantil. O edital em conjunto com a DAE também corroborou, sobremaneira, para o incremento no número de servidores e estudantes do IFSC envolvidos com pesquisa.

A Diretoria atuou na qualificação dos servidores por meio de editais de afastamento integral para realização de pós-graduação *stricto sensu*, que viabilizaram o afastamento, com contratação de professor substituto, de 59 servidores. Esses servidores foram afastados para realização de mestrado e doutorado em diversas universidades do país e do exterior.

Além dessas ações a Proppi lançou, em parceria com o Câmpus Florianópolis, o Edital nº 14/Proppi/2017, para apoio ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrados Profissionais), com recursos financeiros na ordem de R\$ 70.000,00, divididos entre a Proppi e o Câmpus Florianópolis.

Como uma das grandes ações de fortalecimento da pesquisa aplicada, a Pró-Reitoria lançou, em 2017, a segunda edição do Edital, em conjunto com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapesc), voltado exclusivamente aos servidores do IFSC para a realização de pesquisas a partir de demandas da sociedade. Assim, o Edital de Chamada Pública Fapesc nº 08/2016, buscou apoiar projetos de pesquisa aplicada do Instituto Federal de Santa Catarina, em parceria com empresas públicas e privadas, denominadas de demandantes. O valor global do edital foi de R\$ 300.000,00, constituído a partir de uma parceria onde a Fapesc disponibilizou R\$ 150.000,00 e o IFSC, por meio da Proppi, outros R\$ 150.000,00.

O programa de participação em eventos, gerenciado pela Proppi, viabilizou a participação de 27 servidores em eventos científicos, no país e no exterior. Em 2017 também foram encaminhados para publicação 2 livros, contendo esses resultados de trabalhos de servidores do IFSC. Com o objetivo de fortalecer a pós-graduação *stricto sensu* no IFSC, a Proppi prospectou e coordenou o encaminhamento à CAPES de duas propostas de mestrado, sendo uma em Processos Agroindustriais, em uma associação dos Câmpus Lages e Urupema e uma em Ensino, do Câmpus Chapecó. Para além disso, a Pró-Reitoria também articulou, em parceria com outras 17 instituições da Rede, o início das atividades do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o ProfEPT. Esse mestrado teve seu processo seletivo conduzido pela Proppi ao longo do primeiro semestre de 2017, ocorrendo o início das aulas da primeira turma em agosto do mesmo ano. Destaca-se ainda que ao longo do ano foram feitas reuniões com os Coordenadores dos Cursos *Stricto Sensu* buscando, a partir das discussões, melhorias nos processos, bem como o estabelecimento de novas ações para fortalecer os Cursos. Uma destas ações consistiu em uniformizar o calendário de ingressos nos diversos mestrados. Outra ação referiu-se a migração dos cursos de mestrado profissional para o módulo *Stricto Sensu* do Sigaa, s Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas em implantação no IFSC.

Em 2017, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) deu continuidade às ações de apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com o setor produtivo, articulando e acompanhando os projetos com as fundações de apoio e atuando como interlocutor entre as empresas e os pesquisadores no processo de elaboração e

submissão de projetos de P, D&I. Nesse sentido, o NIT passou a exigir relatórios parciais periódicos aos coordenadores dos projetos, de forma a acompanhar de perto sua execução e viabilizar a tomada de ações corretivas em relação ao uso dos recursos financeiros, cronograma de execução, entre outros aspectos relevantes dos projetos. Outro procedimento adotado foi a exigência de um termo de encerramento do projeto que deve ser emitido pela entidade parceira, que se manifestar quanto a sua satisfação em relação ao alcance das metas do projeto e à prestação de contas. Destaca-se o trabalho de monitoramento das Chamadas Públicas de Agências de fomento e de outros órgãos ou entidades para divulgação junto aos pesquisadores do IFSC. Graças à execução exitosa da ação de mapeamento de competências do IFSC, tais Chamadas Públicas são divulgadas de forma direcionada aos pesquisadores que têm competência técnica e científica na área temática da mesma, ampliando assim o índice de participação e aprovação dos projetos.

No que concerne à gestão da Propriedade Intelectual gerada no IFSC, foi realizada um novo processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada em Propriedade Intelectual para prestar serviços de suporte ao NIT. Ao longo de 2017 foram depositados junto ao INPI 6 pedidos de patente de invenção e 1 pedido de modelo de utilidade. Estas ações vem sendo desenvolvidas conforme planejadas.

O NIT atuou fortemente no monitoramento e divulgação de editais de fomento à pesquisa, realizando a identificação de pesquisadores do IFSC com formação ou linhas de pesquisa alinhadas com os Editais, de forma a auxiliar e qualificar a elaboração do projeto e posterior submissão. Outra importante ação planejada e executada com êxito foi o lançamento do Edital de Chamada Pública Fapesc Nº 05/2017 em parceria com a Fundação de Ampara à Pesquisa de Santa Catarina (Fapesc). Esse edital aprovou 32 projetos de pesquisa que serão desenvolvidos por servidores do IFSC para resolver problemas reais existentes em empresas catarinenses. O IFSC aportou R\$150.000,00 e a Fapesc aportou R\$150.000,00, o que resultou num valor total de 300.000,00 para financiamento dos projetos.

Das ações de promoção do empreendedorismo, destaca-se a realização do programa Desafio IFSC de Ideias Inovadoras 2017. Esta ação foi executada conforme planejada, envolvendo um total de 108 estudantes, organizados em 38 equipes. Ao longo do programa, os estudantes tiveram acesso a um ambiente virtual de aprendizagem, disponibilizado pelo Sebrae-SC, com apostilas, vídeos e ferramentas de comunicação para trabalhar o tema empreendedorismo. Ao final do programa, 7 equipes foram selecionadas e contempladas com apoio financeiro no total de R\$50.000,00 para o desenvolvimento de suas ideias inovadoras.

Considerando as diversas alterações promovidas nos editais e nas ações da Proppi, buscou-se, ao longo de 2017, realizar a capacitação do corpo docente, técnico-administrativo e discente do IFSC, sendo isso efetivado por meio de visitas aos diversos câmpus. Assim, nessas visitas foram promovidas palestras com os estudantes, destacando a importância da pesquisa em suas formações, reuniões com corpo docente e técnico, com o objetivo de discutir a finalidade da pesquisa nos Institutos Federais e reuniões com associações comerciais e industriais do município, que tiveram como meta aproximar o IFSC da sociedade, bem como prospectar oportunidades de realização de projetos de pesquisa em atendimento às necessidades apontadas.

Como uma análise mais geral, e resumida, pode-se afirmar que o ano de 2017 representou um período de continuidade nas diversas mudanças que vem sendo implantadas desde o início de 2016 nos direcionamentos, prioridades e editais da Proppi, cujo principal objetivo é o de fortalecer a pesquisa como princípio educativo, direcionando os projetos para atender às demandas da sociedade por soluções técnicas e tecnológicas, assim como estudos nas mais diversas áreas do saber, sempre com foco no atendimento das necessidades da comunidade onde estamos inseridos com nossos diversos câmpus. Dessa forma, alguns editais foram extintos, outros criados, critérios modificados, sempre tendo como eixo norteador o alinhamento da pesquisa no IFSC com o que é preconizado na lei de criação dos Institutos, que em suas finalidades, dentre outras, aponta fortemente para a pesquisa aplicada com atendimento as demandas regionais.

Diante do exposto, planeja-se que o ano de 2018 represente um ano de consolidação das diversas ações implantadas ao longo de 2016 e 2017, o que deve culminar, se o planejamento for efetivamente cumprido, com um aumento significativo no número de servidores e estudantes envolvidos com pesquisa no IFSC, devendo esta estar cada vez mais direcionada às necessidades da comunidade onde estamos inseridos.

15.1.1 Relação dos projetos desenvolvidos pela Proppi

Abaixo estão listados, em números, os trabalhos realizados pela Proppi em 2017.

Quadro 77 - Investimentos - Editais da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação

INVESTIMENTOS - EDITAIS DA DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PREVISÃO)								
EDITAIS	AUXILIO AO PESQUISADOR				BOLSA estudante			
	Valor previsto IFSC	Valor previsto CNPq	Valor concedido IFSC	Valor concedido CNPq	Valor previsto IFSC	Valor previsto CNPq	Valor concedido IFSC	Valor concedido CNPq
Edital 01/2017/Proppi-PIBIC-EM Bolsas estudantes do CNPq (12 x 100,00) (foram concedidas 60). Execução de ago/17 a jul/18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 72.000,00	R\$ 0,00	R\$ 92.000,00
Edital 02/2017/Proppi-Edital Universal (Previsão de 40 bolsas para pesquisador (5.000,00) e 40 para estudante (12 x 400,00). Além das bolsas do IFSC, estavam previstas 43 do PIBITI, 5 do PIBIC-Af e 7 do PIBIC - CNPq) Pelo CNPq, foram concedidas 30 do PIBITI, 4 do PIBIC-Af e 8 do PIBIC - CNPq)	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 183.387,10	R\$ 0,00	R\$ 192.000,00	R\$ 264.000,00	R\$ 220.800,00	R\$ 201.600,00
Edital 20/2017/Proppi Programa de apoio ao desenvolvimento de projetos que contemplem a “pesquisa como princípio educativo”	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 66.287,03	R\$ 0,00	R\$ 375.000,00	R\$ 0,00	R\$ 376.250,00	R\$ 0,00
Edital de Chamada Pública Fapesc N° 05/2017	Valor previsto IFSC R\$ 150.000,00	Valor previsto Fapesc R\$ 150.000,00	Valor Concedido Fapesc R\$ 150.000,00	Valor Concedido Fapesc R\$ 150.000,00	-----	-----	-----	-----
INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 425.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 399.674,13	R\$ 150.000,00	R\$ 567.000,00	R\$ 336.000,00	R\$ 597.050,00	R\$ 293.600,00

Fonte: Proppi

15.2 PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

Outras Informações Relevantes não Contempladas - Diretoria de Ensino:

1. Recredenciamento Institucional: organização e acompanhamento do processo de recredenciamento junto ao MEC com o recebimento de 7 equipes de avaliação que visitaram os câmpus Jaraguá do Sul - Rau, Joinville, Florianópolis, Florianópolis - Continente, Tubarão, São Carlos e Garopaba. Avaliação com conceito institucional 4.
2. Diretrizes regulatórias do Ensino: acompanhamento e atendimento aos cursos no que compete à organização, legislação e execução dos cursos.
3. Prêmio IFSC de Inovação: a primeira edição do prêmio que visa reconhecer iniciativas inovadoras de servidores no aspecto da gestão e da sala de aula.
4. Aprovação de novos cursos: tivemos a aprovação de 17 novos cursos técnicos, três novos cursos de graduação, quatro cursos de pós-graduação em nível de especialização, dois novos mestrados, três cursos Certific, um novo curso Proeja e diversos cursos de qualificação profissional, atendendo às demandas dos câmpus em todas as regiões onde atuamos.
5. Reorganização do Fluxo de PPC: reestruturação do processo de submissão e aprovação de PPC, utilizando o sistema de gestão em formato de processo, o PPC passa a ficar disponível para toda a sociedade e consta com novas avaliações, entre elas, a de biblioteca e da diretoria de ensino.
6. Revisão do formato de Publicação de PPC: agora o PPC acompanha a resolução de criação e/ou alteração.
7. Revisão do Regimento Didático Pedagógico, RDP - por meio de reuniões coletivas com servidores da Diren, Deia, DAE e Pró-reitor, foi feita a análise de aplicabilidade do RDP ao Sigaa, levantando problemas e fazendo correções. A essas correções foram somados os destaques dos dirigentes de ensino dos câmpus. Após análise, o documento foi levado para o Cepe e Consup.
8. Comissão Permanente de Integração dos Programas Sociais do IFSC - Cips: Edital de fomento Proen/Proex de Apoio ao Certific, alterações nas resoluções de oferta do Certific, oferta do Curso de Capacitação da EJA no IFSC, realização do projeto-piloto do ingresso descentralizado no IFSC, manutenção da revista EJA em Debate com *Qualis* B3.
9. Elaboração e Publicação do Documento Orientador da EJA no IFSC.
10. Inclusão do Ensino nos processos de Parcerias: o ensino passa a realizar análise das parcerias para projetos que visam a integração ensino e sociedade, qualificando a participação do estudante e atingindo novos públicos.
11. Encontro das Coordenadorias Pedagógicas: realização do encontro em dois dias, possibilitando, além da formação, a integração das equipes. Divididos em equipes, os participantes redigiram documento de organização pedagógica, com propostas e destaques.
12. Criação da Assessoria Pedagógica da Diretoria de Ensino.
13. Plano de Permanência e Êxito: criação do plano para o IFSC, encaminhando para a Setec para registro, interligado as iniciativas estratégicas da instituição.

14. Plano de Oferta de Cursos e Vagas: análise, orientação e acompanhamento das ações do POCV e do POCV-B.
15. Contribuição na criação do Manual do Estudante e Manual do Docente: descrição dos destaques a serem conhecidos pelos servidores e estudantes do IFSC no que diz as diretrizes e desenvolvimento do processo de Ensino.
16. Discussões sobre Currículo Integrado: participação em Seminários do CNE, Setec/MEC e dos Institutos Federais, debatendo a força do currículo integrado à reforma do ensino médio.
17. Edital de Fomento à Criação de Unidades em EaD: colaboração no edital de criação de unidades em EaD, analisando a reestruturação de PPC.
18. Bibliotecas: realização do Fórum das Bibliotecas, encontro de capacitação das equipes de biblioteca, discutindo diretrizes e forma de trabalho, além da formação. Trabalho de análise do Sigaa Bibliotecas e viabilidade de customização. Elaboração da Minuta de Desfazimento de Materiais Extraviados. Início da proposta e projeto-piloto do repositório institucional de TCCs.
19. Participação no Cepe: com reuniões mensais o Cepe é responsável pela análise e eventual aprovação de todos os novos cursos, bem como avaliação das alterações solicitadas pelos câmpus. Além disso, esse colegiado analisa e se manifesta sobre os assuntos relativos à educação de toda a instituição, como: RDP, Resolução 23 e seus anexos, POCV, regulamentos sobre a pesquisa e a extensão.
20. Apoio aos câmpus: uma importante atividade da Diretoria de Ensino é o apoio operacional e educacional aos Câmpus, desde o esclarecimento de dúvidas sobre a execução do RDP, até a colaboração na capacitação de servidores sobre a Educação Profissional, legislação educacional e estrutura e funcionamento do IFSC.
21. Expediente: no dia a dia da Pró-Reitoria de Ensino, como Pró-Reitor substituto, dividimos o expediente com a Pró-Reitora, participando de reuniões, GT, representação nas diversas instâncias e colaborando com as demais pró-reitorias no cumprimento das atividades gerenciais e de expediente.

15.2.1 Diretoria de Ensino

15.2.1.1 Bibliotecas

Quadro 78 - Acervo Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC

Acervo Bibliográfico									
Câmpus	Quantitativo:								
	Área (m ²) ³	Títulos ¹		Exemplares ¹		Periódicos ¹		Empréstimos ²	
		2016	2017	2016	2017	2016	2017	Domiciliares	Entre Bibliotecas
Araranguá	152,88	2979	3295	7608	8072	71	54	9259	
Caçador	120	1248	1409	2824	3157	23	1	2617	
Canoinhas	330	1338	1487	4550	5174	18	21	3756	
Chapecó	147	3663	3981	8848	9229	32	32	8361	
Criciúma	377,61	2936	3000	6467	6631	62	62	6511	
Florianópolis	864,13	13799	15006	48272	42481	7	6	48656	
Florianópolis - Cte	221,54	3083	2874	8272	8035	26	26	8784	
Garopaba	233,52	1169	1483	2250	2807	15	8	2557	
Gaspar	277,29	3186	3896	7557	8788	42	62	9994	
Itajaí	324	1871	2198	3904	4460	27	24	4516	
Jaraguá do Sul	236	4027	4191	7628	7698	21	22	7846	
Jaraguá do Sul - Rau	100	1581	1702	4303	4717	13	3	10002	
Joinville	66,24	3150	4028	7152	9197	19	14	12255	
Lages	305,72	1461	2669	4950	5777	38	8	4595	
Palhoça	324	1448	1759	4022	5196	34	34	1954	
São Carlos	45	686	758	2272	2457	0	6	923	
São José	258	5734	5495	10938	10562	30	30	8074	
São Lourenço do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	
São Miguel do Oeste	277,29	2406	2782	5274	6100	39	42	6586	
Tubarão	100	308	429	950	1276	0	0	1181	
Urupema	21,91	1033	1934	2158	3280	0	8	3391	
Xanxerê	61	1264	1432	3746	4040	31	31	3563	

¹ O quantitativo informado deve corresponder ao acumulado nos exercícios até dezembro de 2017.
² O quantitativo informado deve corresponder ao montante do exercício de referência.
³ Conforme informação prestada pelos cadastradores institucionais na Prestação de Contas exercício 2016.

Fonte: Proen

15.2.2 Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas

No ano de 2017, a Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas realizou as seguintes atividades:

1. Publicação do Anuário IFSC 2017;
2. Coleta de dados para o Anuário IFSC 2018;

3. Coleta do Censo da Educação Superior;
4. Coleta do Censo da Educação Básica;
5. Acompanhamento dos dirigentes de ensino no que diz respeito às avaliações dos planejamentos e relatórios das atividades docentes;
6. Participação na Construção do Plano de Permanência e Êxito (PPE IFSC);
7. Reuniões presenciais e via *web* conferência envolvendo os membros do Fórum de Registros Acadêmicos;
8. Estudos para customização do sistema Acadêmico Sigaa participando ativamente da equipe de implantação;
9. Realização de capacitações sobre cadastro de cursos no Sistema Acadêmico Sigaa;
10. Suporte aos Registros Acadêmicos especialmente para a implantação do Sistema Acadêmico Sigaa;
11. Participação de capacitações e de projeto-piloto sobre a Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

A DEIA atua na demanda e organização das informações acadêmicas, padroniza e coordena o suporte conceitual e metodológico dos processos que envolvem a elaboração das estatísticas, compõe indicadores educacionais, disponibiliza dados, informações e conhecimentos para o público externo, interno e órgãos de auditoria, publicados no Anuário Estatístico.

Quadro 79 - Quantitativo de cursos.

Oferta Formativa do IFSC - exercício 2017

Câmpus	Quantitativo de Cursos:															
	FORMAÇÃO INICIAL			FORMAÇÃO CONTINUADA			TÉCNICO					Graduação			Pós-Graduação	
	FI	Proeja Concomitante	Proeja Integrado	FC	Proeja Concomitante	Proeja Integrado	Integrado	Concomitante	Subsequente	Proeja Concomitante	Proeja Integrado	Bacharelado	Licenciatura	Superior de Tecnologia	Especialização	Mestrado
Araranguá	93	0	0	50	0	0	285	410	0	0	0	0	114	111	40	0
Caçador	1023	0	0	53	0	17	130	225	42	0	0	116	0	0	299	0
Canoinhas	566	0	0	56	0	0	155	320	0	0	0	0	0	151	53	0
Cerfead	3217	0	0	0	0	0	0	68	0	0	0	0	184	0	1567	26
Chapecó	179	0	0	0	0	0	245	0	345	0	158	301	0	0	32	0
Criciúma	1114	0	0	132	0	0	370	25	314	0	0	117	89	0	305	0
Florianópolis	356	0	0	157	0	0	1683	0	2482	0	0	1197	0	789	827	100
Florianópolis - Continente	855	0	0	0	0	0	0	0	565	0	80	0	0	218	12	0
Garopaba	717	0	0	74	0	37	0	242	39	0	0	0	0	40	0	0
Gaspar	450	0	0	28	0	25	433	122	134	0	0	0	0	745	48	0
Itajaí	319	0	0	30	0	0	266	197	211	0	0	177	0	0	89	0
Jaraguá do Sul	330	0	0	22	0	0	284	0	372	0	67	0	95	0	0	0
Jaraguá do Sul - Rau	634	0	0	0	0	0	0	0	709	0	0	152	0	277	0	0
Joinville	89	0	0	27	0	0	556	356	114	0	0	81	0	348	0	0
Joinville	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	81	0	0	0	0
Lages	399	0	0	44	0	0	0	491	534	0	0	193	0	38	118	0
Palhoça-Bilíngue	669	0	0	0	0	0	237	0	120	0	40	0	39	141	39	0
São Carlos	726	0	0	16	0	0	0	176	0	0	0	0	0	0	0	0
São José	434	0	0	0	0	58	548	0	248	0	0	242	92	25	31	0
São Lourenço do Oeste	379	0	0	17	0	0	0	49	29	0	0	0	0	0	0	0
São Miguel do Oeste	538	0	0	108	0	57	258	77	0	0	0	84	0	82	0	0
Tubarão	681	115	0	161	0	0	0	86	0	0	0	0	0	39	14	0

Oferta Formativa do IFSC - exercício 2017

Câmpus	Quantitativo de Cursos:															
	FORMAÇÃO INICIAL			FORMAÇÃO CONTINUADA			TÉCNICO					Graduação			Pós-Graduação	
	FI	Proeja Concomitante	Proeja Integrado	FC	Proeja Concomitante	Proeja Integrado	Integrado	Concomitante	Subsequente	Proeja Concomitante	Proeja Integrado	Bacharelado	Licenciatura	Superior de Tecnologia	Especialização	Mestrado
Urupema	99	0	0	0	0	17	0	2	0	0	0	0	0	48	20	0
Xanxerê	547	0	0	26	0	0	80	130	0	0	0	78	0	0	60	0
Total Geral	14414	115	0	1001	0	211	5530	2976	6258	0	345	2819	613	3052	3554	126

Fonte: DAE

Quadro 80 - Pronatec/Mediotec

Pronatec/Mediotec - 2017		
Câmpus	Quantitativo	
	Cursos Ofertados	Estudantes contemplados
Araranguá	0	0
Caçador	4	141
Canoinhas	0	0
Cerfead	1	68
Chapecó	0	0
Criciúma	0	0
Florianópolis	0	0
Florianópolis - Continente	0	0
Garopaba	0	0
Gaspar	0	0
Itajaí	0	0
Jaraguá do Sul - Centro	0	0
Jaraguá do Sul - RAU	0	0
Joinville	1	30
Lages	0	0
Palhoça - Bilíngue	0	0
São Carlos	0	0
São José	0	0
São Lourenço do Oeste	1	49
São Miguel do Oeste	2	27
Tubarão	2	41
Urupema	0	0
Xanxerê	2	86
Total Geral	13	442

Fonte: DAE

15.2.3 Diretoria de Assuntos Estudantis

A Diretoria de Assuntos Estudantis trabalhou com diferentes ações em 2017, descritas sucintamente abaixo.

15.2.3.1 Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (Paevs)

Nos anos de 2016 e 2017 o Paevs foi avaliado conforme determinação constante em resolução. Fruto de análises quali-quantitativas, pesquisa com todos os segmentos institucionais, com outros IFs Região Sul e diálogo com os órgãos consultivos e deliberativos do IFSC, foram redigidas e aprovadas normativas integradas: Instrução Normativa N° 17/2017 e as Resoluções N° 41/2017 e N° 42/2017 que regulam, respectivamente a Análise de Renda do Discente no IFSC, Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (Paevs) e Índice de

Vulnerabilidade Social (IVS). Em atendimento às novas regras, mudanças foram e estão sendo operadas tanto na Reitoria como nos câmpus. Com o intuito de sanar as dificuldades recorrente nos processos de acompanhamento do programa, em 2017 um sistema informatizado chamado informalmente de PROGPaevs, cujo desenvolvimento iniciou em 2016, foi implantado, facilitando e aprimorando o monitoramento e controle do processo. Nesse ano, foram lançados três editais: Edital N° 02/2017 - IVS - Solicitação Inicial e Reavaliação, Edital N° 03/2017 - Chamada de Concessão e Renovação do Auxílio Financeiro / Paevs / Assistência Estudantil, Edital N° 04 / 2017/ Paevs / Assistência Estudantil / Auxílio Compulsório Proeja - Mulheres Sim - Haitianos, cujas informações orçamentárias e quantitativas estão apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 81 - Assistência Estudantil 2017

Assistência Estudantil - exercício 2017					
Quantitativo					
Câmpus	Editais publicados	Recursos aplicados por edital Edital N° 03/2017	Recursos aplicados por edital Edital N° 04/2017	Alunos beneficiados por edital Edital N° 03/2017	Alunos beneficiados por edital Edital N° 04/2017
Araranguá	Edital N° 04/2017 - Paevs/Assistência Estudantil / Auxílio Compulsório - Proeja - Mulheres Sim - Haitianos. Edital N° 03/2017 - Chamada de Concessão e Renovação do Auxílio Financeiro / Paevs / Assistência Estudantil	R\$ 221.814,00	R\$ 0,00	1428	0
Caçador		R\$ 33.636,00	R\$ 3.400,00	97	22
Canoinhas		R\$ 298.054,00	R\$ 0,00	1146	0
Chapecó		R\$ 175.982,00	R\$ 84.100,00	797	640
Criciúma		R\$ 458.898,00	R\$ 0,00	1972	0
Florianópolis		R\$ 973.054,00	R\$ 0,00	3239	0
Florianópolis-Cte		R\$ 281.212,00	R\$ 68.500,00	941	516
Garopaba		R\$ 25.164,00	R\$ 2.200,00	156	22
Gaspar		R\$ 195.570,00	R\$ 57.800,00	748	354
Itajaí		R\$ 227.404,00	R\$ 0,00	790	0
Jaraguá do Sul		R\$ 477.698,00	R\$ 65.400,00	2127	617
Jaraguá do Sul-Rau		R\$ 162.490,00	R\$ 0,00	647	0
Joinville		R\$ 419.674,00	R\$ 0,00	1724	0
Lages		R\$ 956.764,00	R\$ 0,00	3395	0
Palhoça		R\$ 130.882,00	R\$ 15.300,00	583	138
São Carlos		R\$ 19.940,00	R\$ 0,00	62	0
São José		R\$ 25.554,00	R\$ 2.600,00	145	26
São Lourenço do Oeste		R\$ 7.148,00	R\$ 0,00	45	0
São Miguel do Oeste		R\$ 275.506,00	R\$ 75.700,00	1434	421
Tubarão		R\$ 53.774,00	R\$ 20.900,00	286	159
Urupema	R\$ 122.710,00	R\$ 19.400,00	434	160	
Xanxerê	R\$ 157.156,00	R\$ 14.100,00	731	113	
Cerfead	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	

Fonte: DAE

- **Alimentação:** iniciamos a implantação da resolução nº46/2014/Consup. Houve a consolidação das alterações de contratos das cantinas do IFSC, estabelecendo regras sobre o tipo de alimento a ser comercializado e também visando à redução dos custos dos alimentos para os estudantes. Essas medidas visam à melhoria da alimentação dos estudantes e também aumentar o acesso desses a uma alimentação saudável. O Câmpus Araranguá é o nosso projeto-piloto do IFSC, onde iniciou suas atividades de distribuição gratuita de lanches para nossos alunos no Refeitório desde outubro de 2017. O Câmpus Lages firmou no final do ano de 2017 um novo contrato com a cantina que garante a distribuição de lanches gratuitos para os estudantes nos turnos vespertino e noturno. A oferta desses lanches está prevista para março de 2018.
- **Jifsc:** Realizado de 30 de maio a 01 junho de 2017, com a participação de 1412 estudantes inscritos. Para a realização dos Jogos, foram realizadas uma série de atividades prévias, como jogos dos câmpus e seletivas, além das atividades posteriores, como a participação dos estudantes nos Jogos da Região Sul e nos JIF - Nacional. Foram utilizados R\$ 240.000,00 dos recursos da Assistência Estudantil para custear hospedagem e alimentação dos alunos e demais despesas relacionadas ao evento.
- **Edital de Eventos:** por meio do edital 001/2017, a Diretoria de Assuntos Estudantis ofereceu apoio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos do IFSC para participação em eventos acadêmicos, esportivos e/ou culturais de âmbito estadual, regional, nacional e internacional.
- Ao todo foram atendidos **226 alunos** por meio desse edital, sendo investidos R\$171.200,00.
- **Comitê Gestor da Assistência Estudantil:** comitê composto pela reitora, membros das pró-Reitorias, um representante dos diretores gerais, dos núcleos pedagógicos, dirigentes de ensino e dos alunos. Responsável por assessorar a Diretoria de Assuntos Estudantis, além de propor e supervisionar as Políticas de Assistência Estudantil do IFSC.

15.2.3.2 Desenvolvimento do Sistema Paevs

Em 2016 o desenvolvimento do sistema Paevs foi continuado pela Dtic em parceria com a DAE. Foram elaboradas diversas etapas nos sistemas que permitem desde a inserção de dados do aluno, até os relatórios financeiros. A implantação do sistema ocorreu no início de 2017.

No final de 2017, com a aprovação das novas resoluções do IVS e Paevs, iniciamos o processo de customização do sistema para adequação as novas regras.

Quadro 82 - Dados Finais Número de Estudantes Pae (Professor de Apoio Educacional Especializado).

Característica	ARU	CAN	CDR	CCO	CRI	CTE	GPB	GAS	JAR	JGW	ITJ
Deficiência auditiva	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Surdez	4	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0
Deficiência visual	1 BV ¹⁰	2 BV	1 BV	1 BV	0	1 BV	2 BV	1	1	1 BV	1 BV
Deficiência física	6	1	0	0	0	1	1	3	0	3	1
Deficiência múltipla	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Deficiência intelectual	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
TEA	2	0	0	0	2	2	0	3	2	1	1
Síndromes	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Altas Habilidades/Superdotação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Por Câmpus:	9	4	4	2	2	5	3	8	5	5	3
Característica	FLN	PHB	SCA	SJE	SLO	SMO	TUB	URP	XXE	LGS	JLE
Deficiência auditiva	9	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0
Surdez	2	43	1	0	0	2	0	0	0	3	0
Deficiência visual	5 BV	1	0	1	0	1BV	0	0	1	0	0
Deficiência física	10	1	0	1	0	1	0	0	0	4	1
Deficiência múltipla	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Deficiência intelectual	0	0	0	2	0	0	0	0	1	2	0
TEA	3	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Síndromes	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Altas Habilidades/Superdotação	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Total Por Câmpus	33	49	1	5	1	4	1	2	2	10	2
Total Geral	160										

Fonte: DAE

10 Baixa visão

15.3 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO - PROEX

15.3.1 Destaques na gestão da Proex em 2017

A Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, em seu segundo ano de gestão do IFSC (período entre 2016-2019), foi marcada pelo trabalho de implementação da Resolução nº 61/2016/Consup/IFSC na atuação da Extensão e pelo trabalho de implantação do novo portal na atuação da Comunicação.

A implantação do Sigaa Extensão em 2016 foi consolidada em 2017 pelas mudanças de paradigmas nos processos. A Proex gerenciou, por meio do Sigaa, o total de 17 (dezessete) editais de extensão, originados na Reitoria ou no Câmpus (vide [aqui](#)).

A curricularização de extensão, sistematizada nesta [página](#) e continuou com o processo de formação e capacitação nos Câmpus sob demanda agendada. Além disso, ampliou a sua atuação fortalecendo a apreciação prévia de cursos, incluindo no fluxo do Cepe (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão) a etapa de parecer da Diretoria de Extensão.

Na comunicação, as maiores realizações se concentraram no esforço para a implantação do novo portal institucional, o que ocorreu em fevereiro de 2018. Nesse sentido, a equipe passou a se reunir semanalmente com a Diretoria de Tecnologia e Informação no estudo de soluções, implantação, estratégias de migração do portal atual para o novo. A equipe também realizou treinamentos com servidores da Reitoria para a inserção de conteúdo no [novo portal](#).

Outra ação importante da Diretoria de Comunicação foi a contratação de uma ferramenta de gestão denominada *e-mail marketing*. No PAT da Diretoria, havia a previsão da contratação de uma ferramenta denominada *RD Station*, mas que compõe muitas outras funcionalidades além do *e-mail marketing*. Porém, dentro das possibilidades de execução, optou-se por contratar o *e-mail marketing* para desenvolver ações sistemáticas com pesquisas de demandas e análise da inserção socioprofissional dos egressos da instituição.

Essa ferramenta possibilitará a implantação do Observatório de Egressos, criando um canal de comunicação de forma a fomentar e incentivar o retorno dos egressos à instituição para complementar o seu itinerário formativo no IFSC. Também possibilitará fomentar a participação dos egressos em projetos de pesquisa e extensão. E a comunicação poderá prever pautas de divulgação de cursos, palestras, eventos e demais atividades do IFSC.

A análise da área técnica quanto ao uso da ferramenta se dá na perspectiva de que uma ferramenta de *e-mail marketing* não só permite um envio em massa com segurança, como também permite a formatação do *e-mail* em um *layout* atraente, respeita as boas práticas de *e-mail marketing*, oferece métricas de acompanhamento e permite a segmentação por públicos.

No PAT da Extensão também houve um projeto específico para o desenvolvimento de um programa de acompanhamento de egressos, que foi realizado por meio de uma pesquisa com formulário eletrônico acessado pelo *banner* no *site* do IFSC. A ação de aprovação do programa de acompanhamento de egressos foi encaminhada pela Proex na perspectiva de elaboração de uma Política Institucional para egressos. Para esse encaminhamento já houve reuniões entre a Pró-Reitora e a Assessoria Técnica do Gabinete quanto aos aspectos jurídicos do documento.

A Diretoria de Comunicação, por meio da Coordenadoria de Eventos, contribuiu na organização e realização dos eventos institucionais que envolveram toda comunidade acadêmica - o Jifsc e o Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do IFSC (Sepei). Esses eventos são custeados pelo IFSC Rede, com aprovação do Codir, órgão colegiado norteador de diretrizes orçamentárias e administrativas.

O Sepei 2017 foi realizado no Câmpus Itajaí e contou com a colaboração de comissões locais trabalhando em conjunto com a comissão central da Reitoria, composta por membros das três Pró-Reitorias envolvidas: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além desses eventos a Diretoria atuou na organização para participação dos estudantes do IFSC em eventos esportivos da rede federal: JIFSUL e o JIFNACIONAL.

Uma das prioridades da Proex na comunicação foi a estruturação tecnológica para a Diretoria. Dessa forma, o investimento feito foi na aquisição de *softwares* essenciais (como o Adobe e o *Wirecast*) ao trabalho das equipes de programação visual e de jornalismo.

Meados de maio, a Proex recebeu um ofício da Secretaria de Direitos Humanos da Setec para análise sobre adesão ao Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos. Para análise de viabilidade de implementação de ações do pacto, a Proex consultou os membros que compunham o GT Singularidades se haveria interesse e atuação nos câmpus. Após manifestação positiva, a demanda foi apresentada ao Colégio de Dirigentes que indicou um representante de cada câmpus e também diversos servidores da reitoria, sob a coordenação da Proex. Inicialmente da servidora que ocupava a função de Assessora da Pró-reitoria e depois sob a coordenação do Diretor de Extensão.

O alinhamento do pacto à Proex, principalmente, tem a ver com a atuação da extensão na linha temática Direitos Humanos e Justiça, bem como com a atuação com políticas sociais e inclusão.

Após constituído o Comitê Gestor, foi elaborado o plano de trabalho, ele foi entregue à Setec, por meio do Simec. Em sua última reunião, em dezembro de 2017, o Comitê Gestor estabeleceu alguns encaminhamentos para o ano de 2018. Como forma de manter a comunicação e a transparência sobre as ações do Comitê foi criado uma página na *intranet*.

Outro destaque relevante de gestão da Proex no que se refere ao relacionamento com outras instituições está na parceria firmada entre UFSC e IFSC para apoio ao evento Fazendo Gênero e Mundo de Mulheres. A UFSC sediou a 13ª edição do Congresso Mundos de Mulheres (*Women's Worlds Congress*), evento conjunto com o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Congresso, que já aconteceu em Israel, Holanda, Irlanda, Estados Unidos, Costa Rica, Austrália, Noruega, Uganda, Coreia, Espanha, Canadá e Índia, será pela primeira vez realizado na América do Sul.

O apoio do IFSC constituiu no trabalho realizado pelas comissões de roteiros, movimentos sociais e trans identidades, cujas atividades realizadas foram registradas em projeto de extensão que envolveu em torno de 21 servidores na execução e permitiu a atuação de 14 estudantes como monitores do evento. O evento teve a participação de mais de 8.000 pessoas inscritas e contou, em sua abertura, na composição de mesa, com a presença da Reitora do IFSC.

Tanto a parceria com a UFSC quanto o apoio aos eventos Fazendo Gênero e Mundo de Mulheres foram relevantes para a Proex devido ao alinhamento de ações que convergem com a atuação em políticas sociais envolvendo gênero e educação do IFSC.

Em novembro/17, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (ForProex) realizou o seu 42º encontro nacional com o tema “Os rumos da extensão universitária brasileira: 30 anos do ForProex”. O evento contou com a realização conjunta do IFSC, Udesc e UFSC, sob a coordenação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Cada instituição recebeu uma parcela de tarefas e itens a custear. No caso do IFSC, realizamos a transmissão ao vivo da cerimônia de abertura, a cobertura jornalística, a participação de estudantes do curso de eventos do Câmpus Florianópolis-Continente no credenciamento e recepção, a apresentação do Coral do Câmpus Florianópolis, o fornecimento de *coffee break*, a confecção de lona e *banner*.

Importante frisar que nos relatórios individuais das áreas constam os dados e relatos pormenorizados das diretrizes e atividades do ano de 2017.

15.3.2 Planejamento e Orçamento

O planejamento estratégico no IFSC está previsto no Capítulo 3 do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), referente ao período de 2015 a 2019, onde estão elencadas as iniciativas estratégicas que norteiam os processos e as perspectivas de atuação institucional.

Como parte integrante do planejamento há o PAT (Plano Anual de Trabalho) que traduz as ações da instituição por meio de projetos que os interligam às iniciativas estratégicas, com estabelecimento de objetivos e prioridades com a utilização da matriz G.U.T.

O planejamento dos projetos e ações para 2017 foi feito em dezembro do ano anterior e discutidos em gestão para priorização de ações na Reitoria a partir da segunda semana de fevereiro.

A Proex teve seu planejamento previsto com 20 projetos, sendo 10 vinculados à Diretoria de Comunicação e, 10 à Diretoria de Extensão. Alguns desses projetos não têm orçamento específico para sua execução, mas se efetivam na rotina diária da Pró-Reitoria por meio do trabalho da equipe e com os recursos disponíveis.

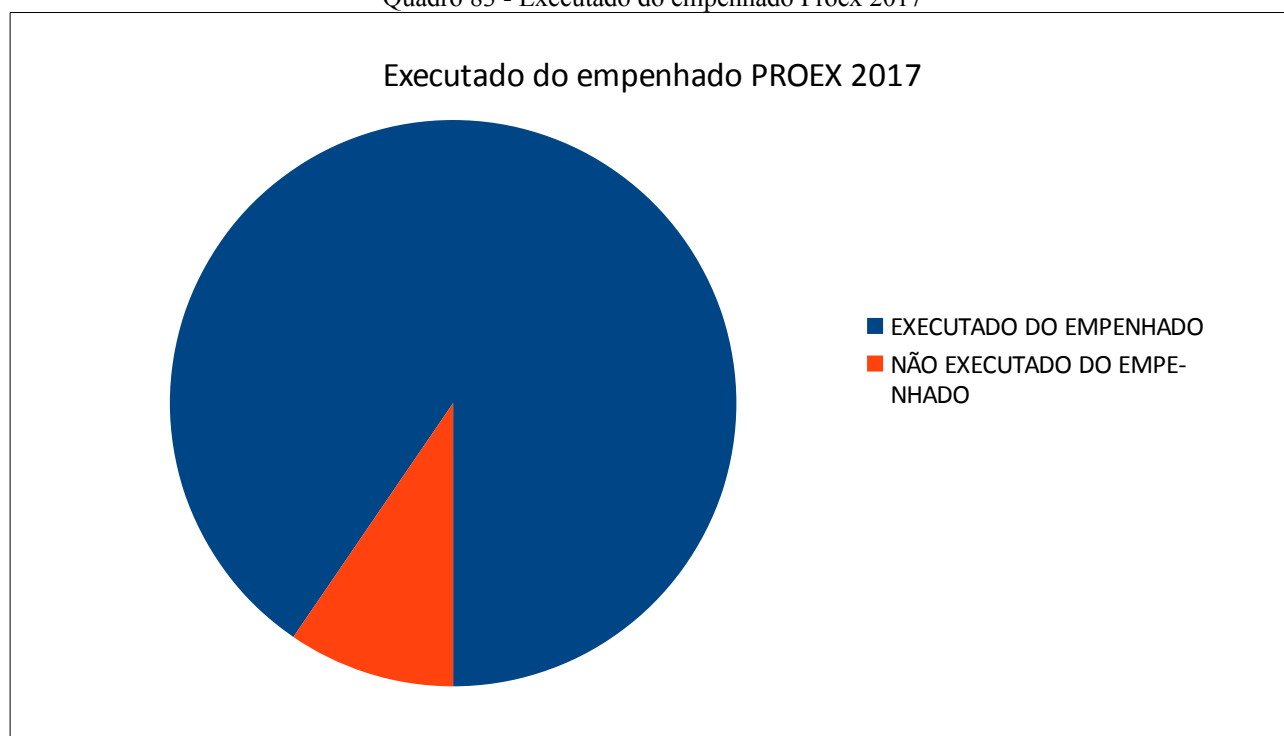
O planejamento inicial ocorreu com base nos recursos recebidos pela instituição. No decorrer do ano foram reajustados os valores na execução conforme o percentual de contingenciamento no orçamento. No final do ano com a liberação de cota de investimento, a Proex tentou priorizar a aquisição de equipamento fotográfico para atualizar o parque tecnológico da Diretoria. Entretanto, por um problema com a empresa fornecedora, não foi possível concluir essa ação planejada. É um desafio para a Proex no ano 2018.

O planejamento reajustado totalizou em torno de R\$ 1.502.816,27 incluindo as fontes de recursos: a) verba PEI - exclusiva para extensão; b) ação 2994 Pnaes; c) custeio Reitoria; d) investimentos Reitoria.

O processo de acompanhamento de execução do PAT é feito pela Assessoria da Proex, como articuladora do PAT e com função no fluxo de solicitação de empenho e pagamento. O acompanhamento é feito com controles de todas as despesas das Diretorias, seja de diárias e passagens, auxílio financeiro a estudante, auxílio financeiro a pesquisador, serviços de pessoa jurídica ou física, consumo ou permanente.

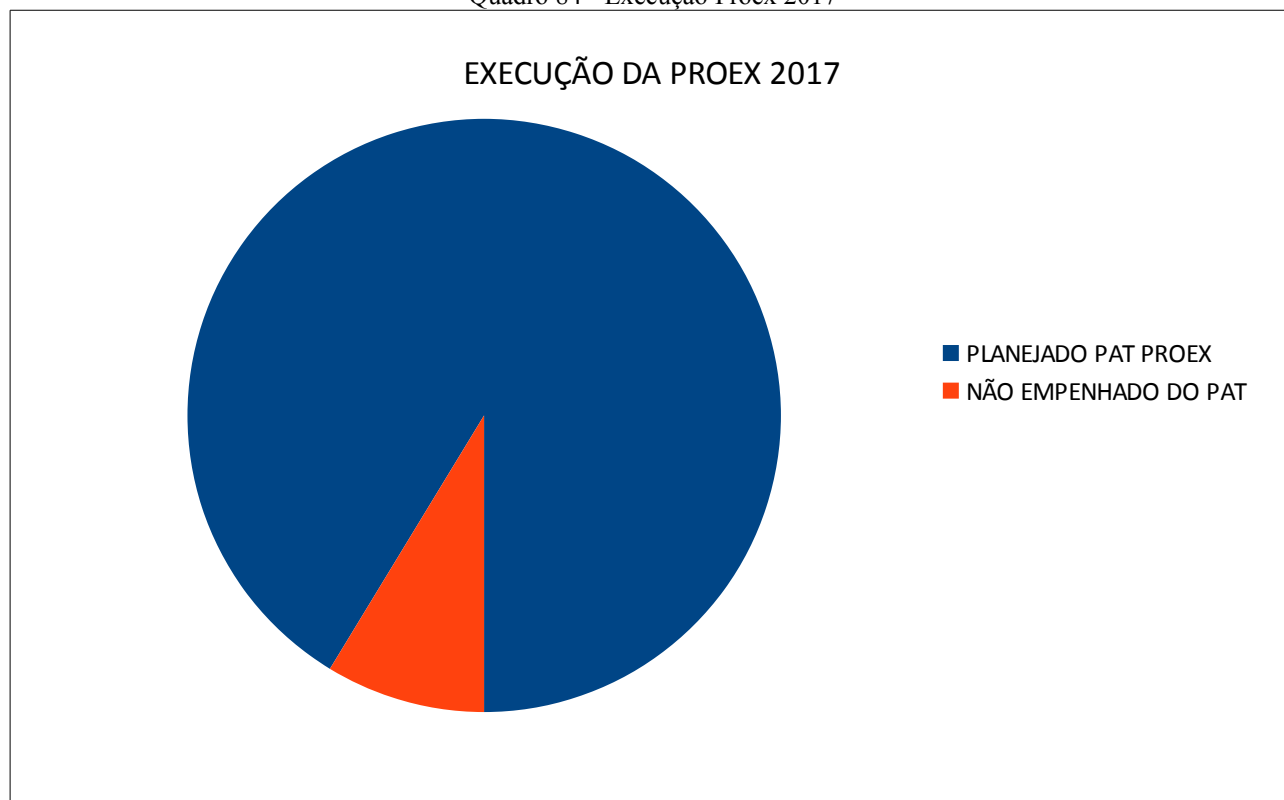
Esse acompanhamento envolve o controle dos valores empenhados, liquidados e pagos. Dessa forma, em 2017, a Proex, empenhou o valor de R\$ 1.349.436,44 enquanto o valor pago correspondeu a R\$ 1.220.670,51, ou seja, o equivalente a 89,80% de execução do orçamento empenhado do orçamento planejado. E considerando o orçamento empenhado a execução da Proex foi de 90,46%.

Quadro 83 - Executado do empenhado Proex 2017



Fonte: Proex

Quadro 84 - Execução Proex 2017



Fonte: Proex

Quadro 85 - Gráficos Proex

GRÁFICOS Proex	
EMPENHADO Proex	90,46%
PLANEJADO PAT Proex	100,00%
NÃO EMPENHADO DO PAT	9,54%

Fonte: Proex

É importante que sejam feitas algumas considerações sobre o planejamento da Proex, pois embora as áreas elaborem o seu planejamento, a execução é conjunta com toda instituição, de forma que a execução dos recursos é feita de forma autorizada pela Diretoria de Administração tendo em vista a visão geral da execução da instituição.

Dessa forma, a priorização da Dircom (Diretoria de Comunicações) se foca no edital dos bolsistas da IFSC TV e no Encontro de Comunicadores, com os recursos que envolvem a reitoria. No caso da fonte de recursos do IFSC Rede, a Dircom têm outras prioridades como a implantação do portal e a realização dos eventos institucionais.

A priorização, no caso da Direx (Diretoria de Extensão), é a publicação de editais de fomento de atividades de extensão com recursos da verba PEI e da ação 2994. Além disso, alguns editais, como o Programa Mulheres **Sim** e **Seurs** utilizam recursos de manutenção da reitoria na sua execução. E, outras ações prioritárias, tais como Memórias não se aposentam, acompanhamento de

egressos, a realização de Encontro EPE (Ensino, Pesquisa e Extensão) sem a utilização de recursos diretos da Proex.

No caso do projeto Desenvolver programa de acompanhamento de egressos que tinha previsão de recursos orçamentários, ele não utilizou os recursos por se focar na elaboração do documento norteador. Embora tenha havido a contratação de *e-mail marketing*, com recursos da Dircom, para atuação nesse projeto.

O projeto “Colaborar na permanência e êxito de estudantes por meio da formação plena cidadã apoiada em oportunidades de atividades artísticas culturais e esportivas” recebe recursos da ação 2994 - Pnaes - para execução na ação apoiar grupos artísticos e culturais do IFSC por meio do segundo edital Didascálico descentralizado e também para manter as orquestras, corais e grupos teatrais em coparticipação dos Câmpus sede. Nesse contexto, os valores de auxílio financeiro são repassados aos estudantes participantes dos projetos. Além disso, no último trimestre do ano, também são disponibilizados recursos de custeio e permanente para os projetos contemplados no edital de arte e cultura permanente do IFSC, cujos valores em 2017 totalizaram em torno de R\$ 166.500,00 de recursos descentralizados aos câmpus para aquisição de itens necessários à execução dos projetos, tais como instrumentos musicais e artigos para teatro.

Dessa forma, compreendemos que cumprimos nossa missão institucional, alinhada às resoluções de extensão, promovendo a inclusão social e a permanência e êxito por meio da distribuição de recursos orçamentários em editais públicos que envolvem atividades artísticas, esportivas, de gênero, científicas, sustentáveis, com participação de servidores, estudantes e comunidade externa.

Quadro 86 - Planejado e Executado Proex

Dircom
PLANEJADO C/CONTINGENCIAMENTO 15% R\$ 188.775,00
EMPENHADO R\$ 156.865,76
EXECUTADO R\$ 144.473,38
92,10% executado do empenhado
76,53% executado do planejado
Direx
PLANEJADO C/CONTINGENCIAMENTO 15% R\$ 819.508,77
EMPENHADO R\$ 705.697,55
EXECUTADO - verba PEI R\$ 650.169,47
92,13% executado do empenhado
79,33% executado do planejado
VERBA 2994 - AÇÕES EXTENSÃO R\$ 426.249,50
EXECUTADO - verba 2994 R\$ 367.889,50
86,31% executado do empenhado
MANUTENÇÃO - Proex
PLANEJADO C/CONTINGENCIAMENTO 15% R\$ 57.983,00
EXECUTADO R\$ 58.138,16
100,26% executado do planejado
Obs.: o executado é o valor efetivamente pago após o empenho.

Fonte: Proex

Quadro 87 - Empenho Execução Proex

Proex	
Total PAT Proex	R\$ 1.066.266,77
Ação 2994 ações de extensão	R\$ 436.549,50
Total =R\$ 1.502.816,27	
Empenhado PAT Proex	R\$ 923.186,94
Empenhado - 2994	R\$ 426.249,50
Total =R\$ 1.349.436,44	
Executado do empenhado	R\$ 852.781,01
Executado 2994 empenho	R\$ 367.889,50
Total =R\$ 1.220.670,51	
89,80% empenhado do planejado	
90,46% executado do empenhado	

Fonte: Proex

15.3.1 Diretoria de Extensão

15.3.1.1 Preâmbulo

Em 2017 as atividades de Extensão no IFSC passaram a ser regidas pela resolução nº 61/2016 do Conselho Superior. A necessidade de atualização das diretrizes dessa área decorre tanto de processo de implementação de novo sistema integrado de gestão quanto ao contexto de qualificação da prática extensionista em curso no país a partir de documentos norteadores, tais como o Plano Nacional da Educação (2014-2024). As diretrizes hoje vigentes na extensão do IFSC refletem ainda uma normativa mais adequada à realidade dos Instituto Federais, com capilaridade geográfica e atendimento educacional para além do ensino superior.

Atualmente, o IFSC desenvolve cinco tipos de atividades de extensão. A saber: programas, projetos, cursos, eventos e produtos. Em 2017 o IFSC desenvolveu dois programas de extensão (Aproex e Mulheres Sim). A partir dos 14 editais de fomento geridos foram desenvolvidos 218 projetos, 195 eventos, 16 cursos e 7 produtos. Juntas, essas atividades impactaram diretamente 164.838 pessoas da comunidade em 34 diferentes municípios. Quanto ao envolvimento de estudantes, obrigatoriedade por concepção do processo extensionista que passou a ser exigida pela nova resolução de diretrizes, conseguimos engajar diretamente 1.468 discentes. Por oportuno, considerando ser o tipo de atividade mais recorrente, apresentamos a seguir um quadro que mostra a distribuição dos projetos de extensão por áreas temáticas:

Quadro 88 - Distribuição dos projetos desenvolvidos em 2017 por área temática

Área temática	Projetos
Comunicação	14
Cultura	38
Direitos Humanos e Justiça	8
Educação	75
Meio Ambiente	18
Saúde	20
Tecnologia e Produção	35
Trabalho	10
Total	218

Fonte: Sigaa

15.3.1.2 Desembolso Financeiro

Em 2017 a Diretoria de Extensão gerenciou repasses num valor total de R\$ 923 mil em recursos financeiros para desenvolvimento de projetos de extensão fomentados por meio de editais. O desembolso dos recursos para desenvolvimento dos projetos de extensão é feito nas rubricas 339048 (Auxílio Financeiro a Servidores) e 339018 (Auxílio Financeiro a Estudante). Os projetos fazem parte do Plano Anual de Trabalho (PAT) 2017 da Reitoria do IFSC e alguns remanescentes do PAT 2016. Abaixo apresentamos o número do projeto cadastrado no PAT, o desembolso dos recursos e os editais de chamada pública, vinculados ao mesmo:

Projeto 22/PAT2016 (Incentivo e divulgação da arte cultura e esporte) fomentou R\$ 27.600,00 em recursos por meio dos editais Proex 02/2016, Proex 03/2016, Proex 04/2016 e Proex 05/2016.

Projeto 12EXT (Colaborar em políticas públicas via ações de extensão pensadas à superação de questões sociais consideradas graves no estado e no país gerando oportunidade aos atendidos por meio da educação profissional) fomentou R\$ 56.000,00 em recursos por meio do edital Proex 07/2017 (Programa Mulheres Sim).

Projeto 14EXT (Colaborar na permanência e êxito de estudantes por meio da formação plena cidadã apoiada em oportunidades de atividades artísticas culturais e esportivas) fomentou R\$ 377.400,00 em recursos por meio dos editais Proex 03/2017 e Proex 15/2017.

Projeto 17EXT (Promover ações de engajamento da comunidade acadêmica em atividades de extensão) fomentou R\$ 4.700,00 em recursos por meio do edital Proex 08/2017 (Projeto Rondon).

Projeto 18EXT (Fomento a projetos de extensão nos níveis inicial, básico e intermediário) fomentou R\$ 453.300,00 por meio dos editais Aproex 03/2016, Aproex 01/2017 e Aproex 02/2017.

Projeto 20EXT (Edital Proen - Proex - Certific) fomentou R\$ 4.000,00 em recursos por meio do edital Proen/Proex 01/2017.

O Projeto 18EXT/PAT 2017 (Fomento a projetos de extensão nos níveis inicial, básico e intermediário) foi apoiado por meio dos editais do Programa Aproex (Apoio a Projetos de Extensão) do IFSC. Os editais vinculados ao Aproex oportunizam a participação de servidores (docentes e técnicos administrativos) e estudantes no desenvolvimento de projetos de extensão com aporte de recursos financeiros. Ao longo do ano letivo foram fomentados os seguintes editais:

Aproex 01 - Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão, com período de execução de 5 (cinco) meses;

Aproex 02 - Programa Institucional de Apoio a Pequenos Projetos de Extensão, com período de execução de 2 (dois) meses;

Aproex 03 - Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão, com período de execução de 12 (doze) meses. Nesse caso, o desembolso em 2017 ainda é referente à continuação dos projetos apoiados pelo edital Aproex 03/2016.

15.3.1.3 Fomento à Cultura

Em 2017 a Proex lançou o “Edital do Programa de Fomento a Projetos Permanentes de Arte e Cultura”, cujo objetivo é apoiar projetos com ênfase em atividades de extensão da área temática “Cultura” especialmente a manutenção de projetos permanentes.

As atividades contempladas que venham a ser fomentadas pela Proex terão como contrapartida do câmpus sede, por projeto contemplado, 10% (dez por cento) do orçamento global aprovado para o referido projeto, visando assim, ampliar nos próximos exercícios, o número de propostas, com exclusividade à área temática “Cultura”, fomentadas pela Proex no IFSC. 200 estudantes extensionistas foram beneficiados com bolsas nesse Edital, como também, 13 coordenadores dos projetos (Docentes e /ou TA)

Nove câmpus aprovaram seus projetos conforme segue abaixo:

1. Orquestra Experimental do IFSC Câmpus Florianópolis
Grupo Teatral Boca de Siri - 22 anos Câmpus Florianópolis
Coral do IFSC Câmpus Florianópolis
2. Oficinas Musicais e Câmpus Sociais - Câmpus Jaraguá do Sul
3. IFSC e Arte Urbana: a cidade em movimento - Câmpus Gaspar
4. Atividades Artísticas no Câmpus São Carlos
5. Pesquisa Teatral no IFSC Câmpus Caçador
6. Cultura e Arte na Biblioteca - Câmpus Garopaba
Arte Educação - Câmpus Garopaba
7. IFSC SESC em Atos - Câmpus Canoinhas
8. Cia. de Teatro do IFSC - Câmpus Joinville
10. DCENICO - Diálogo integrador da linguagem audiovisual digital (DCine) - Câmpus Joinville
11. Intervalo Cultural no IFSC Câmpus Chapecó

Entre os projetos aprovados vale ressaltar aqui a Orquestra Experimental do IFSC que completou 18 anos em 2017 e, para além dos muros do Câmpus, apresenta-se pelo Brasil em diversas apresentações.

O Boca de Siri completou 22 anos de trajetória no IFSC e cumpre com um importante papel artístico, pedagógico e cultural que envolve estudantes e servidores do IFSC, assim como a comunidade externa à instituição. A história e trajetória desse grupo encontra-se neste [site](#).

Assim como a Orquestra o Coral do IFSC desempenha um papel importante de integração Escola versus Comunidade. Em 2018, o Coral completará 40 anos de existência.

Pelo segundo ano consecutivo foi lançado o Edital: Mostra de Arte e Cultura Didascálico do IFSC, cujo objeto é selecionar Eventos Culturais de extensão que promovam a divulgação das ações locais de cada câmpus de caráter artístico-cultural e fim específico à utilização ou à circulação pública de bens culturais.

Foram apoiados 18 eventos nas mais diversas áreas de cultura e 95 estudantes extensionistas foram beneficiados, como também, 18 coordenadores dos projetos (Docentes e/ou TAE). Abaixo os projetos desta II Mostra de Arte e Cultura Didascálico:

- II Mostra de Arte e Cultura Didascálico do IFSC câmpus Tubarão
- 2ª Mostra de Arte e Cultura IFSC Câmpus Garopaba - Arte por toda parte.

- Programação Cultural da IV Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça - Gaspar
- I Expressarte - Conectando Linguagens - Caçador
- OCUPAÇÃO CULTURAL IFSC CONTINENTE
- Mostra de Arte inclusiva - Chapecó
- 2º Festival de Arte e Cultura do IFSC São Miguel do Oeste.
- 2ª Mostra de Arte do IFSC - Câmpus Joinville
- II Semana de Arte e Cultura Bilingue - Palhoça
- MARISCADA CULTURAL COM RISOTO DO “SEU ARILDO” - Itajaí
- 2ª Mostra Curto-circuito de Arte e Cultura - Criciúma
- Caminhos da Dança: Saúde, Movimento e Alegria! - Florianópolis
- “ENCONTRO CULTURAL GAIOLA DOS LIVROS LIVRES” - São Lourenço do Oeste
- CORA CORALINA, PRESENTE!": OFERTA DE ARTE E POESIA A UMA ESCOLA PRIMÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC
- Concertos de Fim de Ano - 2017 - Jaraguá do Sul
- *Halloween* na serra: um resgate da cultura local - Urupema
- Semana de Arte e Cultura do IFSC - Câmpus Araranguá (2ª edição)
- Senta que lá vem a história: ciclo de contações - Gaspar

Em 2017, o IFSC a partir da Proex participou novamente da Semana de Museus 2017, cujo tema foi “Museus e histórias controversas: dizer o indizível em museus”. Em diversos câmpus aconteceram atividades de vários formatos relacionados com a temática anual. A programação encontra-se no [link](#).

Dando continuidade ao Projeto “Memórias não se Aposentam”, foi lançada a série de reportagem “Memória IFSC”, uma produção da IFSC TV para resgatar as lembranças vivenciadas por servidores e estudantes do IFSC. Dentre as reportagens destacam-se: As Primeiras Mulheres, Franklin Cascaes na Escola Técnica e Compartilhe suas histórias. Para assistir basta acessar o Canal IFSC no [Youtube](#).

Além dos Editais que têm como objeto próprio a Cultura, percebemos que outras chamadas gerais via Proex (com fomento), há uma expressiva participação de projetos e/ou eventos relacionados com área temática “Cultura”. No Proex/2 foram contempladas 16 atividades e no Proex/12 tivemos 11 contemplados. Já no Edital Fluxo Contínuo I (sem fomento) houve 39 atividades e no Fluxo Contínuo II contamos com 39 participações.

15.3.1.4 Programa Mulheres SIM

Na temática de gênero, foi realizada nova edição do Programa Mulheres SIM, coordenado pela Diretoria de Extensão. Por meio do edital Proex 07/2017 foram contemplados 10 câmpus (Caçador, Chapecó, Criciúma, Canoinhas, Garopaba, Gaspar, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê). O Programa ocorreu entre os meses de agosto e dezembro de 2017, e assim como nas edições anteriores, promoveu a dignidade a aproximadamente 300 mulheres participantes, empoderando-as nas diversas situações de suas vidas, por meio de conversas sobre cidadania, violência contra a mulher, aulas de informática, matemática, artesanatos, culinária e tantas outras.

O incentivo à produção e comercialização de seus produtos na perspectiva da Economia Solidária é um dos pontos importantes do Programa, cujo o foco é de respeitar os conhecimentos já adquiridos das alunas e criar espaço para a aquisição de novas habilidades. Além disso, dentre os objetivos do Programa está o de proporcionar às alunas a continuidade dos seus trabalhos de maneira autônoma, por meio da aproximação com o movimento de Economia Solidária.

Quadro 89 - Dados do Programa Mulheres Sim

Dados do Programa Mulheres Sim					
Câmpus Ofertante¹	Programa Mulheres SIM	Total de Cursos Ofertados	Total de Vagas Ofertadas	Total de Matrículas efetuadas	Total de Alunas Concluintes
Câmpus Araranguá		0			0
Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste	x	1	30	29	22
Câmpus Caçador	x	1	40	40	23
Câmpus Canoinhas	x	1	30	30	26
Cerfead		0			0
Câmpus Chapecó	x	1	15	15	15
Câmpus Criciúma	x	1	40	40	29
Câmpus Florianópolis		0			0
Câmpus Florianópolis-continente		0			0
Câmpus Garopaba	x	1	30	24	19
Câmpus Gaspar	x	1	30	29	24
Câmpus Itajaí		0			0
Câmpus Jaraguá do Sul		0			0
Câmpus Jaraguá do Sul-Rau		0			0
Câmpus Joinville		0			0
Câmpus Lages		0			0
Câmpus Palhoça		0			0
Câmpus São Carlos		0			0
Câmpus São José		0			0
Câmpus São Miguel do Oeste	x	1	30	30	30
Câmpus Tubarão	x	1	40	25	33
Câmpus Urupema		0			0
Câmpus Xanxerê	x	1	20	19	15

¹ Câmpus Ofertante: marcar com "x" na(s) célula(s) correspondente ao(s) câmpus que oferta(m) curso(s) do Programa Mulheres SIM.

Fonte: Direx

15.3.1.5 Ação cidadã e social de estudantes e servidores

Estudantes e servidores do IFSC participam em julho de 2017 do Projeto Rondon - Operação Caminhos do Sul. As atividades foram organizadas pelo Núcleo Extensionista Rondon - Udesc, tendo o IFSC como parceiro institucional. Foram selecionados 15 estudantes dos câmpus Caçador, Canoinhas, Florianópolis, Florianópolis-continente, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Jaraguá do Sul, Lages e São Miguel do Oeste foram selecionados por meio do edital Proex 08/2017. Além dos estudantes, cinco servidores dos câmpus Caçador, Florianópolis, Garopaba e São Miguel do Oeste também integraram a operação. Durante dez dias, equipes de diversas instituições de ensino realizarão atividades com a comunidade dos municípios parceiros nas oito áreas da extensão universitária: educação; saúde; meio ambiente; direitos humanos e justiça; cultura; comunicação; trabalho; e tecnologia e produção.

O projeto Rondon busca somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável e para a construção e promoção da cidadania. Em suas operações, o Rondon desenvolve ações que tragam benefícios permanentes para as comunidades, principalmente as relacionadas com, a melhoria do bem-estar social e a capacitação da gestão pública.

Os depoimentos dos estudantes registraram o contentamento na participação da operação, na medida em que se colocavam disponíveis às pessoas das comunidades, puderam então, ampliar seus horizontes e também cumprir parte do dever de responsabilidade social da instituição.

Ainda sobre essa temática, no ano de 2017 ocorreram reuniões com o Ministério Público, Ministério do Trabalho e Emprego e outras instituições a fim de organizar a Semana Inclusiva na grande Florianópolis. Durante a Semana Inclusiva, ocorreram diversas atividades de conscientização da inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, finalizando com o evento “Feirão Dia D”, o qual ocorreu no Câmpus Florianópolis em 23 de setembro de 2017. Esse evento proporcionou às pessoas com deficiência uma oportunidade de entregar os seus currículos e conversar com empresas, as quais precisam cumprir suas cotas destinadas a esse público.

Estudantes do curso Técnico em Eventos, do Câmpus Florianópolis-continente, atuaram como voluntários no evento “Feirão Dia D”, auxiliando as pessoas com deficiência a preencherem seus cadastros, recepcionando-as e também orientando-as. Para esclarecer os estudantes em como prestar auxílio às pessoas com deficiência, foi organizada previamente uma palestra aos estudantes no câmpus Florianópolis-Continente, com alguns integrantes da comissão do evento, uma representante do Ministério Público, uma da Associação Catarinense para a Integração do Cego (Acic) e uma da Fundação Catarinense de Educação Especial de Santa Catarina.

Além dessas atividades, no ano de 2017, a Direx participou de reuniões no Fórum Estadual de Economia Solidária, inteirando-se dos conceitos, princípios e atividades do movimento, analisando de que modo essas atividades com ideologia alternativa ao mercado se entrelaçavam com as atividades desenvolvidas no Programa Mulheres SIM.

15.3.1.6 Revista Caminho Aberto

A revista Caminho Aberto é uma publicação científica interdisciplinar impressa e digital, de periodicidade semestral, com foco em atividades de extensão de todo o território nacional. Visa a socializar as práticas educacionais desenvolvidas pelas instituições de ensino com os diversos atores da sociedade, de modo a fortalecer a integração entre o ensino e a pesquisa.

Com sete edições publicadas desde seu lançamento, em dezembro de 2014, a revista já recebeu aproximadamente 280 submissões, que passaram avaliações realizadas por mais de 300 avaliadores externos. A “Caminho Aberto” já publicou seis edições que totalizam 84 trabalhos das oito áreas temáticas da extensão. A equipe editorial é composta por 1 editor geral, 1 editor-assistente, 17 membros do conselho editorial, 12 editores de seção, 14 revisores textuais e 1 designer. A versão eletrônica da “Caminho Aberto” tem 1.219 leitores cadastrados e tem média de 40 acessos por dia.

A revista de extensão do IFSC está com mais um período de submissões abertas até 28 de fevereiro de 2018 e prestes a publicar sua sétima edição. Ao longo dos anos diversas ações de melhoria foram implementadas como, por exemplo, a reformulação dos formulários de avaliação, cadastro nas bases de dados abertas, uso de recurso visual para facilitar a leitura online, dentre outros. Em 2018 pretende-se aprimorar o design do *site* da revista, bem como incorporar novas funcionalidades para auxiliar na gestão editorial e no acesso à informação para os usuários. Em 2019, pretende-se deflagrar ações de *marketing* para o lançamento da 10 edição da Revista Caminho Aberto, que já é considerada referência nacional em extensão.

15.3.1.7 Formação de Extensionistas - Curso Práticas Extensionistas (Inovação Social)

Sabe-se que as atividades de extensão já são uma realidade nos câmpus do IFSC. Porém, para muitos estudantes e servidores, esse conceito ainda é de difícil entendimento. Pensando em qualificar as práticas extensionistas dos institutos federais, o IFSC preparou o curso “Formação Continuada em Práticas Extensionistas com base na Inovação Social”, na modalidade a distância. O objetivo da oferta que está sendo reeditada em 2018 é qualificar servidores e estudantes envolvidos em projetos de extensão. O curso apresenta vários elementos inovadores, desde seu planejamento e proposta pedagógica. Essa proposta formativa é alimentada a partir da combinação de fontes de pesquisa diversas e da realização de cocriações com os públicos estratégicos. Para ser elaborado coletivamente, o projeto pedagógico utilizou-se de técnicas de *design thinking*.

O curso tem três componentes curriculares: “Aspectos teóricos da Extensão”, “Análise e vivência no contexto local” e “Desenho de uma intervenção”, cada uma com carga horária de 30 horas. Na primeira componente foram abordados temas teóricos, legislação, histórico, o impacto da extensão na formação do estudante, entre outros.

A segunda e a terceira componentes envolvem atividades práticas. Os estudantes realizaram visitas técnicas em empresas, institutos de pesquisa, incubadoras, organizações não-governamentais, *startups*, movimentos sociais, centros de referência em assistência social, entre outras organizações que atendam demandas de interesse público em iniciativas sociais, ambientais ou econômicas. A partir da visita, os estudantes foram desafiados a elaborar uma proposta de intervenção para atender as demandas e oportunidades identificadas.

Durante o segundo semestre de 2016 realizou-se a turma-piloto do referido curso, a qual favoreceu o desenvolvimento de novas habilidades que fomentaram ideias inovadoras e de impacto positivo no desenvolvimento local e regional onde esses estudantes e servidores estão inseridos. Algumas avaliações da primeira oferta realizada com noventa matrículas para servidores e estudantes do IFSC apresentam uma percepção muito positiva por parte dos cursistas.

Realizou-se duas ofertas semestrais totalizando 120 estudantes atendidos em 4 turmas ao longo de 2017 (2 por semestre). Além dos coordenadores de extensão do IFSC, a formação atendeu servidores de diversos Institutos Federais. Tal configuração tem contribuído para a gestão do conhecimento da Rede Federal de Educação, já que possibilita o compartilhamento de conhecimentos, de boas práticas e o aprendizado em rede entre os servidores dessas instituições. Seguem previstas para 2018 novas ofertas dessa formação com foco na continuidade da qualificação das atividades extensionistas.

15.3.1.8 A curricularização da prática extensionista nos currículos do ensino superior do IFSC

A extensão universitária é uma atividade entendida no cotidiano das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras como complementar aos processos de ensino e de pesquisa. Historicamente pode-se afirmar que a extensão ocupa lugar inferior ao da pesquisa e, certamente, ao do ensino. Essa constatação não é novidade para educadores e tão pouco para estudantes. Esse cenário pode ser constatado pelo desconhecimento de alguns atores sociais quanto a existência da extensão ou das funções e conceitos da atividade-fim em suas universidades e institutos.

Se a observação livre de apanhados históricos permite perceber que o ensino e a pesquisa ocupam lugar de destaque na educação superior brasileira, a perspectiva discursiva denota outra realidade. Calcados no conceito de “indissociabilidade”, universidades, institutos e centros universitários investem páginas documentais em torno de um fenômeno que em determinadas circunstâncias pode ser visto como utopia: a união exitosa de atividades de ensino com as pesquisas e as de extensão. A frase “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” é utilizada repetidas vezes em documentos institucionais sem que necessariamente traga a semântica do fazer educacional desenvolvido na prática por seus redatores. Essa problemática da homologia discursiva foi discutida por Possa, Araújo e Heberlê (2008) e ainda mantém-se bastante verificável.

Pondo de lado a questão do discurso massivo da indissociabilidade, os casos de êxito na integração de **prática extensionista e processo formativo** de estudantes brasileiros aparecem cada

vez mais, desafiando instituições e profissionais da educação a atualizarem-se. Essas ações exitosas resultam de iniciativas próprias das instituições ou são decorrentes de fomento externo (público e privado). Apesar dos avanços desde a Carta de Córdoba (1908), pode-se afirmar que no Brasil a extensão carece de maior investimento para se consolidar (DE MELO NETO, 2002).

O contraste presente nas políticas de fomento à pesquisa e à extensão pode ser exemplificado a partir do Programa de Extensão Universitária (Proext) e do chamado auxílio pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Proext trata-se do único edital nacional de apoio à extensão e foi criado em 2008. Conforme relatórios do Portal da Transparência, em 2015 o Proext distribuiu orçamento na ordem de R\$ 19,2 milhões. Já para a pesquisa, no mesmo ano, somente considerando auxílio ao pesquisador, relatórios do CNPq indicam repasse de R\$ 319,7 milhões. Defende-se, contudo, que o aumento do fomento deverá ser percebido em paralelo à qualificação do trabalho extensionista, uma aposta do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (ForProex) que batalhou para incluir a extensão nos currículos dos cursos superiores (DE DEUS, 2012).

Essa observação de valores, políticas, discursos e práticas não pode ser tão linear. Por isso, são necessárias algumas ponderações. A primeira refere-se à recente expansão do ensino superior no Brasil e a segunda versa sobre a dificuldade que existe no cotidiano de docentes e pesquisadores ao entendimento de extensão enquanto pressuposto à pesquisa aplicada. Embora tenha sido encarada como utópica por diversos autores e correntes político-institucionais, a visão de o Ensino e a Pesquisa “serem” indissociáveis da Extensão tem se mostrado potencial à qualificação da educação em diversas nações desenvolvidas.

Chega-se a um limiar de discussão que pode ser sintetizado da seguinte perspectiva: praticar a indissociabilidade é uma ação inédita na história da educação nacional e para iniciar o processo é necessário iniciativa, experimentação, reflexão, revisão, iniciativa de segundo nível, experimentação (...). Extensionalizar o currículo de formação das ofertas do IFSC é colaborar para a necessária atualização da abordagem didática caminhando ao encontro da corrente dialógica e significativa. Ficar indiferente ao processo mantendo as práticas pedagógicas majoritárias do modelo de ensino tradicional pode comprometer o projeto da Rede Federal de EPCT. Os indicadores da educação espanhola exemplificam essa curva de fracasso (OECD, 2014).

Ainda no campo das nuances possíveis no cenário da curricularização de atividades de extensão no ensino superior brasileiro, que implica pragmaticamente numa mudança de abordagem didático educacional, há de se apontar as mudanças recentes nas ecologias comunicativas, em transformações desde o advento da *Internet* (PASSARELLI, 2014; DI FELICE, 2012; PIREDU, 2014). A descentração do livro impresso no universo cultural, a ubiquidade e a mobilidade das tecnologias digitais contemporâneas e as mudanças no que pode ser chamado de “prosumidor” - um cidadão recente em nossa história que manifesta comportamentos e hábitos que precisam ser melhor compreendidos. As referências a esse respeito encontram-se no universo das literacias digitais (UNESCO, MIL, p. 28).

15.3.1.9 Oportunidade no horizonte

A aposta mais recente do Estado brasileiro para fomentar a extensão está no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), especificamente na meta 12. Esta prevê a inclusão de no mínimo dez por cento da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão. As IES começaram tais ajustes em 2015, esforços inéditos na maioria dos casos. O objetivo do movimento pode ser resumido em tirar o estudante da sala de aula tradicional e colocá-lo em vivências reais, desafiadoras e inventivas (YOUNG, 2007).

Como pano de fundo dessa abordagem pragmática de incluir atividades de extensão no currículo dos cursos superiores reside um desafio antigo de movimentos da rede extensionista brasileira: tornar realidade a aprendizagem dialógica e significativa tanto para os aprendizes e

educadores quanto para a sociedade externa à IES - que se torna parte do movimento e recebe benesses vindas da ação (não mais discursiva) da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

O processo de curricularização da extensão é coordenado pela Diretoria de Extensão, que fica localizada na Reitoria do IFSC, na capital Florianópolis. Um dos primeiros desafios da equipe de execução da curricularização reside justamente na comunicação dos envolvidos, considerando que nem todos os educadores têm atuação extensionista e, principalmente, que para “incluir no currículo” é necessária antes uma etapa reflexiva e administrativa de formação e revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

A estratégia de curricularização da extensão no IFSC pode ser sintetizada nas seguintes etapas: (1) sensibilização para o potencial da extensão; (2) formação de extensionistas; (3) revisão dos PPC; (4) acompanhamento pedagógico e gestão do ensino integrado à pesquisa e à extensão; e (5) balanço social institucional por curso curricularizado com programa de acompanhamento de egressos.

Para centralizar a comunicação do processo de curricularização de atividades de extensão foi criado um *hotsite*. A página virtual foi planejada para disponibilizar os textos básicos da área de extensão, compartilhar vídeos que exemplificam a atuação noutras universidades e institutos, permitir a interação entre os envolvidos do IFSC e de outras instituições, disseminar conceitos centrais da extensão em linguagem acessível e pragmática, apresentar o cronograma de atendimento da meta 12 do PNE 2014-2024 pelo IFSC e promover o acesso público dos projetos de cursos, ementas e atividades desenvolvidas nos 22 câmpus. Concomitante à página *web*, a instituição promove uma campanha de comunicação em redes sociais digitais com pílulas que reforçam os conceitos da extensão, destacam as datas principais e divulgam eventos e publicações relacionadas.

Já em relação à formação de extensionistas, foi planejada a oferta de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) com 96 horas de duração, a distância, via plataforma *Moodle*. O curso está na quinta ofertada. Ao final da formação os participantes apresentam uma proposta de intervenção extensionista, que é elaborada com orientação ao longo das aulas. Além da curricularização, a formação de extensionistas apresenta e discute temas como empreendedorismo; empregabilidade; economia solidária; inovação social; *startup* e movimento empresa júnior.

Para a revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), são realizadas reuniões de imersão em todos os 22 câmpus, com participação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos atuais 52 cursos envolvidos, discentes, coordenadorias pedagógicas e gestores locais. Há intenção de, mais tarde, envolver representantes da comunidade externa.

Quanto ao acompanhamento pedagógico e gestão do ensino integrado à pesquisa e à extensão, há de se destacar a importância do trabalho de equipes multiprofissionais, como pedagogos, assistentes sociais, professores, gestores e líderes comunitários. Sinaliza-se para uma máxima possível na qualificação da extensão: o Instituto conquista seu espaço no relacionamento com o mercado local, em seu contexto alargado pelo digital.

Criar, ofertar e manter cursos de graduação em cidades sem tradição e histórico de oferta exige da instituição um afino bastante coerente com as demandas locais, da indústria, do comércio, da agricultura e assim por diante. Daí a importância de pensar e rever o currículo à luz das realidades idiossincráticas, garantindo a universalidade que o perfil do egresso exige.

Na esteira desta lógica do currículo intimamente alinhado ao contexto local, sem perder de vista a formação que o grau superior confere, o papel da extensão é reforçado. Um graduado egresso que saiu do interior para estudar na capital tende a mover seu *know-how* para centros empregadores consolidados. O movimento de interiorização da oferta da educação superior desafia (pelo currículo) que a formação dê aos egressos subsídios inventivos para que estes busquem o desenvolvimento no seu próprio entorno, enfraquecendo movimentos de êxodo de gerações economicamente ativas.

Espera-se em médio prazo a geração de balanço social institucional em cursos curricularizados com programa de acompanhamento de egressos, o que permitirá um comparativo

da inserção dos cursos superiores do IFSC antes e depois da obrigatoriedade de atividades de extensão.

Hoje, sem atividades curriculares de extensão obrigatórias nos currículos, sabe-se que o envolvimento dos estudantes do IFSC é de 28,7%. Um primeiro indicador comparativo que deverá surgir nesse sentido, ano a ano até 2024, é o aumento de registro de projetos e programas de extensão do IFSC, bem como da porcentagem de estudantes envolvidos nestes, consequência da necessidade de oferta de atividades dessa natureza aos graduandos ao longo do curso.

15.4 DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

A Diretoria de Comunicação traçou, como objetivo para 2017, a entrega do novo portal da instituição. Esse objetivo impactou diretamente o andamento da diretoria, fazendo com que o trabalho fosse concentrado nessa ação em diversas épocas do ano. Porém, com o esforço e dedicação de todos os servidores da Dircom, foi possível atender essa demanda e continuar com aquelas normais ao seu funcionamento.

15.4.1 A Equipe

A equipe responsável por desempenhar as funções que competem à Diretoria de Comunicação (quadro de pessoal) fechou o ano de 2017 com a seguinte composição:

- 1 (um) Professor EBTT, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de *Marketing* e Jornalismo, Uorg formalmente responsável pela IFSCTV;
- 1 (um) Relações Públicas, cedida para atuação no IFGoiano/MEC/Setec/NEPI;
- 3 (três) Assistentes em Administração, um ocupante do cargo de Coordenador de Eventos e dois com atuação focada na equipe de Programação Visual, dos quais, ainda, um deles cedido para atuação no Centro de Referência em Formação EAD;
- 2 (dois) Estagiários, um atuando na área de jornalismo e outro no *Design*;
- 6 (seis) Jornalistas, estando um deles no Cargo de Diretor de Comunicação, um vinculado à IFSCTV e os demais (4) à Coordenadoria de Jornalismo da Reitoria, dos quais um está afastado para pós-graduação;
- 6 (seis) Bolsistas, de diversas formações, vinculados ao Projeto de Extensão da IFSCTV;
- 3 (três) Programadores Visuais, sendo um deles na função de Coordenador de Jornalismo e dois atuando na equipe de Programação Visual;
- 1 (um) Técnico em audiovisual, com atuação na IFSCTV como Coordenador de Transmissões ao vivo;
- 1 (um) Tecnólogo em Produção Multimídia, com atuação na IFSCTV como Coordenador de Produção Multimídia.

15.4.2 A Dircom e o PAT 2017

Dentre os projetos previstos no PAT 2017, constava o de reestruturação da Dircom, o que incluía um estudo para reorganização do organograma da Diretoria e da sua vinculação à árvore institucional. O projeto não foi realizado em razão da priorização de outras demandas. Todavia, em estudo realizado por Silva (2014)¹¹, no qual houve mapeamento detalhado de todos os processos que são realizados pela Dircom, apresentou-se proposta estrutural e de cargos que pode apresentar-se como solução para os desafios desta Diretoria.

11 SILVA, Felipe Ferreira Bem. **Redesenho da estrutura organizacional na perspectiva do mapeamento de processos**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.tede.udesc.br/bitstream/handle/129/1/120596.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2016.

Outras atividades do PAT foram completadas com êxito, de acordo com a avaliação da diretoria. O projeto Campanha Estadual de Ingresso, vinculado à ação estratégica do PDI P0204 (Aprimorar a Divulgação do Ingresso) é um dos projetos mais importantes e para ele há o reforço de verba de publicidade de utilidade pública.

As despesas com ações de publicidade englobam as duas grandes campanhas de ingresso de 2017, com entrada de novos alunos no primeiro e no segundo semestres. Além disso, entrou na conta a divulgação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e da inscrição do candidato no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

São produzidos materiais de divulgação veiculados na mídia, tanto *online* quanto *offline*, tais como *spots* para rádio, *videotape*, anúncio em jornais, *outdoor* e *busdoor*, dentre outros. Ainda, foram desenvolvidos materiais impressos como faixas, cartazes e *flyers*. A despesa anual foi de **RS371.779,26**, e contempla as duas campanhas de ingresso, tanto os valores que foram investidos via IFSC Rede, como aqueles que foram executados pelos câmpus do IFSC.

Em relação ao ano anterior, o valor total da despesa caiu. O quadro de detalhamento solicitado para prestação de contas encontra-se em arquivo anexo, conforme modelo. Mais detalhes sobre as campanhas de ingresso que foram trabalhadas constam neste relatório.

Em parceria com o Departamento de Ingresso (Deing), a Dircom propôs e teve aprovado um novo fluxo para a organização das informações de divulgação dos cursos no ano anterior. A **IN04/2016** estabeleceu procedimentos e mecanismos para que os câmpus possam registrar suas ofertas, assegurando o trâmite dos cursos nos colegiados institucionais competentes em prazo que possibilite a correta inserção nas peças de divulgação produzidas pela Dircom e a elaboração dos instrumentos convocatórios (editais) pelo Deing, assim como a organização geral dos processos seletivos (elaboração de provas, alocação de espaços, seleção de fiscais, etc).

Em 2017 a Dircom trabalhou com a análise de dados estatísticos referentes ao número de inscritos relacionando as ações de comunicação que foram feitas para atingir esses números. Assim, foi verificado nos relatórios que a informação de que o IFSC está com vagas abertas e os cursos ofertados está chegando àqueles que são público-alvo da instituição. Os números foram apresentados em reunião ordinária do Colégio de Dirigentes (Codir) para a gestão e diretores-gerais dos câmpus do IFSC.

Outro projeto, Plataforma de relacionamento com egressos, vinculado à ação P0503 (Criar Mecanismos de Comunicação com o Egresso) foi concluído em colaboração com a Diretoria de Extensão por meio da contratação de ferramenta de *E-mail Marketing* e de um espaço no portal institucional para a captação desse egresso. Assim, conseguimos mapear e nos comunicar com esse ex-aluno de maneira mais fácil.

Em 15 e 16 de agosto, esta diretoria realizou o Encontro de Comunicadores. Foram dois dias de discussões e capacitações com os responsáveis pela comunicação nos câmpus e reitoria. Foram cerca de 40 servidores participantes, numa ação que corrobora o projeto Implantação da Política de Comunicação, vinculado à ação P0601 (Implantar a Política de Comunicação). A política existe desde 2013 de maneira formalizada, porém, exige constante acompanhamento e dirimção de dúvidas.

Um outro desafio para o próximo ano é a efetivação de um Plano de Comunicação para o IFSC. Para atingir o objetivo P0603. Por questões de demanda e logística isso não foi possível em 2017. Porém, já está em planejamento para execução em 2018.

As ações do PAT P0604 (Aprimorar os canais de relacionamento do IFSC) e P1101 (Consolidar a infraestrutura física e tecnológica dos câmpus e da Reitoria) foram projetos executados de maneira satisfatória em 2017. Além da reformulação do portal, que será detalhado mais abaixo, foram adquiridos equipamentos para a IFSC TV e para a coordenação de jornalismo (câmeras e notebook para transmissões ao vivo).

Aliado a isso, foram compradas as licenças de *softwares* que qualificaram o trabalho da diretoria como o pacote *Adobe* (edição e criação de imagens) e *Wirecast* (ferramenta profissional de transmissão ao vivo para *Youtube* e *Facebook*).

Também foi trabalhada a maior participação do IFSC nas redes sociais, criando campanhas e planejando postagens que qualificaram as mídias sociais utilizadas pela instituição. O relato detalhado desse acréscimo aparece na parte do jornalismo neste relatório.

15.4.3 Reformulação do Portal Institucional

Em 2017, como já mencionado, a Dircom atuou de maneira intensa no projeto de Reformulação do Portal Institucional. O projeto, que teve seus primeiros estudos iniciados em 2014, previa a migração de todos os *sites* da Instituição para um único CMS (sigla em inglês para sistema de gerenciamento de conteúdo). Dessa forma, será possível realizar intercâmbio de conteúdos entre câmpus e Reitoria, assegurando a atualização e disseminação rápida das informações, bem como será possível obter considerável redução nas necessidades de manutenção por parte da área de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A contratação da plataforma/tecnologia *Liferay*, solução escolhida como CMS diante dos requisitos de segurança e desempenho para o caso do IFSC, foi efetivada no final de 2015, com a execução dos primeiros serviços relativos à infraestrutura de TI (parcela do contrato que cabe à Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação - Dtic) e com o início da etapa de Arquitetura da Informação, processo que busca organizar e delimitar a informação a ser disponibilizada no Portal Institucional.

A proposta gráfica do novo portal, ou seja, a apresentação visual dos conteúdos identificados na Arquitetura da Informação, constitui um salto de modernização do principal canal de comunicação da instituição. Além da questão estética, foram levados em consideração os requisitos de acessibilidade, não apenas para atendimento da legislação vigente, mas para efetivamente melhorar a experiência de uso das pessoas com necessidades específicas.

Devido aos cortes orçamentários, várias ferramentas que estavam previstas para o *site* originalmente não puderam ser efetivadas. Mesmo assim, 2017 marcou na prática a entrega do portal (para a comunidade externa, o lançamento foi em 14 de fevereiro de 2018, mas a plataforma já estava disponível em dezembro de 2017). Em setembro de 2017, a empresa responsável pelo portal realizou a entrega final e transferência de tecnologia para a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dtic) do IFSC.

A partir daí, houve um trabalho integrado entre as diretorias de apropriação da ferramenta e o projeto foi entregue de forma possível à sua publicação. Em dezembro de 2017 a plataforma esteve disponível para os servidores darem as suas contribuições e irem se acostumando com o novo portal. Em fevereiro de 2018 ele foi entregue à comunidade. Nesse primeiro momento, apenas o *site* institucional foi migrado. A expectativa é completar os *sites* do câmpus em 2018, assim como a *intranet* do IFSC.

15.4.4 Prêmios

Em 2017 a diretoria de comunicação ficou com o primeiro lugar no Prêmio IFSC de Inovação, com o projeto “Novo processo de gestão jornalística da IFSC TV: capacitação dos comunicadores dos câmpus e reformulação da linguagem visual como forma de ampliar o compartilhamento de conhecimentos”, capitaneado pelos servidores Giovana Perine Jacques e Bernardo Gomes.

A Dircom também teve um trabalho aprovado para apresentação na Reunião do Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec), em João Pessoa, intitulado Campanha IFSC/IFC no *Facebook*. Dos trabalhos do evento, foi o único selecionado tendo a comunicação como tema principal.

15.4.5 As Equipes

A Diretoria de Comunicação desenvolveu, ao longo de 2017, diversas atividades nos campos que lhe competem: produção e veiculação de notícias (jornalismo institucional), atendimento e prestação de informações para veículos de comunicação (assessoria de imprensa), desenvolvimento de ações de relacionamento com públicos estratégicos (relações-públicas), produção de materiais de divulgação e institucionais (editoração multimídia), difusão do conhecimento por meio de TV *web*, promoção de eventos institucionais, esportivos e técnico-científicos, dentre outras.

15.4.6 Relatos detalhados de cada equipe

15.4.6.1 Coordenadoria de Jornalismo

Durante 2017, a Coordenadoria de Jornalismo publicou 425 notícias no [Portal do IFSC](#), o que significa uma diminuição de 43,5% em relação ao total publicado em 2016 (752 notícias). Esse fato pode ser explicado pela adoção de critérios mais rígidos para seleção dos assuntos que seriam publicados como notícia no *site* por parte da coordenadoria, visando a qualificar as informações veiculadas no principal canal de relacionamento do IFSC. Ainda assim, os textos publicados tiveram 3.150.487 acessos, de acordo com o contador da plataforma de publicação do *site* (*Joomla*), o que demonstra o grande alcance desse canal.

Durante o ano, os jornalistas da coordenadoria também atuaram na elaboração do novo portal do IFSC. Inicialmente, uma jornalista foi destacada para a equipe de construção do portal, mas, a partir de junho, toda a equipe esteve envolvida na elaboração e curadoria de conteúdo para o novo canal, o que também explica a queda no número de publicação de notícias.

O informativo [Link Digital](#), que tem como público de interesse os servidores do IFSC, teve em 2017 a publicação de 227 *posts*, diminuição de 78,7% em relação ao ano anterior (1.065 *posts*). Mais uma vez, esse fato explica-se pela adoção de critérios mais rígidos para seleção de assuntos a serem publicados como notícia. A coordenadoria passou a adotar, ainda, a estratégia de não republicar mais no “*Link Digital*” notícias que haviam sido veiculadas no portal do IFSC o que também levou à diminuição no número de publicações. No total, o *Link Digital* teve 98.433 visualizações de página em 2017, segundo estatísticas do *Google Analytics*.

Além das notícias publicadas diariamente, o *Link Digital* tem uma *newsletter* semanal enviada às sextas-feiras. Em 2017, foram enviadas 43 *newsletters*, uma a menos (-2,3%) que no ano anterior. Na *intranet* do IFSC, a Coordenadoria de Jornalismo publicou 30 notícias em 2017, diminuição de 59,4% em relação ao ano anterior (74). Esses textos tiveram, no total, 7.335 visualizações, de acordo com o contador de acessos do *Joomla*.

15.4.6.2 Mídias sociais

A Coordenadoria de Jornalismo é a responsável por administrar os perfis do IFSC nas redes sociais *Facebook* (@ifsantacatarina), *Instagram* (@ifsc) e *Twitter* (@ifsc). O *Facebook* é a rede social na qual o IFSC tem maior número de seguidores. Em 2017, o perfil institucional terminou o ano com 107.700 seguidores, aumento total de 32.039 (ou 42,3%) em relação ao final de 2016, segundo a ferramenta de estatísticas do *Facebook*.

O perfil do IFSC no *Twitter* teve 910 *posts* publicados em 2017, que geraram aproximadamente 671,9 mil impressões (visualizações), 30.376 visitas ao perfil, 476 menções e 654 novos seguidores. Mais uma vez, a Coordenadoria de Jornalismo realizou a transmissão dos Jogos do Instituto Federal de Santa Catarina (Jifsc) pelo *Twitter*, entre 30 de maio e 3 de junho. Mais de metade dos *posts* (462) foram publicados nesses meses, resultando em 287 mil impressões, 11.945

visitas ao perfil, 178 menções e 58 novos seguidores. O perfil do IFSC no *Twitter* tem 11.661 seguidores, 7% a mais que há um ano (10.900).

No *Instagram*, o IFSC publicou 379 *posts* (fotos e vídeos) em 2017. O perfil institucional nessa rede social foi o que mais cresceu no último ano, com aumento de 366,3% no número de seguidores, passando de 1.823 para 8.501.

15.4.7 IFSCTV

A IFSCTV é o canal de vídeos do Instituto Federal de Santa Catarina que atua em quatro frentes: produção jornalística; transmissões ao vivo, principalmente dos colegiados; vídeos para divulgação dos câmpus e suporte para ensino a distância, com produção de videoaulas.

No ano de 2017 a IFSCTV continuou trabalhando com o objetivo de compartilhar conhecimento científico, tecnológico, social e humanístico como forma de promover a comunicação entre os públicos internos e externos do IFSC.

Por ser um canal de comunicação exclusivo via *Internet*, a IFSCTV procura focar em assuntos que precisam da imagem para serem difundidos. Nesse sentido, adota um protocolo de pautas, ou seja, uma série de requisitos para que o assunto seja tratado em vídeo.

Foram 64 vídeos no ano de 2017, entre reportagens e institucionais, disponibilizados simultaneamente no *Youtube* e *Facebook*. Uma média de 5 vídeos por mês.

Além do número expressivo, houve um aumento bastante significativo no envolvimento dos públicos. O número de assinante no canal da IFSCTV no [Youtube](#) cresceu 39,31%, com 1460 novas inscrições. Já o número de compartilhamentos aumentou 84,41% em relação a 2016, totalizando 2283 compartilhamentos diretos em 2017.

15.4.7.1 Produção Jornalística

Os vídeos produzidos pela IFSCTV trataram dos mais diversos assuntos, de acordo com a grade de programas:

No Repórter IFSC foram tratados assuntos mais factuais, como Semana de Ciência e Tecnologia, Feira de Matemática, Setembro Azul, eventos, etc. Um dos destaques foi a reportagem no Câmpus Florianópolis-continentes sobre o resgate de pratos típicos da gastronomia da ilha. Foram mais de 7 mil visualizações e 150 partilhas pelo [Facebook](#). Outra reportagem que demonstra claramente a missão da IFSCTV é a da moda inclusiva, em que a equipe de jornalismo acompanhou o desfile em que estudantes e ex-estudantes produziram peças para pessoas com deficiência. Uma ex-aluna do IFSC venceu o [concurso](#).

No programa Em Ação, os projetos de pesquisa e extensão ganharam destaque, entre eles: um projeto do Câmpus Florianópolis-continentes, em parceria com o CEI São José, a qual incentiva as crianças a se alimentarem de forma mais [saudável](#), os campeonatos realizados pelos câmpus para lançamento de foguetes feitos com garrafa [PET](#), o projeto do Câmpus Criciúma para a reutilização de [vidro laminado](#), o desenvolvimento de tecnologia assistiva do [Câmpus Chapecó](#), o registro dos primeiros móveis projetos pelo IFSC no INPI - [Instituto Nacional de Produção Industrial](#), etc.

No programa Pelo Mundo, a IFSCTV apresentou um convênio entre o IFSC e o Álamo Colleges que tem permitido que muitos servidores possam estudar inglês e ainda conhecer uma das principais instituições de ensino [profissionalizante dos EUA](#).

No Movimento Cultura, mais uma vez a IFSCTV reforça a missão de divulgar a cultura como forma de formação cidadã, fazendo a cobertura de eventos e ações dos câmpus nas áreas de cinema, dança, música e artes. Destaque para a reportagem sobre a exposição que conta a história de [Palhoça por meio de fotografias](#), assim como a matéria sobre a apresentação Ecos da América Latina da [Orquestra do Câmpus Florianópolis](#).

O programa #Partiu apresentou as trilhas, histórias e encantos naturais do Caminho dos [Naufragados](#), no sul da Ilha de Santa Catarina, e também uma trilha de observação terrestre de

[baleias-francas](#) na cidade de Garopaba, com destaque para a orientação feita por servidores do câmpus.

No “Profissões em Curso”, a IFSCTV reforçou o compromisso em mostrar à comunidade externa os cursos ofertados pela instituição e seus mercados de trabalho. Foram feitos vídeos sobre os cursos: Engenharia de Telecomunicações, Gastronomia, Refrigeração e Climatização, Educação Ambiental e Turismo. Além de poderem ser acessados pelo Facebook, os vídeos também ficam armazenados no [YouTube](#).

Também foi intensificada no ano de 2017 a produção de reportagens especiais, que tratam de assuntos mais amplos, mas sempre trazendo as entrevistas e situações para o dia a dia do IFSC. O destaque fica por conta da cobertura feita durante o evento nacional “[SerNegra](#)”, realizado na cidade de Gaspar.

Ainda em 2017 foram produzidas duas séries especiais: Memórias e Mulheres Sim. A primeira traz vídeos que resgatam histórias e personagens da instituição, como os anos em que o folclorista [Franklin Cascaes](#) lecionou na instituição, e como foi o processo de ingresso das [primeiras alunas na instituição](#).

A segunda série, com o objetivo de abordar a experiência de mulheres que de alguma forma transformaram suas vidas por meio do programa Mulheres Sim, foi toda produzida no ano de 2017 e a divulgação ocorrerá em 2018.

Em 2017 também foi iniciada a produção de um documentário sobre o Observatório de *Arecibo*, em Porto Rico. Professores da instituição programaram uma visita ao local em janeiro de 2018, quando farão gravações e entrevistas para a produção de um vídeo educacional sobre o assunto.

O Jornalismo da IFSCTV esteve presente também nos dois maiores eventos da instituição: Jifsc e Sepei. Nesse último, foi montada uma pequena redação no local do evento (em Itajaí). Foram produzidas reportagens de forma bastante factual, sendo a divulgação feita apenas algumas horas após a captação. Foi uma experiência bastante enriquecedora para equipe por se tratar de um trabalho que, além de primar pela qualidade das informações divulgadas, focou também na factualidade. As reportagens podem ser vistas nos seguintes *links*:

- [Vamos mudar o mundo brincando?](#)
- [Nas ondas do bem.](#)
- [Aprendendo com o Mar.](#)
- [Robótica no Sepei.](#)
- [Materiais que iriam para o lixo viram brinquedos para escolas.](#)

15.4.7.3 Transmissões ao Vivo

Um dos pilares do princípio da transparência pública é a transmissão ao vivo de reuniões em que se discutem as políticas e o uso dos recursos públicos. É com este objetivo que se transmitem todas as reuniões do CONSELHO SUPERIOR (Consup) e do COLÉGIO DE DIRIGENTES (Codir) do IFSC.

Em 2017 a IFSCTV adquiriu novos equipamentos a fim de ampliar a capacidade e também a qualidade das transmissões. Foram 11 transmissões do Codir e 8 do Consup, totalizando mais de 113 horas transmitidas e gravadas.

Estas gravações ficam disponíveis publicamente no nosso canal do *YouTube* para que todos possam [consultá-las](#). Desse modo, possibilita que a sociedade acompanhe as decisões tomadas pelos dirigentes em relação às políticas implantadas no IFSC.

Importante ressaltar, entre os eventos que tiveram transmissão ao vivo, o Jifsc - a cerimônia de abertura e vários jogos, inclusive com locução, e também o JIFSUL (os jogos dos Institutos Federais da Região Sul). A transmissão destes eventos possibilitou uma aproximação maior junto

aos estudantes, principal público estratégico da instituição. Outro evento para ser ressaltado foi o Sepei, com transmissão da abertura e algumas atividades.

Ao todo foram 84 transmissões que somaram um total 177 horas.

15.4.7.4 Vídeos De Divulgação Dos Câmpus

Outro material que auxilia na prospecção de possíveis estudantes são os vídeos institucionais de cada câmpus.

Um vídeo como esse envolve diversas etapas e áreas. Resumidamente as fases são: *briefing*, roteiro, produção, captação, edição e finalização. E as pessoas envolvidas neste processo são: diretor do câmpus, jornalista regionalizado, professores, técnicos administrativos, estudantes e o gestor do processo, que é o tecnólogo em audiovisual, do quadro de profissionais da IFSC TV.

Em 2017 foram produzidos os vídeos institucionais dos câmpus Xanxerê e Araranguá.

15.4.7.5 Vídeos de Divulgação Institucional

Além das reportagens, transmissões e vídeos dos câmpus, a IFSC TV também produz material audiovisual para a divulgação de eventos e projetos do IFSC. Em 2017 foram produzidas as chamadas de divulgação do Sepei, do Prêmio IFSC de Inovação, do “SerNegra” e ainda vídeos auxiliares da Campanha de Ingresso.

15.4.7.6 Programação Visual

Entre janeiro e dezembro de 2017 foram registradas 497 entradas no Sistema de Chamados destinados à Equipe de Programação Visual. A equipe, além de realizar o atendimento desses chamados, efetuou a criação de artes para divulgação institucional e das ofertas de cursos, veiculadas nas Redes Sociais do IFSC. Também houve a criação de peças específicas para campanhas internas voltadas para servidores e estudantes.

No campo administrativo, a Equipe de Programação Visual coordenou e aprimorou os processos licitatórios destinados à produção de materiais gráficos (Pregão Eletrônico 40/2017 - 26 itens), propondo novas soluções para atendimento às demandas por esse tipo de material e otimizando os quantitativos de itens solicitados por meio de consulta aberta aos Câmpus e de uma racionalização da especificação de produtos.

O projeto de sinalização interna e externa para os câmpus e para a Reitoria também foi responsabilidade da Equipe de Programação Visual (Pregão Eletrônico 38/2017 - 20 itens). Tal pregão também foi aprimorado, tanto na gestão de quantitativos quanto no projeto e elaboração dos itens. Foi realizada a criação de uma nova proposta de sinalização com materiais que otimizaram significativamente o custo de aquisição e implantação do sistema em relação ao pregão anterior, permitindo também maior facilidade, flexibilidade e baixo custo de manutenção por parte dos Câmpus.

Ainda em relação a processos licitatórios, a equipe efetivou, por meio de Dispensa de Licitação, a contratação de sistema de Banco de Imagens, o que otimizou os processos de criação de materiais gráficos, tanto no que tange à qualidade quanto no tempo necessário para a criação das peças. Além disso, tal contratação possibilitou a qualificação de toda a Comunicação Institucional, pois a utilização das imagens é compartilhada entre todos os setores da Comunicação: Jornalismo, Programação Visual e IFSC TV, demonstrando também a boa gestão e eficiência do uso de recursos públicos.

A equipe, em conjunto com a área de Publicações do IFSC, editou e diagramou 10 títulos técnicos/científicos, entre livros, revistas e periódicos, reafirmando o papel da comunicação na divulgação da imagem institucional de uma instituição voltada para a produção de conhecimento científico.

Entre os grandes projetos, a equipe focou-se em 2017 no desenvolvimento e maturação do novo portal do IFSC junto a Dtic, principalmente nas questões relacionadas à implantação de requisitos ligadas à interface, usabilidade e funcionalidade dos diversos recursos do portal, buscando um alinhamento entre as diversas etapas desde o projeto inicial até a implementação final.

15.4.7.7 Coordenadoria de Eventos

Em 2017, os eventos sob responsabilidade da Reitoria do IFSC tiveram atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Eventos, ligada à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas. Como principais eventos realizados, destacamos os seguintes:

- Organização dos eventos relacionados às datas comemorativas, na Reitoria, como dia do servidor, reuniões gerais da reitoria e aniversário da instituição;
- Auxílio na organização dos Encontro dos Alunos IFSC 2017, realizado nos meses de abril, junho, outubro e novembro. Embora ações do PAT de outras diretorias, a coordenadoria de eventos acabou atuando de maneira essencial para a concretização desses projetos;
- 6º Jifsc - Jogos do IFSC - realizado em Blumenau de 30 de maio a 03 de junho, com aproximadamente 1300 participantes, cuidando desde transporte, alimentação, hospedagem, logística de jogos. Os jogos de 2017 contaram com seletivas regionais, que classificavam alunos para a etapa estadual. A coordenadoria de eventos também atuou nesses regionais.
- Organização da participação da delegação do IFSC nos Jogos dos Institutos Federais da Região Sul - JIF Sul, realizados de 29 a 31 de agosto em São José dos Pinhais - PR e nos Jogos dos Institutos Federais - JIF Nacional, realizados de 3 a 8 de outubro em Poços de Caldas - MG;
- Organização do Sepei 2017 - Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do IFSC - realizado em Itajaí de 4 a 6 de setembro, com aproximadamente 1000 participantes, também cuidando de transporte, alimentação, hospedagem e outras contratações necessárias ao seu funcionamento;
- Auxílio na organização do Encontro de Auditores Internos das Instituições Federais de Ensino de Santa Catarina, realizado de 5 a 7 de dezembro em Florianópolis.

Importante ressaltar que a coordenadoria de eventos atua em conjunto com os câmpus na realização de seus eventos. Em 2017 houve suporte e assessoramento para a realização de aproximadamente 500 outros eventos executados pelos câmpus entre formaturas, encontros e reuniões. Somado o público de todos os eventos executados, tem-se o número aproximado de 100 mil participantes.

Além do assessoramento e organização de eventos, a Coordenadoria de Eventos foi responsável pelo gerenciamento de duas atas de registro de preços para contratação de serviços para eventos. São quase 200 itens no PE 23/2017 entre estrutura para eventos, lanches de intervalo, decoração, itens para formatura etc. Além disso, assessoramos e realizamos processo de inexigibilidade para contratação dos complexos esportivos do SESI em Blumenau e do Espaço Maria's em Itajaí.